

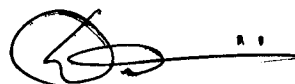
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

TESE DE DOUTORADO

**PAIS E FILHOS PROBLEMATIZANDO A ECONOMIA
SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA DE TRABALHO PARA OS
JOVENS**

Autor: Maria Therezinha Loddi Liboni

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Montes Heloani



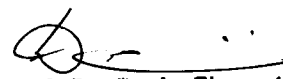
Prof. Dr. Dario Florentini
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
Faculdade de Educação - Unicamp
Matrícula: 21552-0

Tese apresentada para obtenção do grau de Doutor
em Educação pela Faculdade de Educação da
UNICAMP, sob orientação do Prof. Dr. José
Roberto Montes Heloani.

Área de Concentração: Políticas,

Administração e Sistemas Educacionais

Campinas
2012



Prof. Dr. Dario Florentini
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
Faculdade de Educação - Unicamp
Matrícula: 21552-0

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

Unidade FE
T/UNICAMP LG16
Cutter _____
V. _____ Ed. _____
Tombo BC 93015
Proc. 108100-2012
C _____ D y
Preço 11,00
Data 13/09/2012
Cód. tit. 870692

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP
ROSEMARY PASSOS – CRB-8ª/5751

L616p

Liboni, Maria Therezinha Loddi, 1963-
Pais e filhos problematizando a Economia Solidária como
alternativa de trabalho para os jovens / Maria Therezinha
Loddi Liboni. – Campinas, SP: [s.n.], 2012.

Orientador: José Roberto Montes Heloani.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Educação.

1. Economia solidária. 2. Trabalho. 3. Juventude. 4.
Identidade. I. Heloani, José Roberto Montes. II. Universidade
Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

12-106/BFE

Informações para a Biblioteca Digital

Título em inglês Parents and sons problematizing the solidarity economy as an
alternative for youth work

Palavras-chave em inglês:

Solidarity economy

Work

Youth

Identity

Políticas

Área de concentração: Administração e Sistemas Educacionais

Titulação: Doutor em Educação

Banca examinadora:

José Roberto Montes Heloani (Orientador)

Luis Guilherme Galeão da Silva

Márcia Regina Cangiani Fabbro

Newton Antonio Paciulli Bryan

Márcia de Paula Leite

Data da defesa: 13/04/2012

Programa de pós-graduação: Educação

e-mail: mtlodd@gmail.com



Prof. Dr. Dario Fiorentini

Coordenador do Programa de Pós-Graduação

Faculdade de Educação - Unicamp

Matrícula: 21552-0

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

**Título: Pais e filhos problematizando a Economia Solidária como alternativa de trabalho
para os jovens**

Autor: Maria Therezinha Loddi Liboni

Orientador: Prof. Dr. José Roberto Montes Heloani



Prof. Dr. Dario Florentini
Coordenador do Programa de Pós-Graduação
Faculdade de Educação - Unicamp
Matrícula: 21532-0

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida por Maria Therezinha Loddi Liboni e aprovada pela Comissão Julgadora.

Data: 13 de abril de 2012



Orientador

COMISSÃO JULGADORA:



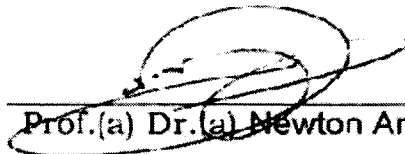
Prof.(a) Dr.(a) Luis Guilherme Galeão da Silva



Prof.(a) Dr.(a) Márcia Regina Cangiani



Prof.(a) Dr.(a) Márcia de Paula Leite



Prof.(a) Dr.(a) Newton Antonio Paciulli Bryan

2012

iii

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

2012.02.969

Para todos os trabalhadores(as) da Economia
Solidária e seus filhos(as).

AGRADECIMENTOS

Ao mesmo tempo em que a elaboração de uma tese é um processo solitário, ele não se faz sem a colaboração de muitos. Em diversos momentos, de diferentes modos, tive a colaboração de inúmeras pessoas as quais quero externar meu agradecimento.

Ao Prof. Dr. José Roberto Heloani, orientador e, acima de tudo, amigo. Agradeço a condução da orientação com paciência, dedicação e extrema competência. As discussões e suas sugestões redefiniram os caminhos dessa tese, enriquecendo-a. Agradeço também ao apoio nos momentos difíceis e pelas nossas caminhadas, sempre agradáveis e produtivas.

Às Prof. Dras. Márcia Leite e Márcia Fabbro, pelas contribuições no exame de qualificação e pela participação na banca de defesa; bem como aos Profs. Drs. Luiz Galeão e Newton Bryan que também dela participaram e abrilhantaram. A todos agradeço os comentários e observações que enriqueceram o trabalho.

Ao apoio incondicional de toda minha família: meu pai, Augusto, minha mãe, Irene; meus irmãos, Luis Augusto, Tarcisio e Maria Marta (foco!), sem eles nada seria possível. Aos cunhados e cunhadas, aos meus queridos sobrinhos, pelos momentos de alegria, ajuda e compreensão.

Ao Carlos pelo apoio e pelos momentos compartilhados por tanto tempo; a Sonia, pela amizade acima de tudo e a toda família Liboni, pela acolhida e carinho.

Aos jovens e seus pais, que tornaram possível a elaboração dessa tese, agradeço a confiança depositada em contar suas histórias. Histórias alegres, histórias tristes, histórias de estudantes e trabalhadores brasileiros que lutam cotidianamente para a conquista de seu sonho e seu direito a uma “vida digna”.

À UEM, ao Departamento de Psicologia, e aos colegas da área de Psicologia do Trabalho, permitir minha dedicação exclusiva ao doutorado.

À querida Catarina, além da amizade, pela paciência e disposição na leitura da tese e pelas sugestões; e à querida Eliane, pelo carinho e pelos cafés, nos quais dividíamos nossas angústias e alegrias no caminho das respectivas teses.

À Rosângela, amiga de todas as horas, com a qual tenho certeza que posso contar sempre.

À Sandra e a Yolanda, colegas de pós-graduação que se tornaram amigas para a vida, com as quais pude compartilhar as dificuldades, o cansaço e também as alegrias e os desafios durante todo o doutorado.

Aos funcionários da Pós-Graduação da Faculdade de Educação, em especial à Nadir, pela atenção, amabilidade e competência sempre presentes.

A Fundação Araucária pelo apoio financeiro em 2009 através do Programa de Apoio à Capacitação Docente das Instituições Estaduais de Ensino Superior.

Ao CNPQ, pela concessão de bolsa a partir de 2010, que foi de enorme auxílio na realização da pesquisa.

A todos amigos e amigas que contribuíram para a realização dessa tese.

Que as Crianças Cantem Livres

O tempo passa e atravessa as avenidas
E o fruto cresce, pesa e enverga o velho pé
E o vento forte quebra as telhas e vidraças
E o livro sábio deixa em branco o que não é

Pode não ser essa mulher o que te falta
Pode não ser esse calor o que faz mal
Pode não ser essa gravata o que sufoca
Ou essa falta de dinheiro que é fatal

Vê como um fogo brando funde um ferro duro
Vê como o asfalto é teu jardim se você crê
Que há sol nascente avermelhando o céu escuro
Chamando os homens pro seu tempo de viver

E que as crianças cantem livres sobre os muros
E ensinem sonho ao que não pode amar sem dor
E que o passado abra os presentes pro futuro
Que não dormiu e preparou o amanhecer...

(Taiguara)

RESUMO

Dados mostram que a juventude brasileira é a parcela da população que mais sofre desemprego e precarização das condições de trabalho, sendo mais suscetível a vínculos de trabalhos informais, mesmo em tempos de diminuição dos índices gerais de desemprego. Em paralelo, os empreendimentos econômicos da Economia Solidária são indicados como uma das alternativas para a geração de trabalho e renda, se caracterizando pela autogestão, cooperação, solidariedade e respeito ao meio ambiente. Frente a esse cenário a presente pesquisa teve como objetivo analisar como os jovens, filhos de trabalhadores da Economia Solidária, manifestam o desejo em dar continuidade ao trabalho dos pais. Foram eleitos como sujeitos da pesquisa, jovens com idade variando de 16 a 24 anos, filhos de pais que trabalham em empreendimentos da Economia Solidária, localizados nas cidades de Maringá, Londrina, Ponta Grossa, Nova Tebas e Curitiba - Paraná, abrangendo áreas urbana e rural. Utilizando-se metodologia qualitativa, foram entrevistados 19 jovens, empregando-se entrevistas semi estruturadas. No decorrer das análises das referidas entrevistas, verificamos a necessidade de dar voz aos pais desses jovens, uma vez que a experiência dos pais era um forte componente da representação que os jovens apresentavam. Optamos por obter a narrativa diretamente dos pais, a fim de aprimorar nosso entendimento das falas dos jovens. Entrou em cena a questão geracional e procuramos identificar o que transmitem os pais e o que herdam os filhos, no que tange à Economia Solidária como alternativa de trabalho. Foram identificados três grupos. No primeiro grupo encontramos os pais e filhos que veem o empreendimento de Economia Solidária como alternativa de futuro para os jovens. Estão localizados basicamente no empreendimento da área rural. O segundo grupo acredita que o empreendimento da Economia Solidária pode ser alternativa de futuro, mas ainda não o é. Este devir está condicionado a recuperarem condições de trabalho e econômicas semelhantes às que possuíam antes do empreendimento tornar-se coletivo e concerne à empresa recuperada. Para o terceiro grupo os empreendimentos de Economia Solidária não são alternativas de futuro para os jovens. O terceiro grupo é representado por participantes daqueles que assumem a forma de cooperativa ou associação e trabalham com coleta de materiais reciclados, alimentos, costura e artesanato. O trabalho assalariado e formal ainda prevalece como modelo idealizado de futuro para a maioria dos entrevistados, embora na realidade social que enfrentam esse modelo não é regra, mas exceção. Concluimos que, com exceção do primeiro grupo, marcado por condições singulares ligadas à realidade rural, os demais jovens veem a Economia Solidária restrita a uma alternativa para desemprego e não para o emprego. Ela adquire o sentido de suprir falta de opção, quando mais nada é possível; e não como uma opção, que daria suporte a novos modos de vida, de sociabilidade e de novas identidades.

ABSTRACT

Data show that Brazilian youth is the part of society which most suffers with unemployment and the precariousness of work conditions, being more susceptible to informal work bonds, even with decrease of general ratings of unemployment. Simultaneously, enterprises from Solidarity Economy are indicated as alternatives to work and income creation, featured by selfmanagement, cooperation, sympathy and respect for environment. Before this scenery, the present research had as aim to analyze how Solidarity Economy workers' children wish to keep their parents' work. The subjects of the research are young people varying between 16 and 24 years old, children of Solidarity Economy workers, located in Maringá, Londrina, Ponta Grossa, Nova Tebas, and Curitiba in Paraná, Brazil in rural and urban areas. The methodology used was qualitative, 19 people were interviewed, with semi-structured interviews. During the analysis of the interviews we realized the necessity of listening to their parents, as their experience was a key component to represent what the children presented. We chose to listen to parents themselves, in order to improve our knowledge of their children's speech. Generational issue was raised and we tried to identify what parents transmit and what children inherit, concerning Solidarity Economy as a work alternative. Three groups were identified. In the first group we found parents and children who see Solidarity Economy as an alternative to youth's future. They are basically located in rural area. The second group believes that it may be an alternative to the future but it is not already. It is conditioned to recover work and economic conditions as it was before the enterprise become collective and concern to the recovered company. To the third group Solidarity Economy is not a future alternative to the youth. This group is represented by the ones who work in cooperative or association by collecting recycling material, food, sewing, and handicraft. A salaried and formal work still prevails as ideal future model to most of interviewees, although in their social reality this model is an exception. We conclude that, all groups but the first, featured by singular conditions of the rural reality, see Solidarity Economy restrained to an alternative to unemployment not to employment. Its meaning is the lack of option, when nothing more is possible; and not as an option, that would support new ways of life, sociability, and new identities.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabelas

Tabela 1 - Dificuldade mais importante enfrentada para obter trabalho remunerado

Tabela 2 - Taxa de desemprego juvenil e adulta (%) América Latina e Caribe

Tabela 3 - Tabela demonstrativa dos jovens entrevistados

Tabela 4 - Tabela demonstrativa dos pais/tios entrevistados

Gráficos

Gráfico 1: Analfabetismo juvenil (15-29 anos) - BRASIL (%)

Gráfico 2 - Taxa de Analfabetismo dos Jovens de 15 a 29 anos segundo as regiões – 2008 (%)

Gráfico 3 - Jovens de 18 a 24 anos – Brasil – 2009 – (%)

LISTA DE SIGLAS

ADS/ CUT – Agência de Desenvolvimento Solidário / Central Única dos Trabalhadores

ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogeridas.

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CUT – Central Única dos Trabalhadores

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PREJAL - Promoção do Emprego de Jovens na América Latina

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNPE - Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SIPS – Sistema de Indicadores de Percepção Social – IPEA

SIS – Síntese dos Indicadores Sociais – IBGE

UNISOL – União e Solidariedade das Cooperativas e Empreendimentos de Economia Social do Brasil

UNITRABALHO - Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

CONJUVE - Conselho Nacional da Juventude

PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens.

CODEFAT - Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

SUMÁRIO

PARTE I		
	INTRODUÇÃO.....	17
Capítulo 1	A ECONOMIA SOLIDÁRIA: percursos conceituais e históricos.....	25
	1.1- A Economia Social e A Economia Popular Solidária: reciprocidade e espaços públicos de proximidade.....	27
	1.2 - Paul Singer – economia solidária rumo ao socialismo.....	39
	1.3 - Abordando alguns limites da Economia Solidária.....	48
	1.4 – Definindo termos ligados à Economia Solidária.....	57
Capítulo 2	JUVENTUDE E TRABALHO.....	69
	2.1 - A diversidade da juventude no Brasil.....	71
	2.2 - As Políticas Públicas destinadas aos jovens.....	79
	2.3 - Juventude na Economia Solidária.....	86
	2.4 - O Jovem e a Escolha Profissional.....	97
Capítulo 3	SOCIALIZAÇÃO E IDENTIDADE.....	103
	3.1 - Socialização e a Construção Social da Realidade.....	103
	3.2 - Identidade.....	110
Capítulo 4	METODOLOGIA.....	119
	4.1 - A pesquisa.....	119
	4.1.1 – Objetivos	119
	4.1.2 - Definição de critérios para determinação de quem seriam os sujeitos.....	119
	4.1.3 - Definição dos critérios de seleção dos empreendimentos.....	122
	4.2 – Os empreendimentos.....	123
	4.3 - A escolha da forma de coleta de dados.....	125
	4.4 - Análise dos dados.....	127
PARTE II		
	RESULTADOS E ANÁLISES – A ECONOMIA SOLIDÁRIA SEGUNDO PAIS E FILHOS.....	129
Capítulo 5	A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA PARA OS JOVENS.....	133
	5.1 – Falam os pais.....	133
	5.2 – Falam os filhos.....	147
Capítulo 6	A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO DEVIR	167
	6.1 – Falam os pais.....	168
	6.2 – Falam os filhos.....	188
Capítulo 7	A NEGAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA.....	205

	7.1 – Falam as mães.....	207
	7.2 – Falam os filhos.....	238
Capítulo 8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	265
	REFERÊNCIAS.....	279
	ANEXOS	293
	Anexo I – Fotos	295
	Anexo II – Mapa do Estado do Paraná com indicação das cidades abrangidas pela pesquisa.....	301
	Anexo III – Roteiro de Entrevistas com jovens	302
	Anexo IV – Roteiro de Entrevistas com pais	304
	Anexo V – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	305
	Anexo VI – Correspondência enviada à Senaes e resposta obtida.....	307
	Anexo VII – Aprovação Comitê permanente de Pesquisa envolvendo Seres Humanos – UEM.....	308

INTRODUÇÃO

Economia Solidária é um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver. Sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente. Cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem.

A economia solidária vem se apresentando, nos últimos anos, como inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social. Compreende uma diversidade de práticas econômicas e sociais organizadas sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias, redes de cooperação, entre outras, que realizam atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário. [...]

Considerando essas características, **a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica** (BRASIL, 2004, grifo nosso).

Ao iniciarmos esta tese, queremos demarcar alguns pontos que cortam todo o panorama traçado ao longo da mesma. Isso porque nela se sobrepõem diversas facetas do tema que nos atrevemos a tentar entender com maior profundidade, ou seja, os jovens e a economia solidária. Para tanto foi necessário percorrermos diversos caminhos; entender o que é economia solidária e suas implicações; delinear de quem falamos quando abordamos a juventude brasileira, a socialização e a constituição das identidades dos mesmos.

Optamos por iniciar esta tese com a definição de Economia Solidária, acima citada, pois representa a definição “oficial” do Estado, norteadora das políticas públicas que visam a esse campo. Embora o foco central deste trabalho não seja a Economia Solidária como política pública, consideramos essa demarcação importante como um cenário de fundo no qual se situam os atos, ações, bem como os atores envolvidos.

Outra demarcação que consideramos importante na tentativa de compor o cenário em que se desenvolvem as atividades da Economia Solidária é a distribuição dos empregos no Brasil. O aumento do número de empregados registrados e a consequente redução do desemprego é notícia que se tornou habitual noticiários dos últimos anos em nosso país. Um fato a ser comemorado, sem dúvida. Contudo, ao nos debruçarmos sobre tais constatações alguns “detalhes” nos chamam a atenção. A desigualdade com que o desemprego atinge a população tem diversas faces.

No caso dos jovens, esse índice vem se mantendo sempre superior ao da população em geral. Em 2006, para uma taxa geral de desemprego de 8,4%, para adultos era de 5,6% e para os jovens era de 17,8% (COSTANZI, 2009). Em 2009, a taxa de desemprego geral, medida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), foi de 9%, enquanto na faixa dos jovens foi de 21,1%. No ano de 2011 a taxa de desemprego geral foi de 6% e, para a faixa etária entre 18 a 24 anos, essa taxa foi de 13,4% (IBGE, 2012).

Outro recorte possível se dá ao olharmos para o desemprego segundo a renda financeira da população. Aqui também as desigualdades são acentuadas.

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2011a), entre os anos de 2005 e 2010, nos 10% da população com menor rendimento o desemprego aumentou 44,2%, indo de 23,1% para 33,3%, enquanto que nos 10% que representam o segundo segmento o crescimento da taxa de desemprego foi de 2,6% , ou seja, em 2005 era de 15,4% e em 2010 era 15,8%. Quando focamos os 10% da população com maior rendimento encontramos um panorama inverso. A taxa de desemprego diminuiu de 2,1% em 2005 para 0,9% em 2010.

O documento faz a seguinte observação:

Ademais, se percebe que a taxa de desemprego, que tende a ser mais elevada entre os trabalhadores de menor rendimento, tornou-se ainda mais um elemento de maior desigualdade no mercado de trabalho. Diante de comportamentos distintos na evolução da taxa entre 2005 e 2010, a desigualdade aumentou. A taxa de desemprego do primeiro decil (os 10% com menor rendimento), em relação à do décimo decil (10% de maior rendimento), **que era 11 vezes maior em 2005, passou a ser 37 vezes superior em 2010** (IPEA, 2011a, p.5, grifo nosso).

Quando distribuídos entre pobres e não pobres, a desigualdade se mantém. Para os trabalhadores não pobres a taxa de desemprego caiu 37,7% entre 2005 e 2010, indo de 4,55% em 2005 para 2,8% em 2010. No mesmo período, para os trabalhadores pobres¹ a taxa de desemprego foi de 14,4% para 18,5%, ou seja, um incremento de 28,5% nessa taxa. No primeiro caso, enquanto para os trabalhadores não pobres observou-se a redução da taxa de desemprego na ordem de 37,8%, para os trabalhadores pobres verificou-se um aumento de 28,5% na mesma. Como podemos constatar, a diminuição de taxa de desemprego no Brasil foi real, mas não igual

¹ Pobreza absoluta para rendimento domiciliar *per capita* abaixo de 0,5 salário mínimo mensal.

para toda a população brasileira, sendo os menos beneficiados os jovens e os mais pobres, ou seja, características portadas por grande parte da população alvo desta tese.

O documento, em sua conclusão, traz uma observação que nos chama a atenção, pois engloba não somente o desemprego, mas também a precarização do trabalho experienciada por essa camada da população.

A condição de desempregado, por outro lado, não significa que as pessoas de domicílios mais pobres estejam totalmente excluídas do trabalho remunerado – é provável que boa parte dos desempregados mais pobres seja oriunda de empregos de curta duração e trabalhos precários (IPEA, 2011a, p. 11).

Outro possível recorte de análise, a relação virtuosa entre educação e trabalho, marcada pela possibilidade de ascensão social através da educação continua viva no ideário da população, conforme pode ser constatado nas entrevistas realizadas. Mas essa é uma idealização que não tem se confirmado, em muitos casos.

Essa situação é retratada quando constatado que:

As diferentes trajetórias revelam o novo perfil do desemprego no Brasil. Em 2010, 60% dos desempregados tinham 11 anos ou mais de estudo, e 33,6%, até oito anos. Esse retrato mostra mudança significativa em relação a 2002, quando os menos escolarizados (até oito anos de estudo) eram 53% dos desempregados e aqueles com, no mínimo, ensino médio completo eram 39,4%. (ROLLI e FRAGA, Folha de São Paulo, 2011)

Segundo a reportagem acima citada, uma das causas desse cenário é o aumento da escolaridade da população, com grande elevação do número de pessoas que atingem o ensino médio, principalmente os jovens. Entretanto, o aumento de escolaridade não tem se revertido em maior facilidade para conseguir emprego formal.

Jovens de famílias de baixa renda são os que mais sofrem com o desemprego. Enfrentam a barreira da falta de experiência para conseguir o primeiro trabalho, do qual dependem para ter uma melhor qualificação. [...] Com diploma de ensino médio, Luiz Guilherme Santilli, 18, está procurando uma ocupação com carteira assinada desde 2009 (ROLLI e FRAGA, Folha de São Paulo, 20/03/2011).

Os pais veem seus filhos, portadores de maior escolarização que eles próprios, com dificuldades até maiores para ingressarem no mercado formal de trabalho. Um caso citado na reportagem acima citada ilustra a situação.

[...] o pedreiro Josué dos Santos, 41, tem sete anos de estudo e não fica desempregado há quase uma década. Mas Santos vive o drama do desemprego com o filho Jhonathan, 17, que terminou o ensino médio e não consegue emprego com carteira assinada. Enquanto isso, faz bicos de ajudante de pedreiro com o pai. **"Com o diploma, ele deveria conseguir um emprego melhor, mas até agora não apareceu nada"**, afirma Santos (ROLLI e FRAGA, 2011, grifo nosso).

É nesse cenário, descrito acima, que os empreendimentos de Economia Solidária aparecem como possível alternativa de trabalho, destinados principalmente, mas não exclusivamente, aos excluídos do mercado formal de trabalho.

Especificamente no caso dos jovens, esse tipo de organização do trabalho também passa a ser recomendado como possível alternativa, como pode ser ilustrada pelo relatório da OIT (Organização Internacional do Trabalho) “Juventude e Trabalho Decente” (COSTANZI, 2009).

Sugere o documento: “É necessário levar em consideração outras alternativas de geração de trabalho e renda, como o empreendedorismo, individual ou coletivo, **os empreendimentos econômicos solidários, como empresas autogestionárias, cooperativas, agricultura familiar e outras formas**” (p. 128, grifo nosso).

Cabe aqui uma observação, ou melhor, apontamos uma hipótese. Demarcamos que não consideramos essa a solução ideal para as dificuldades de inserção no mundo de trabalho, mas, entre as alternativas levantadas, essa, quando implementada e organizada de acordo com os princípios propostos pela autogestão, pode significar avanços nas condições concretas de trabalho, de vida e nas subjetividades e identidades das pessoas nela envolvidas. Mas essa é uma tarefa que exige esforços diários e são muitos os riscos envolvidos. Esforços e riscos que são explicitados nas entrevistas tanto dos pais como dos filhos.

A ideia da tese surgiu do trabalho com os empreendimentos da Economia Solidária. Envolvendo-me com a Incubadora de Empreendimentos Solidários/ Unitrabalho²/ Universidade Estadual de Maringá, pude vivenciar as dificuldades e também os avanços dos empreendimentos e, principalmente, das pessoas envolvidas. Em uma das atividades desenvolvidas, um curso de introdução à informática ofertado tanto aos cooperados como a seus familiares, uma fala de um cooperado nos chamou a atenção. Ele disse: “Na empresa capitalista o dono prepara seus filhos para assumirem a empresa. Nós aqui também devemos começar a pensar nisso. Para quem vamos deixar as cooperativas?”.

A preocupação relatada pelo cooperado suscitou algumas indagações e reflexões.

² Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho

Como está sendo vivenciada a experiência de trabalho na Economia Solidária? Qual a visão que os participantes estão passando para os filhos, netos, sobrinhos sobre suas experiências? O que esperam do futuro de seus filhos? E os jovens? O que esperam de suas vidas profissionais? Como veem o trabalho de seus familiares? Veem os empreendimentos como possibilidade futura real de trabalho e renda?

São essas perguntas que esta tese teve a intenção de aprofundar e entender.

Vimos que um empreendimento desse tipo, ao contrário das empresas tradicionais do sistema capitalista, não é só o trabalhador nele inserido que é afetado. Aqui gravitam no entorno e dele participam, direta ou indiretamente, os cônjuges, filhos, parentes. Isso porque, de acordo com Kraychete (2000, p. 18), “no caso dos empreendimentos populares, é impossível separar as atividades de produção e comercialização de bens e serviços das circunstâncias de reprodução da vida da unidade familiar destas pessoas”.

Como as atividades autogestionárias são construídas no dia-a-dia dos empreendimentos, principalmente por meio de atividades dialógicas e processos de negociação de significados e realidades (SATO e ESTEVES, 2002), cada experiência é única e carregada com a história de vida de cada um dos participantes, com seus valores, suas crenças, seus medos, suas esperanças.

Essas vivências e histórias também irão compor o processo de socialização e a constituição da identidade dos jovens, como veremos no decorrer deste trabalho.

Tendo por meta o aprofundamento dos questionamentos suscitados acima, ingressamos no Doutorado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Portanto, delineamos como objetivo desta tese analisar como os jovens, filhos de trabalhadores da Economia Solidária, manifestam o desejo em dar continuidade ao trabalho dos pais.

Como objetivos específicos elencamos:

- Compreender as vivências e experiências dos participantes de empreendimentos da Economia Solidária.
- Compreender como a prática cotidiana da Economia Solidária é compartilhada com os familiares jovens dos participantes dos empreendimentos.
- Desvelar o que pensam pais e os jovens sobre o trabalho nos empreendimentos de Economia Solidária.

- Delinear, sob a perspectiva dos jovens, qual o futuro dos empreendimentos de Economia Solidária.

Esta tese está dividida em duas partes. A primeira é composta pelos quatro capítulos iniciais congregando a revisão teórica empreendida e a metodologia. Da segunda parte constam os resultados encontrados e analisados, além das considerações finais.

No capítulo 1 buscamos o entendimento da Economia Solidária, sua história, seus limites e dilemas e como ela vem se desenvolvendo em nosso país. Abordamos duas das vertentes teóricas que têm mais ressonância no Brasil; levantamos e discutimos alguns dos limites que são impostos ou são característicos a ela bem como trazemos também um rol de termos utilizados quando nos embrenhamos pelo tema. Consideramos interessante delimitá-los, pois comumente os encontramos como sinônimos, confundindo-se e gerando entendimentos enviesados.

O capítulo 2 é destinado ao entendimento da relação juventude e o trabalho, abordando a diversidade de “juventudes” que verificamos no país, as experiências de jovens na Economia Solidária, as políticas públicas de trabalho destinadas aos jovens e, por último, considerações sobre a escolha profissional dos mesmos.

Pelo recorte adotado neste trabalho, ao eleger jovens que são filhos, netos, sobrinhos de trabalhadores de empreendimentos da Economia Solidária, os quais, via de regra, estão nesses empreendimentos por exclusão do mercado formal de trabalho, sabíamos do cenário de desigualdade ao qual estão expostos. Os dados levantados só comprovam essa hipótese. Os jovens pobres, maioria entre os que estão no entorno dos empreendimentos, são alvo de maior desemprego decorrente da dificuldade de conciliação de trabalho e estudo, uma vez que pela condição social são levados a desenvolver as duas atividades pela entrada precoce no trabalho. Estão mais expostos também ao mercado informal de trabalho, o que, segundo a análise apresentada no relatório da OIT (COSTANZI, 2009), diminui a probabilidade de inserção futura no mercado formal de trabalho. Enfim, são sujeitos altamente expostos a condições de vulnerabilidade social, sujeitos a uma trajetória contraditória e também vulnerável no mercado de trabalho.

A apresentação de teorias sobre o processo de socialização sob o referencial da construção social da realidade e das que contemplam a constituição da identidade, principalmente no tocante à sua relação com o trabalho, é o tema do capítulo três.

O capítulo 4 é destinado à metodologia de pesquisa. Delineamos os objetivos, os critérios para a definição dos sujeitos e empreendimentos da Economia Solidária, uma breve apresentação dos mesmos, e os procedimentos adotados para a obtenção e análise dos dados.

Compondo a segunda parte, apresentamos inicialmente, no capítulo 5, o grupo que considera a Economia Solidária como alternativa para os jovens. Pertencentes ao empreendimento localizado na área rural tanto pais como filhos entrevistados acreditam que o futuro dos jovens passa pelo trabalho no referido empreendimento, sendo este visto como opção para a obtenção de melhorias nas condições de vida.

O segundo grupo apresentado, no capítulo 6, é formado por pais e filhos que acreditam que a Economia Solidária possa vir a ser alternativa, mas ainda não o é, pelas condições em que se encontra o empreendimento. Esse grupo concentra-se naqueles pertencentes ao empreendimento formado a partir de uma empresa recuperada. Em tese, caso recuperem as mesmas condições de trabalho e renda que obtinham quando eram trabalhadores da empresa que originou o empreendimento, veem como possibilidade de trabalho aos jovens.

No capítulo 7 temos o terceiro grupo, formado por aqueles pais e filhos que não acreditam na Economia Solidária como alternativa de trabalho para os jovens, ou seja, não a veem como projeto de futuro. São relacionados a empreendimentos pertencentes aos ramos de reciclagem, artesanato e alimentos. Aqui, duas características chamam a atenção. A precariedade dos empreendimentos e a forte presença feminina nos mesmos. Nesse grupo podemos observar com maior clareza as contradições que perpassam esse tema. Notamos tanto os benefícios como os ganhos em desenvolvimento pessoal e de autoestima, como os limites, representados pela precariedade tanto das condições de trabalho como pelo nível de renda obtidos, pela presença de discriminação e da humilhação social.

O capítulo 8 é composto pelas considerações finais. Nele apontamos que visualizamos avanços e melhorias nas condições de vida, nas subjetividades e na constituição de novas identidades, principalmente para os adultos - pais desses jovens. Esses mesmos pais, à medida que não incentivam os jovens à continuidade de seu trabalho e ideais, denunciam a fragilidade e o risco para o futuro desses empreendimentos e da própria Economia Solidária, como modo de produção que quer ser “inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social” (BRASIL, 2004).

Defendemos que, para os grupos dois e três, o trabalho na Economia Solidária não é capaz de sustentar a representação de projeto que irá suprir as necessidades de sobrevivência. Eventualmente, mas provisoriamente, pode ser utilizado como meio de se afastarem de ocupações marginais, mas que representa igualmente ocupação precária, não satisfatória e não desejada. Para o grupo um, dada as condições sociais, subjetivas e identitárias singulares, a Economia Solidária, ou melhor, especificamente a cooperativa, supre essa representação, à medida que viabiliza a sobrevivência, melhoria de condições de vida e novas identidades para os jovens.

Enfim, são paradoxos desse modo de produção que se quer libertário e alternativo frente ao capitalismo, mas que ainda tem um longo caminho a percorrer.

PARTE I

CAPÍTULO 1

A ECONOMIA SOLIDÁRIA: PERCURSOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS

Em minha dissertação de mestrado intitulada “A Empresa de Autogestão: Uma Visão Psicossocial” (LIBONI, 2002), apesar de não ser o tema da mesma, a Economia Solidária entrou em cena, pois, em sua maioria, as empresas em autogestão estavam inseridas na chamada “Economia Solidária”. Na ocasião, apontamos o debate sobre os partidários da mesma, que a consideravam uma opção viável para resgate de empregos perdidos, contribuindo para a transformação do cenário econômico, e sobre seus críticos, que apontavam para o agravamento da precarização do trabalho, contribuindo não para a transformação, mas, sim, para a intensificação da face exploratória da forma econômica vigente. Era o período de 2001-2002, período esse localizado por Gaiger (2008), no qual o debate era entre o ceticismo e o militantismo nessa área. Segundo ele, até 1995 o tema era desconhecido da produção acadêmica. A partir de 2003, finalmente a Economia Solidária torna-se objeto de estudo acadêmico, com aumento de produção bibliográfica sobre o tema.

Apesar dessa classificação do autor acima, o debate “ceticismo x militantismo” parece ainda se manter, mas é inegável o aumento dos empreendimentos da Economia Solidária. Dados da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), contidos no Relatório Nacional Sies – 2005 a 2007³, apontam para a existência de 21.859 empreendimentos em 2007, sendo que, desses, 10.653 foram criados entre 2001 a 2007. Deles participam 1.687.496 trabalhadores, sendo 1.057.114 homens e 630.382 mulheres.

No Estado do Paraná havia um total de 808 empreendimentos cadastrados, distribuídos em 143 municípios, concentrando-se principalmente nas regiões de Curitiba e Londrina. Desses, 482 eram constituídos como grupos informais, 235 registrados como associações e 86 eram cooperativas (ZANCHET, 2008).

Pelas leituras realizadas, o tema Economia Solidária permite uma diversidade de abordagens e enfoques. França Filho (2007, p. 156) descreve cinco caminhos possíveis de

³ Esses são os últimos dados divulgados. Temos conhecimento que uma nova pesquisa foi realizada. Entramos em contato com a Senaes com o objetivo de obtê-la (Anexo 6), porém a programação para a divulgação é posterior ao prazo de elaboração desta tese.

abordagem, assim justificados por ele: o “apelo crescente pelo assunto tem conduzido a uma complexidade no seu tratamento, tornando a economia solidária um objeto sujeito a múltiplas possibilidades de compreensão enquanto temática”. Vejamos quais são esses caminhos propostos pelo autor.

O primeiro é o que denomina de “discussão conceitual” e diz respeito a reflexões sobre o agir econômico em sociedade. “Nesse nível de discussão, o tratamento da economia solidária pode caminhar através de diferentes abordagens, entre economicistas e outros olhares mais antropológicos. O intuito aqui é de fortalecer uma compreensão teórica do assunto” (p. 156).

Abordar o tema como discussão contextual é o segundo caminho apontado por França Filho (2007, p. 156)

Neste nível, a economia solidária é abordada a partir de sua manifestação concreta na realidade - como um problema de sociedade na contemporaneidade do capitalismo. Importa salientar neste sentido como se situa o assunto em relação a outras questões cruciais da atualidade em diferentes contextos societários como crise do trabalho, exclusão social e combate à pobreza, luta pela desigualdade social e modos de desenvolvimento local sustentável, etc.

O terceiro é o estudo de caso, no qual se estudam as práticas organizativas singulares, analisam-se experiências concretas, tentando entender a dinâmica mais geral, a partir dos casos estudados.

O quarto caminho indicado é como metodologia de intervenção, tratada como tecnologia social visando à geração de trabalho e renda, além de promover o desenvolvimento sustentável. Neste sentido, visa “à formatação de técnicas ou tecnologias sociais para o fomento de transformações sociais. O caráter do conhecimento aqui assume certo grau elevado de prescrição, no intuito de sugerir-se meios de intervenção na realidade” (FRANÇA FILHO, 2007, p. 156).

O quinto e último caminho apontado pelo autor é abordar o tema como política pública. É o mais recente enfoque e aborda as experiências que vêm sendo desenvolvidas no interior das estruturas de governo em diversos países.

Além dessa diversidade de enfoques pelos quais pode ser discutido o tema, vemos também uma diversidade de conceitos, de raízes históricas e de possibilidades de viabilização e de transformação social. Ou seja, além de haver diversidade de visões sobre a Economia Solidária ser ou não uma alternativa econômica frente às práticas vigentes do capitalismo, não existe unanimidade mesmo entre aqueles que acreditam na Economia Solidária e a defendem.

Seguindo a conceituação proposta pelo autor, dada a necessidade de aprofundamento do tema, este capítulo pretende percorrer diversos de seus aspectos, buscando a compreensão teórica e conceitual. Por meio da pesquisa empírica, analisar dados concretos que envolvem experiências reais. É uma tarefa extensa, dada a diversidade de possibilidades dentro de cada aspecto descrito acima.

Já no seu aspecto conceitual, não existe unanimidade. Dentre os autores que “defendem” a Economia Solidária, iremos apresentar duas versões que encontram mais ressonância no Brasil. Não que não existam outros autores que tratem do tema, mas pelo levantamento feito, essas duas versões são as mais presentes nos diversos estudos.

1.1 A Economia Social e a Economia Popular Solidária: reciprocidade e espaços públicos de proximidade

Baseados em Karl Polanyi, Laville (2004-2006) na França e França Filho (2004, 2006) no Brasil representam uma vertente teórica sobre o tema.

Eles partem do pressuposto da existência de uma outra economia, “que se gesta em diferentes partes do mundo a partir de iniciativas, sobretudo de natureza cooperativista e associativa, oriundas da sociedade civil e dos meios populares” (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 15). Apontam também que essas iniciativas assumem diversas formas, de acordo com cada região ou país, indo “de cooperativas de produção e prestação de serviços, passando por bancos populares, clubes de troca e associações de serviços em países latino-americanos, até as cooperativas sociais, as sociedades cooperativas de interesse público, as empresas sociais ou sistemas de trocas locais, entre outros, em países europeus”. O que essas experiências têm em comum e que as credenciam a serem incluídas na chamada Economia Solidária é o fato de elas incluírem a solidariedade nas suas ações econômicas, além de não considerarem estas um fim em si mesmas, mas um meio para obtenção de outros objetivos, entrando aqui em cena a dimensão política que os autores atribuem a mesma. Tal dimensão seria resultado da preocupação não só com as questões de mercado, mas com os resultados também para os impactos da organização da vida local, ampliando, dessa forma, os benefícios de sua ação, não somente ao grupo que integra tais experiências, mas a toda comunidade.

Nesse sentido, Guérin (2005, p. 79) traz estas características para a definição de Economia Solidária quando diz: “O conceito de economia solidária nasceu precisamente para designar as práticas que contribuem para rearticular o econômico às outras esferas da sociedade, na perspectiva de uma sociedade mais democrática e igualitária”.

Para essa autora, as características que unem as mais diversas práticas incluídas na Economia Solidária são duas. A primeira versa sobre as práticas recíprocitárias. Diz a autora :

A economia solidária tem como especificidade combinar dinâmicas de iniciativa e de gestão privadas com finalidades centradas não no lucro mas no interesse coletivo. A finalidade econômica (quer se trate de produção ou da troca) é acompanhada por uma finalidade social: produzir vínculos sociais e solidariedade, não uma solidariedade abstrata e institucionalizada, mas uma solidariedade de proximidade; o auxílio mútuo e a reciprocidade estão no âmago da ação econômica. (GUÉRIN, 2005, p.80)

Como segunda característica, aponta a ocorrência de “espaços públicos de proximidade”, nos quais acontece uma construção conjunta da demanda e da oferta.

Como vimos acima, esses autores recorrem à pesquisa de Polanyi sobre a origem econômica do nosso tempo, para embasar seus argumentos. França Filho e Laville (2004) apresentam quatro princípios de comportamento econômico associados cada um a um modelo institucional que contribui para o entendimento do tema.

O primeiro é o princípio da **domesticidade**. Segundo os autores acima citados (p. 32):

Ele consiste em produzir para seu próprio usufruto, ou seja, a prover as necessidades do grupo... O modelo da domesticidade é o do grupo fechado. O que determina o núcleo institucional é indiferente, pode ser o sexo (como em relação à família patriarcal), o lugar (como em relação ao vilarejo), ou o poder político (como em relação ao poder senhorial),

Nesse modelo, não importa o tipo de organização interna e a dimensão do grupo.

Outro princípio é a **reciprocidade**. “Ela corresponde à relação estabelecida entre várias pessoas, por meio da sequência durável de dádivas. A reciprocidade é, por consequência, fundada sobre a dádiva como fato social elementar – a existência da dádiva estando ligada a uma contradádiva” (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 32). Esse princípio leva em consideração que as transferências são inerentes às relações humanas, “o fundamento da dádiva é que os objetos não são separados dos doadores e representam essencialmente uma relação social...” (p. 32). O conceito de dádiva é tomado de Mauss (1978) e é composto de três componentes: o dar, o

receber e o retribuir; seu objetivo maior não é a satisfação utilitária das necessidades, mas o de perpetuar laços sociais.

O terceiro princípio é o da **redistribuição**, segundo o qual se pressupõe a existência de uma autoridade encarregada de organizar o armazenamento e distribuição da produção. Polanyi (citado por FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 33), explica assim esse princípio:

Evidentemente que é o modelo institucional da centralidade que permite a redistribuição. Ele supõe uma autoridade e uma divisão do trabalho entre os representantes dessa autoridade e os outros membros do grupo humano. Como as relações do grupo dirigente com os dirigidos distinguem-se segundo os fundamentos do poder político, a redistribuição implica modelos, indo da divisão livremente consentida até o medo da punição.

Por último apresentam o princípio do **mercado** como “lugar de encontro entre oferta e demanda e de bens de serviço para fins de troca. O mercado possui, então, a particularidade de funcionar segundo o registro de um modelo institucional que lhe é próprio: a troca, repousando sobre um equilíbrio entre oferta e demanda” (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 33). Oferta significa a quantidade de bens e serviços que estão aptos a serem oferecidos; demanda é a quantidade de bens e serviços que as pessoas podem consumir. A troca pode ser uma transação de compra e venda, podendo ser com pagamento em moeda, pagamento em espécie ou escambo.

Conforme esses autores, há uma mudança nesse quadro no século XIX. Até então todos esses princípios tinham papel importante em todos os sistemas econômicos conhecidos. Não havia separação entre o econômico e o social. Nas sociedades tradicionais, existentes até então, a manutenção dos laços sociais tinha primazia sobre a produção de riquezas.

A economia estava imbricada nas relações sociais, segundo a expressão de Polanyi. Ou seja, a perenidade das estruturas sociais e das relações entre pessoas era proeminente. A esse respeito, mesmo os mercados tendo existido anteriormente, a sociedade do século XIX aparecera diante daquelas que a antecederam como portadora de uma inovação fundamental: a atividade econômica encontrava-se isolada e atribuída a um mecanismo autorregulador, isto é, aquele da troca, que assegura a distribuição dos bens por meio, unicamente, dos preços, neste sistema econômico que é a economia de mercado (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 35).

De papel circunscrito e limitado nas relações entre as pessoas, a partir do século XIX, na modernidade, “a troca passa a desempenhar um papel primordial na coordenação das ações humanas” (p. 35). É o que designa, para eles, a economia mercantil, contrapondo o conceito de economia não mercantil abordado adiante. Isso ocorreu, na visão desses autores, por ela se

adequar aos princípios da modernidade, com os valores do individualismo liberal, o racionalismo, a moral utilitarista. Nesse sentido, afirmam os autores:

Se o mercado é escolhido como mecanismo autorregulador, é porque ele permite ancorar as relações interindividuais na esfera dos interesses, além de preservar estas relações da forma destruidora de paixões. Num mundo onde plana a ameaça do caos, perseguir atividades lucrativas e a acumulação de riquezas – que passam pela retirada das proibições enquadrando e restringindo o funcionamento do mercado – , parece poder fornecer um fundamento realista a uma ordem social viável, apresentando a vantagem de previsibilidade e da constância e evitando o retorno à ordem antiga (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 37).

Apesar de supremacia dessa forma econômica, ela não extinguiu as outras formas que existiam previamente, como a economia baseada nas pequenas empresas de economia familiar, sendo setor forte na Europa até a metade do século XX.

Além da economia mercantil, baseada no princípio do mercado, conforme visto acima, podem ocorrer outros dois outros tipos de economia baseados nos princípios expostos. Uma economia não mercantil, baseada no princípio da redistribuição, no qual a figura do Estado aparece como fundamental, pois é ele que se apropria dos recursos para distribuí-los. A outra é a economia não monetária, baseada na reciprocidade, na qual o sistema de trocas é norteado pela lógica da dádiva, conforme já visto acima (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p.116).

O que Polanyi chama de “a grande transformação” é o resultado da contradição do crescimento das desigualdades, justamente o que a economia mercantil se propunha a suprimir. Com isso, nos anos 30 do século XX ocorre emergência de um mercado outra vez regulado, principalmente em relação ao trabalho, à terra e à moeda.

Dizem os autores (p. 58):

O direito social é um dos principais instrumentos destinado a corrigir os efeitos perversos do mercado pela mediação estatal. No centro desta transformação, encontra-se o fracasso da utopia de mercado demonstrada através da instalação de um protecionismo social exercido pelo Estado. O Estado, ao passo que se encarrega desse protecionismo, também se reforça como autoridade central. Após a emergência da comunidade política fundadora da modernidade, a constituição progressiva de um espaço próprio para o social confere um papel protetor central ao Estado que modela a aplicação dos princípios de direitos humanos e representação política nas empresas. São assim, ratificadas a separação e a complementaridade entre a economia mercantil e o campo social, lugar da intervenção estatal corretiva.

Essas características e relações aprofundam-se após a Segunda Guerra Mundial, gerando o chamado Estado-Providência. Temos, então, a regulação da sociedade sob a responsabilidade do mercado e do Estado, processo esse que marcou os séculos XIX e XX.

Para os autores: “A sinergia entre mercado e Estado repousa sobre a separação e a hierarquização das economias. A economia mercantil, governada pelo princípio do mercado, e a economia não-mercantil, governada pelo princípio da redistribuição, ocupam um lugar cada vez maior em detrimento da economia não-monetária, regida pelos princípios da reciprocidade e da administração doméstica” (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 64).

Assiste-se à emergência da sociedade salarial, do sistema de regulação keynesiano e do fordismo.

Segundo França Filho e Laville, ocorre a partir dos anos 70 uma dupla crise nessa sinergia Estado-Mercado. A primeira representa uma crise de valores, com o movimento de 68, o aparecimento dos movimentos sociais, a descrença no crescimento material e o questionamento do papel do Estado. A essa crise seguiu-se a crise econômica, com modificações nos mercados e nas técnicas. Entram em crise o Estado-Providência e a sociedade salarial. Relatam os autores: “com a dupla crise, o otimismo progressista, segundo o qual, graças aos instrumentos de controle econômicos e sociais poderia edificar-se para todos uma sociedade-providência, enterra-se” (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 77).

É essa tessitura econômica e social que vê aparecer as novas formas de economia social no âmbito francês e europeu. Com a crise, tanto de valores quanto a econômica, alguns dos itens, que anteriormente foram relegados, reaparecem. Os autores, então, baseados nos três tipos de economia – a mercantil, a não mercantil e a não monetária, defendem a ideia de uma economia plural, que deve vigorar nesse novo cenário, com novas correlações e sinergias. Chamam a atenção para o fato de que, na prática, não é somente a economia mercantil que se reflete em prosperidade econômica, mas que sua própria prosperidade depende dos outros tipos – tanto nas infraestruturas financiadas pelos poderes públicos como também nas relações familiares, associações etc., que pertencem ao setor não monetário e que contribuem também para o processo de socialização dos indivíduos (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 117).

Ao se basearem nesse conceito de economia plural, os autores aventam a possibilidade de se pensar na economia de forma mais ampla, em que ocorre uma complementaridade entre os três tipos de economia, não a reduzindo exclusivamente ao domínio do mercado. Portanto, segundo

essa visão seria possível pensar outras formas de produção e distribuição de riquezas, não se opondo contra o mercado, mas com o mercado, “entretanto sob a condição de que seja submetido a outros princípios, ou melhor, que ele seja enraizado, isto é, imbricado junto a outros registros de práticas” (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 118).

Com base nesse cenário de economia plural, os autores localizam a economia solidária

como um conjunto de atividades contribuindo para a democratização da economia a partir de engajamentos de cidadania, o desafio que se coloca a este fenômeno, a nosso ver, não é aquele de um substituto da ação estadista, como uma perspectiva filantrópica, por exemplo, que seria sintomática de um processo de desregulamentação da economia. Mas ao contrário, seu objetivo é muito mais de uma articulação junto à esfera pública a fim de produzir uma reimbricação da economia num projeto de integração social e cultural. É neste sentido que consideramos que a economia solidária se apresenta como emanção de ações coletivas, buscando a instauração de novas formas de regulação, tanto no plano internacional quanto no local, a fim de completar as regulações nacionais ou suprir as suas falhas.

Ao proporem essa conceituação para o que, em sua visão, seja a Economia Solidária, eles pretendem que haja uma diversidade de estratégias para o enfrentamento da realidade social. Nesse sentido, apontam: “a economia solidária pode situar-se como um elemento numa estratégia de repartição do emprego articulada a uma estratégia de não-diferenciação das formas de trabalho e uma estratégia de multiplicação das formas de trabalho”.

Mas advertem:

Certamente que uma tal perspectiva não oferece a doce ilusão de uma solução mágica de saída da crise. Entretanto ela pode contribuir à custa de esforços de modelização, de avaliação, de trocas que permanecem amplamente a realizarem-se, com uma maior visibilidade das relações entre a economia e a solidariedade, o que constitui também um desafio democrático (FRANÇA FILHO e LAVILLE, 2004, p. 93).

A ideia de economia plural, apresentada pelos autores, é primordial para o entendimento que apresentam do conceito de Economia Solidária. Nessa tessitura, a economia é mais do que a relação com o mercado, através de racionalidade econômica, com a lógica - muitas vezes naturalizada do capitalismo. Outras lógicas são resgatadas e recriadas para darem cabo da demanda que compõem a nova realidade social e econômica da atualidade. É o que reforçam Chanial e Laville (2006, p. 53), ao proporem: “A economia social, como a economia solidária, só faz sentido com relação a uma economia plural, isto é, uma economia que não se reduz à sociedade de capitais e ao mercado, na qual várias lógicas econômicas possam se desenvolver”.

Vemos, mais uma vez, a relevância da visão de uma pluralidade econômica, que saia da relação hegemônica economia-mercado que tem vigorado no capitalismo. Essa nos parece uma das condições para que a Economia Solidária possa se fazer presente, não apenas de forma marginal, mas de se fortalecer frente às possíveis formas de relações econômicas a serem adotadas para o enfrentamento da exclusão social causada pelas formas econômicas adotadas até agora.

Outro ponto que os autores que trabalham sob essa abordagem consideram essencial é a relação dentre as dimensões política e econômica que porta a Economia Solidária. Baseados em Habermas, eles enfatizam as possibilidades dos **espaços públicos de proximidade**, uma das características que definem a Economia Solidária, conforme visto com Guérin (2005) anteriormente. França Filho e Laville (2004, p. 92) justificam a importância de tais espaços, citando Habermas quando diz que “A existência de agrupamentos voluntários nos quais os fundamentos da ação escapam às lógicas mercantis e burocráticas torna-se determinante para a elaboração de instituições que retiram sua força da [...] potência da integração social que representa a solidariedade” (HABERMAS, 1990, p. 122).

Nesse sentido, ao comentar sobre iniciativas de Economia Solidária no Brasil, França Filho (2006, p. 298) diz:

Existe em tais iniciativas um entrelaçamento entre dimensões política e econômica. Os espaços públicos de proximidade apresentam probabilidades cada vez maiores de se manterem na medida em que conseguem engendrar evoluções positivas nas condições socioeconômicas de vida dos sujeitos envolvidos. Reciprocamente, estas transformações são ainda mais inclinadas ao êxito na medida em que suas práticas sejam capazes de gerar espaços públicos de proximidade capazes de promover uma abordagem diferente da atividade econômica – onde esta representa mais do que um meio para se alcançar fins solidários.

Ele consegue ver nas experiências com tais características a comunhão das dimensões econômica e política de que seriam portadoras.

O autor (p. 298) destaca como entende a noção de espaço público, utilizada nessa análise. Para tanto, diz:

A noção de espaço público é aqui considerada numa acepção original, em que se destaca seu duplo sentido: ao contrário de uma dissociação entre espaços público e econômico, sua constituição é relacionada ao desenvolvimento da atividade econômica e aos atores que se encontram nela envolvidos.

A Economia Solidária, sendo portadora de tal característica, é capaz de promover não só o desenvolvimento econômico de seus membros, mas, atrelado e imbricado a isso, o desenvolvimento social e político dos mesmos. Entretanto, segundo o autor, ela não é condição única para prescrever o sucesso de tais empreendimentos, pois a tessitura social e econômica na qual estão inseridos por vezes é das mais precárias. Justifica assim sua posição:

Em economia solidária, a capacidade de preservar o espaço público de proximidade, isto é, um espaço dedicado à própria expressão dos participantes que decidem agir para resolver seus problemas comuns, é, portanto, importante para o devir da dinâmica coletiva; entretanto, ela não parece suficiente para a superação completa da situação de marginalidade em se que encontram tais iniciativas (FRANÇA FILHO (2006, p. 298).

Superar os desafios impostos pela precariedade preservando os espaços de interação é um dos desafios a serem enfrentados pelos que se aventuram nessas experiências.

Embora preservando todos os componentes de análise e as características do fenômeno analisado, os autores aqui tratados distinguem sua nomenclatura entre as realidades do Brasil e da França. Quando dirigem o olhar para a França, França Filho e Laville (2004 e 2006) designam tais práticas como economia social solidária, em virtude da referência história de formação de uma economia social naquele país⁴. Quando olham para o Brasil, tratam de Economia Popular Solidária (FRANÇA FILHO, 2006), justificados pelo grande vínculo que possuem com a economia popular, muito presente na tradição da história do trabalho no país.

Dedicamos um tópico próprio para discutir as diversas terminologias que encontramos quando adentramos ao tema. Aqui apresentaremos os conceitos que ajudam a entender a abordagem que os autores fazem da Economia Solidária, segundo essa vertente.

Vejamos a definição de França Filho (2006, p. 58) do conceito de Economia Popular:

A economia popular diz respeito a um conjunto de atividades de produção, comercialização ou prestação de serviços efetuadas coletivamente (e sob diferentes modalidades do trabalho associado) pelos grupos populares, principalmente no interior de bairros pobres e marginais das grandes cidades latino-americanas. Tais grupos se estruturam, em geral, de modo bastante informal e encontram nas relações de reciprocidade tecidas no cotidiano de suas formas de vida (ou seja, nos próprios laços comunitários) os fundamentos de tais práticas.

O autor chama a atenção para não confundirmos essa economia com a economia informal, já que esta, segundo ele, refere-se, principalmente, a iniciativas individuais, sem laços com a

⁴ Ver França Filho e Laville, 2004; França Filho e Laville, 2006; Laville e Chanial, 2006.

comunidade; repetem a economia mercantil, com o diferencial que não são acompanhadas do registro legal da atividade.

A economia popular é composta comumente por excluídos das esferas formais da economia, com níveis de renda normalmente baixos, que permite somente a sobrevivência dos grupos; a que o autor chama de “reprodução simples” da vida. Um dos desafios é ampliar essa situação para culminar na “reprodução ampliada” da vida. Condição essa que é caracterizada quando se observa o impacto também nas condições de vida que extrapolam o plano individual, como melhora nas relações, na infraestrutura urbana, por exemplo (FRANÇA FILHO, 2006). O autor coloca esse desafio como sendo não só da economia popular, mas também da solidária. A participação e envolvimento das pessoas nos projetos e o respeito ao modo de organização do trabalho, normalmente pautados na solidariedade, compõem as qualidades essenciais dessa economia.

França Filho (2006, p. 59) apresenta como desafio dessa união entre o popular e o solidário, que resulta na economia popular e solidária, o de adquirir um certo nível de institucionalização de tais práticas, a fim de impactar de modo mais decisivo sobre o meio ambiente social e político do locais onde se pratica, ao mesmo tempo em que preserva suas qualidades de base como a solidariedade, o trabalho comunitário, a cooperação e a gestão democrática de projetos.

Assinala alguns dos desafios impostos para a consolidação e a manutenção dos projetos da economia popular solidária. A primeira diz respeito a superar a cultura política tradicional, baseada no assistencialismo, clientelismo e relações personalísticas, presentes nos meios associativos populares. O segundo versa sobre a necessidade de aumento de qualificação e profissionalização das pessoas envolvidas nos projetos de economia popular solidária. O terceiro coloca a gestão desses empreendimentos e suas lógicas contraditórias, ou seja, “entre a eficiência técnica, a legitimidade social e os objetivos solidário e democrático dos projetos” (p. 60). O desafio no caso é não se render à lógica do mercado, relegando os valores democráticos e solidários; a busca do equilíbrio é o objetivo a atingir. No quarto desafio, o autor apresenta o reconhecimento público desse campo, com a construção de um marco legal que o legitime.

Esse último desafio aponta para um ponto que os autores acima tratam com relevância - são as políticas públicas relacionadas à economia solidária.

França Filho (2006, p. 260) fala sobre “política em construção”, pois entende que ainda são recentes tais práticas no país e um segundo ponto que justifica tal conceito é a da diversidade de interpretações sobre a Economia Solidária; daí decorre uma diversidade de como colocá-las em prática. Para o autor, “Esta heterogeneidade compreende, ao mesmo tempo, o nível de estruturação e o lugar destinado à política na arquitetura governamental, a concepção e a participação social na política, bem como no modo de implementação em relação ao conjunto do território nacional...”.

Para contextualizar tal discussão, o autor diferencia as políticas de geração de emprego e as políticas de geração de trabalho e renda. Frente ao cenário que compunha o mercado de trabalho até tempos atrás, o que prevalecia era uma política de geração de empregos, pois esse era o paradigma de uma classe assalariada, na qual trabalho era quase que inseparável de emprego. E, para esse cenário, a questão básica era qualificar profissionalmente as pessoas visando à empregabilidade dessa mão-de-obra para o mercado de trabalho formal, que seria capaz de absorver a todos os que fossem qualificados. Nessa visão, o desemprego era um problema quase unicamente ligado à baixa qualificação profissional. Sabemos que esse modelo não se sustenta. Já tratamos desse ponto em nossa dissertação de mestrado.

A entrada em cena de políticas públicas de Economia Solidária, segundo França Filho (2006, p. 261), “diante de um contexto apresentando sinais muito claros de um processo que Singer chama de ‘desassalariamento da economia’, parece refletir um salto (em termos de ênfase discursiva) da noção de políticas de emprego para a ideia de políticas de geração de trabalho e renda”. Apesar de considerar esse avanço, o autor apresenta como risco uma interpretação que identifique essa política com a possibilidade de precarização das condições de trabalho. Esse risco torna-se realidade quando, “na prática política enfatiza-se simplesmente a organização da economia informal sem maiores consequências estratégicas ou uma visão de desenvolvimento que a acompanhe” (FRANÇA FILHO, 2006, p. 261). O autor dá ênfase às possibilidades contrárias, as da geração de trabalho e renda apontar para novas possibilidades nas relações de trabalho. Diz ele: “Trata-se aqui de uma discussão sobre os novos paradigmas que devem ser pensados em relação ao futuro da chamada sociedade do trabalho, apontando a importância de se pensar novos marcos e sistemas de regulação relativos ao funcionamento da economia real”.

O autor apresenta uma série de características que uma política pública voltada para a Economia Solidária deve apresentar, baseado em casos de sucesso das mesmas.

A primeira refere-se a ser uma política em construção, refletindo a heterogeneidade das concepções e metodologias de ação.

Dentro das políticas de geração de emprego e renda, dentre as quais as envolvidas na Economia Solidária, o autor aponta duas concepções vigentes, demonstrando a heterogeneidade das mesmas. Uma, ele a chama de concepção insercional-competitiva e, a outra, denomina-a concepção sustentável-solidária.

Na primeira, a importância da qualificação profissional é primordial, embora critique e se diferencie da anterior por não considerar que a qualificação seja condição suficiente; ela deve adaptar-se às demandas reais do mercado. Outra ênfase dessa concepção é a “necessidade da organização da economia informal numa perspectiva de inserção sócio-econômica” (FRANÇA FILHO, 2006, p. 261). Os valores difundidos são os do empreendedorismo.

Trata-se de uma visão que acredita nas possibilidades de promoção do desenvolvimento via inserção da massa de desempregados e subempregados, sobretudo o público vivendo precariamente na economia informal, na economia de mercado sob a forma de novos micro e pequenos empreendedores. A visão, neste caso, está centrada numa maior organização e estruturação da economia informal, sobretudo em termos de reforçar sua lógica de eficiência econômica enquanto negócio produtivo.

Os marcos legais são os da economia de mercado.

A segunda concepção apresentada pelo autor, a qual chama de concepção sustentável-solidária, reconhece e concorda com a importância da primeira concepção. A diferenciação da mesma se dá por tratar-se de

uma concepção que insiste antes de tudo sobre a construção de estratégias territoriais de desenvolvimento em torno do fomento de uma outra dinâmica econômica, baseada na construção e fortalecimento de circuitos socioprodutivos locais integrados ao tecido das relações sociais, políticas e culturais de um lugar. [...] trata-se, portanto, de uma concepção de política estratégica, na medida em que pensa o desenvolvimento centrado em contextos territoriais específicos (FRANÇA FILHO, 2006, p. 262).

Não é dada ênfase somente à eficiência econômica, mas também a outras dimensões, tais como a social, política, cultural e ambiental. Nesse sentido, novos marcos institucionais devem ser fundados, com o objetivo de promover uma outra dinâmica econômica, baseada na articulação do potencial de formas não capitalistas de produção com outras iniciativas na sociedade civil.

Enquanto uma tem ainda o horizonte do mercado formal como cenário, e a única lógica possível é a econômica, a outra elege não somente o econômico, como também o social e o político como alvos igualmente importantes.

No referente à metodologia, a primeira privilegia ações para formalizar grupos informais, sob a lógica do empreendedorismo e a preparação para serem competitivos no mercado. A segunda privilegia, segundo o autor (p. 263), “o fortalecimento da própria sustentabilidade territorial com base na constituição de outros circuitos de relações de trocas econômicas em que a solidariedade adquire centralidade”.

Outra característica das políticas públicas apontada pelo autor é a de uma política fundada em interações recíprocas. França Filho (2006, p. 264) explica assim esse ponto:

Uma política fundada em interações recíprocas significa dizer que elas não são concebidas em gabinetes ou ‘de cima para baixo’ (do Estado para a sociedade, por exemplo), mas, ao contrário, supõe uma relação dinâmica com a sociedade civil, fundada em articulações e interações diversas.

Uma forte vocação indutiva é a terceira característica apresentada pelo autor. Ela refere-se a pensar a política pública para a Economia Solidária como um modo de desenvolvimento, não ficando restrita a ser uma reação, mas a induzir processos de organização e desenvolvimento. Ao buscar primeiramente a auto-organização do coletivo a fim de atingir o desenvolvimento sustentável, ela visa a uma mudança da realidade, “de passagem de um simples estado de reprodução das condições básicas de vida, para uma possibilidade de reprodução ampliada do modo de vida, o que permite transformações institucionais efetivas nas condições mais gerais de existência das pessoas num território (FRANÇA FILHO, 2006, p. 266).

Por último, apresenta a característica de ser uma política de “organização da sociedade”. Nessa, a vocação das políticas públicas para a Economia Solidária não é a de buscar saídas individuais, mas, sim, coletivas, buscando a organização não só econômica, mas de todas as instâncias da vida. Segundo o autor (p. 266): “Trata-se de buscar operar novas institucionalidades ou marcos regulatórios territoriais, ressignificando o sentido das práticas econômicas que vão se operar em relação estreita com a própria vida social, política, cultural e ambiental nos seus respectivos territórios”. Os resultados dessa política se dão a longo e médio prazo.

Apesar de apresentar as características acima em sua análise das políticas públicas como cenário a ser atingido, o autor (p. 267) reconhece a dificuldade de sua efetivação e os grandes

desafios impostos. O maior é apontado como a falta de “um marco institucional que fortaleça este campo de práticas, o que torna as iniciativas políticas desse gênero muito vulneráveis em relação às conjunturas políticas”.

Esses são os principais pontos abordados por essa corrente de estudos da Economia Solidária, no Brasil, com forte influência dos autores francófonos. Como vimos, baseiam-se em Polanyi também indo buscar em Habermas contribuições para discutir o papel da sociedade civil e bem como um dos conceitos básicos dessa vertente, os espaços públicos de proximidade.

Outra vertente que encontramos no Brasil e, pelo que pudemos apreender, serviu de base para muitas das ações, debates e construções teóricas sobre o tema no país, é a representada pela vertente marxista de análise das relações de trabalho.

1.2 Paul Singer – Economia Solidária rumo ao socialismo

Paul Singer é o maior representante dessa corrente que liga autogestão, cooperativismo e Economia Solidária ao projeto de socialismo e mudança social. Isso é claro no texto “Autogestão e socialismo: oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão”. Diz o autor (1999, p. 24):

A primeira hipótese é que o projeto socialista não se limita à economia. Mas no que se refere à economia não há dúvida que a autogestão é a forma de organização gestada pela experiência histórica que melhor permite alcançar os valores do socialismo, ou seja, igualdade e democracia. [...] A proposta do socialismo vai além da economia: alcança a cultura, a sociabilidade, é um projeto de reorganização de toda a sociedade humana, da infra à superestrutura, e portanto não deve ser reduzida a uma proposta econômica, como muitas vezes se faz.

Coloca que a autogestão é resultado de um século e meio de experiências, a partir de Robert Owen. E a defende como a forma dada pela experiência histórica de encontrarmos a igualdade entre os que participam da produção e da distribuição. Defende a viabilidade dessa economia socialista mesmo dentro da economia capitalista.

Vemos aqui que Singer considera a história da autogestão imbricada com o cooperativismo e a Economia Solidária. Considera as três simultaneamente, embora não como sinônimos, cada uma aparece “portando” as outras.

A segunda hipótese é apresentada por ele com uma série de experimentos bem sucedidos dentro desses princípios. Oferece exemplos de cooperativismo estudado por John Stuart Mill na França e Inglaterra no século XIX, bem como exemplos do século passado, como a fábrica de relógios Lip. Aqui no Brasil apresenta exemplos mais recentes, como as empresas ligadas à ANTEAG⁵. Outro exemplo ilustrativo são as cooperativas agrícolas resultantes da reforma agrária em diversos países da América Latina e, especificamente no Brasil, as cooperativas do MST⁶. Os kibuts em Israel, o Complexo Cooperativo de Mondragón na Espanha e as cooperativas agrícolas e outras empresas autogeridas, como escolas, hospitais compõem o quadro de experiências bem sucedidas nas quais Singer justifica sua hipótese.

Na terceira hipótese apresentada, Singer (1999, p. 27) defende que “os casos em que a autogestão vingou do ponto de vista tanto econômico quanto político, foram os casos em que se formou uma forte, embora pequena, economia autossuficiente, com em Mondragón e nos *kibbutzim*”. Defende que a pequena cooperativa, isolada é frágil e com grande probabilidade de fracasso, pois suas exigências aos trabalhadores são muitas e difíceis de serem suportadas por muito tempo. Diz Singer (1999, p. 27):

Se, em algum momento, a economia autogestionária tiver que ser uma alternativa viável e competitiva com o capitalismo, ela terá que ter vigor econômico e terá que oferecer ao trabalhador condições, no mínimo, comparáveis às que ele tem como trabalhador assalariado numa empresa capitalista.

Essa observação nos parece importante quando focamos os objetivos deste trabalho, que visa a entender como os jovens, que se relacionam com os empreendimentos econômicos solidários, significam a possibilidade dessa alternativa de trabalho se constituir como projeto concreto para seu futuro. E entendemos que ela se constitui como alternativa a partir do momento que eles consigam vislumbrar melhores condições de vida – não só do ponto de vista econômico, mas também social – ao se verem trabalhando nos empreendimentos da Economia Solidária. Se essa condição não se estabelece minimamente, as dificuldades de encontrar trabalho para os que nela atuam falam mais alto, aparecendo a possibilidade de afastamento dos jovens dessa possibilidade de inserção social. Contudo, baseado em dados do Atlas da Economia Solidária no Brasil (BRASIL, 2007a) a grande maioria dos empreendimentos ainda não é capaz de oferecer

⁵ Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogeridas.

⁶ Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

tais condições, com exceção de alguns poucos, mais estruturados, formados a partir de empresas recuperadas.

A quarta hipótese corresponde à necessidade de a autogestão ser implantada por meio da formação de comunidades primeiramente isoladas. Singer contrapõe essa afirmação à visão tradicional de que o socialismo se imporia através da conquista do poder do Estado e, a partir daí, entregaria as empresas aos trabalhadores, com a organização através da autogestão. Ele ilustra essa hipótese com a história da autogestão na Iugoslávia e aponta para a quinta hipótese, afirmando que “a experiência da Iugoslávia foi um malogro”. Nessa hipótese, Singer, 1999, p. 29) defende que

o desenvolvimento da autogestão não pode se dar de cima para baixo, por iniciativa do poder estatal. Esse desenvolvimento tem de se dar por um processo de livre aprendizado, em que cada autogestor tenha a possibilidade de abandonar a experiência e se inserir em outro modo de produção.

Ele defende a adesão voluntária como condição de sobrevivência do socialismo e sustenta: “Assim como o capitalismo é capaz de sobreviver tolerando experiências socialistas em seu seio, o socialismo tem de poder fazer o mesmo! No mínimo tem que ser tão liberal e tão robusto a ponto de aguentar a competição com outros modos de produção” (SINGER. 1999, p. 29). Defende que a autenticidade das cooperativas está baseada na liberdade de opção que os membros desfrutam.

A sexta hipótese apresenta o argumento de que “o desenvolvimento da autogestão equivale à transição ao socialismo no terreno da produção e distribuição” (p. 29). Aqui Singer traça um paralelo entre a história do capitalismo que nasceu à margem, como alternativa para os excluídos da economia dominante; e a história da autogestão nos dias atuais, que se alimenta das contradições do capitalismo, tais como o desemprego e a exclusão social. Ele diz que não acredita que a história do socialismo irá repetir a do capitalismo, mas que apresentam esse ponto em comum.

Ao defender seu argumento, afirma Singer (1999, p. 30):

Nessa quadra da história do capitalismo, no mundo inteiro e no Brasil também, os jovens não têm perspectiva nenhuma a não ser o desemprego, ou a de ficar se educando durante grande parte da vida para um trabalho que, talvez, jamais surja. E os velhos então? No nosso país uma pessoa com mais de quarenta anos que perde o emprego, e são muitos que perdem, tem certeza que não vai conseguir outro. [...] É obvio para mim que a autogestão não é meramente um remédio para o desemprego. É muito mais do que isso.

Mas para que ela seja mais do que isso, tem que começar a ser um bom remédio para essa enorme contradição social que o capitalismo não consegue superar. Se nós, nos diferentes países, conseguirmos, em resposta ao desemprego e à exclusão social, construir empresas tecnologicamente avançadas, de grande porte, democraticamente geridas e que igualem, na medida do possível, todos os seus participantes, ao lado de cooperativas de consumo, tendo toda uma estrutura político cultural ao seu lado, aí sim falar de transição ao socialismo deixa de ser meramente uma esperança.

A sétima hipótese diz que “o desenvolvimento da autogestão como modo de produção alternativo e competidor no seio do capitalismo não estará desligado das demais lutas dos trabalhadores” (p. 31). E, finalmente, a oitava hipótese diz que “com a terceira revolução industrial, há nas empresas capitalistas mais progressistas uma redução das hierarquias, uma redução do autoritarismo capitalista na própria empresa e um aumento da responsabilidade e autonomia dos trabalhadores de linha” (SINGER, 1999, p. 31). O autor assegura que, por hipótese, esse cenário pode indicar uma mudança estrutural na grande empresa capitalista.

Não podemos deixar de apontar aqui o quanto essa hipótese é, no mínimo, controversa. Diversos autores apontam para como essa participação se dá por meio de gestão da subjetividade (HELOANI, 2003). No nosso entendimento, não podemos colocar no mesmo patamar a participação que ocorre em empresas capitalistas e a participação prescrita pela autogestão. Com certeza não têm o mesmo sentido, com certeza não se fala da mesma coisa. Portanto, discordamos de Singer quando este vê uma mudança estrutural portadora de sentidos libertários aos trabalhadores. Uma gestão menos autoritária pode significar apenas uma gestão com mecanismos de controle mais sutis, mais subjetivos. Como bem nos demonstra Heloani (2003), a “gestão participativa” foi uma resposta “interessada” do capital à crise de produtividade que ocorria então. Recorre a uma nova forma de envolvimento do trabalhador no processo de produção. Diante desse cenário nos alerta Heloani (2003, p. 175), “acredito que o reordenamento da subjetividade no interior do processo laboral serve não só para otimizá-lo dentro do quadro de globalização do capital, mas também para garantir, em outras bases, seu domínio sobre a força de trabalho”.

Em nenhum momento Singer faz qualquer análise mais crítica dessa “participação” dos trabalhadores no modo de produção. Em Liboni (2001) fizemos uma revisão crítica da história da participação dos trabalhadores nas empresas, mostrando que, nas atuais formas dessa participação, inovador é apenas o modo com que se combinam as diversas formas adotadas historicamente, não importando a diferença que portavam no passado.

Acreditamos ser necessário elucidar os diferentes sentidos portados pela participação, para aí, sim, podermos dizer se o que está ocorrendo nos empreendimentos da Economia Solidária é um avanço em direção a modos de gestão mais democráticos e participativos ou uma nova forma de controle dos trabalhadores, dissimulada em “práticas participativas”.

A proposta de ser a Economia Solidária uma proposta visando ao socialismo é reafirmada em outro ponto, quando aborda a visão de futuro para as mesmas. Nesse sentido, diz Singer (2001, p. 48):

No entanto, se nós olharmos para mais longe, para uma perspectiva de futuro um pouco maior, se nós pensarmos no Brasil daqui a cinco, dez anos, essa semente que está sendo lançada é muito mais do que uma forma de evitar a marginalização, o desemprego e a pobreza. **Ela é um ensaio de uma economia oposta ao capitalismo.** Isto me parece extremamente importante. É uma grande experiência social e enquanto tal ela é válida em si. Será que ela vai nos levar ao socialismo? Eu acho que é bem possível (grifo do autor).

Como pode ser visto acima e nas palavras do próprio, Singer elege a autogestão como seu principal foco da Economia Solidária, dentre as diferentes ênfases que podem existir. Para ele, “o que diferencia a Economia Solidária de outras formas de organização de produção, do consumo, da distribuição, é a ausência de distinção de classes entre os que se organizam para essas atividades, a democracia na unidade de produção, distribuição e assim por diante” (SINGER, 2005, p. 12).

A unificação das etapas do modo de produção e distribuição é a característica marcante da Economia Solidária, na visão de Singer. Esse aspecto é reforçado na definição que faz do conceito.

Para Singer (2000a, p. 13)

A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados no mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio de unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (capitalismo) (grifo do autor).

A luta contra o capitalismo é outro mote da Economia Solidária, ao ver de Singer (2000, p. 14), que surge com o mesmo e o acompanha durante sua evolução. Mesmo o entendimento do que seja Economia Solidária está ligado a esse ponto. Para Singer

para compreender a lógica da economia solidária é fundamental considerar a crítica operária e socialista ao capitalismo. O que ela condena é antes de tudo a ditadura do capital na empresa, o poder ilimitado que o direito de propriedade proporciona ao dono dos meios de produção: todos os que trabalham na empresa só podem fazê-lo por ato de vontade do capitalista, que pode demitir qualquer um tão logo sua vontade muda.

Outra crítica recai sobre os efeitos fora da empresa, que resultam em uma grande desigualdade de riquezas entre a classe capitalista e a classe trabalhadora, sendo que esta última tem poder monetário apenas que garanta a reprodução da força de trabalho. O autor ressalta que, “dada a tendência estrutural do capitalismo de desempregar, excluir e empobrecer parte da classe trabalhadora, a sociedade tende a se polarizar entre uma elite endinheirada e uma massa de pobres que dependem da venda de sua força de trabalho para ganhar a vida mas não encontra quem a compre, ao salário modal vigente” (2000, p. 14).

Frente a essa tendência “natural” do capitalismo, o autor aponta que a Economia Solidária, caminhando junto com o capitalismo nos últimos séculos, é um projeto que vem sendo posto em prática pelos trabalhadores e estudado pelos pensadores socialistas. Ele aponta como síntese dos resultados históricos desse processo:

1. homens e mulheres vitimados pelo capital organizam-se como produtores associados tendo em vista não só ganhar a vida mas reintegrar-se à divisão social do trabalho em condições de competir com as empresas capitalistas; 2. pequenos produtores de mercadorias, do campo e da cidade, se associam para comprar e vender em conjunto, visando economias de escala, e passam eventualmente a criar empresas de produção socializada, de propriedades deles; 3. assalariados se associam para adquirir em conjunto bens e serviços de consumo, visando ganhos de escala e melhor qualidade de vida; 4. pequenos produtores e assalariados se associam para reunir suas poupanças em fundos rotativos que lhes permitem obter empréstimos a juros baixos e eventualmente financiar empreendimentos solidários; 5. os mesmos criam também associações mútuas de seguro, cooperativas de habitação etc. (SINGER, 2000, p. 14).

O autor caracteriza essas ações como formas não capitalistas de produção, que permitem aos trabalhadores ganhar a vida e lutar contra o capitalismo, em busca de direitos políticos e sociais, ao lado dos sindicatos e partidos.

No cenário atual da economia, podemos encontrar facilmente as características apontadas pelo autor. Grandes contingentes estão marginalizados do mercado formal de trabalho e, frente a isso, formulam formas de sobreviver. Singer (2000, p. 26) vê assim esse quadro:

Grande número de trabalhadores com mais de quarenta anos ou mais jovens, mas de baixa escolaridade pode se considerar definitivamente excluído do mercado de trabalho. Por isso, procura ganhar a vida vendendo bens ou serviços, produzidos por eles mesmos

ou por pessoas de suas famílias. [...] A ideia de se juntar e organizar uma atividade econômica coletiva, à base de participação igualitária nas decisões e no capital não era conhecida e usual à grande maioria dos sem trabalho.

Não podemos deixar de pontuar a visão otimista que é passada por Singer (2000, p. 27-28) ao relatar e falar sobre tais experiências. Em diversas passagens vislumbramos que ele deposita grandes esperanças nas formas coletivas de organização, tanto economicamente, politicamente como na transformação individual e social. Vemos isso em diversas passagens. Exemplificando:

O entusiasmo e o empenho manifestado pelos trabalhadores não fica sem recompensa. Para pessoas humildes, de sempre foram estigmatizadas por serem pobres – sobretudo mulheres e negros, vítimas da discriminação por gênero e raça – a experiência da cooperativa enseja verdadeiro resgate da cidadania. Ao integrar a cooperativa, muitos experimentam pela primeira vez em suas vidas o gozo de direitos iguais para todos, o prazer de poderem se exprimir livremente e de serem escutados e o orgulho de perceber que suas opiniões são respeitadas e pesam no destino coletivo.

Considera que a organização dos empreendimentos pode ser vista como início de revoluções locais, nas quais não somente os trabalhadores são afetados, mas também suas famílias, vizinhos, autoridades, enfim, toda a comunidade. Singer vê as cooperativas como modelos a serem seguidos de relações mais igualitárias, contrapondo-se com experiências de hierarquia e autoridade, que são facilmente encontradas no dia-a-dia das pessoas.

Por fim diz:

O caráter revolucionário da economia solidária abre-se à perspectiva de superar a condição de mero paliativo contra o desemprego e a exclusão. Para os que desconhecem esse caráter, as cooperativas são meros substitutos dos empregos com carteira assinada, que as recessões vêm aniquilando. Se a retomada do crescimento fizer o número de empregos formais voltar a crescer, os que tem esse ponto de vista espera, que as cooperativas deixem de ser necessárias e entrem num processo de definhamento. Há uma boa possibilidade, no entanto, de que estejam enganados. É muito comum cooperadores recusarem empregos, porque, como costumam dizer, “já não aguentam mais trabalhar para patrão” (SINGER, 2000, p. 28).

Acreditamos ser real essa possibilidade quando as condições de trabalho e remuneração são igualadas ou superadas pelos empreendimentos da Economia Solidária, fato que demanda grande esforço de todos e, mesmo assim, na maioria da vezes não é atingido. Na nossa experiência, os trabalhadores, ao sentirem falta dos benefícios trabalhistas de que são portadores quando assalariados, repensam os benefícios do empreendimento solidário, optando, muitas

vezes, pelo trabalho assalariado. Assim sendo, a prática que vivenciamos não condiz com o proferido por Singer.

Quanto às formas de empreendimentos constitutivos da Economia Solidária, a forma básica, na prática, para Singer, são as cooperativas, principalmente as de produção.

Isso fica claro na obra “Introdução à Economia Solidária”, na qual, após localizar historicamente o surgimento da Economia Solidária com o surgimento do cooperativismo de Owen (p. 24-25), o capítulo intitulado “Panorâmica” apresenta diversos tipos de cooperativas como o cenário da economia solidária.

Para o autor, o que ocorre nos tempos atuais é um ressurgimento do cooperativismo, frente ao cenário de desemprego, que vigorou a partir da década de 70.

Diz Singer (2002, p. 111): “O que distingue este ‘novo cooperativismo’ é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento”. Ele situa essas mudanças alinhadas com alterações nos movimentos políticos de esquerda. A primeira refere-se à crise dos Estados do “socialismo realmente existente”, com a dissolução da União Soviética e a Iugoslávia com sua experiência de autogestão. Para o autor (p. 111), essa transformação “levou muitos a se reconciliar com o capitalismo, mas muitos outros sentem-se desafiados a buscar um novo modelo de sociedade que supere o capitalismo, em termos de igualdade, liberdade e segurança para todos os cidadãos”.

A outra mudança referida pelo autor foi a que ele chama de “semifracasso dos governos e partidos social-democratas” que, mesmo vencendo, estando no poder

não conseguiram muito mais do atenuar os excessos do neoliberalismo e preservar mal as instituições básicas do Estado de bem-estar social. Não tentaram reverter a privatização dos serviços públicos nem a desregulamentação das finanças mundiais, submetendo as economias nacionais, sobretudo na periferia, aos ditames do grande capital financeiro global (SINGER, 2002, p. 111-112).

Na concepção do autor, esses acontecimentos fazem com que o foco das mudanças, que, antes, acreditava-se passar pela tomada do poder do Estado, voltem-se para o fortalecimento da sociedade civil. Nesse sentido, aponta Singer (2002, p. 112):

É neste contexto que se verifica a reinvenção da economia solidária. O programa da economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta à do

modo de produção dominante. O avanço da economia solidária não prescinde inteiramente do apoio do Estado e do fundo público, sobretudo para o resgate de comunidades miseráveis, destituídas do mínimo de recursos que permita encetar algum processo de autoemancipação. Mas, para uma ampla faixa da população, construir uma economia solidária depende primordialmente dela mesma, de sua disposição em aprender e experimentar, de sua adesão aos princípios da solidariedade, da igualdade e da democracia e de sua disposição de seguir estes princípios na vida cotidiana, etc.

A visão otimista das perspectivas que a Economia Solidária pode promover fica bem clara quando o autor propõe que ela pode ser mais que uma resposta às contradições do capitalismo. Diz ele:

A economia solidária é ou poderá ser *mais do que mera resposta* à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma *alternativa superior ao capitalismo*. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres capitalistas, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, etc., uma *vida melhor* (SINGER, 2002, p. 114, grifos do autor).

Em outro ponto, afirma (p. 115): “A economia solidária foi concebida pelos ‘utópicos’ como uma nova sociedade que unisse a forma industrial de produção com a organização comunitária da vida social”. Para o autor, a concepção de socialismo utópico fez parte do movimento operário europeu, mas que não sobressaiu à perspectiva da “tomada do poder”. Para essa concepção é possível a existência de um ser humano inserido em um meio social no qual a base são relações de cooperação e a solidariedade e, como resultado, “produzem e reproduzem a igualdade de direitos e de poder de decisão e a partilha geral de perdas e ganhos da comunidade entre todos os seus membros” (SINGER, 2002, p. 116).

Se a visão do autor sobre o poder de reestabelecer relações tanto econômicas, sociais e políticas e, a partir daí, promover uma “revolução”, na qual as empresas caracterizadas por ele de socialistas possam conviver em igualdade de condições com as capitalistas, é real ou não, só no devir de tais experiências é que teremos respostas.

Entretanto, confrontada com a realidade encontrada nos empreendimentos de Economia Solidária a visão “otimista” de Singer é difícil de ser sustentada. Queremos destacar alguns pontos com os quais não concordamos. Atribuir à forma de cooperativa autogestionária como sendo a forma que vai levar à mudança social é esquecer que essa forma já compõe historicamente a economia, não causando significativas alterações.

Singer transpõe as experiências de cooperativismo como história de luta dos trabalhadores para a atualidade, contudo o faz sem considerar as mudanças históricas e sociais que ocorreram nesse mais de um século de história; certamente o capitalismo daquele tempo não é o mesmo de agora. Portanto, a luta não se dá da mesma forma, a realidade social e histórica são outras.

Outro ponto que nos chama a atenção é a afirmação do autor sobre a preferência dos trabalhadores pela Economia Solidária em detrimento ao trabalho assalariado. Também baseados em nossa experiência empírica, bem como nos resultados desta pesquisa, acreditamos que não seja a regra, mas a exceção. Para aqueles trabalhadores engajados no “movimento social” da Economia Solidária, com participação em encontros, fóruns, etc. essa pode ser a realidade. Contrariamente, aqueles que a veem basicamente como uma forma de inserção laboral não compartilham dessa visão, tendo, aqui, o trabalho com o sentido de sobrevivência e, portanto, pode ser trocado por um que considere que vá suprir essa necessidade, não importando se esse é assalariado, conforme visto nesta pesquisa.

Aprofundamos a discussão sobre os limites que, ao nosso ver, a Economia Solidária carrega no tópico abaixo.

1.3 Abordando alguns limites da Economia Solidária

Um exercício que consideramos importante é uma reflexão sobre alguns limites da Economia Solidária, não como crítica, mas como tentativa de melhor delinear e conhecer esse campo.

Esta opção justifica-se por algumas considerações levantadas acerca dessas experiências, que apontam para contradições e desafios. Vamos a algumas delas.

Por todas as características de um empreendimento no campo da Economia Solidária, e levando-se em conta o cenário no qual estes estão inseridos - uma realidade de mercado, regida por princípios capitalistas, de competição de vida e morte entre empresas - consideramos de grande importância o alerta de Spink (2003, p. 84) quando lembra:

Redes solidárias, autogestão e solidariedade podem formar parte de uma frente libertária de pensamento transformadora, mas podem igualmente formar parte de uma frente liberal de dessublimação repressiva e reprodutiva que ao mesmo tempo em que aparentemente abre, reprime e aliena.

Ao falar em dessublimação repressiva, Spink utiliza o conceito de Marcuse (1979), que, ao discutir a unidimensionalidade do homem, descreve o processo acima citado como práticas que aparentemente trazem mais liberdade ao homem, mas que, na verdade, minam a capacidade de resistência, de protesto e mesmo a capacidade de pensar formas alternativas de viver. Palavras e valores que são utilizados em todos os momentos, não importando os aspectos contraditórios que portam, que são incorporados pelos *mass média*, conduzem a uma perda dos verdadeiros significados. Esta capacidade de reconhecer contradições é atribuída pelo autor como consequência do processo de sublimação. Diz Marcuse (1979, p. 85):

Em contraste com os prazeres da dessublimação ajustada, a sublimação preserva a consciência das renúncias que a sociedade repressiva inflige ao indivíduo, e assim preserva a necessidade de libertação... De fato, toda sublimação aceita a barreira social à satisfação instintiva, mas também transpõe essa barreira.

Mais adiante diz (p. 85): “... a perda da consciência em razão das liberdades satisfatórias concedidas por uma sociedade sem liberdade favorece uma *consciência feliz* que facilita a aceitação dos malefícios dessa sociedade” (grifo do autor).

Estão aí as “cooperfraudes e coopergatos” para comprovar essa preocupação. Spink (2003, p. 85) exprime essa inquietação ao fazer perguntas como “Por exemplo, por que as elites podem ter empresas e os pobres têm que ter cooperativas? Por que as elites podem ter contratos milionários de coleta de resíduos sólidos e o pobre tem que se contentar com o lixo seletivo e a reciclagem...”.

Mas, mesmo nos empreendimentos que não podem ser caracterizados como “cooperfraudes ou coopergatos” existe a possibilidade de encontrarmos práticas que reprimem e alienam. Vieitez e Dal Ri (2001, p. 141), ao realizarem pesquisa com empreendimentos de autogestão, concluem que ainda sobrevivem características que determinam o trabalho alienado, tais como “a organização do processo de trabalho, a segmentação profissional, o baixo nível de escolaridade, as diferenciações distributivas e a gestão de quadros”.

Dar maior abrangência às reflexões sobre os limites e, consequentemente, sobre os desafios dessa forma de organização de trabalho poderá resultar em melhor entendimento e contextualização do tema do projeto ao proporcionar a ampliação desse recorte, até agora apenas esboçado.

Pensar nos limites e desafios abre espaço para pensar não só no presente, mas também no futuro. Isso ganha importância à medida que o alvo do nosso trabalho são os jovens e, portanto, o porvir perpassa sempre essa discussão.

Essa preocupação ganha novos contornos quando constatamos que muitos dos jovens que já estão incluídos em empreendimentos desse tipo não o veem como uma possibilidade de futuro, mas apenas como uma solução temporária para o problema do desemprego e almejam a inserção no mercado formal de trabalho como ideal de vida profissional (NARDI e YATES, 2005). Ponderamos se há futuro para esses empreendimentos, caso estes não sejam capazes de tornarem-se uma alternativa realmente válida como modo de produção e reprodução da vida.

Como já dissemos, não temos a intenção aqui de apontar as críticas dirigidas à Economia Solidária por autores que dela desacreditam. Críticas cujo ponto principal aponta, conforme Leite (2009, p. 38) para o “descrédito na capacidade de que as cooperativas possam vir a significar uma experiência social importante baseada em outros princípios que os capitalistas...”. A intenção aproxima-se da hipótese defendida pela mesma autora em sua pesquisa, ou seja:

consiste em entender os empreendimentos cooperativos vinculados à economia solidária como alternativas de inserção social que, embora não tenham a potencialidade de transformação social apontada por aqueles que as consideram germes de uma nova sociedade, podem vir a ser experiências importantes de resistência ao desemprego, apontando para novas formas de sociabilidade – espaços abertos para a constituição de uma identidade coletiva dos trabalhadores e para a recuperação de sua dignidade (LEITE, 2009, p. 48).

O contraponto é, a nosso ver, que para os jovens, como já apontamos acima, o projeto da Economia Solidária depende de uma visão de futuro, na qual está inserido seu projeto de vida, profissional e social, e encontramos na literatura inúmeras leituras que sinalizam que essa não pode ser considerada uma tendência a longo prazo, conforme demonstra a realidade argentina, retratada por Leite (2008).

Do mesmo modo, Georges (2008, p. 18) apresenta dois polos extremos dentro de um quadro interpretativo que leva em consideração as experiências da França e do Brasil. Um que aponta tais experiências que “funcionam localmente como paliativo dos efeitos da economia liberal”. Enquanto o outro sinaliza os potenciais políticos e sociais, portando novas formas de regulação, de democracia mais participativa e na criação de serviços mais próximos às necessidades das pessoas com menor custo. A autora (p. 18), não se enquadrando em nenhum dos

extremos, assinala que “essas iniciativas permitem experimentar novas formas de articulação entre as esferas públicas e privadas, e repensar a divisão social e sexual do trabalho. Tratar-se-ia de re-atribuir novos valores ao trabalho mercantil, não-mercantil e não-monetário, notadamente através da atuação das mulheres nesses empreendimentos”.

Entendemos que novamente um “dilema” está posto, quando Georges (2008, p. 18) em seguida ressalta:

Todavia, numa perspectiva menos otimista, e admitindo a hipótese de que nos encontramos atualmente numa nova fase do capitalismo, visto “por baixo”, num país do Sul, como o Brasil, se coloca a pergunta, no caso das iniciativas da “Economia Solidária” especialmente no campo do trabalho social e do “cuidado”, se não se trataria de uma nova forma de exploração de mão-de-obra, responsabilizando-a por funções de reprodução ... da mesma forma que a produção do “milagre econômico brasileiro” assentou-se, em parte, nos mutirões da classe trabalhadora.

Acredito que a preocupação da autora aproxima-se das considerações de Spink (2003) citadas anteriormente.

Isso nos reporta para o que Leite (2009, p. 34) nos chama a atenção ao lembrar o contexto de expansão dessas experiências,

o de crise generalizada (crise de um modo de acumulação, do trabalho assalariado, de uma forma de estar no mundo, crise ambiental), tais experiências carregam consigo as disjuntivas de risco e possibilidade, de velho e novo, emergindo, portanto, como portadoras a um só tempo de um conjunto de potencialidades e de limites.

Chama-nos a atenção nesse cenário, e vemos nisso um ponto positivo, que as respostas não estão prontas e acabadas, mas por se construir. O conjunto de potencialidades e de limites compõe a realidade nos quais os caminhos podem ser vários, com os mais diversos resultados, conforme encontramos na literatura, tanto com os defensores como com os críticos dessas experiências.

Tomando em consideração todos os pontos vistos acima, tentaremos apontar alguns limites da Economia Solidária, assinalados na literatura, tendo como tessitura a hipótese de Leite (2009) citada anteriormente. Explicitando os limites, acreditamos numa visão mais realista e não mistificada da realidade dos empreendimentos da Economia Solidária.

Focalizando alguns limites encontrados

Em debate com Singer, e como já vimos, um dos principais teóricos e defensores da Economia Solidária no Brasil, Vainer (1999, p. 46) argumenta que a própria expressão

“economia solidária” é contraditória, pois não é possível haver solidariedade nas relações econômicas, que são pautadas por valores como competição, concorrência, guerra de todos contra todos. Nesse sentido, ele diz: “[...] este é o mundo da economia, o mundo da competição, do individualismo, de cada um por si e Deus por todos [...] na verdade, como não há Deus para todos, a vitória é do mais forte.

Acredita ele que a luta dos trabalhadores, historicamente, foi contra a economia, contra as leis e regras capitalistas. A solidariedade, nesse sentido, é a solidariedade contra essas leis, contra as imposições da economia e da tecnologia. A economia não é o lugar para a solidariedade, mas, sim, para a competição, para a lei do mais forte, de forma que, para esse mesmo autor,

[...] um projeto amplo, abrangente de solidariedade é inseparável da crítica da economia. Não é possível construir um projeto de solidariedade social, este é o meu ponto de vista, à margem de uma crítica teórica e prática da economia. Não é possível construir uma alternativa à economia, às leis da economia, nos marcos da economia (VAINER, 1999, p. 47).

Mesmo desacreditando dessa alternativa, Vainer define a relação entre a Economia Solidária e o cooperativismo por meio da expressão “utopia experimental”. Segundo o autor,

A utopia experimental é a vivência, mesmo que limitada no tempo, mesmo que limitada na qualidade, daquilo que poderia ser outro mundo. [...] utopia é uma coisa que não existe; experimental é como se fosse aquela coisa de ter o gostinho de como o mundo poderia ser diferente. E essa coisa de ter o gostinho de como o mundo poderia ser diferente é muito importante, porque é um elemento fundamental de combate à desesperança. A sensação de que os trabalhadores podem ser dignos, se encontrar coletivamente, gerir e autogerir o próprio trabalho, o sentir que o trabalho pode não ser apenas um momento de subordinação e de entrega, mas pode ser um momento de encontro e de construção individual, esses são momentos de utopia experimental. [...] As cooperativas, [...] as associações culturais e esportivas e os vários momentos de festa popular autêntica são momentos de utopia experimental, no sentido de que são momentos de afirmação, no presente, de um futuro possível. (VAINER, 1999, p. 60-61).

Outro autor que apresenta críticas é Qüijano (2002), quando analisa as experiências que denomina de *grassroots organizations*, ou seja, as “organizações sociais de base”, ele conclui sobre tais experiências “que a quase totalidade” não vão além de serem “meras estratégias de

sobrevivência” (p. 488). Qüijano (2002, p. 209) cita Sheldon (1998) ao dispor sobre as reservas de serem vistas como alternativas:

organizações populares não-governamentais, que frequentemente se perdem com a autoadmiração, a ponto de não conseguirem ver os pontos fortes pelos quais são elogiadas, podem constituir uma fraqueza. Por exemplo, face a uma pobreza universal, “pequena escala” pode significar “insignificante”, “politicamente independente” pode significar “sem poder” ou “desrelacionado”, “baixo custo” pode significar “subfinanciado” ou “de baixa qualidade, **“inovador” pode significar apenas “temporário” ou “não sustentável”** (grifo nosso).

O grifo na citação acima é apenas para chamarmos a atenção para as considerações que versam sobre o futuro dos empreendimentos que, como já foi assinalado, deve ser um dos alvos de preocupação quando se enfoca os jovens dentro da Economia Solidária.

Em outra passagem, Qüijano (2002, p. 496) aborda a dependência a apoios externos como limite ao desenvolvimento de tais empreendimentos, pois

surgem por iniciativa ou com o apoio de instituições de ajuda assistencial aos “pobres” (igrejas ou organizações não-governamentais ligadas a elas, como a Cáritas etc.) subsistem e até parecem ajudar no desenvolvimento da consciência social de seus membros em direção a uma ética social de solidariedade. Mas quase todas elas desintegram-se logo que é interrompida a ajuda financeira externa. E as muito poucas que sobrevivem transformam-se em empresas dedicadas, explícita e conscientemente, ao lucro individual e sob o controle e em benefício dos que administram tais organizações “solidárias”.

E em face a tal cenário, o autor pede cautela ao avaliarmos o potencial revolucionário e anticapitalista das mesmas, e, ao mesmo tempo, sobre as rápidas conclusões negativas sobre esse mesmo potencial, trazendo mais uma vez a complexidade da análise à tona.

Características próprias dos empreendimentos, mesmo aquelas que dão suporte à existência dos mesmos, podem portar também alguns dos limites visualizados na literatura. Quando recorremos a Gaiger (2004, p. 376), podemos encontrar algumas dessas características. Ele apresenta a importância da presença de entidades e grupos de mediação como uma das circunstâncias que permeiam o surgimento de empreendimentos. No seu entendimento, tal mediação é necessária à passagem de uma lógica de sobrevivência econômica para uma lógica de emancipação social e econômica. Contudo, apesar dessa visão, apresenta também os perigos dessa situação ao dizer que “o desafio quase invariável consiste em impedir que as mediações

externas resultem em situações de tutela, em interferências prejudiciais ao desenvolvimento da autonomia dos trabalhadores associados”.

O mesmo autor apresenta um outro limite, quando nos lembra que:

não resta dúvida que as experiências de economia solidária deparam-se com infindáveis dificuldades, algumas derivadas precisamente do papel decisivo exercido pelo fator trabalho em sua lógica de funcionamento, o que as coloca diante do paradoxo de terem na sua capacidade de trabalho a sua fonte principal de sustentação e, ao mesmo tempo, a razão de muitas de suas fragilidades. Seguidamente, a desvantagem da empresa solidária deve-se a sua defasagem tecnológica e a seu despreparo técnico-profissional, em termos das competências já adquiridas e em sua capacidade de inovação (GAIGER, 2004, p. 391-192).

O isolamento das empresas da Economia Solidária é retratado por Gaiger (2004, p. 395) como uma fragilidade e, assim, podemos inscrevê-lo como um dos seus limites. Ele retrata essa fragilidade quando constata a “infrequência dos vínculos econômicos entre os empreendimentos”. Esse isolamento deixa as empresas à mercê do mercado, muitas vezes havendo concorrência entre as mesmas. Como resultado, segundo o autor (p. 395), vemos a ocorrência de “sacrifícios, renúncias e compromissos, a contragosto e a contrassenso dos valores e das prioridades afins à lógica da produção solidária”. Segundo Gaiger, isso decorre da situação do modo de produção da Economia Solidária trabalhar em um cenário que lhe é hostil e no qual deve lutar constantemente por seu espaço vital.

Esse cenário de dificuldades traz consequências muitas vezes nefastas aos empreendimentos, podendo mesmo atingir os valores e princípios que os caracterizam. Gaiger (2004, p. 396) apresenta assim essa situação:

Nas condições atuais, os empreendimentos solidários sofrem uma dupla subordinação à economia capitalista: de um lado, estão sujeitos aos efeitos da lógica de acumulação e às regras de intercâmbio impostas ao conjunto dos agentes econômicos; de outro, para responder à premissa de produtividade competitiva, veem-se compelidos a adotar a base técnica do capitalismo, os modos materiais de produção por ele introduzidos continuamente. Tais coerções, naturalmente, cerceiam a lógica econômica solidária, pois as obrigam a enfrentar tensionamentos e a conceder em seus princípios; adotadas sem restrição, terminam por descaracterizar o que há de específico no solidarismo econômico.

Um nível de instabilidade bastante expressivo da maioria dos empreendimentos do cooperativismo popular é apontado também por França Filho e Laville (2004, p. 153), ao

analisarem a Economia Solidária no Brasil. Essa característica limita o desenvolvimento dos empreendimentos, tornando a luta por sua sobrevivência uma prioridade. Eles dizem:

Este [o nível de instabilidade] aparece, em geral, ligado às condições precárias de desenvolvimento dessas iniciativas (sobretudo no plano dos recursos materiais mobilizados, assim como no nível de renda auferido), refletindo as próprias condições de vida dos grupos sociais, e implicando, na maioria das vezes, uma prioridade para a sobrevivência da empresa.

Discutindo o alcance da influência da dimensão comunitária dos empreendimentos de economia popular, mas que podemos relacionar também com os da Economia Solidária, esses autores trazem outra situação que nos ajuda a entender o cenário de dificuldades dos mesmos. Eles discutem a possibilidade desses empreendimentos se constituírem em locais de reprodução ampliada da vida e não somente local de reprodução simples, como observado normalmente. Afirmam França Filho e Laville (2004, p. 164)

Sabemos que em sua grande maioria, as experiências de economia popular, orientadas como são pela necessidade de produzir renda suficiente para a satisfação do consumo básico e da sobrevivência, garantem apenas a reprodução imediata das condições materiais de vida das pessoas, não conseguindo evitar a subordinação em que se encontram em relação à lógica do capital. Elas funcionam, portanto, no plano de uma ‘reprodução simples’ da vida, para usarmos a expressão de Corragio, representando apenas uma pequena extensão da unidade familiar.

Apresentam como desafio aos empreendimentos a construção da capacidade de superar esse cenário de “reprodução simples” da vida para atingir o que denominam de “reprodução ampliada” da vida, que caracterizam por “melhorias das condições mais gerais que afetam o nível de vida das pessoas como as infraestruturas espaciais, a conquista de direitos, a participação política, etc.” (FRANÇA FILHO e LAVILLE, p. 180).

Fazendo um diagnóstico sobre a razão das iniciativas não resistirem a longo prazo em nosso país, esses autores apontam como motivos o excesso de espontaneidade e a ausência de apoio institucional expressivo com causas de impossibilidade de consolidação das mesmas (p. 181). É interessante notar que tanto para esses mesmos autores, como para Georges (2008), é exatamente a situação inversa, ou seja, excesso de institucionalização e presença marcante do Estado um dos problemas enfrentados pela Economia Solidária na França.

A busca do equilíbrio é desafio nas duas realidades. Desafio que influenciará a perspectiva de vida futura dos empreendimentos, bem como todos os demais limites listados anteriormente.

Castel (1998), ao abordar o tema da Economia Solidária, apresenta uma argumentação que demonstra o limite de abrangência de tais atividades. Ele acredita que possam, sim, existir serviços que juntem uma economia monetária e a não monetária, referindo-se aqui a Jean-Louis Laville. No entanto, apresenta a seguinte alegação:

Mas são pouco visíveis socialmente e não ultrapassaram o estágio da experimentação. A preocupação de promover uma “economia solidária”, isto é, de ligar a questão do emprego e da coesão social, de criar vínculos, ao mesmo tempo que atividades, entre as pessoas, é respeitável ao máximo. Porém, na situação atual trata-se mais de declaração de intenção do que afirmação de uma política (CASTEL, 1998, p. 575).

Entendemos os apontamentos acima apenas como uma pequena faceta das reflexões possíveis e necessárias sobre a realidade vivenciada pelos empreendimentos que se localizam na Economia Solidária. Os desafios não são poucos nem simples. Somente nesse levantamento pudemos verificar como limites: a preocupação entre a possibilidade de liberdade ou de repressão; a permanência de práticas de trabalho alienado nos empreendimentos; a possibilidade de constituir em nova forma de exploração do trabalhador; a tese da impossibilidade de existência de solidariedade onde ainda existe o mercado capitalista; de serem meras estratégias de sobrevivência; de seus supostos pontos fortes constituírem-se, em verdade, nas suas fraquezas; a dependência dos agentes externos e o risco de tutela dos mesmos; a defasagem tecnológica e o despreparo técnico-profissional dos trabalhadores; o isolamento dos empreendimentos, que atuam em um meio que lhe é hostil, dentro da lógica do capitalismo; o alto nível de instabilidade do empreendimento; o excesso de espontaneidade e ausência de apoio institucional. A lista é longa e diversa, retratando a própria complexidade e contradições desse campo. E como tal, os desafios são de igual monta.

Sair da dualidade das opções “estar a serviço da economia capitalista liberal” por um lado e do outro “ser a solução que irá levar à transformação social” é um dos desafios aos que se propõem se debruçarem sobre as experiências reais da Economia Solidária. Concordamos com Leite e Georges (2008) que transformações são realizadas e marcas são deixadas naqueles que vivenciam tais experiências e esse fato não é pouco e não pode ser desconsiderado. Compreender

a complexidade das relações sociais e psicológicas que permeiam tais experiências pode ser um dos caminhos possíveis para o dimensionamento do impacto das mesmas na vida das pessoas que delas participam. Como transmitir essas experiências e suas significações para os jovens com que convivem pode ser uma forma de ver tais transformações. E como os jovens vão assimilá-las e vivenciá-las (ou não) podem contribuir para a definição de futuro dos empreendimentos.

1.4 Definindo termos ligados à Economia Solidária

Um dos aspectos que nos chama a atenção quando adentramos ao tema da Economia Solidária é a diversidade de termos que são encontrados relacionados a ela. Economia social, socioeconomia solidária, economia do trabalho, economia popular, economia popular solidária, terceiro setor, autogestão, são alguns deles. São sinônimos? Podem ser usados igualmente para designar o mesmo fenômeno social e econômico? Ou designam fenômenos diferentes? Um dos debates mais profícuos e problemáticos é considerar se a Economia Solidária faz parte ou é sinônimo do chamado terceiro setor, ou não.

Algumas aproximações são mais fáceis, outras mais problemáticas. Pretendemos abordar nesse tópico algumas dessas relações e suas implicações conceituais. Buscando o conceito, suas raízes históricas, seu local de utilização, pretendemos fazer aproximações e diferenciações entre eles. Essa tentativa visa a tornar mais claro o conceito de Economia Solidária no cenário brasileiro.

Iremos iniciar com a definição de termos muitas vezes relacionados à Economia Solidária para depois debater a relação com o Terceiro Setor, alvo de debates mais intensos e contraditórios.

Iniciemos com o termo “economia do trabalho”, utilizado por Coraggio (2009), que aparece frequentemente na literatura sobre Economia Solidária. O autor define assim o termo economia do trabalho:

A economia do trabalho alude às formas de organização da produção de acordo com uma lógica reprodutiva da vida. Nelas se incluem os processos autogestionados pelos trabalhadores, sejam individuais ou coletivos – empreendimentos familiares, associações que organizam a condição de vida, caixas de consórcio e cooperativas. Essas modalidades abrangem também os trabalhos doméstico e comunitário, as diversas formas de associação para melhora dos termos de troca e, certamente, o trabalho assalariado, mesmo sob direção do capital e a tensão relativa à busca por uma crescente

autonomia e emancipação dos sistemas produtivistas, tayloristas ou toyotizados (CORAGGIO, 2009, p. 120).

Quanto ao papel do trabalhador, ele diz: “o trabalhador não é o proprietário de um recurso organizado pelo capital, mas o sujeito da produção, em pugna por sua autonomia a partir do cerne do sistema capitalista” (CORAGGIO, 2009, p. 120).

Em contraponto à economia baseada no mercado e composto por indivíduos utilitaristas e calculistas, o autor propõe para a economia do trabalho a combinação de cinco princípios que têm como base a integração social:

a) autarquia da utilidade doméstica; b) reciprocidade intra e intercomunidades; c) redistribuição nos diversos níveis da sociedade; d) intercâmbios em mercados regulados e livres; e) planejamento da complexidade [...] orientada solidariamente pela lógica da reprodução ampliada das capacidades de todas as pessoas e da qualidade de vida em sociedade (CORAGGIO, 2009, p. 122).

A forma de organização do trabalho dessa economia é a unidade doméstica, que pode se estender por associações, comunidades e redes, sempre com o propósito de melhorar a vida de seus participantes e não apenas da reprodução de suas vidas. Para o autor, o conjunto de unidades domésticas forma o que chama de economia popular e atua em uma economia mista, sob a hegemonia do capital. Para Coraggio (2009, p. 125), a economia social “pode ser analisada como transição da *economia mista* a uma *economia do trabalho*” (grifo do autor), entendida aqui como uma economia que possa satisfazer as necessidades mais amplas das pessoas, o que ele chama de “reprodução ampliada da vida”, em contraponto com a “reprodução simples da vida”.

Vemos, pelo conceito acima, que a base principal dessa economia é o trabalho; ele é o principal recurso para que as pessoas desprovidas do capital possam obter melhores condições de vida, estando seu conceito ligado ao de economia popular.

O conceito de “economia popular”, que já apareceu acima, é outro que frequentemente está imbricado ao tema da Economia Solidária. Vamos a ele. Segundo Icaza e Tiriba (2009, p. 150):

Entende-se por economia popular o conjunto de atividades econômicas e práticas sociais desenvolvidas pelos sujeitos pertencentes às classes trabalhadoras com o objetivo de assegurarem a reprodução da vida social mediante a utilização da própria força de trabalho e a mobilização dos recursos disponíveis. Diz respeito às estratégias populares de trabalho e sobrevivência, entendidas como a arte de criar condições favoráveis para a satisfação das necessidades humanas, tanto materiais como imateriais.

As autoras também se referem ao objetivo de ter a reprodução ampliada da vida e não do capital como objetivo dessa economia, aspecto em comum com a economia do trabalho, descrita acima.

Elas apresentam um panorama de diversas vertentes da economia popular, baseado em diferentes autores. Dentre esses, apresentam as ideias de Coraggio, o qual apontam que revisa sua teoria inicial e a desenvolve com o conceito de economia do trabalho.

Outro autor apontado pelas autoras é Razeto. Lembramos que é atribuída a Razeto a utilização primeira do termo Economia Solidária na América Latina (LECHAT, 2002, p. 130). Para ele, segundo Icaza e Tiriba (2009, p. 152), a economia popular estende-se pela América Latina e apresenta cinco tipos de possíveis atividades “que vão desde atividades ilegais (pequenos delitos, prostituição, etc.), passam por soluções assistenciais, iniciativas individuais não estabelecidas e microempresas individuais ou familiares, até chegar às organizações econômicas populares”. Essas organizações são compostas de grupos que, em práticas associativas e de solidariedade, buscam satisfazer suas necessidades, não só econômicas, mas também sociais e culturais. Para Razeto (apud ICAZA e TIRIBA, 2009), são essas organizações que compõem a base do que chama de economia de solidariedade.

Vemos claramente aqui a ligação que a economia popular tem com a Economia Solidária, corroborando a ideia de que parte das organizações da economia popular são base para a Economia Solidária, como conceito consolidado atualmente. Como lembram Icaza e Tiriba (2009, p. 154), para esse autor tal economia teria o potencial de se transformar em alternativa social, econômica e política; “sob essa perspectiva, a economia solidária é percebida como um horizonte da economia popular, permitindo fazer avançar um projeto de sociedade baseado na solidariedade e na cooperação”.

Outra vertente apresentada pelas autoras são os autores que abordam o tema economia popular baseados em Karl Polanyi, apresentando a ideia de economia plural, tendo a centralidade do princípio de reciprocidade. Apresentam as ideias de Larrachea e Nyssens (1994), para os quais a economia apresenta três polos – o público, o capitalista e o relacional – e a economia popular é apresentada como “‘em tensão’ entre o polo relacional e o capitalista, cuja potencialidade reside justamente em seu enraizamento (“encrastement”) nas dinâmicas sociais e territoriais que fazem parte” (ICAZA e TIRIBA, 2009, p. 152).

Na realidade brasileira, o termo **popular** é frequentemente associado ao de Economia Solidária, justificado pela tradição e história das relações de trabalho no país, marcadas por atividades das mais diversas e heterogêneas, desenvolvidas à margem do sistema capitalista, pelos setores mais pobres. Essa realidade faz parte de praticamente todas as cidades da América Latina.

Kraychete (2000, p. 15) defende o termo popular ao estabelecer que:

convém observar que, face à existência de diferentes denominações – economia popular, economia popular e solidária, socioeconomia solidária – convencionamos designar por economia dos setores populares as atividades que, diferentemente da empresa capitalista, possuem uma racionalidade econômica ancorada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida, e na utilização de recursos humanos próprios, agregando, portanto, unidades de trabalho e não de inversão do capital.

Todavia esse conceito não é unanimidade. Nesse mesmo livro, Singer (2000b, p. 143-144) rebate e critica a ideia proposta de o termo popular ser usado como o definidor para essas experiências vividas. Rebate Singer: “A minha grande dificuldade conceitual, e que vocês jogaram no meu colo, é a Economia Popular [...] a minha crítica a essa definição é a mesma que eu faço ao terceiro setor: é que ela é negativa, só diz o que não é, define pela negação [...] É difícil, é complicado tentar explicar algo meramente pelo fato de não ser uma outra coisa: é muito vago”. Embora reconhecendo que não se pode ignorá-la completamente, em virtude de sua história, afirma que nessa história a palavra **popular** vem carregada com a conotação de **pobre**, designando as classes de baixa renda.

Parece-nos que, com exceção de Singer (2000), o termo popular é aceito pelos autores brasileiros, se não para designar o cenário que se estabeleceu, pelo menos para pontuar que é a partir dessa economia, dita popular, que surgem os empreendimentos que hoje compõem a chamada Economia Solidária.

O termo economia social é outro que comumente aparece relacionado às práticas econômicas abordadas nesse tema. É o conceito adotado mais frequentemente no contexto europeu, onde já tem histórico anterior, similarmente ao que acontece com o termo **popular**, visto acima. Segundo Lechat (2002, p. 124), no Brasil o termo economia social é utilizado quando se fala de políticas públicas, relacionadas às áreas de educação, saúde e moradia popular embora apareça também utilizado no lugar de Economia Solidária.

Defourny (2009, p. 156) assim o descreve:

Uma definição sumária de economia social remete àquelas atividades econômicas concernindo à sociedade de pessoas que busquem democracia econômica associada à utilidade social. Ampliando-se o escopo de significados, pode-se agregar a essa definição o conceito de solidariedade e, concretamente, a hibridação de recursos mercantis, não-mercantis e não-monetários.

Ele representa a longa história da economia social, remetendo-as às práticas associativistas no século XIX, ao socialismo associativista com as cooperativas de produção e ao incentivo do cristianismo através da encíclica *Rerum Novarum* de 1891.

Para Defourny existem duas maneiras de descrever a economia social. A primeira é identificando os tipos de formas jurídicas ou institucionais que a compõem; a segunda forma reside em destacar pontos em comum entre as mesmas.

Quanto à primeira forma, ele destaca que as empresas do tipo cooperativo, as sociedades mutualistas, as organizações associativas e fundações (desde que não visem apenas ao lucro) compõem a economia social. Quanto ao segundo modo, Defourny (2009, p. 158) elege quatro pontos característicos para distingui-las: “a) finalidade de prestação de serviços aos membros ou à coletividade, sendo o lucro secundário; b) autonomia de gestão; c) controle democrático pelos membros; d) primazia das pessoas e do objeto social sobre o capital na distribuição dos excedentes”. Dentre as duas formas, o autor aponta como a mais adequada para a definição do termo a combinação de ambas.

Para o cenário atual da economia social e já assinalando para o termo Economia Solidária, Defourny (2009, p. 159) aponta para um debate, com o qual, pelo que entendemos, não concorda, no qual aparece uma tendência em se criar o que chama de “uma ‘nova economia social’ ou uma ‘economia solidária’ emergente”. Enquanto as marcas da anterior são a existência de forte institucionalização e as grandes organizações, para os que defendem essa nova economia social

esta seria a única portadora de inovações sociais e efervescências democráticas ao se abordarem problemas em destaque neste início de século: desenvolvimento dos serviços de proximidade, reabilitação dos bairros pobres, auxílio às pessoas idosas ou em dificuldades, comércio justo, finanças éticas e solidárias, agricultura sustentável, gestão ambiental dos resíduos ou inserção profissional dos pouco qualificados (DEFOUNY. 2009, p. 159).

Ao discordar do debate, ele apresenta como argumentos a heterogeneidade do conjunto composto pela economia social mais antiga, que eram reflexos dos desafios de sua época, e que,

com seu desenvolvimento, a institucionalização se fez necessária. Ele aponta ser muito comum os dois “tipos” de economia social atuarem juntas nos dias atuais.

Segundo Guélin, citado por Lechat (2002, p. 2) em definição que retrata a atualidade,

ela [a economia social] é composta por organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros (Guélin, 1998, p. 13).

Uma das diferenças encontradas na literatura entre os termos economia social e economia solidária diz respeito ao que compõe o **econômico** do termo. Ou seja, para a Economia Solidária, no Brasil, não é comum considerar as atividades voluntárias como compondo esse setor, ao contrário da economia social, da qual estas são partes integrantes e de grande peso. Singer (2004, p. 7), na apresentação de livro de França Filho e Laville (2004), argumenta:

Seria de se imaginar que o modo solidário de produção seria o correspondente marxista da economia da dádiva de Polanyi. Mas, esta não é a posição de Laville e França Filho. A análise histórica do ressurgimento da economia solidária, como resposta à crise do paradigma fordista e do estado de bem-estar social, é um híbrido formado por atividades recíprocas desenvolvidas por voluntários, atividades de mercado desenvolvidas por profissionais e atividades financiadas por subsídios estatais.

Mais adiante, falando da realidade brasileira, no mesmo texto, ressalta:

A prestação de serviços a comunidades locais mediante iniciativas das mesmas, contanto com subsídios públicos e com o trabalho de voluntários e de profissionais, sem dúvida tem ganho importância (pense-se por exemplo na Pastoral da Criança) mas não integra propriamente o campo da economia solidária, antes o do Terceiro Setor (SINGER, 2004, p. 9).

Esse tema é aprofundado quando da discussão da relação da Economia Solidária com o Terceiro Setor, mais adiante.

Uma outra diferença entre os significados portados pelos termos é apontada por Lechat (2002, p. 137). Versando sobre o papel dessa economia para o futuro da sociedade, ela diz:

Ele se distingue também do conceito europeu e quebequense quanto à expectativa do papel futuro desta economia para a transformação da sociedade. Pode-se dizer que há, hoje, no Brasil, uma preocupação militante em relação à formação e à qualificação de empreendimentos solidários, à formação de redes e à tentativa de persuasão dos sindicatos e da esquerda quanto ao papel estratégico do projeto de economia solidária na luta contra o sistema capitalista, contra o neoliberalismo e por uma nova sociedade.

Ela não vê esse cenário visando à transformação social, quando analisa a literatura europeia sobre o tema.

Como já dito anteriormente, o debate com o Terceiro Setor é o que suscita mais contradições, como já pode ser notado pelas intervenções de Singer (2000) e na sua apresentação de França Filho e Laville (2004), na qual pudemos observar a preocupação do autor em traçar limites para o mesmo. Para entendermos essa posição, vamos nos deter no que é chamado de “terceiro setor”.

A literatura sobre o Terceiro Setor é bastante ampla, com diversos enfoques possíveis. Para os objetivos deste trabalho, limitar-nos-emos à relação com a Economia Solidária.

Quando da concepção de nossa dissertação de mestrado (LIBONI, 2002), já nos deparáramos com o tema na ocasião de definir o termo autogestão, tema da referida dissertação. Pelo visto, na literatura tal tema continua a ser debatido.

Quando tomamos a literatura sobre o Terceiro Setor, um dos aspectos que nos chama a atenção é a diversidade de leituras possíveis sobre ele. Temos correntes que o defendem como uma alternativa dos trabalhadores para enfrentar o capitalismo e o neoliberalismo; temos outra, crítica que, ao contrário, defende que o Terceiro Setor serve ao neoliberalismo ao invés de contrapô-lo.

Como conceito, abrange uma reunião de diversas formas organizacionais, com fins também diversos. O que parece haver de consenso, pelo menos para os defensores da primeira corrente, é a relação que estabelece entre o público e privado. Fernandes (1994, p. 21) diz: “o conceito denota um conjunto de organizações e iniciativas privadas, que visam à produção de bens e serviços públicos”. Santos (2001, p. 250-251), assim define o termo:

“Terceiro Setor” é uma designação residual e vaga que se pretende dar conta de um vastíssimo conjunto de organizações sociais que não são nem estatais nem mercantis, ou seja, organizações sociais que, por um lado, sendo privadas, não visam fins lucrativos, e, por outro lado, sendo animadas por objetivos sociais, públicos ou coletivos, não são estatais.

Mesmo a designação “terceiro setor” não é único termo usado em outros países para designar tal conceito. Essas diferenças, segundo Santos, não são apenas de cunho terminológico, mas significam as diferenças culturais, históricas e políticas de cada país. Vemos, em nosso país, os termos Terceiro Setor e ONGs constantemente interligados, e mesmo confundindo-se. O termo

“terceiro” designa a diferenciação pretendida do “primeiro setor” o Estado, e o “segundo” setor, o Mercado. Seria a terceira força nesse cenário.

Mesmo na sua história, podemos encontrar como data a década de 60, tendo origem na cultura norte-americana (BARBOSA, 2006), ou no século XIX, já como alternativa ao capitalismo desde aquele tempo (SANTOS, 2001). Portanto, as controvérsias que parecem ser tão atuais – a quem serve o Terceiro Setor, se se opõe ou se alia ao neoliberalismo, dentre outras – não são tão novas e recentes assim. Desde daquela época, há raízes ideológicas heterogêneas – diversas vertentes do socialismo, do cristianismo social e do liberalismo. Ora buscava enfrentar a economia política burguesa em ascensão, ora visava a minimizar os problemas da Revolução Industrial (SANTOS, 2001). Quando olhamos os debates atuais, esses pontos não parecem ser tão diferentes.

Vemos que alguns autores apontam o “ressurgimento” do Terceiro Setor como fenômeno atual e apontam para outro aspecto interessante, a heterogeneidade, tanto política como de tipos de organizações que o compõem.

Santos (2001, p. 254) chama a atenção para o fato ao dizer que: “a heterogeneidade política que o caracteriza desde o século XIX é agora potencializada pelo fato de estar a emergir, tanto nos países centrais como nos países periféricos e, portanto, em contextos sociais e políticos muito distintos”. O autor alerta que, se nos países centrais, esse ressurgimento tem motivação interna, decorrente da crise do Estado-Providência, nos países periféricos esse incremento é, muitas vezes, por incentivo de agências internacionais e ONGs dos primeiros, que destinam fundos para o desenvolvimento do setor não governamental. Neles não se contrapõem ao Estado-Providência, que nunca foi totalmente, nem mesmo razoavelmente realizado, mas, sim, visa a fornecer serviços que o Estado não oferece ou que são marcados pela precariedade.

Sobre os tipos de organizações que o compõem, mesmo autores alinhados com a defesa do Terceiro Setor como enfrentamento ao capitalismo, admitem a diversidade de composição. Segundo Lisboa (2000), coexistem atividades heterogêneas e até contraditórias, abrangendo associações voluntárias, formas tradicionais de ajuda e filantrópicas, movimentos sociais, associações civis, ONGs, refletindo, assim, confusões e diferenças operacionais, conceituais e metodológicas.

A preocupação em traçar limites entre Economia Solidária e Terceiro Setor pode ser vista em autores que estudam o tema. Tanto França Filho (2002) como Lechat (2002), e, como já visto acima, Singer, defendem a não inclusão da Economia Solidária no Terceiro Setor.

França Filho (2002, p. 10), define assim o termo:

O termo terceiro setor, por exemplo, é herdeiro de uma tradição anglo-saxônica, particularmente impregnada pela ideia de filantropia. Essa abordagem identifica o terceiro setor ao universo das organizações sem fins lucrativos (*non-profit organizations*). No formato jurídico, o *non-profit* sector, também conhecido como *voluntary sector*, é particularmente ligado ao contexto norte-americano, no qual a relação com uma tradição de Estado social não aparece como primordial na sua história. Com o uso deste termo, a ênfase fundamental é posta em certas características organizacionais específicas, observadas sob um ângulo de visão funcionalista.

Sobre a ampla utilização do termo, o autor argumenta que é decorrente da influência política e cultural do contexto norte-americano no contexto mundial.

Para ele, a visão da solidariedade essencialmente como filantropia, desconsiderando outras formas de manifestações possíveis, e a ênfase ao caráter funcional do mesmo, significando uma forma de ajuste do sistema capitalista (2002, p. 18), são dois dos pontos problemáticos do termo. A ênfase em vê-lo separado do Mercado e do Estado, destacando o papel adaptativo ao sistema e não incluindo uma visão sócio-política do mesmo são vistas como limitantes para o autor.

Já Lechat (2002) defende que, para alguns autores que tratam do tema na Europa, especialmente na França, a Economia Solidária faz, sim, parte do Terceiro Setor, ao contrário do que defendem autores brasileiros sobre o tema.

Como sustentação desse argumento, Lechat (2002, p. 127) apresenta alguns autores que defendem essa posição. Vejamos o que diz, citando Aznar et al. (1997):

Mas há autores que veem uma semelhança entre os processos sociais descritos por esses diversos termos. Segundo Jacques Robin, no livro *Vers une économie plurielle*, trata-se “de novas dinâmicas que Bernard Ème e Laville chamam ‘economia solidária’”, e outros, como Alain Lipietz, um “terceiro setor de utilidade econômica e social”, e cuja profusão renova o que foi chamado tradicionalmente de economia social – que agrupa o mundo das cooperativas, das associações e das mutualidades.

Em outro ponto apresenta o resultado de uma entrevista com Defourny, autor já citado acima, em que diz:

Durante a entrevista que me concedeu o professor Jacques Defourny (2001), diretor do Centre d'Études Sociales, em Liège, Bélgica, ele respondeu ao meu questionamento sobre a terminologia usada em diversos países. Confirmaram-se, de maneira concreta, as afirmações de Chaves sobre a ampliação do objeto de estudo e as novas disciplinas que dirigiram suas pesquisas para a economia social ou terceiro setor; ele não pareceu preocupado, no entanto, com a discussão conceitual. Para ele, estando disponível o termo economia social e não se conhecendo outro na Bélgica, é este mesmo que foi utilizado e, mais tarde, quando surgiram outras apelações, uma atitude pragmática levou os estudiosos desta área a manterem o termo histórico de economia social mesmo quando estão falando daquilo que outros podem chamar de economia solidária. Ele e Monzón, no entanto, tomaram a iniciativa de publicar, em 1992, um livro bilíngue franco-inglês onde o termo economia social foi traduzido por *third sector* (LECHAT, 2002, p. 128).

A autora (p. 137-138) apresenta a problematização dessa inclusão, ao afirmar:

Concordo com Chaves que há um problema real em colocar sob a mesma denominação coisas tão heterogêneas quanto filantropia das empresas capitalistas e uma empresa autogerida pelos próprios trabalhadores; isto tem implicações teóricas ao nível explicativo e de predição. Uma das diferenças é que as primeiras – como todos os serviços voluntários – preenchem lacunas do sistema capitalista, enquanto que as segundas emulam suas congêneres capitalistas e competem com elas.

Ainda segundo Lechat (2002, p. 137), a partir da citação de edital da revista Recma, de janeiro de 2001, em que trata do tema, a afirmação “como fato ou como dever, a solidariedade supõe um laço recíproco (e se opõe a nisso à caridade, concebida como um dever unilateral) (s/p), serve de parâmetro para o que vem a ser a visão dos autores brasileiros sobre a relação Economia Solidária e Terceiro Setor. Baseada nesse cenário, a autora constata:

O que está sendo refutado pelos intelectuais brasileiros da economia solidária é a possibilidade de introduzir nesta categoria práticas em sentido único e entre desiguais, senão de fato pelo menos de direito. Por esta razão, a economia solidária como é definida no Brasil não pode ser arrolada nas fileiras do setor voluntário, muito menos nas ‘*charities*’⁷.

Concordamos com o posicionamento de Lechat nessa discussão. Recorremos a Telles (1994), que discute e critica a emergência da visão de sociedade civil ativa baseada na autoajuda e solidariedade, na qual, muitas vezes, o termo “terceiro setor” é utilizado como sinônimo, contrapondo essa ação local à dimensão pública de sociedade, essa última baseada em conceituação de uma convivência cidadã baseada no “reconhecimento do outro como portador de interesses válidos e de direitos legítimos” (TELLES, 1994, p. 46). Ao ver o outro como portador

⁷ Instituições beneficentes

legítimo de direitos, não há espaço para considerá-lo apenas merecedor de ações muitas vezes fragmentadas e pontuais, ou merecedor de pena, que deve se resignar a ficar em seu lugar e receber de bom grado a ajuda dada, muitas vezes por práticas voluntárias ou por organizações que recebem verbas governamentais para desenvolver ação com e para eles. Isso nos obriga a pensar na dimensão de direitos a serem conquistados e institucionalizados, principalmente em uma realidade como a brasileira.

Por fim, o último dos termos a serem descritos nessa seção é o de empreendimento econômico solidário. Alguns autores, entre eles Lechat (2002), diz preferir esse termo pela afirmação positiva que contém.

Consideramos importante a definição desse termo, uma vez que o adotamos como definidor da origem dos sujeitos dessa pesquisa. Recorremos a Gaiger (2009, p.181), que traz definição do termo. Para o autor:

O conceito de *empreendimento econômico solidário* compreende as diversas modalidades de organização econômica, originadas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade. Sua presença tem se verificado em setores de produção, prestação de serviços, comercialização e crédito. Esses empreendimentos adotam, em proporção variável, arranjos coletivos na posse dos meios de produção, no processo de trabalho e na gestão do empreendimento, minimizando a presença de relações assalariadas. Mediante a socialização dos meios de produção e a autogestão, expressam uma inflexão da economia popular, de base doméstica e familiar, ou ainda, em alguns dos seus segmentos, uma reconversão da experiência operária do trabalho. Apresentam-se sob a forma de grupos de produção, associações, cooperativas e empresas de autogestão. Combinando suas atividades econômicas com ações de cunho educativo e cultural. Valorizam, assim, o sentido da comunidade de trabalho, e o compromisso com a coletividade na qual se inserem (grifo do autor).

Gaiger (2009, p. 184) diferencia-os dos empreendimentos da economia popular, ao caracterizar os últimos por visarem basicamente às necessidades mais imediatas de sobrevivência, enquanto atribui aos primeiros um caráter multifuncional. Argumenta que, além de atuarem na esfera econômica, atuam também na social e na política, além de questionarem as estruturas econômicas dominantes. Diz:

Sua razão de ser consiste no atendimento às necessidades materiais de seus membros, assim como às suas aspirações não-monetárias, como reconhecimento, inserção social, autonomia, etc. Ao fazê-lo, introduzem, na esfera econômica, questões de fundo ético, que passam a incidir sobre aquele universo, mediante princípios normativos irredutíveis à lógica instrumental e utilitária.

Nessa lógica existirá a supressão, consagrada pelo sistema capitalista, da separação trabalhadores e meios de produção, trabalho e capital, produção e apropriação. Tais características marcam o antagonismo frente à forma de produção assalariada, típica do sistema vigente.

Nesse sentido, Gaiger (2009, p. 184) atribui aos empreendimentos econômicos solidários o papel de se oporem ao que chama de inevitabilidade do sistema capitalista como sendo natural e única opção no sistema econômico, bem como aos sistemas econômicos socialistas centralizados, que vigoraram no século XX. Em contraposição, adverte não ser possível conceituar os empreendimentos econômicos solidários como um modo de produção, em virtude de seu desenvolvimento incipiente e a diversidade de relações que seus membros mantêm com a esfera econômica.

Aqui entendemos que há uma contradição nessa afirmação ao atribuir a responsabilidade de ser, ao mesmo tempo, alternativa ao capitalismo e ao socialismo centralizado e ao destacar seu caráter de fragilidade e de se manter ligado à economia capitalista. Nesse sentido imputa-lhe um papel que acreditamos que não tenha condições de cumprir, pelo menos no estágio atual em que se encontra a maioria dos empreendimentos. Encontramos sinais de inclusão social, de valorização das pessoas, de melhora de autoestima, além de possibilitar aos excluídos do mercado de trabalho encontrem modos de garantir renda. Porém, delegar quase exclusivamente a esses empreendimentos a capacidade de superação do sistema vigente é ideia portadora de uma ideologia que não acreditamos condizer com a realidade empírica.

Ao longo deste capítulo procuramos traçar um panorama conceitual e histórico da Economia Solidária, chamando a atenção para a diversidade de que é portadora. Diversidade nos marcos teóricos, diversidade nas terminologias adotadas, diversidade de atribuições a ela imputadas.

Veremos no capítulo seguinte que a diversidade é marca também da juventude brasileira. Para demarcar qual juventude estaremos abordando quando focamos nos jovens familiares de trabalhadores inseridos na Economia Solidária, é mister que abordemos as desigualdades do cenário que retrata a juventude e a sua relação com o trabalho em nosso país.

CAPÍTULO 2

JUVENTUDE E TRABALHO

A condição de ser jovem é permeada por questões históricas, sociais e econômicas. Herdeiros de uma realidade marcada historicamente por desigualdades sociais abissais, a juventude brasileira foi só recentemente galgada a alvo de políticas públicas específicas. Porém, não a juventude brasileira como categoria vem a ser o sujeito dessas políticas, mas principalmente uma parcela da mesma, os jovens das classes sociais mais pobres, excluídos do mercado de trabalho, sujeitos à violência, ou seja, em vulnerabilidade social.

Veremos neste capítulo, através de dados do PNAD 2008 (IBGE e IPEA) e de outras fontes, como a desigualdade social atinge fortemente os jovens, dando ênfase aos dados relativos à educação e ao trabalho.

Trataremos também de esboçar o cenário das atuais políticas públicas voltadas à juventude e ao trabalho. Outra parte é constituída de levantamentos sobre o que foi produzido relacionando o temas juventude e Economia Solidária, relatando tanto experiências concretas como estudos e reflexões sobre o tema.

Consideramos essencial para o entendimento da magnitude dos obstáculos enfrentados pela parcela dos jovens brasileiros (a maior parte dela, com certeza!) o delineamento da conjuntura econômica que é cenário da busca do jovem por trabalho e por um futuro.

Em nível mundial, a partir da década de 70 do século passado, ocorre a passagem do sistema sob regime de acumulação fordista com um Estado intervencionista para um regime pós-fordista, sob o Estado mínimo e pautados no neoliberalismo. Nas décadas posteriores verifica-se uma reestruturação econômica e, conseqüentemente, social e política. Para Harvey (1999) essa nova realidade é marcada pelo que denomina de “acumulação flexível”.

Nessa nova realidade, segundo o autor, marcada por um maior controle sobre o trabalho, com repercussões como o alto índice de desemprego, pela reconfiguração e deslocamento do emprego para regiões onde a flexibilidade era mais facilmente imposta por não haver existência de uma tradição nessa área. O autor é enfático quando aborda a questão do desemprego, agora dito “estrutural”, e da nova correlação de forças entre capital e trabalho, com diminuição ou perda de ganhos reais e enfraquecimento de poder dos sindicatos.

Sobre o mercado de trabalho faz uma observação que consideramos extremamente elucidativa para entendermos o quadro no qual estão inseridos os sujeitos de nossas pesquisas, considerando também que é o mesmo no qual estavam e estão inseridos seus pais. Ele diz:

O mercado de trabalho, por exemplo, passou por uma radical reestruturação. Diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, os patrões tiraram proveito do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregados ou subempregados) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (HARVEY, 1999, p. 143).

Castel (1998) também apresenta análise das alterações ocorridas. Examinando o cenário francês, não considera como característica transitória a transformação do trabalho assalariado, forma essa que, durante muito tempo, foi considerada indigna e miserável, condição daquele indivíduo que não possuía mais nada, a não ser a sua força de trabalho, que podia ser vendida. Em sua opinião, estamos vivendo uma época de crise na forma do trabalho que caracterizou o século XX, o emprego. Hoje, quando o trabalho assalariado se impôs como a forma central de trabalho, ele subitamente diminui e corre o risco de desaparecer, o que é vivido como um drama para grande número de pessoas no mundo todo.

Segundo Castel (1998), o processo de crise do trabalho assalariado não produz somente o desemprego. Para ele, o mais grave é o reaparecimento do que chama de trabalhadores-sem-trabalho, ou seja, indivíduos que estão localizados na condição de supranumerários da sociedade, desempregados ou com empregos precários. Para o autor, estão na condição de “inúteis para o mundo”. Baseado em três processos: a desestabilização dos estáveis, a instalação da precariedade e um déficit de lugares, o autor aponta para a ocorrência de uma “crise da sociedade salarial”.

No Brasil, apesar do processo de globalização que atinge a todos, assistimos à realidade diferente. Não tivemos a vivência de uma sociedade salarial plena como nos países centrais. Portanto, falar em precarização como processo, pressupõem um movimento de algo que era instituído e que agora se perde, da passagem de uma situação de estabilidade e segurança para uma de instabilidade e insegurança.

Nos últimos anos, o Brasil assiste a uma melhoria dos indicadores econômicos, com queda constante do desemprego (lembramos que não igualmente para todos, conforme assinalamos na introdução desta tese) e melhoria dos índices econômicos. Portanto, precarização como processo não corresponde à nossa realidade. Há, sim, grande precariedade nas formas de

trabalho, bastando ver os índices de trabalho informal - aqueles não protegidos pelas leis trabalhistas - relatados ao longo deste capítulo. Porém, não tem ocorrido piora nesse cenário, mas, sim, indicadores de crescimento.

Reforçamos que a melhora desses indicadores não é condição suficiente para refletir em melhorias de condições sociais em toda a sociedade brasileira, pois as desigualdades são mantidas e outros fatores que impactam igualmente nessas condições não sofreram alterações. Como lembra Xirinachs, diretor do Departamento de Empregos da OIT, em entrevista a Chade (2011) no mês de janeiro: “a taxa de emprego não é o único indicador. Salários, qualidade do emprego e vulnerabilidade ainda são altas na região”. Em dezembro do mesmo ano, a mesma organização divulga um alerta sobre a possibilidade do surgimento de uma geração de trabalhadores jovens “traumatizada” por uma perigosa mistura de alto desemprego, crescente inatividade e trabalho precário nos países desenvolvidos e de um aumento do número de trabalhadores pobres nos países em desenvolvimento.

Temos, portanto, os jovens como uma das categorias mais vulneráveis às intempéries, tanto a nível mundial com o aumento do desemprego, como no Brasil com trabalhos de baixa qualidade, precários, sem seguridade social. Consequentemente concordamos com o alerta de Spink (2010, p. 6) quando afirma: “Nosso desafio tem rosto e o rosto é jovem”.

É também nesse cenário que se insere a Economia Solidária, conforme visto no capítulo anterior. Temos então dois temas inscritos no mesmo panorama, porém encontrá-los imbricados ainda é prática incomum e essa foi uma dificuldade encontrada no percurso desta tese. Ao contrário da questão de gênero, a questão geracional não é abordada com frequência pelos estudos envolvendo a Economia Solidária.

Compreender as realidades que compõem as juventudes brasileiras atentando para sua complexidade das condições sociais, bem como as suas experiências na Economia Solidária, é o que pretendemos neste capítulo.

2.1 A diversidade da juventude no Brasil

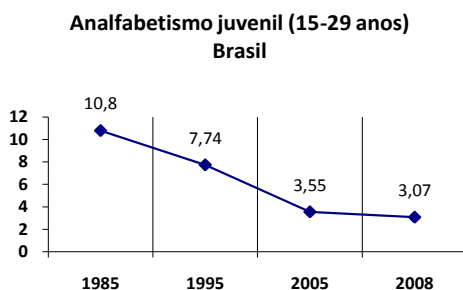
Ao optarmos por jovens no entorno dos empreendimentos de Economia Solidária, tínhamos consciência de que não retrataríamos a juventude brasileira como um todo. As desigualdades sociais existentes em nosso país estão representadas intensamente nessa população.

Essas desigualdades vêm sendo reproduzidas historicamente, fato observável nos dados estatísticos referentes a essa população. São considerados, aqui, como jovens aqueles com idade de 15 a 24 anos, seguindo a classificação utilizada pelas Nações Unidas.

Abordamos aqui indicadores que retratam índices relativos a aspectos educacionais e laborais dos jovens brasileiros. A intenção é estabelecer um panorama que nos possibilite compor minimamente um panorama dessa população.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - (IBGE, 2009), eles eram 33,6 milhões, sendo 16,5 milhões de mulheres e 17,1 milhões de homens; especificamente no Estado do Paraná, os jovens correspondem a 16,6% da população.

Primeiramente abordaremos dados referentes à situação educacional em que se encontram esses jovens. Os dados referentes ao analfabetismo entre os jovens refletem um decréscimo constante no decorrer das últimas décadas, conforme pode ser visto no gráfico 1.



Fonte: PNAD/IPEA (2009)

Gráfico 1: Analfabetismo juvenil (15-29 anos) - BRASIL (%)

Apesar dessa queda progressiva ser um dado a ser comemorado, lembramos que ele mostra que há mais de 1 milhão de jovens que não sabem nem ler nem escrever. São jovens que estão excluídos de um mercado de trabalho cada vez mais seletivo, com exigências cada vez maiores de escolaridade, tendo probabilidade enorme de eles fazerem parte do contingente de pessoas sujeitas à vulnerabilidade social.

Há diferenças quando distribuímos essa população entre a área urbana e rural. Na última o índice de analfabetismo era de 6,83%, enquanto que na urbana correspondia a 2,37%. Ou seja, os jovens que vivem nas áreas rurais apresentavam um indicador três vezes maior dos que da área

urbana. Isso reflete as dificuldades ainda existentes para que essa população frequente a escola. Veremos um exemplo dessas dificuldades quando abordarmos o empreendimento de Economia Solidária que se localiza na área rural. Adiantamos algumas que presenciamos como a dificuldade de transporte, a distância, a limitação de oferta de cursos, a necessidade de mudança do local de residência caso queiram dar continuidade aos estudos, dentre outras.

São significativas também as diferenças entre as regiões brasileiras, conforme gráfico 2:

Brasil	2,82
Norte	3,09
Nordeste	5,99
Sudoeste	1,27
Sul	1,13
Centro-Oeste	1,58

Fonte: Pnad/IBGE Elaboração: Disoc/Ipea (2009)

Gráfico 2: Taxa de Analfabetismo dos Jovens de 15 a 29 anos segundo as regiões – 2008 (%)

Também encontramos diferenças entre jovens brancos e negros; para os primeiros o índice é de 2,06% enquanto para os segundo essa taxa é quase o dobro, ou seja, 3,95%.

Quando cruzamos a frequência à escola e idade dos jovens, temos também um quadro que retrata a desigualdade no acesso à educação. Em 2008, dos jovens que estavam estudando, na faixa etária de 15 a 17 anos, 32,5% frequentava o ensino fundamental, 50,8% o ensino médio. Na faixa entre 18 a 24 anos, 3,7% frequentavam o ensino fundamental e 12,7% o ensino médio. Somente 13,9% desses jovens estavam no ensino superior, etapa condizente com a idade.

Entre os que não frequentavam a escola, 15,9% estão na faixa entre 15 a 17 anos e 69,5 % entre os de 18 a 24 anos. Dentre esses, se englobamos a totalidade de jovens entre 15 a 24 anos que abandonaram a escola mesmo antes de completar o ensino fundamental, temos um total de aproximadamente 5 milhões de jovens, ou seja, praticamente 15% dos jovens brasileiros (IPEA, 2009) que não completaram ao menos o ensino fundamental.

Na faixa de 18 a 24 anos, dentre os que frequentavam a escola, 13,9% cursavam o ensino superior. Dentre os que não frequentavam 1% possuíam o ensino superior incompleto, sendo que 2,3% o tinham completado. Ao cotejarmos esses dados com a visão de que a educação

universitária é vista tanto por pais como filhos como caminho quase que exclusivo para o sucesso profissional, temos um quadro no mínimo inquietante quanto ao vida laboral dos mesmos.

Santos (2011), analisando esses dados, nos lembra que desses jovens que frequentam a escola, muitos o fazem fora de sua série adequada para sua idade. Os motivos levantados vão da entrada tardia na escola, repetência ou abandono da mesma. Apenas 50,4 % dos jovens de 15 a 17 anos frequentavam a série correspondente no ensino médio e 40% não concluíram o ensino fundamental.

Um dos exemplos dessa situação é Elcio, um dos jovens entrevistados. Ele ingressou na escola aos 9 anos de idade, pois anteriormente, morando na zona rural, não tinha acesso à escola. Aos 17 anos estava cursando o primeiro ano do ensino médio, quando o abandonou em favor do trabalho. Outra jovem, Cândida, aos 20 anos, não estuda, tendo abandonado a escola na 6ª série do ensino fundamental, não mais retornando.

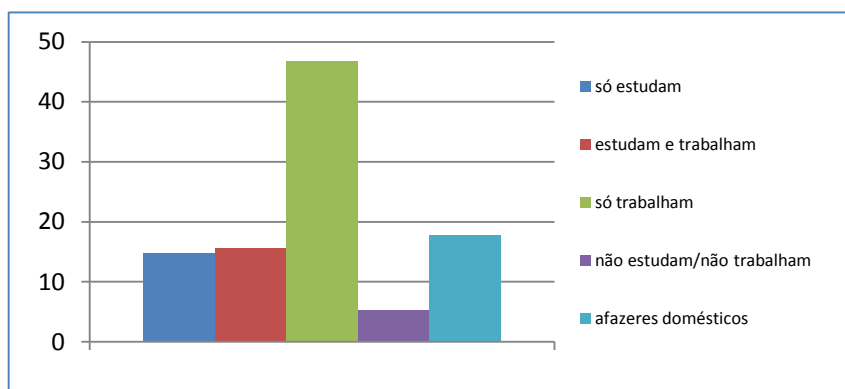
Outro fator que influencia nessa adequação da idade à série frequentada é o rendimento familiar *per capita*. Segundo o IBGE (2010) entre os 20% mais pobres da população, 32% dos jovens entre 15 a 17 anos cursava o ensino médio, sendo que entre os 20% dos mais ricos esse índice chegava a 77,9%. É mais uma fator de desigualdade a se somar aos demais.

Na análise do IPEA (2009, p. 3) um dos maiores progressos verificados na educação dos jovens é o maior tempo que os jovens passam na escola, resultando maior em escolaridade que os adultos. Comparando-se, no ano de 1998 a média de anos de estudo dos jovens (15 a 24 anos) era de 6,8 anos, em 2008 esse índice passou a 8,7 anos (idade de 18 a 24 anos). Porém, esse mesmo relatório alerta:

Contudo, o processo de escolarização da maioria dos jovens brasileiros ainda é marcado por oportunidades limitadas. Os indicadores demonstram que no país prevalecem expressivas desigualdades educacionais entre ricos e pobres, brancos e não brancos, áreas urbanas e rurais e diferentes regiões. Além disso, predominam trajetórias escolares interrompidas pela desistência e pelo abandono que, algumas vezes, são seguidas por retomadas. As saídas e os retornos caracterizam um percurso educacional bastante irregular (IPEA, 2009, p. 3).

Conciliar estudo e trabalho, ainda em uma idade na qual o estudo deveria ser a principal atividade, é realidade para grande parte da juventude brasileira. Segundo o IBGE (2010) em 2009, entre os jovens de 18 a 24 anos de idade, 14,7% declararam somente estudar, 15,6%

conciliavam trabalho e estudo, 46,7% somente trabalhavam, 17,8% informaram realizar afazeres domésticos e 5,2% não realizavam nenhuma atividade, conforme gráfico 3 abaixo.



Fonte: SIS – IBGE 2010

Gráfico 3: Jovens de 18 a 24 anos – Brasil – 2009 – (%)

Quando realizado recorte por renda familiar e gênero, o número de mulheres jovens (18 a 24 anos) que não estudam nem trabalham aumenta na proporção inversa da renda familiar. Enquanto entre as de rendimento menor que meio salário mínimo o índice era de 50,5%, nas com dois ou mais salários mínimos era de 11,1%.

Para os homens nessa mesma idade, dentre os de renda até meio salário mínimo o índice era de 22,7% e para os de dois salários mínimos ou mais era de 6% (IPEA, 2009).

Esses indicadores denotam a exclusão social das jovens do sexo feminino, que exercem o trabalho doméstico e abandonam os estudos. Três das jovens entrevistadas nessa pesquisa, que não trabalhavam ou estudavam, se enquadram no perfil refletido nos dados.

Ainda que o número de mulheres seja maior, o número de homens jovens e pobres que não estudam nem trabalham e os que só trabalham somam 22,7%. Entre aqueles que só trabalham o número corresponde a 53,3% com renda familiar *per capita* menor que meio salário mínimo e 65,6% entre aqueles que têm renda entre meio e um salário mínimo.

Um significativo quadro de análise é fornecido pelo IPEA (2011b) ao mostrar as dificuldades mais importantes enfrentadas pelos jovens para obter trabalho remunerado.

Tabela 1: Dificuldade mais importante enfrentada para obter trabalho remunerado

	Total	Idade 18 a 29 anos	Até 1º grau completo	2º grau incom. ou +
Nunca tenho a qualificação e/ou experiência exigida nas seleções de emprego	24%	28%	27%	20%
Falta trabalho na minha área profissional / a concorrência é muito grande	17%	16%	14%	20%
Os processos seletivos são sempre complicados, demorados e/ou custosos	13%	16%	12%	14%
Os salários oferecidos são sempre muito baixos	12%	13%	10%	14%
Sinto-me discriminados nas seleções de trabalho	10%	2%	13%	6%
Dificuldades para se começar um negócio	7%	6%	6%	9%
Falta dinheiro para procurar trabalho	7%	6%	6%	8%
Local de trabalho sempre longe / exige muito tempo deslocamento	5%	3%	6%	4%
Não sei onde procurar trabalho	4%	6%	6%	3%
Jornada de trabalho sempre inadequada	2%	2%	1%	3%
Total	100%	100%	100%	100%

Fonte: SIPS - IPEA (2011b)

A situação do mercado de trabalho e os processos seletivos são vistos como algumas das principais dificuldades para conseguirem trabalho. A falta de experiência e/ou qualificação é apontada por 28% dos jovens entre 18 a 29 anos como dificuldade.

Relacionando os resultados encontrados na tabela acima com possíveis políticas públicas para geração de trabalho e renda o IPEA traz duas indicações. A primeira revela que a busca de trabalho passa basicamente pelo emprego assalariado. Nesse sentido, aponta para a geração de postos de trabalho pelas empresas e por estratégias de qualificação e orientação profissional, que são mais relevantes do que programas que incentivem o empreendedorismo e trabalho por conta própria.

Na segunda indicação alerta que políticas de encaminhamento isoladas têm poucas chances de sucesso, pois as dificuldades estão nos critérios de contratação e não na identificação de ofertas de emprego (IPEA, 2011b, p. 13).

Destacamos o fato de que, mesmo dentre aqueles com escolaridade mais elevada, ocorrem queixas de falta de oportunidade de trabalho. Ou seja, maior escolaridade não representa automaticamente inexistência de dificuldades para se obter emprego.

Uma característica marcante do mercado de trabalho brasileiro é a diferença nas taxas de desemprego observadas para os jovens e as para os adultos. Embora a taxa geral de desemprego tenha apresentado diminuição nos últimos anos (IPEA, 2011c, p. 199) o desemprego juvenil vem se conservando em taxas mais elevadas.

No mês de setembro de 2011 a taxa de desocupação geral no Brasil era de 6,0%, enquanto para jovens entre 18 a 24 anos era de 13,5%, ou seja, mais de o dobro da taxa geral.

Entre homens e mulheres também ocorrem diferenças significativas. Para mulheres acima de 10 anos era de 7,5%, enquanto para homens na mesma idade era de 4,7% (IBGE, 2011).

Araújo et al. (2010), analisando dados do Ministério do Trabalho, aponta que em 2009 era a faixa etária de 18 a 24 anos que representava o maior percentual de desempregados, (30,57%), sendo duas vezes maior que o encontrado entre aqueles de 40 a 40 anos (13,44%) (ARAÚJO et al., 2010, p. 30).

Analisando o histórico de desemprego juvenil, esses autores fazem a seguinte observação:

Os resultados apresentados nesta seção permitem inferir que os trabalhadores dos extratos mais jovens estão sempre em condições adversas no mercado de trabalho, quer na fase ascendente, quer na fase descendente do ciclo. Na expectativa de que a maioria dos trabalhadores do primeiro emprego façam parte destes extratos mais jovens e levando-se em conta a falta de experiência como uma característica peculiar destes trabalhadores, poderia ser que para estes, as condições são ainda mais adversas.

Ou seja, o trabalho para os jovens, incluindo-se aí o primeiro emprego, é o que mais se resente em tempos de crise econômica, assim como apresenta maior dificuldade de recuperação em momentos de crescimento.

Verificamos que essa realidade não é restrita ao Brasil. Em toda a América Latina e Caribe o cenário de maior desemprego juvenil, comparado com o de adultos, se repete, conforme informações da OIT, constantes da tabela abaixo.

Tabela 2: Taxa de desemprego juvenil e adulta (%) América Latina e Caribe

	Total	Países Cone Sul	Países Andinos	Países América Central
Taxa desemprego juvenil	13%	16%	14%	7%
Taxa de desemprego adulta	5%	5%	5%	3%
Diferença	8 pontos	11 pontos	9 pontos	4 pontos

OIT (2010) – Trabalho decente e juventude na América Latina, p. 44

Dentre os que trabalham um aspecto que chama a atenção é o número de horas trabalhadas por semana entre jovens de 16 a 24 anos. Trabalhando até 39 horas semanais, o índice é de 30,4%; de 40 a 44 horas semanais, 43,1 %; e trabalhando mais de 45 horas por semana temos 26,5% dos jovens (IBGE, 2010). Ou seja, um quarto dos jovens trabalham além de oito horas diárias. Difícil imaginar a conciliação com o estudo quando se vivencia tais condições de trabalho. Tanto os jovens Elcio como Joana abandonaram os estudos por não conseguirem conciliar os horários de trabalho e estudo.

Apesar de apresentarem maior escolaridade que os jovens do sexo masculino, as jovens se deparam com maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho. Para a maioria das jovens entre 16 e 24 anos que trabalhavam, 69,2% o fazia por meio de um emprego informal, sem registro e sem proteção previdenciária (IBGE, 2011).

Esses dados demonstram que, apesar do inegável avanço no nível na educação formal, quando comparado a décadas passadas, ainda persistem desigualdades no acesso à educação. Aqui apontamos as desigualdades referentes ao meio rural/urbano, ao sexo, à região em que residem e à renda *per capita*.

Embora trabalhando com dados do ano de 2006, mas que igualmente retratavam grandes desigualdades, Costanzi (2009, p. 18), em documento da sua pesquisa, apresenta a seguinte análise:

São limitadas e deficientes as oportunidades educacionais disponíveis para os jovens brasileiros pobres, negros, e para aqueles que vivem no campo e nas regiões Norte e Nordeste. Essa realidade tende a gerar diferentes padrões de inserção no mercado de trabalho para a juventude brasileira e dificultam a construção de uma trajetória de trabalho decente, criando um ciclo vicioso de reprodução da desigualdade e da exclusão social. Embora o combate às desigualdades educacionais seja uma condição necessária para a promoção do trabalho decente, ela não é uma condição suficiente. A própria dinâmica do mercado de trabalho, com seus determinantes sociais e econômicos, pode gerar novas desigualdades, amplificando as que surgem da dinâmica do sistema educacional.

Pelo recorte adotado neste trabalho, ao eleger jovens que são filhos, netos, sobrinhos de trabalhadores de empreendimentos da Economia Solidária, que, via de regra estão nesses empreendimentos por exclusão do mercado formal de trabalho, sabíamos do cenário de desigualdade ao qual estão expostos. Os dados levantados só comprovam essa hipótese. Os jovens pobres, maioria entre os que estão no entorno dos empreendimentos, são alvo de maior desemprego e da dificuldade de conciliação de trabalho e estudo, uma vez que pela condição

social são levados a desenvolver as duas atividades pela entrada precoce no trabalho. Estão mais expostos também ao mercado informal de trabalho, o que, segundo a análise apresentada no relatório da OIT, diminui a probabilidade de inserção futura no mercado formal de trabalho. Enfim, são sujeitos altamente expostos a condições de vulnerabilidade social, sujeitos a uma trajetória contraditória e também vulnerável no mercado de trabalho.

2.2 As Políticas Públicas destinadas aos jovens

Tentaremos traçar um panorama geral das políticas públicas governamentais, focando nas de âmbito federal, referentes ao aspecto do Trabalho. Citando Rua (1998), Sposito e Carrano (2003, p. 17) esclarecem que políticas públicas destinadas especificamente aos jovens é fato recente no nosso país. Relatam:

[...] ao examinar, sobretudo no nível federal, as políticas setoriais de *educação, saúde e trabalho*, Rua constata que nenhuma delas estava, naquela conjuntura, contemplando ações especialmente voltadas para os jovens: no Brasil os jovens são abrangidos por políticas sociais destinadas a todas as demais faixas etárias, e tais políticas não estariam sendo orientadas pela ideia de que os jovens representariam o futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações (grifos do autor).

Segundo esses autores, é a partir do fim dos anos 90 do século passado e no início dos anos 2000 que o cenário se altera, ocorrendo tanto iniciativa do poder público, quanto parcerias do mesmo com a sociedade civil. Porém, os autores observam que não há articulação entre as propostas, sendo muitas vezes sobrepostas em relação ao público alvo, objetivos e locais. Especificamente sobre as políticas públicas referentes ao trabalho, Sposito e Carrano (2003, p. 30) ressaltam que não fugiram de serem uma reação aos “problemas juvenis observados”. Assim, frente aos altos índices de desemprego juvenil, juntamente com a precarização social observados no início da década de 90, implementaram-se projetos que visavam políticas de inclusão, “em uma crise da ação de um Estado que viveu a hegemonia das políticas neoliberais”.

Analisando os programas desse período, os autores acima citados (p. 31) fazem uma observação interessante para os objetivos deste trabalho. Dizem:

Alguns programas assumiram sobremaneira o fetiche da capacitação do jovem para um mercado de trabalho de poucas oportunidades, sem propor qualquer caminho de questionamento da realidade econômica e social de um período histórico que viveu a

recessão provocada pelas altas taxas de juros e os efeitos agudos da crise do mundo do trabalho.

Dos projetos elencados pelos autores nesse artigo encontramos apenas um diretamente ligado ao Ministério do Trabalho e Emprego. O programa “Jovem Empreendedor” destinava-se “à capacitação profissional e posterior financiamento de jovens de nível técnico, em fase de conclusão de curso ou recém-formados, com idade entre 18 e 29 anos, interessados em dirigir o próprio negócio” (p. 26), com efetivação somente na área de atuação do Banco do Nordeste. Segundo Sposito e Carrano (2003), esse projeto teve desempenho nulo, não atingindo a realização de metas.

Do Ministério da Assistência e Previdência Social temos o projeto “Centros Juvenis”, que deveria funcionar como polo de difusão de informações sobre serviços de diversas áreas, tais como saúde, educação, cultura, esporte, proteção, justiça e assistência social, incluindo também capacitação para o trabalho. Os autores relatam que não existem informações de ações realmente realizadas.

Tendo por base o documento da Organização Internacional do Trabalho, “Trabalho Decente e Juventude no Brasil” (COSTANZI, 2009, p. 59), apontamos as principais políticas públicas referentes à juventude direcionadas ao trabalho.

Segundo tal documento, a política pública referente à juventude no Brasil tem como eixo articulador duas noções – direitos e oportunidades.

Nessa visão, considera-se necessária a oferta de meios para aquisição de capacidades (acesso à educação e à qualificação profissional) e para a sua utilização (acesso ao trabalho decente e ao crédito). Também é fundamental a garantia de direitos, em especial pela oferta de serviços que atendam às diferentes necessidades dos e das jovens.

A formalização de uma política pública voltada aos jovens ocorreu em 2005, com a instituição da Política Nacional da Juventude, juntamente com a criação do Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).

Listaremos as principais ações e programas implantados nesse período.

O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) foi criado em 2003, tendo como objetivo:

promover a criação de postos de trabalho para jovens ou prepará-los para o mercado de trabalho, por meio de ações de qualificação, ocupações alternativas e inclusão social, através de várias linhas de ação: subvenção econômica, consórcios sociais da juventude,

juventude cidadã, empreendedorismo e responsabilidade social, além de ações de reformulação da aprendizagem. O programa foi desenhado, em seu conjunto, como uma combinação de ações para o fomento à geração de vagas para jovens no mercado de trabalho, intermediação de mão-de-obra, qualificação e preparação para o trabalho e estímulo a formas alternativas de geração de trabalho e renda (Cunha e Silva, 2006) (COSTANZI, 2009, p. 60-61).

O público alvo era formado por jovens com idade entre 16 e 24 anos, sem histórico de emprego formal anterior, desempregados, com renda *per capita* de até meio salário mínimo e cursando o ensino fundamental ou médio ou cursos de educação de jovens e adultos.

É interessante ressaltar a observação que Costanzi (2009, p. 61), baseado em Cunha e Silva (2006), faz das circunstâncias nas quais foi concebido e implantado esse Programa. Diz o autor:

Vale registrar que o PNPE foi concebido e implementado no início de uma nova administração do governo federal que buscava reestruturar o Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda (SPTER). Essa reestruturação incluía a incorporação de novos conteúdos e programas, em especial políticas para novos públicos específicos, **como os trabalhadores jovens e aqueles da economia solidária, com o objetivo de dar conta das novas realidades do mundo do trabalho** (grifo nosso).

Tinha como ação o fornecimento de subvenção econômica através de subsídio às empresas que contratassem jovens que se enquadravam nos critérios do programa. O contrato de trabalho inicialmente era por prazo indeterminado, não inferior a 12 meses, sendo depois de 2004 permitido que o mesmo fosse por prazo determinado, igualmente não inferior a 12 meses.

O programa foi encerrado em 2007, não atingindo as metas estabelecidas. Segundo Costanzi (2009, p. 62), essa experiência serviu de base para a reestruturação das políticas voltadas para a juventude a partir de 2005, “que significou uma mudança de ênfase das ações do lado da demanda para o da oferta no mercado de trabalho, em especial aquelas direcionadas à elevação da escolaridade e da qualificação profissional”.

Ainda dentro das ações do PNPE ocorreu a formação dos Consórcios Sociais da Juventude e o Juventude Cidadã. A ideia da concepção dessas ações foi a parceria com a sociedade civil organizada, através de organizações não governamentais, movimentos sociais e organizações voltadas à juventude. O princípio norteador era que essas poderiam obter melhores resultados junto aos jovens em risco social que o Estado, principalmente nas áreas onde este nada consegue atingir. O objetivo era o mesmo, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho.

Aqui também Costanzi (2009, p. 64) aponta para uma inovação que se relaciona com o tema deste estudo. Afirma ele:

Um aspecto inovador dos Consórcios Sociais da Juventude, além do seu desenho original em termos de implementação e execução, é a combinação de qualificação social e profissional com o trabalho comunitário e encaminhamento ou intermediação dos jovens para o mercado de trabalho, **inclusive com alternativas não tradicionais de geração de emprego e renda, como as cooperativas** (grifo nosso).

A ação de tais Consórcios se dava pelo recebimento de carga horária específica de qualificação profissional e pela prestação de serviço civil voluntário, para posterior encaminhamento ao mercado de trabalho.

A última ação dentro do PNPE foi a Juventude Cidadã, bastante semelhante ao Consórcio, com as diferenças que a parceria no caso foi com os governos municipais ou estaduais, bem como a localização dos jovens. Enquanto o primeiro era destinado prioritariamente para os jovens das capitais e regiões metropolitanas, o segundo era destinado a jovens afastados dessas regiões.

Tanto as ações do Consórcio quanto da Juventude Cidadã foram incorporadas ao ProJovem Trabalhador, programa que relatamos mais adiante.

O incentivo ao empreendedorismo juvenil era outra ação do PNPE, através do chamado PROGER-Jovem do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT). Visava à concessão de crédito para projetos de geração de trabalho, emprego e renda para jovens com a idade de até 24 anos, mediante capacitação anterior. Era uma parceria entre o CODEFAT, SEBRAE e instituições financeiras federais.

A emissão de certificados para empresas que contratassem jovens, mesmo sem subsídios econômicos é outra ação apontada pelo autor dentro do PNPE, através do selo “Empresa Parceira do Programa Primeiro Emprego”. Em 2007 foi criado “Parceiros da Juventude”, pertencente ao Selo de Responsabilidade Social. Poderiam receber esse selo entidades sociais, empresas, entidades governamentais ou outras instituições que implementassem ações, em parceria com o Ministério do Trabalho, para a formação, qualificação e inserção de jovens no mercado de trabalho. O autor não apresenta avaliação de resultados do mesmo.

Outro programa dentro das políticas públicas para a juventude é o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem.

Foi instituído em 2005 e tinha como objetivos “elevação do grau de escolaridade e a conclusão do ensino fundamental, qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local” (COSTANZI, 2009, p. 68). A faixa etária que abrangia era de 18 a 24 anos com conclusão da 4ª série do ensino fundamental, mas sem ter concluído a 8ª. O projeto era composto por curso de elevação de escolaridade – 1.200 horas, qualificação profissional - 350 horas - e ação comunitária – 50 horas, por período de 12 meses, com recebimento de auxílio financeiro de R\$ 100,00. Ao final do curso, o jovem recebia, além do certificado de conclusão do ensino fundamental, o certificado de qualificação profissional.

A cobertura geográfica do ProJovem, no seu início, ficou restrita às capitais e Distrito Federal, sendo em 2006 ampliado também para cidades com mais de 200 mil habitantes de regiões metropolitanas.

Em 2007 ocorre nova reestruturação do ProJovem, que passa a se chamar ProJovem Unificado ou Integrado, e agrupa o antigo ProJovem, Agente Jovem, Saberes da Terra, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. Essa integração visou a ampliar a faixa de jovens atendidos, abarcando aqueles que estavam fora da escola e não tinham acesso à qualificação profissional.

Nesse programa, o entendimento do que é juventude amplia-se, baseando-se em conceituação internacional e agora abrange a faixa etária de 15 a 29 anos, assim distribuídos: jovens adolescentes entre 15 a 17 anos, jovens-jovens entre 18 e 24 anos, e jovens adultos entre 25 a 29 anos.

Consultando o site da Secretaria Geral da Presidência da República, conseguimos um resumo das políticas nacionais para a Juventude. A Secretaria Nacional da Juventude (SNJ) tem a atribuição de ser responsável por articular os programas e projetos destinados à população ente 15 a 29 anos, faixa etária adotada pelo Governo Federal como critério para considerar como juventude, conforme visto acima. Ela é coordenadora do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem Integrado) e é responsável pela execução de uma das modalidades deste, o Projovem Urbano. Este se destina à inclusão social de jovens de “18 a 29 anos, que, apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, buscando sua re-inserção na escola e no mundo do trabalho” (BRASIL, 2007b). Com duração de 18 meses, objetiva a conclusão do

ensino fundamental e qualificação profissional. Segundo as informações, atendeu cerca de 350 mil jovens em 2008 e 2009.

Outra modalidade é o Projovem Campo, sob a responsabilidade do Ministério da Educação. É destinado aos jovens de 18 a 29 anos, que trabalham na agricultura familiar. Objetiva a elevação da escolaridade mediante a conclusão do ensino fundamental e qualificação profissional. Segundo os dados em 2009, o programa atendeu mais de 22 mil jovens (BRASIL, 2010a). É interessante assinalar que o tema “Economia Solidária” compõe uma das cartilhas que integram o material didático desse projeto.

Sob a responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego está o Projovem Trabalhador, que define como objetivo “preparar o jovem de 18 a 29 anos para o mercado de trabalho”. Participam jovens desempregados com famílias de renda *per capita* de até meio salário mínimo. Segundo os dados, em 2009 foram atendidos 163 mil jovens.

Nos três programas acima, os jovens que deles participam recebem bolsa de R\$ 100,00 ao mês.

O Projovem Adolescente destina-se a jovens entre 15 a 17 anos em situação de risco social e está sob a responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Visa a oferecer “proteção social básica e assistência às famílias, visando elevar a escolaridade e reduzir os índices de violência, uso de drogas, das doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce” (BRASIL, 2010b). Segundo os dados da Secretaria Nacional da Juventude (2010), entre 2008 e 2009 o programa abrangeu 512 mil jovens.

Santos (2011) traz interessante contribuição ao analisar os progressos e desafios das políticas para a juventude implementadas ao longo dos anos no Brasil. A autora demonstra que até a década de 90 do século XX praticamente não existiram políticas públicas voltadas à juventude. Historicamente existiram ações direcionadas à criança e ao adolescente visando a prevenção da delinquência, sendo a categoria trabalho vista como um dos modos de disciplina. Mostra também que direitos como educação, saúde, assistência social não foram estendidos a todos os jovens, sendo implementadas ações diferenciadas dependendo da classe social a que pertencia esse jovem. O trabalho precoce é visto como forma de disciplina, que iria proporcionar o desenvolvimento do país. Aos que não se adequassem às normas estabelecidas o destino era o internamento em instituições (SANTOS, 2011, p. 69).

Sobre as mudanças observadas no trato à juventude, relata a autora (2011, p. 73):

Na verdade, os jovens brasileiros, que vivenciaram sua condição de criança e de adolescente ainda de forma precária no que diz respeito à concretização de seus direitos, experimentam, na virada do milênio, sérios desafios e paradoxos de inserção e mobilidade social. Contraditoriamente, as juventudes têm presenciado um momento de importante inclusão, proporcionado pela conexão das maciças fontes de informação e comunicação; entretanto, sofrido um processo de exclusão, advindo da histórica deficiência qualitativa da educação; das dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e aos benefícios econômicos, entre outras problemáticas.

Apesar de sinalizar um avanço nas atuais políticas públicas, a autora explicita os seus limites, pois não conseguem suprir as deficiências históricas de acesso à políticas públicas universais – saúde, educação, habitação, trabalho - a que foram submetidos os jovens assim como seus pais.

São políticas voltadas a jovens em situação de risco social, mas que, ainda, não abrange a todos. Às novas exigências educacionais que marcam o mercado de trabalho atual, esses programas não dão respostas, correndo o risco de gerar mais exclusão, como defende Santos (2011, p. 151)

Desse modo, propondo-se cumprir metas em curto e médio prazos, opta-se, na maioria das vezes, por cursos na área de prestação de serviços ou de “criação do próprio negócio”. Observa-se, então: ou o jovem é mantido na execução de atividades de simples qualificação, com relações de trabalho precárias e baixos salários, ou o responsabiliza por seu sucesso ou fracasso no mercado de trabalho mediante a criação do próprio negócio. Quando isso não ocorre, de imediato procura-se, na seleção para o ingresso nos programas, identificar quais jovens possuem o perfil mais condizente com as exigências do mercado de trabalho para que, assim, após a saída do Programa haja mais facilidade de inserção dos egressos, consequentemente, maior probabilidade de alcance das metas previstas. **O resultado suposto é o de que uma parcela dos jovens que não trabalha nem estuda e, ainda, vive em um contexto familiar de vulnerabilidade social permaneça fora de tais Programas, mesmo que tenham o perfil de entrada, não tem o de saída.** (grifo nosso).

O que se observa é que a construção de uma política pública para os jovens ainda se faz desarticulada com política pública universais e, sem essa articulação, muitos permanecerão sujeitos à vulnerabilidade social. Concordamos plenamente com Santos (2011, p. 172) quando defende que

Em meio à explosão demográfica juvenil, às mudanças da expectativa de vida e ao acirramento das desigualdades sociais, na construção de uma agenda pública voltadas para os jovens pobres no país optaram-se pela ênfase nas políticas de formação para o mercado de trabalho, mesmo caminho quando da emergência das ações de atendimento às crianças e adolescentes. Todavia, os desafios do trabalho hoje exigem a aquisição de

uma educação mais elaborada, mais sólida, ao longo da vida produtiva. Dessa forma, apesar da suma importância, não será no âmbito da assistência social que essa questão será enfrentada. É preciso, então, uma integração efetiva entre os programas emergenciais e os de caráter universal acoplada à organicidade no acompanhamento, na avaliação e na reorientação dessas ações, que não estejam circunscritas apenas à aplicação dos recursos financeiros e a estratégias de sobrevivência, mas, de fato, à possibilidade dos jovens pobres fazerem suas escolhas dentro de uma igualdade de oportunidades.

Santos (2011), assim como Costanzi (2009), vê como positiva as políticas públicas indicarem novas propostas ligadas ao trabalho, como economia solidária, cooperativismo, agricultura familiar, produção artesanal. Tentamos a seguir apresentar como tem se estabelecido essa relação até o momento. A relação juventude e Economia Solidária é o foco do próximo tópico.

2.3 Juventude na Economia Solidária

A inserção dos jovens na Economia Solidária não é assunto encontrado facilmente. Basta ver as agendas de encontros sobre o tema. A questão do gênero, ou seja, a presença das mulheres, é assunto recorrente, o que não ocorre com os jovens. Será a Economia Solidária viável para os jovens? Ou será que seus sujeitos são basicamente as mulheres e homens não mais jovens, excluídos do mercado de trabalho? Mas os jovens também representam uma população altamente excluída do mercado formal, conforme atestam os dados levantados.

Existem, sim, empreendimentos econômicos solidários dos quais os jovens são os protagonistas. Encontramos em Tiriba e Fischer (2007, p. 65-66) alguns exemplos e reflexão sobre o tema. Para as autoras:

O envolvimento dos jovens com a economia popular solidária pode indicar um caminho potencialmente diferenciado de relacionar juventude e trabalho. É o que estão evidenciando experiências como a da Usina Catende, na Zona da Mata (Pernambuco), entre elas a produção coletiva da semente de milho através da *Associação dos Jovens Filhos e Filhas dos Trabalhadores (as) do Projeto Catende Harmonia*, denominada de PUAMA, cujo significado é “Rosas que nascem das pedras”. Lá, na área rural, existem 2.234 jovens entre 16 e 25 anos. Pouco a pouco, evidencia-se ‘para o conjunto dos que fazem o projeto autogestionário da Usina Catende, o desafio de uma geração que encarna, para si, um futuro de trabalho diferente daquele no passado a que seus pais foram submetidos’ (Lima, Pickersgill e Schau, 2006, p.8). Evidentemente, no horizonte do trabalho emancipado, não estamos nos referindo, aqui, a jovens que se associam para se tornarem jovens empresários, mas a jovens trabalhadores que buscam a reprodução ampliada da vida (e não do capital). (grifo do autor).

Outras experiências são citadas no referido artigo. Citaremos algumas para ilustrar a diversidade de atuação.

Na área de cultura, as autoras citam os “Dançarinos de rua”, de Niterói; o Joinha Filmes, de São Paulo; o Musik Fabrik – cooperativa de jovens artesãos/ãs e instrumentalistas, do Rio de Janeiro; Núcleo Serigráfico e Salão de Beleza, de Cuiabá. Em Recife, cita a Rede de Resistência Solidária – que associa trabalho, cultura e lazer e comunicação; no Espírito Santo aponta o Olho da Rua, que atua com publicidade, jornal, revista, rádio comunitária. Ainda no Espírito Santo, aponta o Grupo de Cultura Afro KISILE, que faz apresentações culturais e produz roupas, bonecas, acessórios afros. De Salvador, ilustra com o Fulo Produções – Associação de Jovens Produtores Culturais e o Grupo Informal de Jovens de Calabetão que faz pinturas em camisetas. (TIRIBA e FISCHER, p. 72).

A área de informática é outra que apresenta exemplos, segundo Tiriba e Fischer (2007). Em Santo André, exemplifica com a Cooperativa Dinâmica Visual Design Multimídia. Em São Paulo existe a Cooperativa de Informática Alpha, que faz manutenção e assessoria em hardware, projetos e implantação de rede de computadores, etc; além da Microlhar, sendo incubada pela ITCP-USP, com filmagens e produção de documentários.

Exemplificando as inúmeras possibilidades de parcerias para viabilizar os empreendimentos, as autoras citam ainda os seguintes: em Mato Grosso, assinala a cooperativa Jovens Rurais, envolvendo 400 jovens de oito municípios do norte do Estado, com produção de mudas de essências nativas e medicinais. Na Bahia existe a COOPAVV – Cooperativa Popular de Alimentos Vila Verde, com a produção de hortaliças. Ainda no mesmo Estado apresenta a Bijou Fashion na cidade de Retirolândia, que produz ‘biojóias’; em Araci existe a COOPERJOVENS – Cooperativa Regional de Jovens da Região Sisaleira, que produz artefatos de papel reciclado; na mesma região encontra-se o Grupo de Produção Cabochard, com a produção de sabonete, molho de pimenta e horticultura.

Como resultado de Consórcio Social da Juventude - linha de ação do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE - para implementação do Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens – PNPE – as autoras expõem a cadeia produtiva do *skate* que produz a marca Epidemia, em Porto Alegre.

Sobre esses e demais exemplos, as autoras nos lembram que não há dados suficientes e precisos que permitam saber se estes são orientados por princípios da Economia Solidária ou, conforme suas palavras, “como na ‘novela das oito’”, querendo apontar para a noção de empreendedorismo, mas não o solidário e coletivo. Para as autoras:

[...] “empreendedorismo”, hoje tão em voga, apregoa que o jovem deve tomar iniciativa e cria soluções alternativas à falta de empregos, tornando-se o “patrão de si mesmo” e se, possível, gerar novos empregos, ou seja, contribuir para a exploração da força de trabalho alheia. O “empreendedorismo” também está relacionado à precarização do trabalho assalariado que se dá, entre outros fatores, pela chamada flexibilização das relações entre capital e trabalho, o que leva ao aumento crescente do trabalho temporário, sem vínculo empregatício e sem direitos sociais. [...]. Note-se que os próprios jovens se questionam sobre as diferenças entre empreendedorismo e economia solidária. Isto ficou evidenciado em encontro organizado pela ONG Ação Educativa, Fundação Friedrich Ebert e Projeto Redes e Juventudes, em Recife, em 2006, com representantes de 20 empreendimentos produtivos de jovens (Tommasi, L.; Nogueira, M. J. e Corrochano, M. C., 2007). Assim, é preciso “separar o joio do trigo” e examinar em que condições os jovens têm sido (re)inseridos na economia. Também é preciso estar de olho nas falsas cooperativas, as *cooperfraudes* e *coopergatos* (os mais novos mecanismos da acumulação flexível) (TIRIBA e FISCHER, 2007, p. 71, grifo do autor).

Entretanto, as autoras (p. 74) nos alertam, ao abordarem a possibilidade de ser o trabalho na Economia Solidária uma alternativa ao trabalho alienado:

No entanto, é preciso ter cuidado para não romantizar! Se de um lado as experiências associativas são uma alternativa real ao desemprego e a precarização do trabalho, de outro, esta forma alternativa de produzir a vida social não leva os jovens trabalhadores associados ao paraíso. Os jovens estão em todos os cantos do mundo, mas como diz o velho ditado popular, “uma andorinha só não faz verão”. É linda a idéia de uma autogestão no trabalho e na vida em sociedade. **A vida real, no entanto, tem demonstrado que as experiências isoladas de trabalho associado tendem a fracassar em função da sua inviabilidade econômica. Dado que a unidade produtiva (de bens materiais e/ou imateriais) se situa numa sociedade capitalista, os jovens trabalhadores não vão conseguir ficar livres da imposição das chamadas “leis do mercado” (capitalista), que nada mais são do que as próprias leis da selva, onde se dão bem os mais fortes** (grifo nosso).

Nardi e Yates (2005) e Nardi et al. (2006) apresentam dois estudos sobre a temática jovens (considerados como tal até a idade de 30 anos), subjetivação e trabalho. No primeiro, analisam os processos de subjetivação dos jovens frente às transformações do mundo do trabalho em duas realidades: a nova economia, representada pelo trabalho no sistema bancário pós-reestruturação e nos setores de telefonia celular, internet e informática; e a Economia Solidária, analisando a vivência de jovens em um galpão de reciclagem e em um projeto comunitário de informática. Para efeitos deste trabalho, iremos focar na segunda realidade. Segundo os autores

acima, a inserção dos jovens nesses projetos não é por identificação com a questão ideológica dos mesmos, “mas por falta de alternativa econômica e na perspectiva de que estes vínculos sejam uma passagem transitória até conseguirem um emprego no mercado formal” (p.100). Nardi e Yates (2005) observam que ocorre uma desvinculação dos projetos com os princípios da Economia Solidária, retratada na alienação ao processo produtivo, sendo o mesmo muito próximo à organização taylorista, não havendo um envolvimento nem acompanhamento dos jovens no processo de negociação de vendas ou mesmo do mercado de reciclados (p. 100).

Em ambos os casos há a esperança de conseguirem empregos tradicionais, com carteira assinada e os benefícios trabalhistas dela decorrentes. Alguns apresentam o sonho de ter seu próprio negócio. Ao mesmo tempo que apresentam esse sonho, avaliam que os trabalhadores que têm pouca chance de conseguir um emprego no mercado formal possuem características comuns às deles, ou seja, baixa escolaridade, má aparência e cor negra.

Apesar de reconhecerem que existe um déficit de vagas no mercado formal de trabalho, avaliam que a escolaridade mais alta é condição suficiente para conseguir a almejada inserção nesse mercado.

A lógica que os autores dizem ter encontrado como ordenadora nos relatos desses jovens é a lógica da sobrevivência, na qual a competição é defendida como forma única de conseguir continuar vivendo.

Embora esse subgrupo tenha discernimento acerca do contexto de vulnerabilidade em que vive e não se identifique com o liberalismo como solução para seus problemas, o mesmo afirma que não é possível ter renda satisfatória para sustentar suas necessidades dentro dos movimentos em que se insere. Assim, mesmo tendo uma visão crítica acerca da importância do papel regulador do governo no mercado e pela via da seguridade social, os jovens não conseguem efetivar um projeto que busque transformar a configuração social. Sua vinculação aos empreendimentos solidários é vista como temporária e o emprego é considerado um *quebra-galho* para diminuir sua condição precária, mas que será substituído prontamente caso surja uma oportunidade de emprego melhor remunerado e estável. A ambição dos jovens centra-se no sonho de conseguir uma posição no mercado formal que lhes permita ter segurança (NARDI e YATES, 2005, p. 101).

Os autores trazem a seguinte conclusão:

Nossa análise indica que os projetos de economia solidária estudados não se apresentam como real *opção* aos trabalhadores no mercado de trabalho. Esses funcionam apenas como alternativa ao desemprego, não se constituindo efetivamente como um contraponto à posição central ocupada pelas atuais formas de gestão (NARDI e YATES, 2005, p. 101-102, grifo do autor).

No outro texto sobre o mesmo tema, Nardi et al. (2006, p. 324) tratam da relação trabalho e subjetividade de jovens envolvidos em três empreendimentos da Economia Solidária. Traçando o perfil desses jovens, descrevem-nos como tendo média de 7 anos de estudo formal; com histórico de trabalhos anteriores sem vínculo empregatício; com dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal devido à associação entre baixa escolaridade e condições socioeconômicas precárias; e o valor do trabalho que foi transmitido pelos pais é o da sobrevivência

Os empreendimentos retratados são um galpão de reciclagem, uma cooperativa industrial e um telecentro. Acreditamos que o primeiro e o terceiro empreendimentos são os mesmos retratados no artigo anteriormente abordado, desses mesmos autores.

Quando enfocam o galpão de reciclagem, fazem uma constatação que pode ser indicativo das contradições vivenciadas pelos participantes de diversos empreendimentos e não só daqueles que atuam no ramo de reciclagem. Os autores constataam que:

A instabilidade faz com que os trabalhadores não considerem o galpão como uma alternativa viável em longo prazo, este fato, reforça, ao mesmo tempo, a tensão entre o desejo de estabilidade idealizado na imagem do emprego tradicional e as condições duras e precárias do trabalho cotidiano no galpão. Assim, os valores tradicionais presentes no imaginário social prevalecem sobre aqueles apreçados pelo movimento da ES (NARDI et al., p. 324).

Quando abordam a cooperativa industrial, fazem uma comparação com o empreendimento anterior, ressaltando a maior estruturação da segunda, bem como as diferenças de estatutos que regem os mesmos. Sendo a cooperativa oriunda de uma empresa recuperada, traz traços de organização da mesma, como, por exemplo, a estrutura hierárquica semelhante e a arquitetura que permite ao setor administrativo supervisionar o trabalho do setor produtivo. Com o passar do tempo, o respeito demonstrado pelos trabalhadores ao histórico de luta dos dirigentes da cooperativa combina-se com certa desconfiança de os dirigentes terem assumido o papel de patrões e, por consequência, eles o de empregados, reproduzindo-se, dessa maneira, as relações que marcavam a organização do trabalho tradicional, antes da empresa tornar-se cooperativa. Esse não é um fato isolado, já nos deparamos com esse mesmo processo quando de nossa dissertação de mestrado (LIBONI, 2002).

Chama a nossa atenção outro diferencial que os autores encontram sobre a relação entre os trabalhadores da produção e os da administração. A diferença de escolarização encontrada é

tida como consequência das diferenças de suporte familiar e financeiro dos mesmos. Enquanto os jovens trabalhadores da administração apresentaram maior apoio familiar e financeiro resultado, ou da ajuda familiar ou de outra fonte de sustento que possibilitou continuidade de seus estudos, o grupo da produção, em sua maioria, é responsável pelo sustento da família e estava desempregada antes de ingressar na cooperativa. Dessa dinâmica resulta que, enquanto os trabalhadores da administração concluíram o ensino médio, os da produção tinham apenas concluído o ensino fundamental.

Outro dado constatado pelo estudo foi a implicação dos mesmos com as práticas do empreendimento. Dos que já estavam na empresa antes de se transformar em cooperativa, o envolvimento com o empreendimento apresentava-se maior, embora, mesmo dentre esses, constatou-se que havia aqueles que não conseguiam diferenciar as características do empreendimento, baseado na Economia Solidária, daquelas que marcaram as formas tradicionais de gestão. Os trabalhadores jovens, que haviam ingressado há pouco tempo na cooperativa, apresentavam essa característica como regra.

Para esses entrevistados, o valor do trabalho transmitido pela família relaciona-se com a sobrevivência e como valor moral. Dizem os autores:

Os entrevistados relatam que este modelo lhes foi transmitido pelos pais, que os ensinaram a serem justos e disciplinados, sabendo obedecer aos superiores. Assim, a lógica da subordinação também se impõe pela via familiar como intrínseca ao dever do trabalhador, tornando-se um obstáculo para o estabelecimento de relações de poder menos hierárquicas (NARDI et al., 2006, p. 235).

Embora, na visão da direção do empreendimento, existissem maior liberdade e possibilidade de desenvolvimento de ideias, essa característica não é apontada pelos entrevistados como vantagem da autogestão praticada no empreendimento. Para eles, as vantagens são: “(a) menor competitividade entre os colegas do que no mercado formal, (b) menor pressão hierárquica para o cumprimento de metas, e (c) o fato do lucro ser partilhado pelo conjunto dos trabalhadores” (NARDI et al., 2006, p. 325). É interessante notar o resultado que alerta que, apesar de verem vantagens, aqueles entrevistados que são responsáveis pelo sustento da família mudariam para um emprego formal, justificado pela regularidade de ganho juntamente com a garantia dos direitos trabalhistas. Frente a esses dados, dizem os autores:

Estes permanecem na cooperativa considerando-a como uma oportunidade momentânea de trabalho e não por ser um empreendimento solidário. Este fator pode explicar que a implicação no trabalho se dê de uma forma diferente daquela idealizada pelo movimento da ES. Esta forma mais instrumental de implicação pode nos ajudar a compreender a alta rotatividade observada nos projetos que investigamos (NARDI et al., 2006, p. 235).

Outro dado que chama a atenção é a visão que possuem sobre a quem se destina a Economia Solidária. Na visão dos entrevistados, consideram “a ES como saída econômica para pessoas ‘excluídas do modelo tradicional de sociedade’” (p. 235).

E continuam:

Na fala daqueles que tiveram dificuldade de inserção no mercado de trabalho, a vulnerabilidade decorrente da situação de desemprego parece funcionar como condição para ingressar nos projetos de ES; sendo assim, a participação não se configura como uma escolha de vida motivada pelos princípios que regem a ES, mas sim como um dos caminhos possíveis para estes sujeitos, mesmo que a opção pelo mercado formal seja preferencial. Poucos consideravam os princípios da ES como o principal motivo para a permanência na cooperativa com exceção dos que trabalhavam na direção (NARDI et al., 2006, p. 235).

Frente aos dados levantados, Nardi et al. (2006, p. 237) apresentam conclusões interessantes para os objetivos desta tese. Evidenciam a necessidade da construção de maior estabilidade financeira e de formas de proteção similares às dos direitos trabalhistas. Para os autores, essas condições dariam suporte à maior implicação dos trabalhadores com os empreendimentos analisados e com o objetivo social do mesmo, a de ser suporte social

Embora ressaltando que encontraram uma diversidade de implicações dos trabalhadores com os empreendimentos, os autores ressaltam que “fica evidente a perspectiva da provisoriedade do vínculo, configurando-se como uma alternativa ao desemprego e, ao mesmo tempo, como reconhecimento social, pois o sujeito passa a ser visto como um trabalhador e não como desempregado”.

Já sabemos as implicações, inclusive psicológicas, para os que se encontram na condição de desempregados (SELIGMANN-SILVA, 1997; SATO e SCHMID, 2004).

A visão de futuro de suas vidas está implicada na forma como vivenciam a experiência e possibilidade de permanência nos empreendimentos. Como visto acima, a instabilidade financeira e a falta de “diretos trabalhistas” interferem nas projeções de essa forma de trabalho constar, ou não, como possibilidade a longo prazo na vida de trabalho dos jovens.

Concluem os autores:

O que percebemos nos empreendimentos é que a aspiração da maioria dos trabalhadores entrevistados, especialmente aqueles que se encontram em uma situação sócio-econômica mais vulnerável, é conseguir emprego em uma empresa tradicional, apontada como fonte de estabilidade financeira. Obter uma renda estável é certamente um elemento determinante para uma implicação no trabalho pensada no longo prazo. Podemos ilustrar esta conclusão no relato dos jovens que optariam por manter-se na ES se as condições fossem melhores (proteção, estabilidade, renda). Entretanto, as condições, principalmente a remuneração, impõem a provisoriedade do engajamento. Esta frustração decorrente da precariedade do vínculo se expressa nos planos para o futuro, nos quais a insegurança impossibilita o planejamento da vida como forma de construir um futuro melhor. **Aqui localizamos a principal contradição que marca a implicação nos projetos, ou seja, ao mesmo tempo em que os idealizadores do movimento afirmam a necessidade da implicação plena dos trabalhadores para que os princípios da autogestão se efetivem e para que o empreendimento tenha sucesso, os jovens necessitam de uma estabilidade maior para arriscar um engajamento mais importante, criando assim um ciclo vicioso de difícil resolução** (NARDI et al., 2006, p. 327- 328, grifo nosso).

Concordamos como os autores nessa avaliação, que consideramos de suma importância para o entendimento da tessitura social e de relações de trabalho que permeiam tais empreendimentos e as pessoas nele envolvidas. Não é possível desconsiderar as condições reais de vida e como essas influenciam nas decisões dos que dela comungam. Isso pode ser visto também no trabalho de Corrochano (2008).

Apesar de a Economia Solidária não ser o foco do estudo de Corrochano (2008), o qual trata do trabalho e sua ausência em jovens que haviam participado do Programa de Bolsa Trabalho no município de São Paulo, encontramos também aqui o tema. Ela agrupou esses jovens em quatro grupos: 1) trabalhando desde cedo; 2) do sonho com o trabalho de verdade à busca pelo trabalho possível; 3) em busca de melhores empregos; 4) para além do trabalho, em busca de novas possibilidades. Nesse último grupo podemos encontrar contribuições quando a autora traz o relato de jovens que tinham vivenciado o trabalho em uma cooperativa de geoprocessamento de dados em São Paulo⁸. Essa experiência enquadra-se em nosso estudo, uma vez que a autora a localiza segundo os princípios norteadores da economia solidária.

Segundo a autora (p. 286), o que esses jovens tinham em comum era que “o *trabalho de verdade* ou o trabalho com *registro em carteira*, buscado pelos jovens analisados nos demais capítulos deste estudo, era algo mais problematizado do que propriamente desejado” (grifo do

⁸ Embora em sua tese a autora chame de cooperativa a instituição na qual os jovens trabalhavam, ela esclarece que não era uma cooperativa constituída formalmente, mas, sim, um projeto de uma ONG com uma associação local, sem visar de imediato à geração trabalho e renda mas, sim, a uma formação técnica e política. Ainda segundo a autora, o objetivo futuro era a possibilidade de constituição de uma cooperativa formal (p. 296).

autor). A experiência de participação por um tempo mais longo em tal projeto, no entender de Corrochano (2008, p. 295), alterou a relação com a escola e o trabalho. Diz a autora:

Nesse sentido, se, nos outros grupos, a relação com o trabalho e a ausência de trabalho apresenta-se inter-relacionada às esferas da família e da escola, aqui, verifica-se a entrada de um quarto elemento na tríade: a participação em uma experiência de projeto mais duradoura, que parece ter marcado mais fortemente o modo como começaram a perceber e a se relacionar com as esferas do trabalho e da escola.

Continua a autora:

Assim, a experiência no projeto da cooperativa, como um elemento adicional na tríade anteriormente apresentada, provocou mudanças significativas na maneira desses jovens significarem e se relacionarem com o trabalho, a ausência de trabalho, sua família e a própria educação. Por meio dessa experiência, além dos diferentes cursos realizados, especialmente no campo da informática, esses jovens tiveram reforçada sua perspectiva de seguirem em direção ao ensino superior e passaram a problematizar mais fortemente o *trabalho com carteira assinada* (CORROCHANO, 2008, p. 295, grifo do autor).

As famílias desses jovens incentivavam o estudo e não os pressionavam a iniciarem a vida profissional, dando suporte material aos mesmos, priorizando desse modo o estudo. A ênfase ao estudo visava a ir além de proporcionar melhores oportunidades quando da inserção no mercado de trabalho, mas visava, sobretudo, ao aprendizado e à sua formação como cidadãos. Mas, ressalta a autora, ao contrário do que poderia se supor, não levavam a sério os estudos, apesar de permanecerem na escola e dizerem que poderiam se arrepender no futuro. Isso se devia ao fato, na avaliação dos mesmos, do ensino que recebiam não ser de qualidade; em suas palavras: “O ensino era bastante falho”. Corrochano (2008, p. 292) ressalta que tal crítica existia em jovens dos outros grupos, mas, como relata a autora:

De fato, mais do que outros, esses jovens mostravam-se bastante críticos em relação ao ensino que tiveram na escola. Não que essas críticas inexistissem nos demais grupos, tal como se observou, mas a possibilidade que tiveram de acessar experiências mais significativas do ponto de vista educativo parecia contribuir para críticas mais severas. Na hipótese de Sposito (2005, p. 113), “a mais longa escolarização levaria à construção de um juízo mais completo dos benefícios e limites da ação escolar para além dos conteúdos de ensino propriamente ditos”.

A autora ilustra que até o modo de se relacionar com o trabalho, quando eram mais jovens, também era alvo de problematizações agora. Analisavam que, anteriormente, a vontade de trabalhar se dava pelo desejo de consumir. Nas palavras da autora (p. 296): “ao se referir a seu

desejo pelo trabalho quando mais jovem, reconheceu que se tratava da influência do *sistema* (que pode ser entendido pelo sistema capitalista)” e agora criticava essa postura nos demais jovens.

Empregos que eram antes alvos de desejo, como balconista, operador de telemarketing, vendedor, depois da experiência na cooperativa não mais são vistos como desejáveis, sendo alvo de análise crítica por parte dos mesmos. O desejo de frequentar um curso superior tornou-se comum a esses jovens.

Mas, ainda segundo Corrochano (2008, p. 298), a vivência no projeto da cooperativa não era livre de problemas. Por focar mais na formação do que na geração de renda, com o passar do tempo os jovens sofriam pressões dos familiares para a busca de inserção no mercado de trabalho. Eles mesmos demonstravam esse dilema, quando diziam que “Era preciso fazer a cooperativa virar”, no sentido de possibilitar geração de renda aos participantes. Mas mesmo tal fato não os impelia a buscar trabalho de trabalho formal, questionando criticamente principalmente aquelas ocupações mais direcionadas aos jovens.

Corrachano (2008, p. 300) relata o seguinte:

Os jovens da cooperativa recusavam-se – ou declaravam recusar-se –, naquele momento, a assumir uma relação de trabalho na qual haveria necessidade de se submeter a um patrão e/ou a um determinado tipo de trabalho considerado rotineiro, com poucas perspectivas de aprendizado e de mudanças reduzidas.[...] Mesmo que nem todos eles concordassem que o tal mercado se assemelhava a algum tipo de *monstro*, tal como aparecia na visão de algumas lideranças da cooperativa da qual participavam, era muito instigante notar a fala de Cleiton: ele afirmava que poderia *abrir uma exceção* e procurar um trabalho nesse mercado. Não tinha tanto medo dele, assim. De todo modo, a experiência havia lhe propiciado um olhar mais crítico para o mundo dos empregos, **tendo ampliado, sobretudo, a visão do que poderia ser considerado trabalho** (grifo nosso).

Corrochano entrevista novamente esses jovens um ano depois dessas primeiras entrevistas e o que encontra é que um dos jovens não resistiu à pressão familiar e foi buscar emprego no mercado tradicional do trabalho, primeiramente trabalhando em um bingo e, depois, prestando serviços a uma empresa em virtude da experiência adquirida na cooperativa; porém, era um trabalho precário e instável. Dois continuavam na cooperativa e cursavam o ensino superior.

Nesse ponto, Corrochano (2008, p. 309) conclui que:

Seus relatos tanto na primeira quanto na segunda entrevista deixaram entrever o significativo dilema entre a abertura de horizontes a partir das experiências que haviam vivenciado e o estreitamento de oportunidades para sua realização. Tal dilema já causava muitas tensões em seus percursos. Muito embora parte delas pudesse ser minimizada por

seu lado estrategista (Dubet, 2005) de uma busca contínua de ferramentas instrumentais em função de seus interesses e necessidades, não é possível ignorar a possibilidade de perdas nessa busca de realização de si e de seus projetos diante de chances tão restritas de efetivá-los.

Vemos que, mesmo para esses jovens que, ao vivenciarem a experiência em uma cooperativa que é regida pelos princípios da Economia Solidária, vislumbram outras possibilidades de trabalho e conseguem pensar criticamente sobre o mercado de trabalho tradicional, nem sempre é fácil concretizar as possibilidades abertas por tal experiência.

Se nos estudos de Nardi e Yates (2005) e Nardi et al. (2006) o que transparece é a permanência nos empreendimentos como falta de opção e transitoriedade, não vislumbrando possibilidade de transformação social e pessoal, aqui essa possibilidade é concreta e real, embora permeada por enormes dificuldades, tensões e dilemas.

A Economia Solidária como uma das possibilidades de alternativa para o jovem é defendida pela OIT, quando do seu relatório Juventude e Trabalho Decente (2009). Justifica essa posição frente às transformações que ocorreram e que continuam a ocorrer no mundo do trabalho. Diz o relatório:

A estratégia de promoção do trabalho decente para a juventude brasileira também precisa levar em conta as transformações que vem ocorrendo no mundo do trabalho. O emprego assalariado não é a única forma possível de inserção dos jovens no mercado de trabalho e nem necessariamente a única condizente com padrões de trabalho decente. É necessário levar em consideração outras alternativas de geração de trabalho e renda, como o empreendedorismo, individual ou coletivo, **os empreendimentos econômicos solidários, como empresas autogestionárias, cooperativas, agricultura familiar e outras formas** (COSTANZI, 2009, p.128, grifo nosso).

Frente às experiências concretas, sabemos das dificuldades e dilemas impostos por essa prática, mas é interessante apontar que a mesma já faz parte de recomendações para a política pública de trabalho, o que não podemos deixar de considerar interessante. Reiteramos que não consideramos de modo algum essa a solução ideal para as dificuldades de inserção no mundo de trabalho, mas, dentre as alternativas levantadas, essa, quando implementada e organizada de acordo com os princípios propostos pela autogestão, pode significar avanços nas condições concretas de trabalho, de vida e nas subjetividades e identidades das pessoas nela envolvidas. Reafirmamos que essa é uma tarefa que exige esforços diários e são muitos os riscos envolvidos.

2.4 O Jovem e a Escolha Profissional

A escolha profissional dos jovens, principalmente aqueles pertencentes à classe de baixa renda, é abordado por auxiliar na análise das respostas dos nossos sujeitos de pesquisa. A juventude é a fase da vida em que comumente o jovem se defronta com as possibilidades de definição de sua profissão e a participação ou não em empreendimentos da Economia Solidária se vislumbra como possibilidade de escolha, buscamos nesse tema entender como se desenrola esse processo e suas implicações.

Silvio Bock (2008, p. 13) destaca que a classe social de baixa renda, na qual se localizam os jovens dessa pesquisa, historicamente não tem sido objeto de estudo dos trabalhos referentes à orientação profissional em nosso país. Nesse sentido, destaca o autor:

A história da política educacional e da formação de mão-de-obra no Brasil também mostra a exclusão das classes pobres da temática da escolha profissional. Às pessoas empobrecidas da nação brasileira restava o destino do trabalho precoce, e quando uma qualificação profissional era sequer cogitada, sempre aparecia como alternativa de segunda linha o aprendizado de habilidades para o desempenho de um ofício. A Consolidação das Leis do Trabalho, que o proíbe para menores de 16 anos, prevê a possibilidade deste para pessoas com menos idade (a partir dos 14 anos) quando se trata de um trabalho que vise à aprendizagem profissional (TRT, 2008). Não é necessária nenhuma pesquisa aprofundada para descobrir o perfil sócio-econômico de quem são os “beneficiados” desta ressalva da lei.

No campo de estudos de orientação profissional, o autor apresenta como possível causa dessa “exclusão” da classe de baixa renda dos mesmos pela visão das duas correntes que predominaram no cenário brasileiro. A primeira baseava-se em uma ideologia liberal, na qual o sujeito é o único responsável por si e por suas escolhas.

Já em nossa dissertação de mestrado, apontávamos os problemas que essa visão causava à Psicologia. Dizíamos então:

Ao abordarmos o tema da relação entre subjetividade e trabalho, adotamos aqui o enfoque dado por Nardi, Tittoni e Bernardes (1997), para os quais: A temática Subjetividade e Trabalho está inserida no campo de conhecimento que busca analisar o sujeito trabalhador, definido a partir das vivências e experiências adquiridas no mundo do trabalho. Nesse sentido, concebe o sujeito como atado às normas sociais e constituído nas tramas que definem tais normas [...] (p. 240). Adotar a concepção de sujeito vinculado às ‘tramas sociais’, segundo esses autores, visa a redimensionar dois tipos clássicos de análise da relação do homem e seu trabalho: uma ‘que prioriza as determinações macrosociais, de cunho econômico, sobre a ação dos trabalhadores; outra, baseada principalmente nas análises de cunho psicológico individualizantes,

historicamente associadas ao campo da motivação e dos comportamentos no trabalho' (p. 241). Ambas dificultam a compreensão das reais condições do indivíduo, na medida em que ou o subjugam ou o promovem a agente exclusivo de sua situação social e consequentemente psicológica, ou seja, está presente a concepção de sujeito autônomo e livre (LIBONI, 2002, p. 49).

Segundo Bock (2008, p. 14), não só essa perspectiva, da visão liberal, mas também as críticas da teoria crítica a essa, contribuíram para que essa população não fosse abarcada pela orientação profissional. Para essa perspectiva, segundo o autor:

é a estrutura da sociedade e a situação econômica do país que explica e justifica a posição do indivíduo na pirâmide social; o resto nada mais é que ideologia. O indivíduo, nessa abordagem, não é nem um pouco autônomo na definição de seu caminhar, e é entendido apenas como reflexo da sociedade.

Temos aqui, conforme anotamos em nossa dissertação, a visão de indivíduo subjugado às condições sociais e econômicas.

Bock (1989), citado por Bock (2008), analisa a contribuição da crítica à prática tradicional, mas também alerta sobre as consequências de tal crítica:

A crítica à ideologia liberal e à concepção de indivíduo nela embutida, sem dúvida é um grande avanço na compreensão do funcionamento da sociedade capitalista. Entretanto, no desenvolvimento da análise, ao negar a existência da liberdade de escolha, acaba por também negar a existência do indivíduo. Ele passa a ser entendido como reflexo da organização social, não detendo nenhum grau de autonomia frente a tais determinações. A estrutura social tem um poder avassalador sobre o indivíduo, negando assim sua existência. Desta forma, ao criticar a concepção de indivíduo subjacente à ideologia liberal, nega também a existência do indivíduo propriamente dito. [...] Se na ideologia liberal o indivíduo "pode tudo", em sua crítica ele passa a "não poder nada" (BOCK, 2008, p. 16).

O autor aponta que, a partir daí, as pesquisas e intervenções com as classes de baixa renda deixaram de existir.

Para a superação dessa dicotomia, que paralisou os estudos e pesquisas, o autor adota a abordagem sócio-histórica. Segundo Bock (2008), essa abordagem permite a superação do imobilismo decorrente da concepção crítica, uma vez que aponta para uma relação indivíduo sociedade. Baseando-se em Vigotski e citando Oliveira (1992), diz: o "... ser humano constitui-se enquanto tal na sua relação com o outro social. A cultura torna-se parte da natureza humana num processo histórico que, ao longo do desenvolvimento da espécie e do indivíduo, molda o funcionamento psicológico do homem" (OLIVEIRA, 1992, p. 24, citado por BOCK 2008, p. 16).

A categoria “sentido” é adotada para o rompimento e superação das dicotomias decorrentes dessas tradições teóricas que marcaram, e ainda marcam, a história da Psicologia, tais como consciente/inconsciente, social/individual, cognitivo-afetivo. Bock (2008, p. 33) cita González Rey (2004), para definir como essa categoria age:

A produção individual de sentido tem sua gênese no encontro singular de um sujeito com uma experiência social concreta. Esse encontro se produz em várias dimensões: o sujeito vivencia e se representa em nível consciente vários elementos da experiência e associados a ela, sobre os quais nos pode falar, elementos que podem ou não ser portadores de sentido. Por sua vez, o sujeito experimenta emoções que não consegue explicar e sobre as quais, às vezes, nem tem consciência. Ambos os níveis de expressão de sentido subjetivo da experiência integram em uma unidade indissolúvel a história do sujeito e o contexto social da experiência subjetivada, provocando formas diferentes de conduta, emoções e representações que acompanham a posição do sujeito diante da situação. Todo comportamento nessas condições representa um processo de produção de sentidos que, definido dentro de um sistema de sentidos, atua sobre ele, produzindo novos sentidos. Os recursos psicológicos que se expressam nesses comportamentos dependerão não só do sentido da situação, mas também do repertório do sujeito. (GONZÁLEZ REY, 2004, p. 51).

É interessante, nesse ponto, para o entendimento do que o autor propõe, a diferenciação entre a categoria “sentido” e a categoria “significado”. Bock recorre a Vigotski (2001) e cita:

Vigotski afirma que a diferença entre sentido e significado introduzida por Paulham presta um grande serviço para a análise psicológica da palavra. O “...sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência. Assim, o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa, que tem várias zonas de estabilidade variada. O significado é apenas uma dessas zonas de sentido que a palavra adquire no contexto de algum discurso e, ademais, uma zona mais estável, uniforme e exata. Como se sabe, em contextos diferentes a palavra muda facilmente de sentido. O significado, ao contrário, é um ponto imóvel e imutável que permanece estável em todas as mudanças de sentido da palavra em diferentes contextos. ... Tomada isoladamente no léxico, a palavra tem apenas um significado. Mas este não é mais que uma potência que se realiza no discurso vivo, no qual o significado é apenas uma pedra no edifício do sentido (VIGOTSKI, 2001, p. 465, citado por BOCK, 2008, p. 33).

Adotando tal referencial, Bock acredita que a dicotomia que se estabeleceu no campo de estudo da escolha profissional, que se separava em “o indivíduo tudo pode”, baseada na noção de sujeito livre e autônomo, dentro da visão liberal de indivíduo, e o “indivíduo nada pode”, baseada na visão da teoria crítica, que subjugava o indivíduo às condições sociais e para além disso, por estar submetido à ideologia dominante, nem tinha consciência disso e, portanto, a escolha profissional, que servira de mais um aparato ideológico da classe dominante, é superada.

Embasado por essa teoria, o autor afirma que, quando se trata de escolha profissional, o indivíduo sempre “escolhe”, não no sentido anterior, baseada na ideia de sujeito livre e autônomo, mas baseado nos sentidos produzidos por ele. Afirma Bock (2008, p. 38):

A superação foi permitida pelas noções de subjetividade social, significado e sentido subjetivo. O sujeito escolhe e essa escolha é um momento de seu processo pessoal de construção de sentidos. Mas essa construção utiliza como recurso ou matéria prima não só a irredutível existência singular dos sujeitos, suas experiências e os afetos que dedica a cada momento vivido, mas o conjunto de significações e de formas de relacionamento e produção social em que acontecem e que circunscrevem as experiências vividas pelo sujeito. A vida social, na qual estão os determinantes importantes das escolhas profissionais, como a ideologia dominante, as formas de trabalho, o funcionamento do mercado, o papel da educação, os valores, os grupos de pertencimento, não é algo externo ao indivíduo. Ao construir sentidos subjetivos sobre a escolha ou sobre o futuro profissional, o sujeito estará também, e ao mesmo tempo, internalizando a vida social e contribuindo para a construção da subjetividade, que é coletiva. Sujeito e sociedade são âmbitos de um mesmo processo. O sujeito escolhe e, para compreender o seu processo de escolha, é preciso estudar seu movimento pessoal (seus sentidos) e o conjunto de significações e condições objetivas e sociais no qual está inserido.

A partir dessas premissas, propõe-se a entender como os jovens provindos de classe de renda baixa e que tenham o desejo de fazer o ensino superior fazem suas escolhas.

Apesar de nosso objetivo não envolver a análise da escolha profissional dos nossos entrevistados, acreditamos que tal recorte deve permear nossos dados, uma vez que já em nosso projeto de pesquisa algumas perguntas sinalizavam e apontavam nessa direção. Dizíamos:

Qual a visão que estes (os participantes dos empreendimentos) estão passando para os filhos, netos, sobrinhos sobre suas experiências? E os jovens? O que esperam de suas vidas profissionais? Como veem o trabalho de seus familiares? Veem os empreendimentos como possibilidade futura real de trabalho e renda? Qual o tipo de formação que esses jovens vêm recebendo, tanto da educação formal quanto da educação informal que estão contribuindo para formar a visão sobre os empreendimentos autogestionários como parte (ou não) de seu futuro? (LIBONI, 2008, p. 6).

Em relação aos referidos empreendimentos, ao confrontar o que Bock nos coloca e o que tais perguntas nos suscitam, ousamos dizer que o que tentávamos elaborar era qual o sentido que os jovens davam a tais experiências vivenciadas, juntamente com os familiares, e como elas contribuía para o sentido de sua escolha em participar ou não desses empreendimentos.

Bock deixa isso muito claro quando, partindo das noções de subjetividade social, significado e sentido subjetivo, busca demonstrar o processo de escolha dos jovens. Acreditamos que fique clara a opção pelo sujeito sócio-histórico, e entender como são as “condições objetivas

e sociais” dos sujeitos é questão essencial para a compreensão do processo de escolha profissional.

Outra descoberta interessante do autor diz respeito às profissões escolhidas pelos jovens de classe baixa. Eles não escolhem as tradicionais ou as que estão na moda, mas sim aquelas menos concorridas nos vestibulares, denotando que são menos prestigiadas. O autor justifica esse dado indicando que, para além de uma possível atitude introjetada de servidão, as profissões que são escolhidas por esses jovens por si só são um progresso se defrontadas com as condições em que vivem. Tanto em relação à remuneração dessas profissões, como em relação ao término do ensino médio, pois que sinalizam obtenção de patamares superiores aos conseguidos pelos seus pais.

Isso nos lembrou de uma situação, na qual, sendo integrante do Conselho de Ensino e Pesquisa, fomos responsável em elaborar um parecer sobre a implantação do sistema de cotas para o ingresso no vestibular na universidade da qual fazemos parte. Para tanto, fazendo um levantamento em dados de vestibulares anteriores, cruzando o número de aprovados nos cursos mais concorridos e nos menos concorridos com o tipo de estabelecimento de ensino cursado - público ou privado – ficou claro que as licenciaturas em geral tinham um alto grau de egressos do sistema público de ensino, enquanto que nas carreiras mais “prestigiadas”, ou seja, mais concorridas, como medicina, odontologia e arquitetura, esse número caía assustadoramente, por vezes mesmo sendo zero. Não foi analisado o número de inscritos e, sim, o de aprovados. Ressaltamos que os dados não são resultado de uma pesquisa, mas, sim, de um levantamento, o que os restringem a um universo limitado, específico à realidade daquele momento, mas que acreditamos ser ilustrativos dos apontamentos do autor.

Quanto ao motivo da escolha, Bock (2008) encontrou como razões tanto de ordem pessoal - gostar, sentir-se bem, ter condições de aprender, como socioeconômica - melhoria nas condições de vida - além de verem na mesma ser possível a ajuda ao outro. Constata também que os planos delineados pelos jovens são aqueles de curto prazo.

Chegamos ao final desse capítulo, no qual tentamos delinear um retrato de quem falamos quando nos referimos aos jovens nesta tese. São os jovens que vivem em contexto histórico, social e econômico que formam a moldura na qual se desenrola o seu viver. Portanto, fornecem elementos imprescindíveis na busca do entendimento dos sentidos das respostas dadas por eles aos nossos questionamentos.

Igualmente indispensáveis são as questões implicadas nos processos de socialização e da constituição da identidade. Versar sobre as relações pais e filhos levou-nos à necessidade da compreensão de como se processa e reprocessa, como ação contínua, a socialização como forma de transmissão e construção da realidade; e, uma vez nela inseridos, como se constituem os processos identitários, esses também sujeitos a contínuas metamorfoses. É o que tratamos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 3

SOCIALIZAÇÃO E IDENTIDADE

Podemos nos arriscar a dizer que pertencer ou não a empreendimentos de Economia Solidária pode ser, e acreditamos que é, uma informação importante que irá compor a identidade tanto social como a identidade do eu. Isso porque acreditamos que, ao se apresentar dessa maneira, essa informação já vem carregada de significados, de marcação de *status* social, de relações de trabalho. O que as pessoas pensam e transmitem sobre isso é determinante para o outro compor sua identificação e o trabalho tem papel de destaque na formação da identidade.

Sendo esse trabalho focado na juventude, consideramos essencial entendermos o processo de socialização e identidade, principalmente quando um dos objetivos é compreender como a prática cotidiana da Economia Solidária é compartilhada com os familiares jovens dos participantes dos empreendimentos.

O papel da família nesse contexto, bem como as demais instâncias sociais, como escola, profissão, grupos, mediando a construção desses significados é essencial.

3.1 Socialização e a Construção Social da Realidade

Nesse percurso, recorreremos primeiramente a Berger e Luckmann (1985), que formulam sua teoria para o entendimento de como a realidade é construída e trazem contribuição para o entendimento dos processos de socialização e de identidade.

Para os autores, “a vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (1985, p. 35). Essa realidade é dividida com as outras pessoas e existem diversos meios de se experimentar essa divisão, sendo o meio mais importante a situação de estar face a face com o outro. Dizem: “na situação face a face, o outro é apreendido por mim como vívido presente partilhado por nós dois. Sei que no mesmo vívido presente sou apreendido por ele. Meu ‘aqui e agora’ e o dele colidem continuamente um com o outro enquanto dura a situação face a face” (BERGER E LUCKMANN, 1985, p. 47).

Portanto, segundo esse enfoque, são nos relacionamentos e no contato com a realidade que o homem vai se construindo e construindo seu mundo, tanto o interno como o externo. Para abordar a sociedade como realidade objetiva, lançam mão de dois processos: a institucionalização e a legitimação. Para tratar a sociedade como realidade subjetiva trazem o conceito de interiorização da realidade, constituído pela socialização primária e pela socialização secundária.

Para os autores, conforme já foi dito, os homens produzem-se a si mesmos e, portanto, também produzem a ordem social em que vivem. Conforme afirmam (p. 75): “A auto-produção do homem é sempre e necessariamente um empreendimento social. Os homens *em conjunto* produzem um ambiente humano, com a totalidade de suas formações sócio-culturais e psicológicas”. Dizem isso em contraposição à constituição biológica do homem, que seria responsável apenas em fornecer os limites exteriores da produção humana. Assim, a ordem social é sempre e unicamente resultado da produção humana. Para entender o surgimento, a manutenção e a transmissão dessa ordem social apresentam a teoria da institucionalização. “A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores. Dito de maneira diferente, qualquer uma dessas tipificações é uma instituição” (p. 79). Essas são sempre partilhadas e acessíveis a todos os membros do grupo. Lembram os autores:

é importante ter em mente que a objetividade do mundo institucional, por mais maciça que pareça ao indivíduo, é uma objetividade produzida e construída pelo homem. O processo pelo qual os produtos exteriorizados da atividade humana adquirem o caráter de objetividade é a objetivação. O mundo institucional é atividade humana objetivada, e isso em cada instituição em particular. Noutras palavras, apesar da objetividade que marca o mundo social na experiência humana, ele não adquire por isso um status ontológico à parte da atividade humana que o introduziu... a relação entre o homem, produtor, e o mundo social, produto dele, é que permanece sendo dialética, isto é, o homem e seu mundo social atuam reciprocamente um sobre o outro. O produto reage sobre o produtor (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 87).

Segundo os autores, isso é possível graças ao compartilhamento de um conhecimento que, sendo socialmente construído e partilhado, é tomado como verdades válidas para toda a sociedade e que os que dele se desviam são considerados como que se afastando da realidade. É esse conhecimento que “serve de mediação na interiorização pela consciência individual das estruturas objetivadas do mundo social” (p. 94). Nesse sentido, é tal conhecimento que

“programa” os canais pelos quais a exteriorização produz um mundo objetivo. Objetiva este mundo por meio da linguagem e do aparelho cognoscitivo baseado na linguagem, isto é, ordena-o em objetos que serão apreendidos como realidade. É em seguida

interiorizado *como* verdade objetivamente válida no curso da socialização. Desta maneira, o conhecimento relativo à sociedade é uma realização no duplo sentido da palavra, no sentido de apreender a realidade social objetivada e no sentido de produzir continuamente essa realidade (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 94, grifo do autor).

Ressaltamos que os autores (p. 95) apontam que esse conhecimento é transmitido de geração em geração, sendo apreendido pelas novas gerações como verdade objetiva, portanto interiorizado como realidade subjetiva. “Essa realidade, por sua vez, tem o poder de configurar o indivíduo”.

Outro aspecto relevante retratado pelos autores na institucionalização são os papéis. Eles relatam que

[...]as origens de qualquer ordem institucional consistem na tipificação dos desempenhos de um indivíduo e dos outros. Isso implica que o primeiro tem em comum com os outros finalidades específicas e fases entrelaçadas de desempenho e, ainda mais, que são tipificadas não apenas ações específicas, mas formas de ação... As tipificações de formas de ação requerem haver um sentido objetivo, que por sua vez exige uma objetivação linguística. Isto é, haverá um vocabulário que se refere a estas formas de ação. [...] O indivíduo e o outro podem ser compreendidos como executantes de ações objetivas, geralmente conhecidas, que são recorrentes e repetíveis por qualquer ator do tipo adequado (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 101).

Os autores discutem como as instituições podem ser reificadas, ou seja, como de produtor o homem passa a ser produto da sociedade em sua consciência. A atividade humana passa a ser vista como não humana, como sendo produto de outras instâncias, não tendo o homem mais controle sobre ela; seria a “natureza das coisas” que as faz assim. Definem assim a reificação da realidade social:

A reificação é a apreensão dos fenômenos humanos como se fossem coisas, isto é, em termos não humanos ou possivelmente super-humanos. Outra maneira de dizer a mesma coisa é que a reificação é a apreensão dos produtos da atividade humana como se fossem algo diferente de produtos humanos, como se fossem fatos da natureza, resultados de leis cósmica ou manifestações da vontade divina. A reificação implica que o homem é capaz de esquecer sua própria autoria do mundo humano, e mais, que a dialética entre o homem, o produtor, e seus produtos é perdida de vista pela consciência. O mundo reificado é por definição um mundo desumanizado (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 123).

Tanto as instituições como os papéis podem ser reificados. Sobre a reificação de papéis, dizem (p. 125-126):

O setor da autoconsciência que foi objetivado num papel é então também apreendido como uma fatalidade inevitável, podendo o indivíduo negar qualquer responsabilidade. A fórmula paradigmática desta espécie de reificação é a proposição “não tenho escolha neste assunto, tenho que agir desta maneira por causa da minha posição” como marido, pai, general, arcebispo, presidente da diretoria, bandido ou carrasco, tal seja o caso. Isto significa que a reificação dos papéis estreita a distância subjetiva que o indivíduo pode estabelecer entre si e o papel que desempenha...Finalmente a própria identidade (ou o eu total, se preferimos) pode ser reificada, tanto a do indivíduo, quanto a dos outros. Há então uma identificação total do indivíduo com as tipificações que se lhe são socialmente atribuídas. É apreendido como *não sendo nada senão esse tipo* (grifo do autor).

O segundo processo que os autores apontam compondo a realidade como realidade objetiva é a legitimação. Definem esse processo dizendo ser esta uma objetivação de “segunda ordem”. Explicando, dizem (p. 127): “A legitimação produz novos significados, que servem para integrar os significados já ligados a processos institucionais dispares. A função da legitimação consiste em tornar objetivamente acessíveis e subjetivamente plausíveis as objetivações de ‘primeira ordem’ e foram institucionalizadas”.

Para ser realizada, implica valores e conhecimento, ou seja, informa não somente que deve ser feita uma coisa e não outra, mas também informa o porquê de as coisas serem de determinada maneira e não de outra.

Discutindo o processo de legitimação, trazem o conceito de universo simbólico como um de seus componentes, tendo uma das funções de ordenar as diferentes fases da vida e também a de dar “exatidão” à identidade subjetiva do indivíduo. Nesse sentido, dizem (p. 136): “Pela própria natureza da socialização, a identidade subjetiva é uma entidade precária. Depende das relações individuais com os outros significativos, que podem mudar ou desaparecer [...] identidade é fundamentalmente legitimada pela colocação dela no contexto do universo simbólico”. Vemos mais uma vez a influência dos outros no processo de socialização e da identidade do indivíduo e de que forma esse processo está em permanente constituição.

Para explicar como se dá a interiorização da realidade, os autores apresentam os processos de socialização primária e socialização secundária.

Segundo esses autores (p. 174), as pessoas nascem com uma predisposição para a sociabilidade. Na vida de todos existe uma sequência temporal, um curso em que o indivíduo é induzido a participar da dialética da sociedade. O ponto de partida desse processo é a internalização, isto é, “a apreensão ou interpretação imediata de um acontecimento objetivo enquanto expressa significado, ou seja, enquanto uma manifestação dos processos subjetivos do outro, que, por consequência, se tornam subjetivamente significados para mim”.

A internalização seria, então, a condição básica para a compreensão dos nossos semelhantes e para a apreensão do mundo como realidade subjetiva e social. Dizem (p. 174): a apreensão “começa com o fato do indivíduo ‘assumir’ o mundo no qual os outros já vivem. Sem dúvida, esse ‘assumir’ em si mesmo constitui em certo sentido um processo original para cada organismo humano e o mundo, uma vez ‘assumido’, *pode* ser modificado de maneira criadora ou (menos provavelmente) até recriado” (grifo do autor). A partir desse momento, compreendem-se as definições e situações que se compartilham com os demais e, ainda mais, participa-se, juntamente com os outros, de suas definições. Quando a pessoa atinge esse grau de internalização, pode-se considerá-la membro de uma sociedade.

Para os autores (p. 175), a definição de socialização é “uma ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela”. E continuam, estabelecendo como ela se desenvolve:

A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade. A socialização secundária é qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 175).

Para eles, a socialização primária não envolve somente a aprendizagem cognitiva, mas também grande carga emocional. Sem isso, provavelmente a aprendizagem seria difícil, senão impossível. Relatam:

A criança identifica-se com os outros significativos por uma multiplicidade de modos emocionais. Quaisquer que sejam, a interiorização só se realiza quando há identificação. A criança absorve os papéis e as atitudes dos outros significativos, isto é, interioriza-os, tornando-os seus. Por meio desta identificação com os outros significativos, a criança torna-se capaz de se identificar a si mesma, de adquirir uma identidade subjetivamente coerente e plausível (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 176-177).

Querem dizer com isso que a identidade se produz reflexa, isto é, reflete as atitudes adaptadas dos outros significantes, ou seja, o indivíduo é aquilo que os outros significantes o consideram. Esse processo é dialético entre a autoidentificação e a identificação que fazem os outros; entre a identidade que é objetivamente atribuída e a que é subjetivamente assumida.

A realidade se define objetivamente como localização em determinado mundo e pode ser assumida subjetivamente somente com esse mundo, ou seja, todas as identificações se realizam dentro de horizontes que implicam um mundo social específico. Relatam os autores (p. 178): “A

apropriação subjetiva da identidade e a apropriação subjetiva do mundo social são apenas aspectos diferentes do *mesmo* processo de interiorização, mediatizado pelos *mesmos* outros significativos”(grifo do autor).

Os autores discutem então o conceito de outro generalizado, que é a abstração dos papéis e atitudes de outros significantes concretos, ou seja, as outras pessoas. Com o desenvolvimento do outro generalizado, o indivíduo se identifica não somente com os outros concretos, mas também com uma generalidade de outros, que é a sociedade e também é uma fase decisiva na socialização. Possibilita a internalização da sociedade, da realidade objetiva nela contida, ao mesmo tempo em que permite o estabelecimento subjetivo de uma identidade coerente e contínua. A formação do outro generalizado sinaliza o término da fase da socialização primária. No entanto, o processo de socialização não termina com ela, dizem os autores: “Mas esta interiorização da sociedade, da identidade e da realidade não se faz de uma vez para sempre. A socialização nunca é total nem está jamais acabada” (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 184).

A partir daí tem-se o que os autores chamam de socialização secundária, ou seja, a internalização de submundos institucionais ou baseados em instituições. A complexidade das divisões do trabalho e da distribuição social do conhecimento é que determinam seu alcance e complexidade. Sobre isso dizem Berger e Luckmann (1985, p. 185): “...podemos dizer que a socialização secundária é a aquisição do conhecimento de funções específicas, funções diretamente ou indiretamente com raízes na divisão do trabalho”.

Os submundos que são internalizados na socialização secundária se apresentam como realidades parciais que se contrapõem com o “mundo de base” formado na socialização primária e, como esta, também necessitam serem legitimados por meio de símbolos rituais e matérias.

Dubar (1997), discorrendo sobre o processo de socialização secundária na visão de Berger e Luckmann, aponta para a importância dos saberes ou o conhecimento nesse processo:

Antes de mais nada, trata-se da incorporação de saberes especializados - que chamaremos de **saberes profissionais** – que constituem saberes de um novo gênero. São maquinismos conceptuais que têm subjacentes um vocabulário, receitas (ou fórmulas, proposições, procedimentos), um programa formalizado e um verdadeiro “universo simbólico” veiculando uma concepção de mundo (Weltsanschauung) mas que, contrariamente aos saberes de base da socialização primária, são definidos e construídos por referência a um campo especializado de actividades e são, portanto, “situados diversamente no interior do universo simbólico enquanto globalidade” (Berger e Luckmann, p. 191) (DUBAR, 1997, p. 96, grifo do autor).

Pode, por consequência, haver tanto continuidade quanto descontinuidade entre esses processos de socialização. Se na socialização primária as crianças apreendem o mundo dos pais como sendo *o mundo*, na socialização secundária apreendem outras realidades, o que pode gerar crises e descontinuidade, como exemplificam: “a criança de mais idade chega a reconhecer que o mundo representado pelos pais, o mesmo mundo que anteriormente considerava com certeza como a realidade inevitável, é de fato o mundo de gente rural do sul, sem educação, de classe inferior” (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 189). Um ponto importante é o papel da educação nesse quadro. Para esses autores (p. 195), “O desenvolvimento da educação moderna é evidentemente a melhor ilustração da socialização secundária realizada sob os auspícios de organizações especializadas”.

Família, educação, organizações de trabalho e sociais, todas essas instâncias relacionadas diretamente com o processo de socialização também compõem a tessitura social que não podemos deixar de considerar para compor a análise desse trabalho. São elementos que nos dão suporte na tentativa de desvelar como os jovens constroem e significam a realidade do trabalho e, num recorte mais específico dentro dele, a realidade do trabalho na Economia Solidária. As mudanças e transformações sociais transitam nesse cenário.

Na visão de Dubar (1997), uma das contribuições da teoria de Berger e Luckmann é que ela possibilita ver a socialização como portadora de mudanças sociais e não apenas de reprodução da ordem social estabelecida. A relação entre as socializações primária e secundária é que permite tal possibilidade. Diz Dubar (1997, p. 98):

Essa possibilidade de mudança social “real” – isto é, não reprodutora das relações sociais e das identidades anteriores – depende, antes de mais, das relações entre os aparelhos de socialização primária e secundária, ou seja, depende das relações entre as instituições de legitimação dos saberes “*gerais*” (de base) que asseguram a construção de “mundos sociais” na infância e os sistemas de utilização e de construção de saberes “*especializados*” que legitimam a reconstrução permanente dos “mundos especializados” (grifo do autor).

Dubar (1997, p. 99) credita à socialização secundária a possibilidade de contestação dos valores e saberes adquiridos na socialização primária, gerando novos valores, novos saberes, novos mundos. Esta é, segundo o autor, a base para mudanças sociais. Através de interação das instâncias de socialização primária com as da socialização secundária, ocorrem “crises de legitimidade de diversos saberes e das transformações possíveis do ‘mundos legítimos’”.

A relação objetividade e subjetividade está entrelaçada, como vimos anteriormente. Para Dubar (1997, p. 99): “Subjetivamente, a mudança social é, portanto, inseparável da transformação das identidades, isto é, simultaneamente inseparável dos ‘mundos’ construídos pelos indivíduos e das ‘práticas’ que decorrem desses ‘mundos’”.

Essa citação de Dubar corrobora o que encontramos em Berger e Luckmann ao apontarem estes o papel da identidade na relação estabelecida entre a realidade e a subjetividade e como pode ser modificada ou transformada. Dizem: “A identidade é evidentemente um elemento-chave da realidade subjetiva, e tal como toda realidade subjetiva, acha-se em relação dialética com a sociedade. A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada, é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas relações sociais” (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 228).

A visão da identidade como estando em constante transformação, mesmo quando aparece como sempre a mesma, é o próximo item que tratamos nesse tópico.

3.2 Identidade

Recorremos a Ciampa (1989, 1990) para discorrermos sobre essa visão de identidade. Sua contribuição para o entendimento da formação e transformação da identidade humana através da atividade, isto é, da ação do homem no mundo, é de grande valia, quando escolhemos o trabalho como um dos focos desta tese. Sua afirmação: “O indivíduo não é algo: ele é o que faz” (CIAMPA, 1990, p. 135) sintetiza o que acreditamos ser um olhar esclarecedor para a compreensão de como o trabalho – uma das muitas possibilidades do fazer - numa sociedade complexa como a em que vivemos, com o capitalismo como modo dominante de produção, reflete na identidade e, portanto, na vida dos jovens, alvo deste estudo.

Tendo por base a identidade como um processo de metamorfose, histórico e inseparável de um projeto político, defende que o estudo da identidade não pode ser independente do estudo da sociedade. Está sempre a ela atrelado, pois, comenta o autor (1989, p. 72): “... é do contexto histórico e social em que o homem vive que decorrem suas determinações [de alternativas de identidade] e, conseqüentemente, emergem as possibilidades ou impossibilidades, os modos e as alternativas de identidade”. Para o autor, o fato de vivermos sob o modo capitalista de produção e a complexidade da sociedade impede-nos de sermos sujeitos, uma vez que esse sistema coisifica

o homem, tornando-o somente um suporte do capital que o transforma em mercadoria. Nas suas palavras (1989, p. 72)., “deixa de ser verbo para se tornar substantivo”.

Vejamos alguns pontos essenciais de sua abordagem teórica, que nos ajudam a entender a constituição da identidade. A primeira noção a que se refere é de igualdade e diferença. Vamos nos igualando e nos diferenciando dos demais à medida que vamos participando de diversos grupos sociais, sendo o primeiro deles a família. Esse pertencimento aos grupos não se encerra nunca no decorrer de nossas vidas.

O impacto desse aspecto para o próprio conhecimento é dessa forma dimensionado por Ciampa (1989, p. 64): “O conhecimento de si é dado pelo reconhecimento recíproco dos indivíduos identificados através de determinado grupo social que existe objetivamente, com sua história, suas tradições, suas normas, seus interesses, etc.”. Ele ressalta a importância de entendermos como o grupo existe objetivamente para compreendermos a dinâmica que apresenta. Para o autor, o grupo se constitui pelas relações entre seus membros e com o meio no qual estão inseridos. Diz: “pela sua prática, pelo seu agir (**num sentido amplo, podemos dizer que pelo trabalho**); agir, trabalhar, fazer, pensar, sentir, etc., já não mais substantivo, mas verbo” (CIAMPA, 1989, p. 64, grifo nosso).

Ao introduzir a dinâmica do verbo ao invés do substantivo, o autor quer enfatizar a identidade como dinâmica, nunca estática ou imutável. É o agir que nos identifica, somos identificados de determinada forma porque agimos como tal, desempenhamos um papel que se enquadra em tal definição.

A aparente constância de sermos sempre os mesmos, segundo Ciampa (1989), é resultado de a identidade ser reposta, de agirmos de acordo com o esperado para aquele papel. Ao sempre ser reposta dá a ideia de mesmice, de não transformação, de sempre sermos os mesmos. Isso acontecendo, perde-se a noção de historicidade, de sermos sempre diferentes em diferentes momentos e situações sociais. Diz Ciampa (p. 67): “Em cada momento da minha existência, embora eu seja uma totalidade, manifesta-se uma parte de mim como desdobramento das múltiplas determinações a que estou sujeito”. A cada momento representamos a nós mesmos, em diferentes contextos e papéis, sendo ao mesmo tempo único e múltiplo, sendo impossível estabelecer uma origem para cada um deles.

Mas por que não parecem em transformação, e, sim, na mesmice? Esclarece Ciampa (1989, p. 67-68):

Este jogo de reflexões múltiplas que estrutura as relações sociais é mantida pela atividade dos indivíduos, de tal forma que é lícito dizer-se que as identidades, no seu conjunto, refletem a estrutura social ao mesmo tempo que reagem sobre elas conservando-a ou transformando-a. As atividades de indivíduos identificados são normatizadas tendo em vista manter a estrutura social, vale dizer, conservar as identidades produzidas, paralisando o processo de identificação pela re-posição de identidades pressupostas, que um dia foram postas. Assim, a identidade que se constitui no produto de um permanente processo de identificação aparece como um *dado* e não como um *dar-se* constante que expressa o movimento do social (grifo do autor).

A noção de identidade-mito é esclarecedora. Para Ciampa (1990, p. 139), assim como temos a mercadoria transformada em fetiche no capital, a personagem também tem a existência como tal, tornando-a um objeto misterioso e fantasmagórico. Explica o autor (1990, p. 140):

Defrontamo-nos com o que poderia ser chamado de fetichismo da personagem, que vai explicar a quase impossibilidade de um indivíduo atingir a condição de ser-para-si e vai ocultar a verdadeira natureza da identidade como metamorfose, gerando o que será chamado de identidade-mito.

Nesse caso, não é mais o ator que controla a personagem, mas ocorre o inverso, ou seja, quando a personagem torna-se um fetiche é ela quem controla o ator e esse perde a capacidade de buscar a autodeterminação, de “procurar a unidade da subjetividade e da objetividade, que faz do agir uma atividade finalizada, relacionando desejo e finalidade, pela prática transformadora de si e do mundo” (CIAMPA, 1990, p. 146).

Para o autor, quando não há possibilidade de novas personagens, repetem-se as antigas, repondo-as constantemente, perdendo de vista que somos nós que construímos tais personagens. É um risco para a humanização do homem. Ressalta Ciampa (1990, p. 212) que “o homem é um ator – e não uma marionete – ator que, já vimos, é ativo e solidário de uma produção coletivamente realizada. Todos somos co-criadores”. Dessa dinâmica resultam não só novos personagens, mas um universo de significados, que também faz parte de nossa constituição. Nesse ponto Ciampa (p. 212), citando Habermas, diz: “a reprodução da vida precisa ser mediada pela interpretação do que merece ser vivido, sob as condições dadas”.

E para Ciampa (1990, p. 227), o sistema capitalista no qual vivemos é uma realidade que não merece ser vivida. Desumanizando o homem, fazendo sua identidade falsa, alienada, sempre reposta, ou seja, desumana. Justifica tal posição, pois para ele o capitalismo

[...] ameaça a autopreservação da espécie, na medida em que *cada singular*, em vez de devir homem – como a metamorfose é inevitável – devém não-homem, inverte-se no seu contrário: em vez de proprietário das coisas, estas é que o têm como propriedade; em vez de fazer uso das coisas, estas é que o usam; em vez de trabalhar com suas ferramentas, com seus instrumentos, estes é que trabalham com o homem como ferramenta, instrumentalizando-o (grifo do autor).

É na superação da contradição do homem como produtor-produto do mundo que o autor consegue projetar uma saída. Romper com o que chama de má infinidade é reconhecer o homem como um ser de possibilidades e como ser concreto, “por isso concretizável”.

Neste momento podemos estabelecer uma ponte com o que fala sobre o trabalho e sua relação com a possibilidade da busca do autodesenvolvimento, ou seja, de humanização. Ao explicar essa busca constante da personagem com a qual ilustra seu livro, ele aponta para dois aspectos que fizeram parte da história da personagem: o trabalho e a religião. Vejamos o que tem a dizer sobre o trabalho:

“Todos sabemos a importância que o trabalho tem na nossa sociedade. Nossa inserção no mercado de trabalho quase sempre sela um destino, é um componente forte na configuração de uma identidade” (CIAMPA, 1990, p. 232). Essa afirmação pode ser facilmente comprovada em inúmeros trabalhos que relacionam a identidade e o trabalho, como, por exemplo, Matias (2003), que analisa o processo de formação de identidade do médico do Programa de Saúde da Família. Em Liboni (1997), pudemos enfocar essa relação, estudando o cotidiano dos agentes fiscais de arrecadação estadual, a qual permitiu estabelecer claramente a relação entre o trabalho dos mesmos e a constituição de suas identidades tanto profissional como social.

Nessa vertente, abordamos um modo de gestão diferente do capitalismo, mas inserido em uma sociedade capitalista, sendo os modos de relações trabalhistas dominantes o assalariamento e o trabalho autônomo. Ciampa (1990, p. 232) também nos auxilia com a seguinte reflexão:

[...] ora, todos nós sabemos que o movimento do capitalismo é no sentido de uma proletarianização de todos que vivem de sua força de trabalho...; é uma tendência praticamente universal dentro do sistema capitalista. Então existem os sobreviventes, que ainda não vivem do trabalho assalariado, tanto como existem aqueles que insistem em recuperar saudosamente uma época.

Essas passagens demonstram a importância do trabalho e de como se trabalha, como realidade concreta, a partir da qual pode se constituir a construção de identidades. O que é permitido ou não e a avaliação do que merece ser vivido, para parafrasear o autor, nesse cenário,

são de grande importância para entendermos a relação e o processo entre o trabalho e a constituição da identidade, não somente da personagem trabalhador, mas a de pai, mãe, irmão, etc.

Entendo que o projeto político da identidade defendido por Ciampa pode também ser visto neste sentido: modos de trabalho que permitam a humanização do homem, que não paralise sua transformação e a transformação do mundo, apenas permitindo sua reposição à medida que não permitem novas formas de identidade.

O engajamento se faz necessário. Ciampa (1990, p. 240) vê na Psicologia Social uma contribuição nesse sentido. Elenca uma série de justificativas para a tarefa de estudar a identidade, conforme vemos a seguir:

Tarefa que nos é proposta pela espécie humana, cujo interesse é sua autoconservação. Tarefa que nos é proposta pelo capital, que está virando barbárie, por não saber mais gerir o sistema que o criou. Tarefa que nos é proposta pelo trabalho, que precisa metamorfosear o trabalhador no seu contrário, de dirigido a dirigente, para realizar a pilotagem, a vigilância, a integração, etc. Tarefa que nos é proposta pela razão teórica, que quer clarificar a situação em que as patologias se encarnam nos indivíduos e nas instituições. Tarefa que nos é proposta pela razão prática, que quer transformar nossas condições conforme o que for interpretado merecedor de ser vivido. Tarefa que nos é proposta por Severina, por Severino, por nós todos, que queremos uma ter uma identidade humana sempre se concretizando.

Dubar (1997) colabora para o entendimento da relação educação, trabalho e a formação da identidade. O autor ressalta que não podemos restringir a visão da identidade social com base somente nos estatutos de emprego e níveis de formação (p. 112). Todavia reconhece e observa a importância dessas duas instâncias no processo de formação da identidade. Diz o autor (p. 112):

Se os modos de construção das categorias sociais a partir dos campos escolar e profissional adquiriram uma grande legitimidade é certamente porque tanto as esferas do **trabalho** e do **emprego** (assalariado para mais de 80% da população ativa e problemático para mais de 10% desde o princípio dos anos 80) como a da **formação** (escolar, mas também profissional; inicial, mas também contínua) constituem domínios pertinentes das identificações sociais dos próprios indivíduos (grifo do autor).

Não nos esqueçamos de que o autor fala da realidade francesa quando apresenta as porcentagens acima. Em nosso país, a realidade é outra, com o nível de assalariamento menor, onde historicamente a realidade do emprego pleno nunca foi concretizada.

Voltando à relação formação e trabalho, Dubar (1997, p. 113) a põe em destaque quando afirma: “Entre os acontecimentos mais importantes para a identidade social, a saída do sistema

escolar e o confronto com o mercado de trabalho constituem actualmente um momento essencial na construção da identidade autônoma”. Para ele as escolhas no âmbito escolar podem prever e antecipar o estatuto social de um indivíduo e influenciar decisivamente na identidade virtual, mas reserva à entrada no mercado de trabalho um papel decisivo. Isso fica claro quando afirma:

Mas é no confronto como o mercado de trabalho que, sem dúvida, se situa hoje o desafio identitário mais importante dos indivíduos da geração da crise. Esse confronto assume formas sociais diversas e significativas, segundo os países, os níveis escolares e as origens sociais. Mas é da sua saída que depende, simultaneamente, a identificação pelo outro de suas competências, do seu estatuto e da carreira possível e a construção para si do projecto, das aspirações e da identidade possível [...] Para esta geração, este afrontamento acontece em condições históricas particulares (Baudelot, 1988): uma alta taxa de desemprego que afecta de uma forma diferenciada os que entram no mercado de trabalho segundo os países, os níveis escolares, as origens sociais e o sexo; um processo rápido de modernização tecnológica, e de mudanças organizacionais nas empresas, administrações, serviços; um prolongamento da transição entre a saída da escola e o acesso a um emprego cada vez menos considerado estável (DUBAR, 1997, p. 113-114).

Outro autor que nos esclarece sobre o tema identidade é Goffman (1980). Ele discorre sobre como o que chama de “informação social”, isto é, “a informação que o indivíduo transmite diretamente de si” interfere na aceitação social dos indivíduos.

Segundo Goffman (1980, p. 11,12)

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas. As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos nos permitem um relacionamento com as “outras pessoas” previstas sem atenção ou reflexão particular. Então, quando um estranho nos é apresentado, os primeiros aspectos permitem prever a sua categoria e seus atributos, a sua “identidade social” – para usar um termo melhor do que “status social”, já que nele se incluem atributos como “honestidade”, da mesma forma que atributos estruturais, como “ocupação”.

O autor diferencia dois tipos de identidade social, que são a identidade social virtual, que engloba as exigências e expectativas que se imputa ao indivíduo, e a identidade social real, que se caracteriza pelos atributos e categorias que ele comprova possuir na realidade. Quando entre a identidade social virtual e a real surge alguma discrepância, isto é, evidências de que aquela pessoa possui atributos que a tornam diferente da categoria que o classifica, tem-se o estigma. Normalmente esse atributo é depreciativo e incongruente com a imagem que se cria para o indivíduo. Contudo, ressalta o autor, que não é o atributo em si que gera o estigma, pois é necessário haver uma linguagem de relações, ou seja, segundo Goffman (1980, p. 13), “um

atributo que estigmatiza alguém, pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem vergonhoso”.

O autor (1980, p. 14) fornece ainda características sociológicas do estigma quando diz que “um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para os outros atributos seus”. Aqueles que não se afastam negativamente das nossas expectativas, incluindo aí nós mesmos, são considerados ‘normais’.

É no contato face a face com os demais que acontece o enfrentamento das causas e consequências do estigma, podendo, nesses casos, os estigmatizados se sentirem inseguros quanto ao modo que os outros o identificarão e o receberão. Surge então a sensação de não saber o que os outros estão pensando dele na realidade, ou que se sinta exposto, ou, como diz o autor, “em exibição”.

Goffman (1980, p. 53) aborda também os símbolos de *status* ou prestígio, dentro da informação social, contrapondo-os com os símbolos de estigma. Para ele, símbolos de *status* são “as informações sociais transmitidas por símbolo e que podem estabelecer uma pretensão especial a prestígio, honra ou posição de classe desejável”. Os símbolos de estigma são “signos que são especialmente efetivos para despertar a atenção sobre uma degradante discrepância de identidade que quebra o que poderia, de outra forma, ser um retrato global coerente, com uma redução consequente de nossa valorização do indivíduo.

A esses dois símbolos, Goffman (1980, p. 54) acrescenta uma terceira possibilidade, que chama de “desidentificadores”. Define assim tal símbolo: “um signo que tende - real ou ilusoriamente - a quebrar uma imagem, de outra forma coerente, mas nesse caso numa direção positiva desejada pelo ator, buscando não só estabelecer uma nova pretensão mas lançar sérias dúvidas sobre a identidade da identidade virtual” (GOFFMAN, 1980, p.54).

Além da identidade social, Goffman trata também da identidade pessoal, que pressupõe que um indivíduo pode ser diferenciado de todos os demais e que os meios de diferenciação criam uma história contínua e única e que acaba por agregar outros fatos biográficos a ela. Para o autor, assim como a identidade social, a identidade pessoal supõe uma separação no mundo individual das outras pessoas. Ele faz essa separação primeiramente entre os que conhecem, aqueles que têm uma identificação pessoal do indivíduo e os que não o conhecem, para os quais é um estranho. Isto é importante para o autor (p. 77), “... na medida em que o problema do

indivíduo, no que se refere à manipulação de sua identidade pessoal e social, variará muito segundo o conhecimento e o desconhecimento que as pessoas em sua presença têm dele e, em caso positivo, segundo o seu próprio conhecimento do fato”. Diz ainda o autor (1980, p. 77) que:

[...] pode-se acrescentar que todas as vezes que um indivíduo entra numa organização ou numa comunidade, ocorre mudança marcada na estrutura de conhecimento sobre ele - sua distribuição e seu caráter - e portanto, mudanças nas contingências de controle da informação.

Tem-se, então, a importância sobre o que as outras pessoas conhecem sobre o indivíduo na formação de sua história de vida, que o identifica para os outros e que também o autoidentifica.

Com essas considerações, o autor (p. 78) define o termo reconhecimento cognitivo como “o ato perceptual de ‘colocar’ um indivíduo como possuidor de uma identidade social particular ou de uma identidade pessoal particular” e o reconhecimento social como aquele no qual as pessoas têm um vínculo social, superficial ou íntimo, conhecendo-se pessoalmente. Neste caso, as pessoas, ao se encontrarem em situações sociais, deverão se cumprimentar e conversar. A diferenciação entre ambos, segundo o autor, é que o reconhecimento cognitivo é apenas um ato de percepção enquanto o reconhecimento social se estabelece através da comunicação entre ambos, pelo papel desempenhado pelo indivíduo nesse ato.

Goffman (1980, p. 116) considera que as identidades social e pessoal fazem parte de definições e interesses transmitidos por outras pessoas para o indivíduo. Acrescenta a essas definições de identidade a que chama de “identidade do eu”, que define como “o sentido subjetivo de sua própria situação e sua própria continuidade e caráter que um indivíduo vem a obter como resultado de suas várias experiências sociais”. É a divisão entre como as pessoas veem o indivíduo e como ele experimenta e vive a sua própria identidade, ou seja, a visão que ele possui de sua identidade. Segundo Goffman, essa visão dele mesmo é construída com o mesmo material com que os outros construíram a identificação, tanto social como pessoal que têm dele; o que diferencia é o indivíduo ter liberdade para elaborar esse material e formar a sua “identidade do eu”.

Ao nos apoiarmos nesses autores, esperamos deixar explícito nossa ênfase em ser a realidade inacabada, a ser constantemente transformada por sujeitos que tanto são produtos como produtores desta. Os conceitos de socialização e identidade e seus desdobramentos nos permitem

tentar elucidar quem são esses homens e mulheres que, inseridos em empreendimentos de Economia Solidária, possuem uma história singular, mas que compartilham esse modo de trabalho. Conhecendo-os melhor também esperamos um melhor entendimento de quem são esses jovens, seus filhos, que herdam valores, posições sociais, representações sociais, identidades, que os assimilam tanto objetivamente quanto subjetivamente, bem como os transformam e, nesse processo, acabam por promover mudanças sociais e identitárias.

Chegando ao fim do percurso teórico desta tese, buscamos agora conhecer esses sujeitos – pais e filhos – que estão vinculados, diretamente (pais) e indiretamente (filhos) a empreendimentos de Economia Solidária. Como vimos até aqui, a diversidade, a pluralidade e a multiplicidade foram características em comum dos tópicos. Economia Solidária que se desdobra em economias, que vão desde pequenos empreendimentos informais até grandes empresas recuperadas. Juventude brasileira com enorme desigualdade social resultando também em juventudes, diversas pela origem social, gênero, raça, local de moradia. Inevitavelmente, nos deparamos com realidades socialmente construídas, tendo por base essas diferenças. Conhecer esses sujeitos é percorrer também sua trajetória de vida, seu passado, presente e o que projetam para o futuro.

CAPÍTULO 4

METODOLOGIA

4.1 A pesquisa

Neste capítulo apresentamos os objetivos; o universo da investigação, caracterizando os sujeitos da pesquisa e empreendimentos abordados; bem como os princípios e procedimentos adotados para a coleta e análise dos dados obtidos.

4.1.1 - Objetivos

Elegemos como objetivo geral desse trabalho, analisar como os jovens, filhos de trabalhadores da Economia Solidária, manifestam o desejo em dar continuidade ao trabalho dos pais.

Para alcançarmos tal objetivo, acreditamos ser necessário o conhecimento dos seguintes aspectos imbricados na pesquisa, que como consequência, tornaram-se os objetivos específicos estabelecidos

- Compreender as vivências e experiências dos participantes de empreendimentos da Economia Solidária.
- Compreender como a prática cotidiana da Economia Solidária é compartilhada com os familiares jovens dos participantes dos empreendimentos.
- Desvelar o que pensam os pais e os jovens sobre o trabalho nos empreendimentos de Economia Solidária.
- Delinear, sob a perspectiva dos jovens, qual o futuro dos empreendimentos de Economia Solidária.

4.1.2 - Definição de critérios para determinação de quem seriam os sujeitos

Como, pelos objetivos definidos, estabelecemos primeiramente o critério da idade, quem seria considerado jovem? A partir dos critérios adotados pelas Nações Unidas, que define jovens

aqueles com idade entre 15 e 24 anos, optamos por elevar a idade de corte para 16 anos⁹. É essa a idade definida pela Constituição Brasileira e pela CLT como a idade mínima permitida para a inserção no mercado de trabalho; antes disso o jovem é admitido apenas na condição de menor aprendiz.

O segundo critério, serem filhos ou filhas de trabalhadores inseridos nos empreendimentos da Economia Solidária, foi definido para garantir o pretendido nos objetivos definidos, uma vez que precisávamos garantir que os jovens pesquisados conhecessem do que falávamos quando abordássemos o tema Economia Solidária.

Pelos dados levantados, vimos que, mesmo para os que dela compartilham ou convivem, o termo é, muitas vezes, desconhecido, embora saibam seu significado na prática do dia-a-dia.

O número de entrevistados foi estabelecido baseado em dois critérios. Primeiro, que contemplasse diversidade de ramos de empreendimentos e, segundo, pela repetição das informações, ou seja, quando as informações obtidas pelas novas entrevistas já constavam das anteriores.

Foram entrevistados 19 jovens, conforme tabela abaixo:

⁹ As políticas públicas para a juventude no Brasil definiram como faixa etária de sua atuação a idade entre 15 e 29 anos.

Tabela 3: Tabela demonstrativa dos jovens entrevistados

Nome*	Idade	Estado civil /filhos	Renda familiar (R\$)	Nível escolaridade	Empreendimento	Cidade
Beatriz	16	Solteira/sem filhos	2.000,00	1ª série ensino médio – estudando	E	Londrina
Cândida	20 anos	Solteira/sem filhos	400,00	6ª série ensino fundamental – não estuda	G	Londrina
Abel	23 anos	Solteiro/ sem filhos	2.000,00	8ª série ensino fundamental - não estuda	A	Maringá
Carina	20	Solteira/sem filhos	1.200,00	3ª ano ensino superior - estuda	H	Curitiba
Elcio	18	Casado/ 1 filho	450,00	8ª série ensino fundamental - não estuda	A	Maringá
Jeane	16	Solteira/ sem filhos	600,00	2ª série ensino médio – estuda	C	Ponta Grossa
Mauro	19	Solteiro/sem filhos	2.000,00	2º série ensino médio - não estuda	H	Curitiba
Matheus	20	Casado/sem filho	1.700,00	1º ano ensino superior – não estuda	H	Curitiba
Maria	23	Casada / 1 filha	1.200,00	3ª série ensino médio – estuda	H	Curitiba
Paula	23	Solteira/sem filhos	7.000,00	3º ano ensino superior – estuda	H	Curitiba
Wilson	21	Casado/2 filhos	1.400,00	4º ano ensino superior – não estuda	C	Ponta Grossa
Vanessa	19	Solteira/ sem filhos	900,00	2ª série ensino médio – não estuda	B	Maringá
Joana	20	Separada/ 1 filha	Não sabe	2ª série ensino médio – não estuda	G	Londrina
Euzébio	18	Solteiro/sem filho	800,00	Ensino médio – não estuda	D	Nova Tebas
Leopoldo	17	Solteiro/sem filhos	900,00	1º ano ensino superior – estuda	F	Londrina
Matias	19	Solteiro/sem filhos	Não sabe	Ensino médio – estuda – técnico	D	Nova Tebas
Roberto	19	Solteiro/sem filhos	500,00	Ensino médio – não estuda	D	Nova Tebas
Rosana	16	Solteira /sem filhos	Não sabe	3ª série ensino médio – estuda	D	Nova Tebas
Vicente	17	Solteiro/sem filhos	700,00	Ensino médio – estuda – técnico	D	Nova Tebas

* Nomes fictícios

Posteriormente à realização das entrevistas com os jovens, sentimos a necessidade de conversar com os pais desses. Esta etapa não estava anteriormente definida, porém, pelos dados obtidos nas entrevistas com os jovens, optou-se por conhecer o que pensavam os pais desses jovens, para termos uma narrativa direta e não apenas indireta.

Com esse intuito, tentamos entrar em contato com todos, porém, devido ter se passado um tempo entre a primeira e a segunda etapas, não foi possível a localização de todos, conseguindo-se a localização de nove pais e consequente realização de nove entrevistas.

Tabela 4: Tabela demonstrativa dos pais/tios entrevistados

Nome**	Idade	Nível escolaridade	Empreendimento	Cidade
Robson	45 anos	4ª série	Empreend. D	Nova Tebas
Nestor*tio	48 anos	Não estudou	Empreend. D	Nova Tebas
Magali*tia	36 anos	3º grau (Pedagogia)	Empreend. G	Londrina
Mabel	43 anos	Não estudou	Empreend. G	Londrina
Nora	49 anos	6ª série	Empreend. E	Londrina
Amélia	50 anos	4ª série	Empreend. A	Maringá
Teodora	40 anos	Não estudou	Empreend. A	Maringá
Nice	45 anos	1º grau	Empreend. H	Curitiba
Mariano	40 anos	1º grau	Empreend. H	Curitiba

** Nomes fictícios

4.1.3 - Definição dos critérios de seleção dos empreendimentos

Uma das preocupações foi garantir uma heterogeneidade de tipos de empreendimentos, pois há grande diversidade e consequentes características dos mesmos, tanto da população que neles estão inseridas como na organização interna dos mesmos. Para tanto, abrangemos diversas cidades do Estado do Paraná. Entramos em contato com Incubadoras de Empreendimentos Econômicos Solidários das Universidades Estaduais de Maringá, Londrina e Ponta Grossa, as quais indicaram possíveis empreendimentos e fizeram relação dos jovens que atendiam aos

critérios estabelecidos. De posse desses dados, entramos em contato com cada um, explicando a pesquisa, seus objetivos e marcando a entrevista com os que concordaram e tinham disponibilidade para tal procedimento. O empreendimento de Curitiba não se enquadra nesse modelo. Queríamos um empreendimento já consolidado e com estrutura definida. Através de contatos, descobrimos a fábrica de botões, que é resultado de uma fábrica recuperada, na qual os antigos trabalhadores organizaram-se em cooperativa e assumiram a fábrica após a falência da mesma (Ver Anexo II).

Entendemos que esse procedimento atende aos requisitos apontados por Minayo (1996, p. 102) para uma amostragem qualitativa:

a) privilegia os sujeitos sociais que detêm os atributos que o investigador pretende conhecer; b) considera-os em número suficiente para permitir uma certa reincidência das informações, porém não despreza informações ímpares cujo potencial explicativo tem que ser levado em conta; c) entende que na sua homogeneidade fundamental relativa aos atributos, o conjunto de informantes possa ser diversificado para possibilitar a apreensão das semelhanças e diferenças; d) esforça-se para que a escolha do *locus* e o grupo de observação e informação contenham o conjunto de experiências e expressões que se pretende objetivar com a pesquisa.

4.2 Os empreendimentos

- Empreendimento A

Cooperativa incubada pelo Núcleo/Incubadora Unitrabalho da Universidade Estadual de Maringá. Primeira cooperativa formada por antigos catadores de lixo do “lixão” de Maringá, em 2002. Na época possuía 54 cooperados. quando da coleta de dados possuía aproximadamente 13 cooperados. Recebe material reciclado, faz a separação e venda dos produtos. Ainda recebe acompanhamento da Incubadora, mesmo após praticamente 10 anos de fundação. Vale ressaltar que, no período de realização da pesquisa, em plena crise econômica mundial, o preço dos materiais recicláveis caiu consideravelmente, afetando a renda do cooperado, que viu sua retirada diminuir muito (tinham retirada de aproximadamente R\$ 800,00 e esta caiu para cerca de R\$ 450,00 ao mês).

- Empreendimento B

Cooperativa vinculada ao Núcleo/Incubadora Unitrabalho da Universidade Estadual de Maringá. Também formada por antigos catadores de lixo do “lixão” da cidade; foi o último grupo a se constituir como cooperativa e deixar o local, em 2003. Segundo informações da Incubadora, esse grupo ainda está em sistema de incubação, devido à rotatividade dos integrantes, o que acarreta constante dificuldade de organização. Os cooperados recebem por hora trabalhada com retirada de cerca de R\$ 800,00. Como toda cooperativa de reciclados, também sofreu o impacto da crise econômica com redução do valor da retirada mensal na época da pesquisa. Contava com 35 integrantes.

- Empreendimento C

Grupo incubado pela Incubadora de Empreendimentos Solidários - IESOL da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Foi constituído em 2008 e se formalizou associação em 2010. Formado por 15 componentes, mulheres em sua maioria costureiras. Fazem roupas de bebê e artesanatos em geral.

- Empreendimento D

Em 2006, um grupo de 43 agricultores familiares da região de um distrito de Nova Tebas se organizou para o plantio de maracujá orgânico. Tinham por objetivo combater o êxodo rural que observavam na região e melhorar sua qualidade de vida. A partir de 2007, são atendidos pelo Núcleo/Incubadora Unitrabalho da Universidade Estadual de Maringá. Em 2008 transformou-se oficialmente em cooperativa. Na época das entrevistas, contava com aproximadamente 67 componentes e buscavam a diversificação das culturas.

Empreendimento E

Grupo composto por 6 integrantes, todas mulheres, existente desde 2006. É acompanhado pelo Centro Público de Economia Solidária de Londrina. Faz pães, bolos, salgados e *coffee-break* para eventos. O grupo estava em processo de formalização visando à formação de cooperativa.

Empreendimento F

Grupo formado em 2006, constituído por jovens carentes em parceria com instituição filantrópica da cidade, em Londrina. Em 2007 sofre reformulação e passa a ser constituído por

mulheres que moram em determinado bairro da cidade. Produzem roupas de cama e, na época da pesquisa, contava com 3 participantes. Não se constitui formalmente como associação. É incubado pela INTES - Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Sociais Sustentados - da Universidade Estadual de Londrina.

Empreendimento G

O grupo existe desde 2003 e passou a ser acompanhado pela INTES - Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Sociais Sustentados - da Universidade Estadual de Londrina a partir de 2005. É composto por 5 mulheres de baixa renda residentes em um bairro da periferia de Londrina. Não são formalizadas como associação. Produzem objetos a partir de papéis reciclados, como agendas, blocos, cadernetas, vasos de flores.

Empreendimento H

A cooperativa surgiu em 2004, a partir da falência de empresa familiar que atuava há mais de 50 anos no ramo de botões, com aproximadamente 400 trabalhadores. Cerca de 50 trabalhadores formaram a cooperativa que assumiu a empresa. Está inserida no contexto da Economia Solidária e continua atuando no mesmo ramo. Na época das entrevistas, possuía aproximadamente 50 cooperados e 71 funcionários contratados, sendo que alguns dos entrevistados, filhos de cooperados, eram trabalhadores contratados.

4.3 A escolha da forma de coleta de dados

Entendemos esta pesquisa como uma investigação social e, segundo Minayo (1996, p. 22), “qualquer investigação social deveria contemplar uma característica básica de seu objeto: o aspecto qualitativo. Isto implica considerar sujeito de estudo; **gente, em determinada condição social**, pertencente a **determinado grupo social ou classe com suas crenças, valores e significados**” (grifo nosso).

Gurvitch (apud MINAYO, 1998, p. 28) considera que os fenômenos sociais são divididos em regiões. A mais visível é denominada por ele de “morfológica, ecológica, área concreta” onde os dados poderiam ser expressos por números, equações, estatística, gráficos. Mas a realidade não se finda nesta região. Temos então a região onde o universo é composto por significados,

emoções, crenças, valores, que não são possíveis de se retratar através de números. Precisamos de formas diversas de coleta e interpretação destes dados, que possam refletir esta especificidade. Gurvitch adverte que estas camadas não podem ser vistas como isoladas, elas se comunicam, são interdependentes, não dicotômicas. Portanto, para cada pesquisa, devemos formular métodos que irão condizer com os objetivos que se pretende. E pelos objetivos traçados, o que esperamos é compreender o outro a partir de sua vida cotidiana, seus sonhos, seus sentimentos.

Outro ponto que avaliamos é que na pesquisa social o homem é compreendido ao mesmo tempo como sujeito e objeto, como produto e produtor de sua história. Nesse sentido, não é possível o conhecimento da realidade sem o envolvimento e comprometimento do pesquisador com esta. Tal postura tem implicações em todas as fases da pesquisa, pois, segundo Brandão (1985, p. 8), “[...] a lógica, a técnica e a estratégia de uma pesquisa de campo dependem tanto de pressupostos teóricos quanto da maneira como o pesquisador se coloca na pesquisa e através dela e, a partir daí, constitui simbolicamente o outro que investiga”. Portanto, o modo de conhecimento da realidade, visto a partir de quem a constrói, é um dos pressupostos dessa visão de pesquisa. Schutz (citado por THIOLENT, 1981) reforça essa posição, ao discutir a importância de se considerar o fato de que a população pesquisada possui quadros de significados e de referência dos acontecimentos sociais que devem ser considerados para possibilitar uma comunicação adequada na situação de observação. A interação gerada entre o observador e o observado é condição para que se torne possível a compreensão da situação social.

Frente a todas essas considerações, elegemos a entrevista como técnica adotada para a coleta dos dados. Para Minayo (1996, p. 108), pela entrevista podem ser obtidos dados “que se referem diretamente ao indivíduo entrevistado, isto é, suas atitudes, valores e opiniões [...] Só podem ser conseguidos com a contribuição dos atores sociais envolvidos”. Ainda, citando Jahoda (1951), diz que fornece dados referentes a “fatos; ideias, crenças, maneira de pensar; opiniões, sentimentos, maneiras de sentir; maneiras de atuar; conduta ou comportamento presente ou futuro; razões conscientes ou inconscientes de determinadas crenças, sentimentos, maneiras de atuar ou comportamentos” (MINAYO, 1996, p. 108).

Concordamos com Minayo (1996, p. 113) quanto à entrevista ser um instrumento que abrange tanto o individual como o social. Ela defende que o indivíduo deve ser contextualizado socialmente, refletindo a opção em não polarizar a dualidade indivíduo x sociedade. Sobre isso reflete:

[...] ao mesmo tempo em que os modelos culturais interiorizados são revelados numa entrevista, eles refletem o caráter histórico e específico das relações sociais. Desta forma, os depoimentos têm que ser colocados num contexto de classe, mas também de pertinência de uma geração, a um sexo, filiações diferenciadas, etc. E porque cada autor social se caracteriza por sua participação, no seu tempo histórico, num certo número de grupos sociais, informa sobre uma “subcultura” que lhe é específica e tem relações diferenciadas com a cultura dominante.

Optamos pela utilização de entrevista semiestruturada, a partir de roteiros (Anexos 3 e 4) que serviram como orientação da entrevista. Os roteiros foram elaborados a partir de dos objetivos do trabalho, de leituras realizadas e do conhecimento que tínhamos sobre a realidade dos empreendimentos. Não foi seguida rigidamente a ordem dos assuntos abordados, ou seja, essa se alterou frequentemente em consequência das falas dos entrevistados, da ênfase ou dos temas suscitados pelas respostas dos mesmos.

As entrevistas foram gravadas, com gravador de voz, e posteriormente transcritas.

Inicialmente havíamos previsto somente a realização de entrevistas individuais, porém, com os jovens relacionados ao empreendimento rural isso não foi possível, devido às condições de transporte precário que encontramos no local. Optamos então, para esses jovens, a realização de entrevista em grupo, da qual participaram os cinco jovens entrevistados. Para os demais jovens, foi mantida a entrevista individual.

4.4 Análise dos dados

A análise das entrevistas seguiu os procedimentos da Análise de Conteúdo. Essa, segundo Bardin (1977, p. 42) é:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens.

Após a realização das entrevistas essas foram integralmente transcritas. Foram realizadas leituras flutuantes, demarcando-se tópicos que se relacionavam com os objetivos da tese. Com a realização de novas leituras foram tornando-se mais precisas as delimitações, resultando em

recortes dos trechos mais significativos de cada entrevista. Na sequência foram organizadas categorias de análise assim esquematizadas:

Pais:

- 1) Histórico de inserção na Economia Solidária: aborda a trajetória ocupacional dos pais que trabalham diretamente no empreendimento de Economia Solidária.
- 2) Organização do trabalho no empreendimento de Economia Solidária: aborda os aspectos do modo de funcionamento, as normas, modos de tomada de decisões, relações de poder.
- 3) Economia Solidária como alternativa de trabalho aos filhos: aborda como os pais transmitem aos filhos a sua experiência de trabalho na Economia Solidária e como esse se constitui ou não em opção de trabalhos aos filhos.

Filhos:

- 1) Histórico de trabalho e estudo: aborda a trajetória ocupacional e escolar dos jovens.
- 2) Organização do trabalho: aborda como os jovens veem o modo de trabalho no empreendimento de Economia Solidária, tais como normas, modos de tomada de decisões, relação de poder, vantagens e desvantagens.
- 2) Economia Solidária como alternativa de trabalho: aborda como os jovens veem o trabalho na Economia Solidária como opção ou não de trabalho para eles.

PARTE 2
RESULTADOS E ANÁLISES
A ECONOMIA SOLIDÁRIA, SEGUNDO OS PAIS E OS FILHOS

Introdução

O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada.

Caminhando e semeando, no fim terás o que colher .

Cora Coralina

Quando iniciamos o processo de análise dos dados, sabemos o ponto inicial. Mas essa é uma longa caminhada e, ao longo da mesma, construímos e desconstruímos. Fomos e voltamos. Tomamos atalhos, nos perdemos. Procuramos por outros caminhos. A busca de um sentido para os dados era o que nos movia. O que apresentamos em seguida foi o resultado desse processo.

Como dito anteriormente, no projeto inicial desta tese o público alvo se restringia aos jovens. Após a realização das entrevistas, ao iniciar as análises preliminares, optamos por ampliar o universo dos entrevistados incluindo os pais/tios dos jovens entrevistados. Isso se justificou pela necessidade de compreender como os significados e sentidos da experiência de trabalho nos empreendimentos da Economia Solidária estavam sendo vivenciados pelos pais e, a partir daí, podermos compreender o que nos diziam os jovens.

Essa opção se mostrou produtiva, mas também se mostrou fator de complexidade na nova panorâmica da organização dos dados. O(s) caminho(s) da busca de sentidos dos dados não se mostrou livre de obstáculos.

A primeira tentativa de sistematização foi separar os dados entre adultos e jovens. Esse processo explicitou o que encontramos na literatura, ou seja, a importância de não considerarmos a categoria juventude como homogênea. Os dados empíricos comprovaram a diversidade, as diferenças explícitas entre, por exemplo, os jovens do meio rural e os jovens do meio urbano. Mapeou-nos as diversas juventudes que compareceram nessa pesquisa. Mostrou também a diversidade de realidades sociais em que foram criados os empreendimentos de Economia Solidária. Teve o mérito de reafirmar que a diversidade é marca da Economia Solidária. Contudo, não se mostrou eficaz como norteador da organização da análise dos dados, pois não obtivemos sucesso no cotejamento entre as categorias de análise sob essa forma de organização dos dados.

A seguir a tentativa foi de separar os jovens entre os que já tiveram experiência de trabalho nos empreendimentos de Economia Solidária e os que não passaram por essa vivência. Acreditávamos que o lugar de onde olhavam a situação poderia influenciar como viam a realidade do trabalho. Nesse caminho também nos deparamos com obstáculos que dificultavam o entendimento, tendo em vista a dinamicidade da vida. Explicando, um ano após as entrevistas com os jovens, foram realizadas as entrevistas com os adultos. Muitas das situações dos jovens entrevistados já tinha se alterado e vimos que isso dirigia o olhar desses pais/tios. Alguns tinham entrado para o empreendimento, outros tinham saído, estando em novos trabalhos ou desempregados; outros ainda estavam nos empreendimentos por fatores que não estavam ligados diretamente ao trabalho.

Nas idas e vindas das leituras e releituras das entrevistas, inteiras ou já recortadas por temas e categorias, confrontadas com os objetivos estabelecidos para este trabalho, optamos por classificar as entrevistas de acordo com o acreditar na Economia Solidária como alternativa de trabalho aos jovens, tanto na visão dos adultos quanto na dos jovens.

Lendo e relendo, tanto as entrevistas completas, como os recortes em categorias, deixando “os entrevistados falarem”, ou seja, a partir de suas narrativas encontrar o sentido que davam para sua falas, verificamos que a Economia Solidária como opção estava estreitamente ligada às características do empreendimento, cotejadas com a história de vida de cada um. Chegamos assim à distinção que implicavam nos tipos de empreendimentos que compõem a Economia Solidária, as condições sociais dos trabalhadores, e as perspectivas de futuro que viam para sua vida.

Encontramos três realidades distintas, que retratamos a seguir.

No primeiro grupo encontramos os pais e filhos que veem o empreendimento de Economia Solidária como alternativa de futuro para os jovens. Estão localizados basicamente no empreendimento da área rural.

O segundo grupo acredita que o empreendimento da Economia Solidária pode ser alternativa de futuro, mas ainda não o é. Este devir está condicionado a recuperarem condições de trabalho semelhantes as que possuíam antes do empreendimento tornar-se coletivo. Está localizado entre os trabalhadores ligados à empresa recuperada.

Para o terceiro e último grupo os empreendimentos de Economia Solidária não são alternativas de futuro para os jovens. Aqui o grupo se apresentou heterogêneo, sendo

representados por participantes em empreendimentos que assumem a forma de cooperativa ou associação e trabalham com coleta de materiais reciclados, alimentos, costura e artesanato.

Ressaltamos que não encontramos discrepâncias significativas das visões entre pais e filhos. Explicando, nos três grupos definidos tanto os adultos quanto os jovens apresentam significações semelhantes sobre ser ou não o empreendimento de Economia Solidária alternativa de trabalho para os jovens.

Tal resultado, que esmiuçamos abaixo, encontra respaldo nos processos de socialização. Berger e Luckmann (1985) dizem que o conhecimento, socialmente construído e partilhado, é transmitido de geração em geração como verdade objetiva e é interiorizado como realidade subjetiva. Lembram-nos que o contato face a face e a linguagem são os meios através dos quais os objetos são apreendidos como realidade “Desta maneira, o conhecimento relativo à sociedade é uma realização no duplo sentido da palavra, no sentido de apreender a realidade social objetivada e no sentido de produzir continuamente essa realidade” (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 94).

Tomizaki (2010, p. 329) versando sobre os fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional também destaca o papel da socialização no que considera fundamental no encontro de gerações: a transmissão. Para ela:

Poderíamos dizer que processos socializadores incidem sobre um espaço fundamental de intersecção entre as gerações: a *transmissão*. Transmitir e herdar são duas facetas de um mesmo movimento que coloca as gerações diante do desafio de definir como devem se conduzir em relação à sua *herança*, que pode ir dos bens estritamente materiais aos totalmente simbólicos, bem como pode ser pensada tanto no plano das microrrelações sociais (como as familiares), quanto em uma dimensão macrossocial (como os sistemas previdenciários, regulados pelo Estado) (grifo do autor).

Transmitir e herdar: o que transmitem os pais, o que herdam (ou não) os filhos? Essa questão geracional perpassa a realidade retratada nas entrevistas. Mas essa realidade não é herdada passivamente. Portanto, novamente demarca-se aqui a posição de entendermos a realidade como socialmente construída, na qual o sujeito vai apropriando-se e internalizando a realidade objetiva, que passará a fazer parte de sua constituição psíquica e esse processo resulta na possibilidade de ação humana, contribuindo para a construção da realidade social a que pertence. Nesse enfoque, a subjetividade é vista, de acordo com Bock, Furtado e Teixeira (1997, p. 23), como

O mundo construído internamente pelo sujeito, a partir de suas relações sociais, de suas vivências no mundo [...] Esta construção se dá na medida em que o homem vive a realidade social com outros homens e com eles constrói esta realidade que o determina, de onde fluem os conteúdos para construção de sua subjetividade. Criando e transformando o mundo (externo), o homem constrói e transforma a si mesmo.

CAPÍTULO 5

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA PARA OS JOVENS

Falas como **“a gente vai até onde puder, depois os filhos continuam os planos da gente, com a cooperativa”, “foi muito bom, trabalhar todo mundo unido é outra coisa”** ditas pelos pais, ou **“é um dos jeitos melhor, se unir todo mundo para ver se dá .. se sai alguma coisa”**, relatadas por um jovem, são significativas para definir o sentido que dão para a Economia Solidária como alternativa de trabalho aos jovens.

Como dissemos acima, é essencial apontar que essas falas aparecem fundamentalmente no empreendimento localizado na área rural.

Localizado em município paranaense com 7.398 habitantes dos quais 4.507 residentes na área rural (IBGE, 2010), o empreendimento, que se estabelece sob a forma de cooperativa, é composto basicamente de pequenos produtores agrícolas, que cultivam maracujá orgânico. Segundo o relato dos entrevistados, a formação da cooperativa teve por objetivo combater o êxodo rural, inclusive dos mais jovens.

Dados do IBGE comprovam que a população jovem rural diminuiu nos últimos anos. No Brasil, segundo Freitas (2011) baseado em dados do IBGE, entre os anos de 2000 e 2010 835 mil jovens, entre 15 e 24 anos, deixaram o campo. No Estado do Paraná esse número foi de 73.900, que o coloca em segundo lugar entre os estados brasileiros, quando se considera números absolutos. Analisando a proporção de porcentagem de população, esse número representa perda de 22,4%, representando a 5ª maior perda do país.

Sendo o município em questão voltado basicamente para a produção agrícola, esse não foge a essa realidade.

5.1 Falam os pais

- O surgimento da cooperativa

Os pais, pequenos agricultores, antes da fundação da cooperativa se dedicavam às atividades diversificadas como produção de leite, pequenas plantações de feijão, algodão, etc.. Essas atividades não desapareceram e continuam a serem desenvolvidas, porém a cooperativa é

restrita ao trato com o maracujá. Cada cooperado o cultiva em sua propriedade particular e realizam a venda coletivamente.

Apesar de possuírem outros produtos em comum, a cooperativa é limitada ao maracujá, com planos futuros para o cultivo de outras frutas como abacaxi e acerola. Em contraposição, nas demais atividades, continuam atuando isoladamente.

“Inclusive falo sempre do leite, eu sempre falo quando vou na reunião... o leite, nós sofremos aqui, eu soffro, os vizinhos soffrem.. com o preço do leite por causa de desunião. Os outros tem o leite, mas cada um quer puxar de um lado e se divide. Um entrega para cá, outro entrega para lá.” Nestor

Como pequenos agricultores, tinham dificuldades de acesso à assistência técnica, empréstimos, bem como na comercialização dos produtos. Uma das moradoras do distrito em que se localizam as propriedades iniciou a formação da cooperativa, procurando a incubadora de uma universidade estadual.

Um dos motivos que os levaram a acreditar na viabilidade desse formato, segundo os agricultores, foi a facilidade de venda que vislumbraram na iniciativa.

“[...]uma coisa que incentivou foi na época da venda. Porque aí você tem dez produtores, colhe e vai levar para onde? Aí tem que sair procurando.. vendendo aqui, vendendo ali. E tendo a associação o pessoal vem buscar, já vende direto, tudo. Ficou mais fácil”. Magda

É fato que a região possui tradição de grandes cooperativas agropecuárias, sendo esse o modelo hegemônico quando a referência é cooperativismo¹⁰. Nesse contexto são comparados a ele e confrontados com a viabilidade do empreendimento que participam. Este não se enquadra nos moldes vigentes na região.

“Pensa ‘ah, cooperativa é a Coamo¹¹. Essa cooperativa que eles estão fazendo aí não resolve nada. Não sai nada, não saiu nada.’ A L. mesmo escutou outro dia. Um sócio da Coamo falou ‘não. Cooperativa é a Coamo. Essa aí não é nada não, essa aí...’. então nós ficamos assim, como ninguém. E tem pessoas que não entendem e falam ‘isso aí não vai sair nada mesmo’”. Nestor

Na comparação com elas tentam reafirmar a possibilidade da existência de pequenas cooperativas, mesmo porque individualmente, como pequenos agricultores, não conseguem acesso às grandes cooperativas agropecuárias.

¹⁰ As grandes cooperativas agropecuárias em questão são cooperativas que seguem modelo empresarial, com grande número de funcionários, administração centralizada e heterogeridas. O município encontra-se na região de abrangência de uma das maiores cooperativas agropecuárias do país. Ver mais detalhes em Marques (2010).

¹¹ Cooperativa agroindustrial localizada em município próximo ao do empreendimento pesquisado.

“Porque o que o povo vê é os grandes. A cooperativa mesmo, a Coamo hoje, você vai na reunião .. o homem mesmo falou outro dia lá na reunião, os que trata de leite falou ‘não tem outra cooperativa hoje a não ser a Coamo’. Mas tem. Hoje a Coamo não quer nós que somos pequeninhos, não é nem conhecido. Eu vou lá comprar as coisas, compro em nome de outro, outro dia o cara pediu o [...] ‘o senhor pode comprar no nome do senhor.’ mas a prazo eu não posso comprar lá. Eu tenho meu nome lá, sai nota tudo mas eles não vai querer eu mais lá”. Nestor

Enfrentando essas dificuldades como pequenos agricultores, a cooperativa formada por eles é vista como alternativa para o futuro. Sua própria existência e sobrevivência, apesar do descrédito de muitos, é reafirmada com orgulho pelos componentes, como podemos ver na seguinte fala.

“Eu acho que tem futuro sim porque, até que a L. foi em uma reunião em Campo Mourão e os caras falaram para ela assim, que não ia adiantar continuar essa cooperativa do orgânico aqui porque não ia para frente, porque eles nunca viram um lugar pequeno conseguir. Daí ela falou ‘se Deus quiser nós vamos conseguir’ [...]Mas aí ela falou ‘vocês podem puxar, já está na central de dados, na internet que essa cooperativa já está falada não é só aqui não, já está fora do Brasil, já está comentado isso aí’”. Robson

O orgulho é demonstrado frequentemente, como visto acima. A possibilidade de mudança na opinião dos outros, a partir do momento que conhecem a cooperativa também é fator de orgulho para eles.

“[...]aí eles queriam saber como é que era. A L. explicou para eles e daí eles falaram ‘não acredito.. não acreditava que um lugar pequeno podia dar certo’. [...] É.. já está famosa já [cooperativa]. Ela (L. presidente da cooperativa) já foi para Brasília, faz pouco tempo agora que foi para... para onde eles foram?? Foram de avião.. foram para a Bahia, representar a cooperativa. Representar o movimento daqui. Está expandindo. Para quem não acreditava estamos mostrando que dá certo”. Robson

Acreditar em um modelo de desenvolvimento que foge do padrão hegemônico de agronegócio – as grandes cooperativas – mesmo porque esse modelo os exclui, dá a esses agricultores a chance de construírem uma outra prática. Prática essa que valoriza o trabalhador do campo, permite acesso à tecnologia e assistência técnica.

É a confirmação, na prática, que tal pretensão é possível, ou seja, existe possibilidade da escolha. O modelo de agronegócio vigente não é inexorável, pode e deve ser questionado na medida em que resulta na exclusão de grande número de agricultores, principalmente os pequenos e os que sobrevivem da agricultura familiar. São dois modelos de desenvolvimento do agronegócio que se defrontam, com implicações sobre a possibilidade de permanência no meio rural, tanto dos adultos quanto dos jovens agricultores.

Stropasola (201, p. 27) discute as consequências da adoção de um ou outro modelo. Diz o autor:

Por outro lado, as renovadas funções demandadas pela sociedade às famílias rurais entre as quais a produção de alimentos de qualidade; a preservação dos recursos ambientais e do patrimônio histórico e cultural rural; a agroindustrialização em unidades familiares; o turismo rural, etc – podem se constituir em alicerces para o fortalecimento das comunidades, contrapondo-se à tendência de masculinização e envelhecimento da população rural verificada em muitas localidades. **São escolhas sociais que estão em jogo e que podem definir o sentido do desenvolvimento dessas localidades. Pode-se apostar, por um lado, no fortalecimento da agricultura familiar por meio da consolidação dos jovens no meio rural.** Por outro lado, pode-se legar as definições sobre o desenvolvimento rural às engrenagens do mercado que, em geral, têm levado ao **esvaziamento demográfico, à concentração fundiária e ao predomínio dos grandes segmentos empresariais vinculados ao agronegócio em detrimento da agricultura familiar** (grifo nosso).

No caso estudado, ocorreu essa “escolha social” na qual atores que dela participam apresentam claramente o objetivo de fortalecimento da agricultura familiar com vistas a possibilitar a permanência dos jovens no campo.

Quando expressam a comparação com grandes cooperativas agroindustriais a que estão a todo o momento submetidos e reafirmam para seus interlocutores a importância de sua cooperativa, através do reconhecimento “até no exterior”, confirmam o seu próprio potencial. “Ser pequeno”/“lugar pequeno” são expressões usadas como símbolos do estigma a que estão submetidos como representação do fracasso inevitável da cooperativa. Para fazer frente a esse estigma, contrapõem o que Goffman (1980) chama de “desidentificadores” com a função de invalidar essa imagem e apontar em direção positiva.

“Ser falada não só no Brasil”, “estar na internet” “está famosa” podem ser considerados desidentificadores apresentados pelos cooperados, pois cumprem a função de “um signo que tende - real ou ilusoriamente – a quebrar uma imagem, de outra forma coerente, mas nesse caso numa direção positiva desejada pelo ator, buscando não só estabelecer uma nova pretensão mas lançar sérias dúvidas sobre da identidade virtual” (GOFFMAN, 1980, p.54).

São nas práticas construídas no dia-a-dia que formam esse coletivo em busca de melhorias e que proporcionam aos participantes subsídios para a construção dessa nova identidade – de agricultores familiares cooperados que trabalham com produtos orgânicos e são bem sucedidos. A nova identidade substitui a que eram submetidos até então - de pequenos agricultores, sem tecnologia, com baixa produtividade e renda. Identidade deteriorada e estigmatizada.

A palavra “cooperativa” é utilizada a todo momento para definir o empreendimento. Quando perguntados o que significava “Economia Solidária” nenhum soube dizer o que era. Lembravam que tinha ouvido falar, em cursos quando da formação da cooperativa, mas não souberam explicitar o que era.

“Economia.... não. Cooperativa sim, é o jeito que a gente se organiza”. Nestor

No próximo item abordamos como se dá a prática do dia-a-dia da cooperativa, uma vez que consideramos que essa nova identidade se instala por meio das atividades desenvolvidas, conforme nos informa Ciampa (1990).

- Modos de funcionamento

O processo de tomada de decisões, como são as assembleias e reuniões, as dificuldades encontradas, as vantagens e desvantagens percebidas e o papel de liderança da presidente da cooperativa são os assuntos abordados nesse tópico.

- A assembleia e a tomada de decisões

A cooperativa realiza reuniões periódicas ou assembleias, nas quais são discutidos os assuntos e tomadas as decisões. Pelo que pudemos apreender, há uma participação efetiva dos cooperados nessas reuniões. Assistimos a uma delas e verificamos a participação de muitos dos cooperados, colocando suas opiniões, debatendo e tomando decisões conjuntas.

Quando um dos cooperados não segue as resoluções tomadas nas assembleias, esse assunto é levado ao conhecimento de todos e são tomadas as medidas acordadas por eles.

O principal problema enfrentado por eles é a não observância das exigências de uma plantação orgânica, com alguns produtores insistindo em passar venenos químicos não autorizados. Esse é apontado como um dos principais problemas de funcionamento da cooperativa, na visão dos participantes.

“Sempre é levado (assuntos a serem discutidos na assembleia). E também aquele que não segue as normas certas a gente descarta ele. A gente tira ele do grupo. Teve dois, teve duas pessoas que tirou do grupo. A gente falava, fazia reuniões, falava, falava.. a pessoa não seguia, continuava fazendo. E passando (veneno) e

querendo passar instrução para outro para também fazer a mesma coisa. Incentivando outras pessoas do grupo para sair também. Porque disse que esse plano aí do orgânico não ia para frente. Não acreditava. Então foi onde foi excluído essa pessoa [...]. Duas pessoas foram excluídas por causa disso. Aí que é o difícil. Para gente.. foi uma pessoa que começou junto, para excluir aquele lá fica meio complicado. Mas a gente tem que excluir... não tem como deixar a pessoa fazer isso. Porque se vai fazer uma análise dá um tóxico numa fruta, então aquilo lá vai prejudicar todos. Então **tem que pensar no grupo**, não é só ... **é todo mundo**. Vai uma carga de maracujá para fora e eles vão fazer o teste lá, para ver se é orgânico mesmo, dá numa fruta, às vezes pega logo a fruta dele lá e dá (veneno). Então eles vão liquidar a carga inteira, não é só a dele”. Robson

Se por um lado, como foi dito acima, há uma participação efetiva dos cooperados na dinâmica da assembleia, o não comparecimento de todos é o contraponto. Pelas distâncias das propriedades, dificuldades de locomoção e comunicação, o não comparecimento dos cooperados parece ser recorrente.

“O mais difícil é esse negócio de reunião que faz. Daí, vamos supor, manda o aviso ‘tal dia tem reunião...’ Então esses tempos agora foi passado assim, para não dizer que não foi convidado, o rapaz passou de casa em casa com o convite. O pessoal pegava o convite e ele pegava a assinatura. Para não chegar e falar ‘não, eu não sabia’. Mas como não sabia se a assinatura dele ali no papel?! E ainda assim teve gente que faltou. Faltou bastante gente”. Robson

As reuniões são utilizadas também para a apresentação da cooperativa para os interessados em ingressar como novos cooperados. São apresentados os requisitos e exigências. A cultura do orgânico e o modo de organização são as características que são acentuadas pelos participantes aos novos interessados.

“O pessoal fala [nas assembleias]. Nessas últimas agora, entraram umas mulheres agora, senti firmeza, umas mulheres de coragem. Mulher de coragem é assim, a L. perguntou o porque que elas vieram e elas falaram que sentiram que é melhor, que não mexe com veneno... Porque não adianta a pessoa entrar sem estar conhecendo o que é uma cooperativa. E assim... parece que vieram três mulheres, de perto de Nova Tebas parece que entraram dois jovens na cooperativa. **Precisa de gente de coragem. Não, porque se for gente que não tem coragem já embarrancamos**”. Nestor

Podemos dizer que “embarrancar” carrega a imagem de imobilismo, aqui traz a ideia, não conseguir seguir pelo caminho. Precisa-se de coragem para manter-se em movimento, em buscar alternativas, em enfrentar as dificuldades.

À ideia apontada pelo entrevistado, podemos relacioná-la com o que dizem Santos (2000) e Sawaia (1998) quando apontam condições necessárias à transformação social e características emancipatórias do sujeito social.

Santos diz serem necessárias

“[...] uma nova epistemologia e uma nova psicologia. Enquanto nova epistemologia, a utopia recusa o fechamento do horizonte de expectativas e de possibilidades e cria alternativas; enquanto nova psicologia, a utopia recusa a subjetividade do conformismo e cria a vontade de lutar por alternativas” (SANTOS, 2000, p. 333).

No que tange a Psicologia, Sawaia (1998), ao discutir a ideia de sujeito na Psicologia Social, aponta três características que compõem a qualidade emancipadora desse sujeito. A primeira, referente à epistemologia, rejeita a não existência de possibilidades e une ação e pensamento; a segunda, reportando-se à Psicologia, rejeita a subjetividade da determinação e do conformismo e institui a vontade de lutar; a terceira, enquanto ação política, fundamenta-se na união entre o individual e o coletivo e entre o público e o privado (SAWAIA, 1998). A definição da composição da qualidade do sujeito, descrita pela autora, aproxima-se muito da ideia de subjetividade emancipadora defendida por Santos (2000).

Podemos inferir, pela fala do entrevistado, que ao definir “coragem” ele aponta para as características levantadas pelos autores como vislumbrar alternativas, vontade de lutar, união entre coletivo e individual. Aqui encontramos indicadores do sujeito ativo, participante e capaz de fazer uso de si mesmo.

- Vantagens e desvantagens

Quando perguntados sobre as vantagens e desvantagens dessa forma de organização cooperativa, eles dizem não encontrar desvantagens, apenas vantagens.

A facilidade de venda dos produtos é a principal vantagem apontada, uma vez que é uma das maiores dificuldades elencadas por eles para os pequenos produtores. Ter garantia de compra, sem se preocupar com o escoamento do produto, é o grande motivador da formação e manutenção da cooperativa.

“Eu acho que até para o dinheiro vir para nós. Nós estando juntos o governo comprar o que nós produzimos é muito mais...inclusive o maracujá mesmo, não precisa se preocupar com o maracujá esse ano para vender. Já tem comprador, o Pronaf¹² já vai comprar.. começou a produzir, já vão pegar”. Nestor

“Para negociar ficou mais fácil. Mesmo que venda o produto barato mas eles vem atrás. Olha, a gente tem.. até que para a Conab¹³ a gente pega um pouquinho mais no valor de entrega particular. Mas na particular eles não querem saber se o produto é orgânico ou não. Agora, como da Conab vai para as escolas, creches, então paga um pouco a mais”. Robson

¹² Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

¹³ Companhia Nacional de Abastecimento

Outra vantagem apontada é o recebimento de assistência técnica. Com a implantação da cooperativa recebem visitas regulares de técnicos, tanto da prefeitura como da universidade à qual pertence a incubadora.

“Ah, mudou bastante coisa [com a cooperativa]. Pelos menos os técnicos acompanhando, estando com a gente, estão vindo bastante aqui no sítio, eles vem direto, estão acompanhando”. Nestor

- O papel da liderança e a participação feminina

Nesse item tratamos da importância dada à atuação da presidente da cooperativa e a participação das mulheres na adoção da agroecologia como modo de cultivo.

Os entrevistados creditam grande parte dos ganhos obtidos ao papel da presidente da cooperativa, admirada por todos pelo modo que a conduz. A própria sobrevivência da cooperativa é creditada a sua persistência e modo de geri-la.

É o que denotam as falas abaixo:

“Eu penso que vai dar certo e tem uns par deles pensando junto. Inclusive a L. Porque se não fosse a L.... sempre eu falo, ela não gosta nem que fala isso para ela, mas se fosse um homem ali, que escuta o que ela escuta, já tinha... (risos) porque ela .. coitada, ela tá ali... não dá certo uma coisa ela corre atrás de outra. Ela busca uma coisa, busca outra. A documentação mesmo, essa C. ajuda ela aí,... Essa cooperativa nossa, a maioria não tem documento certo, documento de terra, documento... e lá precisa ser tudo certinho, senão... Agora mesmo estava faltando documentação para sair o dinheiro. E ela dá um jeito, com aquela esperança e fé que ela tem, daí as pessoas pensam que está ganhando dinheiro. Às vezes nem ganhando dinheiro está, está ajudando para ver se o lugar reage, ver se não para, ver se não acaba”. Nestor

Segundo Veronese (2008, p. 5) o papel da liderança em empreendimentos da economia solidária ainda é pouco estudado. Pesquisando sobre o tema, a autora apresenta considerações relevantes, à medida que esclarece que a falta de lideranças é fator de risco para a sobrevivência desses empreendimentos que se pretendem autogestionários. Segundo Veronese (2008), “aqueles que contam com a presença de lideranças, demonstram maior capacidade para enfrentar os desafios do trabalho associativo [...]”.

Mas existem diversas formas de atuação dessas lideranças, que vão desde “um papel por vezes empoderador e democrático (liderança solidária), às vezes mais concentradoras do poder de decisão (liderança tradicional). Na ausência de lideranças, reina a confusão” (VERONESE, 2008, p. 7).

Em diversos momentos das entrevistas, tanto dos adultos quanto dos jovens, o papel da presidente da cooperativa é colocada em destaque. Desde a formação da cooperativa, na sua regulamentação, nas negociações do cotidiano, ela é figura considerada essencial no sucesso do empreendimento. A adoção da prática da agricultura orgânica dos maracujás, vista como modo mais saudável de produzir, é creditada em grande parte à presidente. Na assembleia a que assistimos, além dos assuntos internos de ordem burocrática, o que dominou a reunião foi a discussão da plantação orgânica e as dificuldades que os cooperados estavam tendo para consolidá-la – vizinhos de propriedade utilizando agrotóxico, denúncia de que alguns cooperados também o estava utilizando, etc. Pode-se notar nas falas, principalmente da presidente, da preocupação com a saúde dos agricultores, frente ao que estava ocorrendo. A todo momento era lembrado esse aspecto, bem como a qualidade da terra que iriam deixar para seus filhos. O que discutiam remetemos à comparação entre as consequências do modelo hegemônico de agricultura (agronegócios, alimentos transgênicos, degradação do meio ambiente, etc.) e o modelo de agroecologia adotado por eles. Além da presidente da cooperativa, observamos a participação de grande número de mulheres na assembleia. Esse dado pode subsidiar a ênfase dada à preocupação com a saúde dos familiares e a preservação ambiental.

Siliprandi (2007, 2009), estudando o papel das mulheres no desenvolvimento da agroecologia, aponta que a preocupação com a saúde é um dos motivadores de envolvimento das mulheres com o tema. O papel das mulheres na adoção do modo de produção agroecológico é apontado pela autora quando diz:

Quando as famílias mudam para modelos de produção mais ecológicos, são frequentemente as mulheres que induzem a essas mudanças, por conta de suas preocupações com a saúde da família, e com o esgotamento dos recursos naturais com os quais elas lidam diretamente (água potável, lenha, etc.) (SILIPRANDI, 2007, p. 847).

Segundo a autora, essa preocupação vem da própria vivência das mulheres, a quem cabe, historicamente, dentro da divisão sexual do trabalho, as tarefas de cuidado e de reprodução. Normalmente, quando alguém da família adoece são as mulheres que se encarregam do cuidado (SILIPRANDI, 2009, p. 274).

A preocupação com as questões de saúde, tanto dos trabalhadores na agricultura, quanto dos consumidores dos produtos por eles cultivados, é apontado a todo momento pelos integrantes da cooperativa.

Economia Solidária e os filhos: a visão de futuro

Como os pais veem o futuro da cooperativa, bem como o futuro que esperam para os jovens é o tema abordado nesse item. Tratamos também do papel que esses pais atribuem à escolarização na busca do futuro pretendido.

Quando perguntados sobre o futuro dessa experiência de organização dos produtores, os entrevistados foram unânimes em apontar a esperança que depositam na cooperativa.

A visão de futuro passa pela esperança de que a permanência dos mais jovens seja viabilizada, com o implemento do desenvolvimento local. Essa é apontada como a visão de futuro: a cooperativa se ampliando para outras esferas da produção agrícola, agregando mais agricultores, expandindo as atividades para o processamento dos produtos e não se restringindo somente à sua produção. Como consequência desse ciclo virtuoso, apontam para o desenvolvimento do local que vivem.

“Tem futuro.... Eu acho que o primeiro passo é começar a construção dessa cooperativa nossa ali[referindo-se à sede da cooperativa]. Porque o povo está assim, achando que não vai dar certo. Se crescer, com certeza ele (filho) vai... (participar) do leite, do abacaxi, da acerola. [...] Era bom que entrasse um pessoal para formar uma cooperativa do leite, aqui no nosso lugar, no Alvorada. Dentro da nossa cooperativa, criar uma para o leite. É um jeito que funciona de trabalhar. Conseguir uma verba.. lá no terreno fazer um resfriador, em vez de entregar um caminhão de leite entrega uma carreta, às vezes. Porque nossa região aqui, produz demais leite, é que tem mais leite”. Nestor

A implantação de uma despoldadeira, já prevista para acontecer, e de um resfriador de leite são vistos como etapas fundamentais para alcançar a viabilidade da cooperativa e esta se tornar lugar de trabalho para seus filhos e demais jovens do lugar, indicando uma especialização dos agricultores da região para a produção e industrialização de frutas e de leite¹⁴.

“Despolpar. Que nem meu sobrinho mesmo, ele está na esperança, porque ele tem estudo, de até fazer um curso e ser despoldador. Dois sobrinhos no caso. Todo animado no leite, outro no maracujá, abacaxi. Então pensa em... nem que seja para você trabalhar aí um mês inteiro, mas trabalha meio dia lá na cooperativa e fazer algum curso nessa área. Se sair isso vai mudar a história aqui. Melhora. [...] Queremos tornar um local de frutas, se Deus quiser”. Nestor

Essa projeção do futuro da cooperativa é vista como a possibilidade de permanência dos jovens no campo, conforme foi dito anteriormente. Parece que é essa possibilidade que os

¹⁴ Atualmente comercializam o fruto do maracujá *in natura*. A despoldadeira iria proporcionar o processamento da fruta, aumentando o valor de venda e, conseqüentemente, a renda dos agricultores.

impulsiona a continuar, apesar do descrédito de muitas pessoas, como visto quando relatam que muitos não acreditavam que de um lugar pequeno pudesse surgir uma cooperativa, ou quando os comparam com o modelo de cooperativa agropecuária da região.

Fazemos aqui novamente referência a citação de Stropasola (2011), quando defende que “a agroindustrialização em unidades familiares; [...]– podem se constituir em alicerces para o fortalecimento das comunidades” (p. 27).

Ao contrário de desanimá-los, querem demonstrar que essas opiniões contrárias estão equivocadas, que eles são capazes de gerir uma cooperativa que resulte em desenvolvimento local. Dizem pensar nos filhos quando demonstram essa intenção. Permitir aos jovens a possibilidade de permanência no local, sem a necessidade de deslocamento para os centros urbanos é explicitado como o principal objetivo da cooperativa.

Esse fato pode ser demonstrado na seguinte fala:

“Futuro... com diz.. a gente quer deixar para os filhos, para frente... a gente vai até onde puder, depois os filhos continuam os planos da gente, com a cooperativa. Espero que os filhos não vão embora. Para nós é bom. Porque tende a ir aumentando, porque se diminuir... sempre nós queremos mais gente no grupo, na nossa cooperativa”. Robson

Neste grupo pesquisado encontramos situação semelhante à encontrada por Poli (2006) quando abordou agroindústrias familiares associativas localizadas no oeste do Estado de Santa Catarina. O autor contradiz a imagem de negatividade da agricultura familiar e o desejo de que os filhos estudem e se mudem para a cidade, encontrados em estudos como o de Nobre (1998), o qual afirma: “A vida de trabalhador rural não é uma escolha, um projeto de vida, mas uma possibilidade de sobrevivência. O agricultor não quer que seu filho permaneça na sua profissão; ele quer que ele estude, seja ‘doutor’” (NOBRE, 1998, p. 55, apud POLI (2006), discordando dessas conclusões.

Em contraposição Poli (2006, p. 274) afirma:

Não é essa a situação que encontramos nos empreendimentos estudados. Pelo que se observou ao longo da presente pesquisa, o modo como os agricultores familiares envolvidos vem elaborando sua nova condição de vida e de trabalho, se diferencia acentuadamente dessa imagem construída da agricultura familiar. Os sujeitos que encontramos nos empreendimentos estudados, sem dúvida, representam um outro perfil de agricultor familiar, com um novo olhar sobre sua condição, com traços e gestos que, num certo sentido, os aproximam mais das representações anteriormente construídas em relação aos trabalhadores urbanos (roupas limpas, bem informados, com acesso à tecnologia), porém sem perder sua identidade de agricultores.

Nessa nova imagem da agricultura familiar que os entrevistados buscam construir, aos jovens é reservado o papel de continuidade, de desenvolvimento e crescimento. Nessa nova tessitura idealizada, esses jovens não precisariam ir para a cidade para obterem tais conquistas.

Uma mãe nos diz:

“Porque o lugar aqui é pequeno, não tem emprego. Terminando o 2º grau eles vão para a cidade. É só terminar e sair, então, tendo um ramo de serviço qualquer, onde eles possam tirar algum lucro, assim... para sobreviver, não precisa ir para a cidade, porque na cidade paga... não tem casa e a gente acha que aqui, tendo alguma coisa para ajudar, é maior o futuro deles do que estar na cidade.” Magda

Nos estudos de Nobre (1998, apud POLI, 2006) a cidade representava ambivalências, pois, ao mesmo tempo que era vista como possibilidade de crescimento dos filhos, era também portadora de possibilidades negativas, como corrupção e marginalidade em virtude da falta de empregos.

Para os pais entrevistados nesse estudo, uma dessas visões se sobressai. Agora há predomínio da representação da cidade como local de marginalidade, drogas e violência. Para esses pais a saída dos filhos do meio rural para a cidade não é vista como benéfica.

A visão da cidade como local de oportunidade de trabalho, de possibilidade de crescimento é aqui substituída pela visão do perigo que ela representa pelo risco de uso de drogas e de violência.

“[...] a gente vê muitos alunos nossos aqui, vai para a cidade, chega na cidade não acha um serviço bom, porque falta leitura. De repente, eles viram a cabeça.. **eles aqui foram criados de uma forma.** Chega lá fora, tem um mundo grande, tem tudo quanto é drogas e muitas coisas erradas que não servem para ninguém”. Magda

“Aí ele vai, **chega e vai cair na desvantagem do mundo, e aqui é sossegado.** Aqui tem também, a gente sabe que lá fora.. eles trazem aqui, vendem [drogas] aqui, mas é mais difícil. Na cidade é mais complicado... Muitos alunos nossos aqui, foram para a cidade e morreram um monte, matado, roubado”. Robson

“Por causa de emprego [foram para a cidade]. Se tivesse emprego tinham ficado. **Jamais tinham ido, porque na cidade é só violência.** Você vê, o nosso lugar é pequeno, mas você não vê, aqui no patrimônio, você passa e não vê briga nem nada, e vive a vida. **Sai de noite e volta, estuda e chega aqui tranquilo. Você fica sossegado. E lá onde eles moram lá...** mesmo... sai do serviço e ... faz poucos dias ela [filha que mora na capital do estado] foi assaltada lá, sorte que não estava com o dinheiro, não era dia de pagamento. Mas levaram 50,00 dela. E o medo que passa!” Nestor

O cenário aqui descrito corrobora o encontrado por Carneiro (1998). No seu estudo a representação da vida nos centros urbanos perpassa pelo desemprego e violência, transformando-a de solução a problema para os jovens e suas famílias.

Nesse sentido, aponta Carneiro (1998, p.18)

A intensificação da comunicação entre a cidade e o campo, facilitando o acesso a bens e valores urbanos, somada ao desemprego e ao aumento da violência nos grandes centros urbanos, acabaram por produzir uma situação em que a vida na cidade deixa de ser tão atraente como há 30 ou 20 anos. As dificuldades enfrentadas nos centros urbanos por um jovem de origem rural, com qualificação profissional e nível educacional normalmente mais baixos que os da cidade, a inexistência de uma rede de parentela de apoio, a obrigação de pagar caro pela moradia, pelo transporte e pela alimentação, têm levado os jovens a “descobrirem” que podem ter um padrão de vida bem satisfatório no campo onde contam com um conjunto de facilidades inexistentes na cidade, sobretudo a da moradia. O estabelecimento da residência na localidade de origem passa a ser valorizado não só por motivos econômicos mas também em decorrência da idealização da vida rural pelos moradores da cidade. Abrir novas alternativas de trabalho no campo é um projeto que surge em função da perspectiva de estreitamento dos laços com a cidade, favorecido pelas facilidades dos meios de comunicação. É nesse contexto que os ideais da juventude rural apontam para uma síntese, que definimos como projeto de vida *rurbano* (grifo do autor).

- O Estudo como forma de aumentar chances de obter trabalho

Para a viabilidade do futuro pretendido para os jovens, os pais atribuem grande importância à escolaridade. É por meio dela que imaginam que possam obter melhores condições na disputa por trabalho, tanto na cidade como no campo. Aparecem o incentivo aos estudos, as dificuldades enfrentadas pelos filhos na sua obtenção.

Dos pais entrevistados, um estudou até a 4ª série do ensino fundamental, sua mulher é professora aposentada e o outro é analfabeto. Todos dizem incentivar o estudo dos filhos. Atribuem ao estudo a possibilidade de arrumarem emprego melhor, de adquirirem maiores conhecimentos.

Corrochano (2008) encontra a mesma realidade, ou seja, pais que não possuem escolaridade incentivam os filhos a obtê-la e dão grande valor a ela. A autora cita diversos estudos nos quais mostra essa expectativa dos pais em seus filhos obterem maior escolarização que eles.

Essa valorização do estudo, porém, não restringe a identificação de dificuldades e o reconhecimento por parte desses pais, das distâncias, não só geográficas, a serem percorridas pelos jovens para se chegar às escolas.

Wanderley (2011, p. 5) traçando um panorama da juventude rural, assinala igualmente a valorização dos estudos observada nas famílias rurais. Segundo a autora:

No que se refere à educação, observa-se uma mudança significativa na percepção das famílias rurais a respeito da importância da escolarização de seus filhos. Pode-se afirmar que o acesso a uma educação escolar de qualidade é, hoje, antes de tudo, uma demanda destas famílias. A escola é, de fato, percebida como a principal via de acesso ao que consideram *um futuro melhor*, tanto para os filhos que partem em busca de ocupações urbanas, quanto para os que permanecerão como agricultores. A diferença entre o nível de escolarização dos jovens atuais e o da geração dos seus pais, confirma as conquistas da sociedade brasileira no que se refere ao acesso à escola (grifo do autor).

Reconhecem também a insuficiência desse estudo para obterem a efetiva melhora em suas condições de vida. O caminho percorrido pela maioria dos jovens, quando completam o ensino médio, é ir para a cidade em busca de emprego. Não pelo seu desejo ou o dos pais, mas pela falta de emprego do lugar.

“Só que tem muitos alunos aqui que vai terminar os estudos dele e não vai ter condições de fazer uma faculdade. Muita gente que quer fazer e não tem condição. Pagar ônibus para ir.. se for pagar é difícil, porque tem que pagar ônibus para ir até lá estudar, em Campo Mourão. Daí não tem condições de pagar o ônibus tem que morar lá, aí tem que pagar o aluguel e pagar mais os estudos. Não tem condição. Muita gente quer estudar mas não tem condição”. Robson

“É importante [estudar]. Tem que sair [para estudar]. Sai mas vai durante a noite e volta. Vai até Campo Mourão. Tem uns par deles que estudam em Campo Mourão, vai todo dia. Elas (filhas) tudo fizeram o 2º, 3º ano, mas não tem trabalho. O sítio é pequeno para mexer. Depois, pode ser até que volta, é um jeito deles ficarem aqui [com a cooperativa implantando a despoldadeira]”. Nestor

“Se não graduado no que pede o serviço, não consegue. Porque, na cidade, a gente vê muitos alunos nossos aqui, vai para a cidade, chega na cidade não acha um serviço bom, porque falta leitura”. Magda

Nesse contexto, para os pais, a cooperativa tem o sentido de ser depositária da esperança, da possibilidade de trabalho, desenvolvimento e melhoria de condições de vida, viabilizando a permanência no campo.

“Porque muitos que estão não gostam da cidade, estão lá obrigados”. Nestor

“Eu acho que ele, o meu piá, ele já é bem interessado nisso aí. Ele já tem planos. Ele está estudando lá, fazendo esse colégio agrícola e ele, acho que tem o plano dele, de ficar já no grupo, na área que ele vai trabalhar, porque eu acho que tem.. tem um rapaz que tirou o estudo lá, no lugar que ele está e já está trabalhando nessa área que ele está fazendo lá, de técnico. [...] Ele acredita [na cooperativa]. Acho que ele vai ficar aqui com nós mesmo. E é o que nós queremos também”. Robson

No tocante a esse ponto, Poli (2006) também observa ter encontrado o mesmo desejo nos pais dos jovens que compunham sua pesquisa. O anseio para que os jovens permaneçam no campo e a luta por viabilizarem as condições para que isso ocorra são comuns aos grupos. Assim

como na pesquisa de Poli, esse desejo não aparece como imposição aos jovens, mas sim a vontade de dar opções aos jovens para que eles tenham condições de escolha.

Sobral (2005), ao estudar a formação de técnicos agrícolas entre os filhos pequenos agricultores do Estado de Santa Catarina, verificou que o retorno à propriedade, com a finalidade de trabalhar juntamente com a família, ocorreu principalmente entre os que pertenciam à cooperativa formada por eles. Ao contrário, os filhos de agricultores que trabalhavam como integrados no processo de produção de grandes agroindústrias, permaneceram na cidade, não retornando à propriedade da família.

5.2 Falam os filhos

Ao contrário das demais entrevistas, as que envolveram os jovens desse empreendimento foi realizada coletivamente. Pela distância entre as propriedades rurais, marcamos as entrevistas para um dia de assembleia da cooperativa. Não foi possível a realização de entrevistas individuais em virtude do pouco tempo disponível, uma vez que se utilizam do transporte escolar para se locomover até o local da assembleia. A pesquisadora participou do início da assembleia, apresentando os objetivos da pesquisa. Os comentários que se seguiram após a explicação foram todos de apoio à participação dos jovens na cooperativa, vista como uma opção real e vantajosa para os jovens do lugar.

Compareceram à entrevista 5 jovens, sendo 4 do sexo masculino e uma do sexo feminino, com idade entre 16 a 19 anos.

Euzébio, tem 18 anos, é solteiro e estudou até a 3ª série do ensino médio, não completando-o. Participa da cooperativa, juntamente com sua mãe. A renda familiar era em torno de R\$ 800,00 proveniente do trabalho no sítio da família e do trabalho como doméstica de sua mãe. A mãe estudou até a 4ª série do ensino fundamental e o pai até a 3ª série.

Matias e Rosana são irmãos. Ela possui 16 e ele 19 anos. Rosana está cursando a 3ª série do ensino médio e pretende fazer o curso de medicina. Matias concluiu o ensino médio e atualmente frequentava o curso de técnico agrícola em outra localidade. Não souberam informar a renda familiar. A mãe é professora aposentada e o pai cursou até a 3ª série do ensino fundamental. O pai é integrante da cooperativa.

Roberto tem 19 anos e o ensino médio completo. É integrante da cooperativa, incentivado pelo seu tio, também cooperado. Seus pais estudaram até a 4ª série do ensino fundamental. Não soube precisar a renda familiar, mas disse achar ser pouco mais de um salário mínimo.

Vicente tem 17 anos e o ensino médio completo. Assim como Matias (Maklei), está fazendo curso de técnico agrícola. A mãe é cooperada, sendo que possui a 4ª série do ensino médio e seu pai nunca estudou. A renda familiar é em torno de 1,5 salários mínimos.

Todos os jovens são solteiros e não possuem filhos.

Aqui cabe uma observação quanto aos jovens retratados nesse grupo. Com já apontamos, esse grupo é composto por jovens residentes na área rural. Essa especificidade não pode deixar de ser pontuada. Ser jovem no campo apresenta desenhos próprios e, portanto, devem ser considerados nas nossas análises. Estudos sobre a juventude rural entraram recentemente em cena e ainda são poucos numerosos conforme lembra Sposito (2010, p. 99)

Uma das fragilidades da pesquisa sobre juventude no Brasil reside na pouca ênfase dada ao estudo dos jovens rurais e sua emergência recentíssima na arena pública (cf. Strapasola, 2006; Carneiro; Guaraná, 2007). No balanço realizado em torno da produção discente (1999/2006), os estudos sobre jovens rurais e indígenas são escassos, atingindo apenas 4% do total da produção nas áreas da Educação, Ciências Sociais e Serviço Social.

- Histórico de Trabalho

Esse tópico abrange a experiência dos jovens na realidade do trabalho. Pedimos para falarem de seus trabalhos anteriores, do atual e como foi a inserção na vida laboral.

De todos os entrevistados, apenas Rosana não tem histórico de trabalho, ou melhor, trabalha, sim, ajudando a mãe nas tarefas domésticas. Os demais já tiveram experiência em trabalhos na lavoura, tanto na propriedade dos pais quanto prestando serviços a terceiros, trabalhos informais no comércio e em programas do Estado. As primeiras experiências de trabalho ocorreram por volta dos 15 anos, ajudando os pais em sua propriedade ou prestando serviço a terceiros.

“Eu já trabalhei no mercado. Trabalhei pouco, seis meses mais ou menos. E na roça, desde os 15, depois que viemos para cá. [hoje] é eu sozinho, meu pai morreu”. Euzébio

“Eu nunca trabalhei.. só em casa mesmo, ajudando minha mãe”. Rosana

“Eu já trabalhei de Agente Jovem¹⁵, mas era só meio período. É para aprender uma profissão, para depois se quiser, fazer uma faculdade, para fazer aquilo, aí pode. Era creche (rindo), ajudando os professores a cuidar dos alunos, aprender para ver se eu ia gostar...para depois fazer uma faculdade, pra depois continuar. Fiquei acho que um ano só. Daí acabou também o período que eu tinha para trabalhar. É uma bolsa mesmo, uma bolsa do governo, acabou de estudar, acabou o projeto. A gente perde a bolsa. [atualmente] na roça, na plantação de maracujá”. Roberto

“Eu trabalho na agricultura, tanto em casa como para fora, para os vizinhos, ajudando eles a trabalhar. Sempre trabalhei mesmo com planta, na agricultura”. Vicente

“Trabalho só em serviço de sítio, em casa só. E agora estou estudando”. Matias

O trabalho com registro em carteira de trabalho não é realidade para essa população. Nenhum dos entrevistados possui histórico de trabalho em carteira. O trabalho regulamentado no meio rural é feito por contrato com especificidades próprias.¹⁶

“Aqui nem tem isso, trabalhar com carteira assinada...” Rosana

“Trabalho é só por contrato.. que é de agricultor... tem o seguro, conta para aposentadoria. No ano passado eu estava trabalhando e tive um acidente de trabalho, levei um escorregão e acabei quebrando o braço e aí recebi do governo”. Vicente

Podemos hipotetizar que, frente à realidade do meio rural, o “ter carteira assinada”, que no imaginário da maioria da população urbana representa estar incluído socialmente, aqui não se mostra arraigado. Veremos nos outros grupos como é impactante a situação de não ter carteira assinada para o sentido adotado pelo trabalho na Economia Solidária. Esse aspecto não foi apresentado nesse grupo, a realidade em que vivem não é pautada por esse procedimento nas relações de trabalho, mesmo que existam lei próprias para o trabalhador rural.

- Trabalho e estudo

Esse item tem como tema as diversas relações que se estabelecem entre o estudo e o trabalho. Abordamos a conciliação entre trabalho e estudo, realidade para a maioria dos entrevistados: as dificuldades para frequentarem a escola e a escolarização como requisito para o trabalho. Esses temas são decorrentes das respostas às perguntas previstas no roteiro de entrevista

¹⁵ Programa Agente Jovem do Desenvolvimento Social e Humano do Ministério de Desenvolvimento Social e combate à Fome do governo. Destinado a jovens entre 15 a 17 anos.

¹⁶ Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, e Lei nº 11.718, de 20 junho de 2008.

que versavam sobre a vida escolar, características que facilitam ou dificultam a obtenção de trabalho e o papel do estudo em suas vidas.

- As dificuldades enfrentadas

Frente à realidade encontrada do início de atividade de trabalho ainda em idade escolar, a necessidade de conciliar o estudo e o trabalho foi fato para a maioria dos entrevistados.

À época da entrevista, em consequência de estudarem fora da cidade dos pais, dois dos jovens não trabalham. Os demais, após terminarem o ensino médio, se dedicam apenas ao trabalho. Veremos ao longo desta tese que a realidade de conciliação estudo e trabalho ao mesmo tempo é realidade para grande parte dos jovens entrevistados. Isso é confirmado por pesquisa realizada em 2003 pelo Instituto da Cidadania que indicou que, apesar de ter havido grande aumento dos jovens que estudam, o trabalho ainda se impõem. Naquele momento, 60% dos jovens entrevistados estudavam, contra 75% que já tinham experiência de trabalho (SPOSITO, 2008, p. 86). Mas o que nos chama a atenção nessa pesquisa é a constatação referente aos jovens das áreas rurais “a concomitância escola e trabalho se impõe de modo praticamente determinante para a maioria dos jovens” (SPOSITO, 2008, p. 86).

Mas o histórico de frequência à escola é pautado por dificuldades agravadas pela condição de morarem em área rural, muitas vezes com acesso precário. Em dias de chuva, por exemplo, não conseguiam ir à escola. Tivemos a oportunidade de verificar essa dificuldade. Como já foi apontado, os cooperados utilizam-se do transporte escolar para o comparecimento às assembleias da cooperativa. Após terem marcado uma delas e convidado os jovens para comparecerem, esta foi desmarcada, pois o tempo chuvoso impedia que o transporte escolar chegasse até as propriedades, impossibilitando o comparecimento ao compromisso.

Eles dizem saberem que essa condição impõe limitações e prejuízos ao seu aprendizado escolar, comprometendo a qualidade do ensino.

“A primeira coisa é a dificuldade hoje que a pessoa sofre para fazer qualquer estudo, desde daqui o colégio até a faculdade, porque precisa de transporte e época de chuva acaba faltando da escola, e essas dificuldades a gente leva para o resto da vida. Porque a maior parte, dá trabalho, tem erros nas provas, tem muito erro de português... a gente estuda mas o dia que chove não tinha aula, daí a gente leva essa dificuldade para o resto da vida”. Vicente

“Para mim é difícil porque eu chego meia-noite, tenho que andar três quilômetros a pé, para ir embora sozinho”. Euzébio

Nos apoiamos novamente em Wanderley (2011) para corroborar que as dificuldades enfrentadas pelos jovens aqui entrevistados não são exclusivas de sua realidade. É, sim, infelizmente, uma característica da educação em nosso país. Reconhecendo melhoria no nível educacional entre a geração anterior de agricultores e os jovens de hoje, a autora faz a seguinte ressalva:

No entanto, há ainda muito a conquistar quando a questão é a qualidade do ensino ministrado e o enfrentamento de problemas tão graves como o abandono precoce dos estudos. Especialmente no meio rural, as estruturas escolares são sabidamente precárias, ao que se deve acrescentar as dificuldades de acesso à escola, em razão das, em geral, péssimas condições do transporte escolar (WANDERLEY, 2011, p. 5).

Outra dificuldade apontada para dar continuidade aos estudos é a distância. A cidade mais próxima não possui nenhuma instituição de ensino superior, obrigando quem deseja continuar a estudar a se mudar de cidade ou se locomover diariamente até a cidade que possui instituições de ensino superior. Essas duas alternativas esbarram na falta de recursos financeiros para serem viáveis aos jovens entrevistados.

“Eu acho que aqui é mais difícil também conseguir dinheiro para seguir os estudos para fora, tem que ficar longe de casa, o mais ruim é isso, ficar longe de casa”. Vicente

“Não tem onde investir para arrumar dinheiro... então, às vezes vai fazer uma faculdade tem que pagar viagem, não tem a daí muitos nem fazem nada”. Euzébio

Mais uma vez, Wanderley (2011, p.7) alerta:

No Brasil, o fato de que os processos de urbanização e industrialização não se difundiram de forma homogênea no conjunto da sociedade tem consequências diretas e imediatas sobre os projetos de vida dos jovens rurais. Nas regiões onde predominam pequenas cidades, pouco diversificadas economicamente, as possibilidades de formação são reduzidas e as oportunidades de conseguir, no local, um emprego qualificado são mais restritas, de tal modo que a busca de uma afirmação profissional impõe, frequentemente, a migração. Assim, o momento que, para a maioria dos jovens urbanos, significa apenas um processo de escolha profissional, para os jovens rurais, pode ser carregado de uma tensão muito maior, na medida em que implique a tomada de decisão entre sair ou permanecer próximo a sua família e em seu local de origem.

Apesar das dificuldades enfrentadas, os entrevistados julgam que nem todos que frequentam a escola têm interesse nela. Avaliam o motivo para o comparecimento, muitas vezes, é fruto de desejo de diversão.

“E também é muito pouco os alunos que dão valor para o estudo, mais vai para... (risos) vai na escola só por ir, não vai para aprender. Vai mais na escola para bagunçar, para ficar atrás do colégio”. Roberto

Fazem uma avaliação negativa dos jovens que apresentam tal comportamento, questionando o futuro que terão. Apresentam a preocupação de não se localizar entre tais jovens. Dada a importância que atribuem à escolarização, demarcam que esse não foi ou não é o comportamento que adotaram na frequência à escola.

- O estudo como base para o trabalho

Quando perguntados sobre o que achavam necessário para se obter um trabalho que consideravam bom, foram unânimes em apontar a educação.

“Estudo.. muito estudo”. Vicente

“Estudo ali é o principal”. Euzébio

Porém, só o estudo é considerado suficiente, entram em cena outras dificuldades a que estão submetidos na busca pelo trabalho.

Um fator apontado é “não saber trabalhar na área”, apesar de terem terminado o ensino profissionalizante, e pode ser atribuído à percepção da falta de qualidade do ensino. Terminam a etapa do estudo, mas percebem a defasagem entre o que aprenderam e o que é requerido para a obtenção do trabalho almejado.

Outro ponto, a aparência é vista como essencial para a busca de uma realização profissional.

“Eu acho que nem Deus, que seja um pessoa bem formada, não adianta nada ter certificado mas na realidade não saber trabalhar na área”. Vicente

“Ter um bom visual, com certeza.. Influencia. Se for uma pessoa toda cheia de *pearcin*, tatuagem.. ser um doutor? Principalmente nas grandes empresas... procurar emprego, deve estar bem vestido. É importante”. Rosana

Um dos entrevistados informa que já adquiriu um livro que instrui como se vestir e se comportar para obter sucesso em entrevistas de emprego.

Não somente nesse grupo a aparência é considerada fator relevante na busca de emprego. No grupo que não considera a Economia Solidária como alternativa, também encontramos essa posição, conforme veremos adiante.

O quesito “boa aparência” que aparece como requisito em grande número de anúncios de recrutamento de empregados, é posto em evidência nessas falas. Igualmente coloca em evidência o problema da discriminação. Isto está claro nas pesquisas sobre emprego/desemprego, nas quais ser negro e/ou ser mulher os coloca em parcela da população que mais sofre o desemprego.

Tentar se aproximar do “padrão de boa aparência” é uma das estratégias utilizadas pelos jovens da área rural para atenuarem essa variável que dificultaria a inserção laboral. Para Menezes (2008, p. 15) “Ignorar a existência de um padrão universal de beleza é ignorar que as pessoas passam todos os dias por situações de discriminação estética”.

Aparência e comportamento, modo de se vestir, linguagem utilizada são componentes significativos quando tratamos do estigma, segundo Goffman (1980).

- O Futuro vislumbrado: entre o ficar e o sair

No que tange aos planos para o futuro, os entrevistados apontam dois caminhos principais. Um deles resulta na possibilidade de permanência no local e o outro sinaliza a vontade de ir embora, para os centros urbanos.

Os que pretendem permanecer no local acreditam ser possível construir um futuro ali, encontrando oportunidades de trabalho.

“Eu pretendo trabalhar como técnico agrícola. Daqui um ano e meio, se Deus quiser, eu estarei formado, vou procurar um emprego aqui na região.. pretendo trabalhar por perto, por aqui mesmo. Esses dias eu estava verificando, descobri várias empresas que podem me oferecer serviço, principalmente em Nova Tebas mesmo. Eu participei do show rural, sexta-feira, lá tinha várias empresas assim, do Brasil, que estão espalhadas e que dá emprego para as pessoas que se formam técnico agrícola”. Vicente

“Eu pretendo terminar o colégio agrícola, ver se consigo arrumar um emprego por aqui mesmo e aprofundar mais na área”. Matias

Os que manifestam o desejo de irem embora apresentam como motivo o desejo de continuarem os estudos, o que não é possível permanecendo no local.

“Eu pretendo terminar o 3º ano esse ano e ver se eu consigo entrar na faculdade. Eu queria ser psiquiatra”. Rosana

“Às vezes eu penso em ir embora daqui, porque está muito difícil mexer com maracujá, por causa das doenças, apesar de ser orgânico entra muita doença no maracujá. Por isso penso em ir embora, buscar um emprego melhor porque é muito difícil aqui. [buscar] uma profissão para eu poder fazer uma faculdade, para poder ir melhorando de vida, não só ficar na mesma assim...qualquer serviço, só para mim poder ter uma renda, para poder estudar mais e fazer uma faculdade.[...] **Ah, eu gostaria de ser enfermeiro.** É bem difícil mas a hora que está ali, naquela profissão, daí já vai melhorando! Vai subindo”. Roberto

Esses dois depoimentos contêm as ambiguidades observadas por Carneiro (1998, p. 8) quando trata dos projetos individuais dos jovens por ela pesquisados.

Na formulação dos projetos individuais expressa-se a ambiguidade característica da situação de convivência com dois universos culturais. A intenção de sair para estudar fora e ter uma profissão convive com a vontade de permanecer residindo na localidade de origem. [...] Observa-se um aumento significativo de jovens que se preparam para o vestibular. As carreiras escolhidas apontam para uma certa incompatibilidade com a intenção de continuar vivendo na localidade. Dentre os cursos citados estão, em ordem de preferência, medicina, direito, informática, engenharias civil, eletrônica e química, medicina veterinária, letras, publicidade, educação física, odontologia, arquitetura e contabilidade [...].

Outros querem deixar o local em virtude das dificuldades que dizem ter para obter renda suficiente. A falta de empregos ou o tipo de trabalho encontrado é visto como não viabilizando a permanência dos jovens no campo. Aparece o desejo de ir “para a cidade”.

“Eu também penso em ir embora. Ir trabalhar.. sei lá. Porque é difícil para caramba. Dinheiro é muito ruim.. trabalhar por dia, às vezes é difícil achar serviço”. Euzébio

É interessante assinalar que, quando voltamos ao local para as entrevistas com os pais, perguntando pelos jovens entrevistados no ano anterior, um deles havia deixado o campo e se mudado para a cidade. Foi justamente Euzébio, que, segundo as informações, desejando se casar foi tentar arrumar emprego na capital do Estado, onde já estava um irmão.

Em virtude do cenário econômico e social do meio rural, ir embora, mudar-se para os centros urbanos é visto como uma possível solução. A percepção de que não existem oportunidades no local mas, sim, nas cidades é fato comum a todos, contrariando a visão que prevalece entre os pais, da cidade como local de violência.

Temos aqui duas facetas do problema. Ao mesmo tempo em que pensam que o êxodo rural é a solução, também atribuem ao mesmo a falta de desenvolvimento da região e, conseqüentemente, a falta de oportunidades para os jovens. Entendem como um círculo vicioso.

“Pode ser [que existam bons empregos] mas nessa região não, é bem difícil”. Rosana

“Até muitas vezes nós gostamos desse lugar, mas a gente não tem o recurso para gente poder trabalhar, para ficar aqui mesmo se sustentado. Por isso que a maioria das pessoas [jovens] daqui vai saindo do interior e indo para cidade”. Roberto

“Aqui termina o terceiro [ano] e vai embora. É por isso que não vai para frente [o local que moram] (risos)”. Euzébio

Mas a experiência de colegas e parentes desmonta a ilusão de conseguir facilmente o tão almejado emprego na cidade. Além da falta de vagas de trabalho, atribuem essa dificuldade também ao pouco estudo que possuem e à deficiência desse, em virtude das dificuldades já apontadas acima.

“É que são muitas pessoas para poucas vagas também, na cidade. A pessoa tem que ter bastante inteligência, ser honesto e buscar Deus, porque se não for Deus....não consegue arrumar nada na cidade, porque é difícil mesmo. A pessoa nem precisa ir daqui e pensando ‘já vou chegar lá e vou arrumar’ se não tiver uma pessoa que vai orientar o serviço lá, tipo ou um familiar que já orienta a gente no lugar lá. Ter um emprego lá e já mencionar que tem a gente aqui. Que é honesto, que.. aí arruma fácil, mas tipo assim, chegar lá e for de qualquer jeito não consegue de jeito nenhum. Fica difícil .. é muita concorrência”. Rosana

Para os entrevistados, a qualificação apontada como necessária para obtenção de um emprego não se restringe à capacitação escolar; ela perpassa outros valores, como honestidade, boa rede de relacionamentos, dentre outros já mencionados acima. Segnini (2000, p. 79) versando sobre qualificação para o trabalho ressalta:

Qualificação para o trabalho é uma relação social (de classe, de gênero, de etnia, geracional), muito além da escolaridade ou da formação profissional, que se estabelece nos processos produtivos, no interior de uma sociedade regida pelo valor de troca e fortemente marcada por valores culturais que possibilitam a formação de preconceitos e desigualdades. **Isso quer dizer que os conhecimentos adquiridos pelo trabalhador através de diferentes processos e instituições sociais – família, escola, empresa, etc. – somados às suas habilidades, também adquiridas socialmente e acrescidas de suas características pessoais, de sua subjetividade, de sua visão de mundo,** constituem um conjunto de saberes e habilidades que significa, para ele, trabalhador, valor de uso, que só se transforma em valor de troca em um determinado momento histórico se reconhecido pelo capital como sendo relevante para o processo produtivo (grifo nosso).

Os empregos que conseguem estão distantes do que idealizam quando se propõem a ir para os centros urbanos em busca de melhor condição de vida.

“Sai daqui e nem consegue um emprego tão bom para lá. Acho que a pessoa tem que sair daqui tipo assim, se terminasse o terceiro, tivesse faculdade, tivesse uma profissão (...) mais fácil arrumar .Agora não, terminam o terceiro e vão para lá trabalhar, vão na firma pegam lá só 3 meses para trabalhar. Acabou os 3 meses tem que procurar outro emprego, sendo que o salário nem é tão bom... Vai ser difícil também arrumar emprego lá”. Rosana

“Meu irmão foi trabalhar no serviço pesado .. carregar caminhão”. Euzébio

As características dos trabalhos “possíveis” contrastam com as que idealizam como um bom trabalho. Estabilidade, gostar do que faz, segurança é o que almejam.

“Um bom trabalho é esses que.. consegue arrumar um emprego que ele tanto sonha, dedicar em cima daquilo e fazer o que gosta. Porque não adiante arrumar um emprego, trabalhar só para ganhar o dinheiro e não gostar do serviço, ficar triste muitas vezes”. Vicente

“Ganhar aquilo que é digno. Tipo assim, se machucar no emprego, ter aquela renda, não ficar parado dentro de casa, além de não ajudar ainda dar gastos. Ter uma garantia”. Roberto

É o trabalho que representa a possibilidade de uma “vida digna”.

“Sossegado.. poder pagar suas dívidas sem ficar se preocupando, ter saúde”. Euzébio

Apesar de localizarem os possíveis trabalhos almejados na área urbana e não na rural, não deixam de perceber os problemas dessa escolha. Os gastos que a vida na cidade impõe são vistos como grande obstáculo. Falando dos que foram embora dizem:

“-Talvez está aqui, acha que está ruim, está ganhando pouco, mas aqui eles tem que ver que gasta menos. Chega na cidade, eles conseguem um emprego de R\$600,00, mas principalmente não tem casa, tem que pagar aluguel, pagando R200,00 de aluguel já ...

-Tem água, tem luz...

-Paga a energia .. vai sobrar no máximo R\$300,00. Talvez estando aqui ele ganharia muito mais do que estando lá. É, eles não pensam. Eles acham que ...

-Saber que vão ganhar um pouquinho a mais

-Porque querem ficar na cidade grande também, porque acham que aqui é pequeno, é ruim”. (Grupo)

- A cooperativa como esperança

Aqui entra o potencial, percebido pelo grupo, da cooperativa. Apesar de manifestarem o desejo de irem para os centros urbanos, sinalizam que, caso tivessem oportunidades no local, lá permaneceriam. A esperança dessas oportunidades é depositada na cooperativa.

“- Se der certo [a cooperativa] eu prefiro ficar aqui.

- Eu também ... quero ir embora daqui por causa de dinheiro, viver melhor..

- Ficar também [depois de formado como técnico agrícola]

- Porque, se nós só for indo embora, indo embora, daí vai chegar uma hora que as pessoas que moram na cidade não vão ter o que comer mais. Porque está indo todos os pequenos, e os pequenos que sustentam os grandes lá em cima. Se não tiver quem planta aqui e colhe para mandar para as fábricas não tem comida para os outros”. (Grupo)

A cooperativa como possibilidade de futuro. Futuro que vai possibilitar a permanência dos jovens junto à família ao propiciar melhorias tanto para cada produtor individualmente, como para a coletividade. Ela, viabilizando o desenvolvimento local, gerando oportunidades de trabalho e renda é a depositária da esperança de futuro para os jovens.

“Eu acho [a cooperativa uma possibilidade de trabalho futuro]” Euzébio

“A união faz a força. Quando tem dez reunidos, para colocar um produto no mercado é bem mais fácil, se fosse uma pessoa sozinha não vai conseguir, porque vai investir muito e não vai ter aquele lucro igual com a cooperativa. É um dos jeitos melhor, se unir todo mundo para ver se dá ... se sai alguma coisa”. Vicente

Poli (2006, p. 292) encontra o mesmo cenário em sua pesquisa.

Um dado importante a ser registrado, em termos de perspectiva e significado desses empreendimentos, é a nova perspectiva que abriram para a efetiva permanência dos jovens na agricultura familiar. Cada uma das seis famílias que já têm filhos em idade de iniciar-se nas atividades produtivas contam com pelo menos um filho atuando diretamente na agroindústria. Em pelo menos quatro desses seis casos, de acordo com os seus depoimentos, o êxodo rural e o ingresso no mercado de trabalho urbano teria sido seu destino, caso a agroindústria não tivesse sido criada. Vê-se, então, que esses empreendimentos estão, efetivamente, interferindo na perspectiva de permanência dos jovens no meio rural, contrariando todas as tendências apontadas por outros estudos.

Os jovens acreditam que os pais compartilham tal expectativa. Ao responderem o que acham que os pais esperavam do futuro para eles, a cooperativa aparece novamente como possibilidade de permanência.

“A mãe, depois que ela entrou e viu que é uma coisa melhor..quer que eu plante mais abacaxi.. e também quer que eu estude. [...]Ela quer .. sei lá.. o melhor para nós eu acho. Igual eu falei .. pagar as dívidas, não digo viver sossegado, sem fazer nada.. deitar na rede...Viver aqui, tentar sobreviver aqui”. Euzébio

“O pai e a mãe.. incentivam a estudar e incentivam a trabalhar.. e trabalhar nisso, na cooperativa”[...] Eles esperam que eu termine esse estudo meu lá, venha trabalhar na cooperativa com eles, consiga viver bem aqui mesmo, sem ir para a cidade”. Matias

“Também, com certeza. Meu pai quer que eu estude o máximo, aprender o máximo porque os conhecimentos que eles sabem, eles já puderam passar para mim, o que eles sabem eu também sei. Então eles querem que eu aprenda agora lá fora para trazer conhecimento para ele e para os amigos [...] Acho que meus pais esperam que eu consiga arrumar um bom emprego, conseguir realizar todos os meus sonhos.. pretendo muito fazer Agronomia. Eles não têm condições de pagar, porque nós temos uma renda baixinha. Agronomia hoje está 1.100,00 reais .. particular. Fica complicado.. eles esperam que eu consiga passar no ENEM e conseguir uma faculdade, realizando um sonho”. Vicente

Aqui entra em cena a sucessão familiar. A expectativa dos pais, segundo os filhos, é que continuem a atividade iniciada pelos pais, aprimorando-a. A sucessão nas propriedades rurais é

portadora de características peculiares, que perpassa todo o processo de socialização dos jovens. Trabalham desde jovens na agricultura, frequentam escolas basicamente direcionadas a filhos de agricultores. A socialização primária e a secundária se dão em torno de relações dominadas pela vida na zona rural.

Brumer e Anjos (2008, p. 9), citando Champagne (1986, p. 42-43), esclarecem alguns dos aspectos envolvidos na sucessão familiar no meio rural, que nos auxilia no entendimento do processo verificado na pesquisa:

Esta sucessão implica numa socialização prévia na atividade, iniciada durante a infância, e que, em grande medida, ocorre “na prática”. Isto quer dizer, em primeiro lugar, que **difficilmente alguém se torna agricultor familiar a partir de um aprendizado exclusivamente escolar**. Neste sentido, os cursos técnicos agrícolas, como as “escolas de alternância” ou as “casas familiares rurais”, recrutam seus alunos fundamentalmente entre os filhos de agricultores, qualificando o saber de jovens previamente socializados na atividade. Em segundo lugar, **o início do aprendizado profissional na agricultura raramente ocorre na fase adulta dos indivíduos**. Em terceiro lugar, na agricultura a reprodução endógena é particularmente elevada, uma vez que **poucos indivíduos ingressam como profissionais nesta atividade caso não sejam filhos de agricultores** (grifos nosso)

Entendemos que, caso os jovens não se interessem pela continuidade do trabalho de seus pais, esse tenderá a desaparecer, uma vez que, como ressaltam os autores acima, é difícil “recrutar” alguém para se tornar agricultor, estando essa sucessão restrita aos jovens que pertencem às famílias que vivem da agricultura.

A única mulher entre os jovens entrevistados nesse grupo não apresenta a cooperativa como expectativa de seus pais para o futuro. Trabalhar e ser independente, seguindo o modelo de sua mãe, é o que visualiza como expectativa de seus pais para ela.

“A mãe incentiva mesmo a estudar, para que eu possa trabalhar, **ganhar meu dinheiro sem ficar dependendo dos outros. Ela isso que ela quer.. é isso que ela fala.. que não é de jeito nenhum depender de marido.** [...] A mãe sempre falou assim, que ela.. porque aqui sempre foi muito difícil, tem que andar não sei quantos quilômetros a pé para dar aula, ir na faculdade.. sofreu. Ela fala – o que ela sofreu – para ela ter o dinheiro dela hoje, foi para hoje, o que eu e o M quiser, poder dar para nós dois. Que o dinheiro dela é para nós, a faculdade que a gente quiser fazer, a gente pode fazer, uma que a gente goste entendeu..[...] Ela quer que a gente (...) para dar um futuro bom para os nossos filhos”. Rosana

As relações de gênero não foram alvo de investigação nesta pesquisa. Contudo, cabe observarmos que na literatura encontramos amplo debate sobre as relações de gênero no ambiente rural. Aqui vamos apenas assinalar um aspecto que aparece com força na fala de Rosana acima citada. Ela não está sozinha na busca da independência, de ter seu próprio dinheiro. Stropasola

(2011, p. 28) constata igualmente essa busca, relacionando-a com a busca de reconhecimento social. Revela o autor:

Há diferenças entre os jovens na valorização da educação: as moças investem mais que os rapazes, sobretudo para se prepararem para conseguir um emprego na cidade. *Para elas, dar continuidade aos estudos, fazer um curso superior significa ter uma profissão, ou seja, ter reconhecimento profissional, condição que se apresenta como necessária para o reconhecimento social.* No caso dos rapazes, a valorização social não passa necessariamente pelo reconhecimento profissional. Na pior das hipóteses, isto é, mesmo que possua baixo grau de escolaridade, ele será identificado e reconhecido como agricultor. O mesmo não acontece com as moças já que elas só conquistam a condição de agricultoras, quando se casam com um agricultor (grifo do autor).

Ao contrário dos jovens do sexo masculino, que ajudam o pai no trato da agricultura desde muito jovens, essa jovem nunca exerceu tal atividade, seu trabalho era ajudar a mãe nos afazeres domésticos. Tendo menor probabilidade de se constituir como “agricultora”, parte em busca de identidades possíveis. O estudo é visto como portador de potencialidades que levam a novos caminhos, por meio dos quais é possível construir identidades que levam ao reconhecimento social. Podemos inferir que o sonho de ser médica significa ser reconhecida socialmente como mulher bem-sucedida, independente financeiramente, com carreira portadora de prestígio e, portanto, de reconhecimento social. Caminho bem diferente que o destino reservaria a ela caso ficasse na área rural, na qual nem a identidade de agricultora lhe é permitido como filha de agricultores.

Falando sobre Economia Solidária

- Significados e sentidos

Assim como os pais, os jovens entrevistados desconhecem o termo “Economia Solidária. Ao serem perguntados sobre o tema, disseram que designavam por cooperativa o empreendimento e nunca haviam ouvido falar de Economia Solidária.

“Economia solidária ? No sentido de economizar?” Vicente

“Eu não sei [significado do termo]”. Roberto

O termo cooperativa encontra sentido nas práticas do empreendimento, sendo que os jovens conseguem defini-lo. O sentido dado é de esperança, de conseguirem se manter e melhorar o lugar onde moram.

“- É união.. é o cooperado unir todo mundo.

- Para tem mais apoio também.

- Acho que é um grupo de pessoas que se reúnem para achar a melhor forma de ..procurar sempre o melhor para o grupo para ir aumentando mais o número de pessoas, serviço...

- Onde vai gerar mais emprego eu acho.

- Trazer de volta os que foram embora, porque nós tem esperança nesse lugar também’. (Grupo)

A relação que os jovens têm com a cooperativa pode ser sintetizada em um dos momentos da entrevista. Ela estava sendo realizada na sala da casa da presidente, enquanto a assembleia ocorria do lado de fora. Os jovens falavam sobre a cooperativa quando a presidente entrou na sala. A pesquisadora, brincando, disse “podem esperar a L. sair, se tiverem que falar alguma coisa”. A resposta que se seguiu foi esta:

“Nós jamais vamos falar mal dessa cooperativa.. jamais. Se não tivesse essa cooperativa não teria para quem a gente vender nosso produto, principalmente nosso objetivo é plantar, zelar e trazer o produtor até aqui. Quando chegar aqui ela vai ter o objetivo de procurar alguém para comprar nosso produto. Porque o agricultor não vai ter o tempo, ficar na roça trabalhando e sair a procura de mercado”. Matias

Aqui cabe a colocação de Stropasola (2011, p. 28), analisando as relações entre gerações na agricultura familiar, apresenta o seguinte cenário:

Por outro lado, unidades familiares menos dependentes dessas relações verticais, que combinam duas ou mais atividades e procuram adotar modelos produtivos menos exigentes em agroquímicos, **tendem a criar condições para um processo de gestão mais participativo**. Ao colocarem em funcionamento um conjunto variado de atividades, essas unidades geralmente necessitam da contribuição permanente do trabalho, das habilidades e do conhecimento de todos os membros da família, de modo que qualquer investimento que se pretenda realizar deve ser acordado no núcleo familiar. Os sistemas mais diversificados e, principalmente, aqueles baseados na Agroecologia, **favorecem o diálogo no âmbito da família e, especificamente, o acesso dos jovens e mulheres à renda** (mensal e até mesmo semanal), ao conhecimento e à participação nos espaços públicos e nas entidades associativas e representativas (grifos nosso).

O “não falar mal da cooperativa”, pelas oportunidades a ela creditadas, é o sentido da fala do jovem. Participam da cooperativa, mesmo que não formalmente e oficialmente. Aqui temos a família fazendo parte da cooperativa e não apenas o membro a ela vinculado oficialmente. O vínculo se estabelece também subjetivamente.

- Modos de funcionamento

Alguns dos jovens entrevistados já participam formalmente das atividades da cooperativa, outros não. Apesar disso todos parecem conhecer o seu funcionamento, as normas, bem como as dificuldades. Sinalizam inclusive diferenças entre a cooperativa e uma empresa tradicional.

Enfatizamos essa característica, uma vez que não a encontramos nos demais grupos de jovens pesquisados. Ao participarem das atividades da cooperativa, se apropriam dos conhecimentos que por ela circulam. Esse aspecto nos remete a Kraychete (2000) para quem nos empreendimentos da economia popular não se pode separar as atividades de produção e comercialização de bens e serviços das atividades de reprodução da vida nas famílias que participam dessa atividade. Portanto, o modo de produção adotado afeta a todos na família, e não somente o trabalhador, aqui no caso, o agricultor. Toda a família é envolvida na atividade, vivenciando-a e dela participando, mesmo que indiretamente.

- “- Na empresa é o patrão que fala o que fazer e é aquilo. Aqui é o agricultor que decide. Funciona, é bem melhor.
- A maioria das decisões que toma aqui, todo mundo segue mas sempre tem algum que dá uma extraviada, faz alguma coisa diferente.
- Normalmente os que não participam das reuniões é que fazem as ‘cagadas’. (risos)
- Tem outros que seguem todas. Roberto
- Quer dar uma de espertalhão, passar veneno...daí os outros cobram e ele se lasca”. (Grupo)

- Transmitir e herdar como processo de mão dupla

Mesmo os que não participam oficialmente mantêm contato com os acontecimentos. Seja por meio de conversas com os pais ou de atividades desenvolvidas pela cooperativa ou nas viagens promovidas pela cooperativa. São normalmente os filhos que participam e depois repassam os conhecimentos e informações aos pais. Vão se apropriando dos conhecimentos e características inerentes ao funcionamento da cooperativa.

“Sim, com certeza, [comentam sobre o que ocorre na cooperativa]. Quando algum agricultor teve lucro, uma experiência lá, teve resultado, e eles acabam passando conhecimento para a gente, porque a gente deve aprender também, porque o dia que eu sair de casa saber me virar também”. Vicente

“Quase tudo o que acontece, que faz, que acontece na cooperativa ele está comentando. Quando vai produzir uma coisa, quando tem uma reunião, sempre ele está comentando”. Matias

“Viagem para conhecer? Em Curitiba já fomos um par de vezes... mandam a gente”. Euzébio

“A maior parte das vezes vai os filhos porque os pais têm serviço. Sempre vamos”. Vicente

Encontramos aqui a troca de conhecimentos entre as gerações. O pais transmitem os valores e conhecimentos aos filhos, e estes os ressignificam por meio dos novos conhecimentos adquiridos, que, por sua vez, são também transmitidos aos pais. Assistimos aqui à possibilidade de mudança social, atribuída por Dubar (1997, p. 99) à socialização secundária. Através de interação das instâncias de socialização primária com as da socialização secundária, ocorrem “crises de legitimidade de diversos saberes e das transformações possíveis do ‘mundos legítimos’”.

Essa transformação é válida tanto para os filhos como para os pais. E, portanto, como já reiteramos, a relação entre objetividade e subjetividade está entrelaçada, as mudanças são tanto sociais como de identidade, pois as duas são construídas pelas práticas dos indivíduos.

Muitas das situações vividas pelos pais, em decorrência da participação na cooperativa, também ocorrem com seus filhos.

O mesmo descrédito enfrentado pelos pais quanto à possibilidade de sucesso da cooperativa é enfrentado pelos jovens. Pela região ser marcada pela existência de grandes cooperativas agropecuárias, a iniciativa dos pequenos agricultores é vista com desconfiança por muitos. São os próprios entrevistados que apontam esse aspecto quando relatam como reagem os demais quando sabem do empreendimento dos seus pais. Os que apresentam essa desconfiança, e até descrédito, são os que têm como referência um poder aquisitivo melhor, proprietários de maiores quantidades de terra.

“Tem gente que dá risada [quando vocês falam pra colegas de vocês que os pais de montaram uma cooperativa]. Eu mesmo, no lugar que eu estou estudando lá. Tem uns lá que tiram sarro ‘ah, eles mexem com cooperativa lá, é coisa pequena.. não sei o que!’. Acham que não vai dar certo, mas tiram sarro. Por causa que a maioria dos que estudam lá é tudo filho de fazendeiro, mexem com plantio grande, essas coisas. E eu não... mexemos com maracujá, plantio pequeno”. Matias

“Por enquanto comigo não, porque cada um tem amigo de um jeito. Meus amigos já são, tipo, pouco mais pobre. Então eles veem que no lugar deles poderia também formar uma cooperativa igual essa daqui para melhorar a renda deles. Porque a maioria deles trabalha sempre roçando pasto”. Vicente

Tal como foi discutido, observa-se na fala dos filhos a mesma situação. Plantio grande x plantio pequeno, cooperativa grande x cooperativa pequena são sinalizadores da comparação a

que são submetidos na comparação tanto pais como filhos. Apesar de termos distintas gerações, e espaços, certas representações e visões de mundo se repetem.

Encontramos, nas falas dos jovens, indicadores de grupos sociais diferentes, convivendo na escola. Frente aos “filhos de fazendeiros” contrapõem-se como “filhos de pequenos agricultores que trabalham roçando pastos”. Um possível caminho para a compreensão dessas diferentes visões apresentadas é, mais uma vez, atentar para os processos de socialização. Entre os jovens pesquisados aparece o sentido de desvalorização social de ser pequeno agricultor familiar, portadores de referência estigmatizadoras. Tal como ocorre com seus pais, recorrem a símbolos desidentificadores, no caso, servir de modelo para outros jovens que se encontram na mesma posição social que eles, “os amigos mais pobres”.

- Os resultados da cooperativa

Apesar do pouco tempo da existência da cooperativa, os jovens dizem já sentirem os resultados positivos de seu funcionamento. Como já visto anteriormente, ao possibilitar renda aos agricultores, ela abre a possibilidade de não necessitarem irem para um centro urbano para conseguirem trabalho.

Dizem que, se não fosse a existência da cooperativa, o cenário seria mais grave, com poucas pessoas permanecendo no local, agravando-se os problemas derivados do êxodo rural. É o que responderam quando perguntados sobre o que mais os chamou a atenção em relação à cooperativa.

“O que me chamou a atenção também foi o pessoal estava indo embora demais. Aí, começou a plantar o maracujá e o pessoal começou a ficar de novo. Os que iam embora parou já de ir. Senão muitas pessoas daqui... isso aqui estaria quase vazio”. Roberto

“Eu mesmo já teria ido embora [...] antes você vinha no Alvorada e só via velho e bêbado (risos). [...] Hoje tem mais festas. Até esses tempos atrás, festa não dava ninguém, agora até que melhorou (risos)”. Euzébio

Esse cenário de transformação, tendo como pano de fundo a existência da cooperativa, é também encontrado na pesquisa de Poli (2006). A permanência de jovens no campo, agora como opção, inclusive para aqueles mais escolarizados, é uma mudança concreta vivenciada pelas famílias que vivem no local.

Para Poli (2006, p. 293) “Esse aspecto é de fundamental importância para a interpretação do significado desses empreendimentos visto que, de alternativa para a falta de opção, a agricultura familiar, nessa perspectiva, torna-se uma opção de vida. Nesse sentido, o orgulho e a satisfação pelo trabalho que realizam são fundamentais”.

Mais adiante diz: “Outro aspecto, então, em que existe uma quase unanimidade é na esperança de que, a partir da criação da agroindústria, essa permanência seja um horizonte possível, ou seja, de que os empreendimentos efetivamente podem criar essas condições de permanência” (POLI, 2006, p. 294).

Vemos que não é só o trabalho que é enfatizado nas mudanças ocorridas, mas também a diversão, agora proporcionada pelas festas “mais animadas” que passam a ocorrer no local. Para os jovens a diversão é considerada fator importante na qualidade de vida que o local lhes proporciona.

Wanderley (2000, p. 35) afirma que, nas realidades nas quais a agricultura familiar predomina, assiste-se a uma grande atividade da vida social, mas isso está condicionado à permanência das pessoas no meio rural. A autora elenca as condições que dão suporte para tal ocorrência:

As perspectivas favoráveis da produção agrícola local e de suas atividades correlatas (especialmente as vinculadas aos processos de transformação e de comercialização), que garantam um nível de renda socialmente adequado à família; e a oferta de empregos não-agrícolas, no meio rural ou nas cidades próximas, de forma a gerar alternativas de ocupação para alguns membros da família e a favorecer a pluriatividade de outros.

- A prevalência do aspecto econômico da Economia Solidária

Por fim, destacamos que na comparação com os outros tipos de empreendimentos, é sempre a viabilidade econômica da cooperativa que os jovens destacam como característica que torna sua existência sinal de sucesso do grupo. Mesmo quando sinalizam que o trato orgânico da cultura do maracujá é a característica que destacam, ela simboliza uma melhor perspectiva financeira e não um novo modo de produzir baseado em preocupações sociais.

A categoria econômica prevalece, outras características que são inerentes aos empreendimentos da Economia Solidária, como os modos de organização do trabalho, da prevalência do coletivo, das relações de solidariedade não aparecem nas falas dos jovens. Quando

têm que destacar aspectos que diferenciam a cooperativa de outras empresas, apesar de apontarem algumas diferenças, é basicamente a característica econômica que sustenta a cooperativa como possibilidade de futuro, não sendo citados outros aspectos.

Uma das possíveis explicações para esse fato pode ser encontrado no objetivo da formação da cooperativa. Para esse grupo, como para os outros dois que veremos adiante, a motivação inicial que prevaleceu foi pragmática e não doutrinária, como já assinalava Vieitez (1997) e também encontrado em Liboni (2002). O objetivo não foi a criação de alternativas ou de contestação do sistema econômico vigente, mas foi, e parece que continua a ser, quase exclusivamente fugir do desemprego, ou aqui no caso, fugir da necessidade de mudar-se para a cidade.

CAPÍTULO 6

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO DEVIR

O segundo agrupamento refere-se aos que consideram a Economia Solidária como opção, mas não no momento em que se encontram, no qual enfrentam dificuldades. Em teoria, caso melhorem as condições, seria uma alternativa para seus jovens.

“No momento não. Só se engrenar.. a partir de 2011, se Deus quiser vai .. se melhorar...”. Mariano

“Isso aqui tem futuro... nossa! Dá para ganhar muito dinheiro... botão dá dinheiro. (risos) Botão dá dinheiro, e como dá. Então falta só se acertarem. [...] Seria sim [local de futuro trabalho para os filhos]. Herdar minhas cotas, tipo, estou parando e minha filha ia... [...]Não, não descartou [M. de trabalhar na cooperativa]. Saiu porque agora não adiantava. Daí eu falei: ‘daí eu estando lá, vocês sabem, na hora que der certo mesmo... o que é meu é de vocês mesmo’”. Nice

São basicamente os que vivenciam a Economia Solidária a partir das fábricas recuperadas, ou seja, aquelas que se formaram frente ao fechamento da empresa em que eram funcionários, sendo, nessa situação, assumida por eles. Diversos autores trataram do tema, apresentando diferentes focos de análise, como Oda (2001), Vieitez e Dal Ri (2001) já abordados em nossa dissertação de mestrado (Liboni, 2002), Holzmann (2001), Novaes (2005), Attie (2007), Domingues (2009), Pereira (2011), Araújo (2011), Leite (2011b,d), Araújo e Nascimento (2011), dentre outros.

A totalidade dos trabalhadores que atualmente é cooperado vivenciou a realidade de possuir emprego com registro em carteira, com os benefícios advindos dela. Acrescenta-se que a empresa aqui pesquisada era uma das maiores do setor no Brasil.

Domingues (2009) analisa a história da formação dessa cooperativa. Ela retrata o sentimento de trabalhar na antiga empresa, dizendo que os trabalhadores que nela trabalhavam eram portadores de um status social, pois eram vistos como trabalhadores de uma empresa com bons salários, pagamentos salariais em dia e valorização do trabalhador. A autora cita a fala de um entrevistado que retrata esse sentimento: “A empresa D., na época, era uma empresa muito concorrida. Que, quem estava trabalhando nela, não queria sair e quem estava fora queria entrar. Eram filas enormes, que quase dobrava o quarteirão pra conseguir um emprego ali” (DOMINGUES, 2009, p. 57).

Nenhum dos jovens entrevistados chegou a trabalhar na empresa antes da sua falência. Nesse grupo foram entrevistados cinco jovens, quatro dos quais trabalhavam na cooperativa na época da entrevista, sob regime de CLT¹⁷, portanto, nenhum era cooperado. Foram entrevistados dois pais. Quando do retorno para a entrevista com os pais, dois dos jovens não trabalhavam mais na cooperativa.

6.1 Falam os pais

Os dois pais entrevistados trabalham na parte operacional da empresa e participaram do processo de formação da cooperativa. Não tomam parte da diretoria da cooperativa.

Mariano, 40 anos, possui o primeiro grau completo, trabalhou durante 13 anos na empresa D.

Nice (Nilda), 45 anos, também cursou o primeiro grau completo e trabalhou na empresa D. desde 1989.

A formação da cooperativa

Criada em 2004, a cooperativa é fruto da tomada da antiga fábrica pelos funcionários, após a falência da mesma. Com o apoio da CUT, a opção pela cooperativa foi forma escolhida para manterem seu trabalho. Esse processo não se deu sem obstáculos. Domingues (2009) narra a ocupação da fábrica, as batalhas judiciais, as tentativas de invasão e agressão aos trabalhadores, os conflitos entre os trabalhadores, o processo de instalação da cooperativa.

Attie (2007) aponta que essa cooperativa é uma das representantes do Estado do Paraná no Fórum Brasileiro de Economia Solidária além de participar ativamente nos fóruns de discussões promovidos pela Senaes.

Os dois pais entrevistados vivenciaram esse processo, um trabalhava na empresa desde 1989 e o outro trabalhou durante 13 anos. A cooperativa foi formada basicamente por trabalhadores que pertenciam aos setores operacionais, de chão de fábrica. Os funcionários do setor administrativo não permaneceram, conforme descrito por Domingues (2009, p. 63)

¹⁷ Consolidação das Leis do Trabalho

Nas reuniões sempre havia muitas discussões a respeito do destino do movimento de ocupação. Os debates aconteciam na defesa das propostas que se apresentavam naquele momento, uns defendendo a criação da cooperativa, outros a estatização da empresa falida. Os conflitos fizeram o grupo se dividir. Por ocasião da ocupação, participavam do movimento mais de cem pessoas e apenas 51 trabalhadores permaneceram na cooperativa. Entre os que desistiram do movimento estava o pessoal do administrativo, que foi embora porque não acreditava na possibilidade dos trabalhadores do chão de fábrica tirar a empresa da falência e manter o empreendimento funcionando.

Essa situação, no início, é vivenciada como uma grande esperança de dias melhores, na qual o ideário de “ser dono” é visto como possibilidade de melhoria de condições de vida.

“Ela [empresa] faliu em 2001, 2002 mais ou menos essa época. Daí eu pensei ‘saio ou fico?’. Daí resolveram ‘ah, vamos abrir a cooperativa, nós vamos ser donos do próprio negócio’, aí eu falei ‘vou ficar, vou ver o que vai dar’. Daí foi passando esse tempo, passando.. e estou aí até hoje. Foi todo mundo mandado embora. Daí na época, veio o sindicato aqui, veio a CUT, que daí que falaram ‘não... vocês podem abrir uma cooperativa. No começo vão sofrer, mas depois, com o tempo, o lucro vem’”. Nice

A ideia da cooperativa foi dada por apoiadores externos. No começo do processo estavam presentes, seja dando treinamentos, seja assessorando nos trâmites burocráticos.

Attie (2007, p. 117) mostra uma versão mais crítica para o processo que culminou com a criação da cooperativa. Segundo a autora,

Em certa medida, a grande incoerência manifestada pelas relações de trabalho no interior da cooperativa podem ser explicadas pelo fato de que a opção pela constituição jurídica-política-social do empreendimento ter sido idealizada de forma exógena aos trabalhadores. Isto é, a opção pela forma de constituição do empreendimento não partiu de uma necessidade do coletivo. Na verdade, ela foi **imposta aos trabalhadores** para que recebessem o apoio institucional da ADS/CUT¹⁸ no momento em que os proprietários da empresa abandonaram o empreendimento com uma dívida trabalhista arrebatadora, deixando todos com salários atrasados e direitos trabalhistas não recolhidos. Até então, os trabalhadores não possuíam nenhum conhecimento prévio sobre cooperativismo, nem sobre autogestão. **O que se buscava implementar, de imediato, era uma alternativa de geração de trabalho e renda para que ninguém ficasse desempregado** (grifo do autor)

Esses componentes históricos ocorridos quando da fundação da cooperativa encontram ainda ecos na realidade atual. No momento das entrevistas os cooperados manifestaram por diversas formas incertezas quanto à sua capacidade de gerir uma empresa, sem conhecimentos do setor administrativo, uma vez que os funcionários desse setor optaram por não participarem da cooperativa. A ausência dos apoiadores externos, presentes no início do processo, mas desde

¹⁸ Agência de Desenvolvimento Solidário – Central Única dos Trabalhadores

então ausentes, é outro ponto repetido a exaustão como causa dos momentos de incertezas pelos quais estavam passando.

“O sindicato, a CUT, eles deram assessoria, incentivaram a gente. Só no começo. Incentivaram, deram uma ajudinha aqui, outra ali, treinamento. Não foi muita coisa não. Você vê que o administrativo nosso era o pessoal que estava na produção, ninguém sabe administrar. Eu sei operar máquina, sei trabalhar na produção mas agora, se colocar lá em cima para administrar minha empresa, eu não tenho capacidade. E é isso que faltou para a gente, hoje”. Mariano

Com o passar do tempo, muitos cooperados, vendo suas expectativas iniciais de sucesso não se confirmavam, preferiram sair da cooperativa.

“Alguns ficaram, outros, com o tempo, ‘não, isso não é para mim, vou desistir’ saiu e assim por diante. [...] veio essa gente de fora, teve treinamento de fora, foi muito bem explicadinho para a gente. Muita gente saiu antes, alguns ficaram no começo da cooperativa. Daí começaram ‘oh, mas cooperativa é assim, se ficar devendo demais, você tem duas casas, você perde uma.. essas coisas. Teve muitas pessoas que já tinha uma coisinha, ficaram com medo ‘não, não vou arriscar’. **Quem não tinha muita coisa ‘ah, eu vou arriscar’, estava sem emprego...**”. Nice

Situação idêntica, no sentido de quem não tinha nada a perder foi aquele que se envolveu no processo de formação da cooperativa, foi encontrada pela pesquisadora em trabalho anterior, sobre a qual dizíamos:

“Arriscar de alguma forma”, conforme dito por um dos entrevistados, nos remete à análise que Antunes (1995) faz dos trabalhadores excluídos ou à margem da produção capitalista, que, justamente por essa posição ocupada, têm condições de ser um sujeito social com maior capacidade de empreender ações ousadas, pois têm muito pouco a perder ou, frequentemente, não têm nada a perder frente às formas de sociabilidade impostas pelo capitalismo. No enfrentamento desse cenário, para o autor, a subjetividade desses sujeitos teria mais propensão à rebeldia. Assim é que os trabalhadores estudados, diante da falta de alternativas, arriscaram, construíram uma nova forma de atuação (LIBONI, 2002, p. 75-6).

- Entre a esperança e a decepção

Tratamos aqui de como os trabalhadores, agora cooperados, enfrentaram as diferenças entre o antigo modo de trabalho e o agora vivido como cooperativa. Aparecem aqui os avanços e retrocessos bem como o impacto desses para os trabalhadores.

Dentre os que “arriscaram” e optaram por permanecer na cooperativa, mesmo com as dificuldades que enfrentaram, alguns aspectos se destacam. O primeiro refere-se a não ter carteira

assinada, com os benefícios dela decorrentes. Esse aspecto da nova realidade de trabalho é sentido como grande perda.

“Mas ser patrão não é muito bom não (risos). As dificuldades, que nem INSS, chega no final do ano férias, décimo, não tem nada disso. Se tiver lucro a gente tem, se não tiver.. Sente saudades (risos) [do tempo em que eram trabalhadores com registro em carteira].[Achávamos que] ia ser bom. Tipo deu tanto... porque a gente sabia que dava mesmo [lucro]. Nossa, daí chega no final não era nada daquilo, igual eu disse, má administração, perdemos lá no começo e não tem como recuperar. Até recuperar tudo vai ser difícil”. Nice

“Porque não tem vantagem. Eu não tive vantagem nenhuma em virar sócio. É melhor ser empregado, pelo menos tenho, no final do ano meu décimo-terceiro, meu fundo de garantia, tudo ali. O que eu tinha no tempo da D”. Mariano

A situação de não terem mais os “benefícios” gerou insegurança no planejamento do dia-a-dia, pois os trabalhadores revelam que, na situação de empregados, podiam planejar suas contas, suas férias, ter a certeza que iriam receber de salário no final do mês. Portanto, na nova situação, na qual esse planejamento não é mais possível, ressentem-se dele, tornando-se fato marcante como uma das principais diferenças percebidas frente ao novo sistema de vínculo com a empresa, agora uma cooperativa. Vieitez e Dal Ri (2001) também encontraram esse “ressentimento” nos trabalhadores das empresas pesquisadas por eles, pois, para esses autores, tais benefícios foram firmados como um indicador de direitos sociais mínimos e, por essa razão, os trabalhadores manifestam o desejo de restabelecê-los de forma similar em sua nova realidade de trabalho.

A temporalidade agora é vivenciada de forma diferente. Antes o tempo era de planejamento, de planos para o futuro. Agora o tempo é de urgência, do viver um dia após o outro. O futuro é algo incerto. Este ponto nos leva a considerar que a subjetividade desses trabalhadores ainda se pauta pelo modo de trabalho anterior, apesar da vivência do que deveria ser outro modo de organização do trabalho.

Essa situação de instabilidade vivida na cooperativa influenciou não só individualmente a opção de ficar ou não na cooperativa, mas se espalhou também pela família. Como existiam casos de mais de um integrante da família trabalhar na empresa, quando da transformação em cooperativa, vendo as dificuldades que teriam preferiram não permanecerem todos na cooperativa. Assim, enquanto um ficava, “para ver o que ia dar” os demais saíam, em busca de novos trabalhos. Isso fez com que muitos cooperados abandonassem esse tipo de organização do trabalho, indo procurar empregos com carteira registrada. Era a estratégia adotada a fim de

garantir a sobrevivência econômica da família, caso o empreendimento cooperativo não alcançasse êxito.

“Daí no começo estava eu e meu marido aqui. Daí optamos, ou bem um ou bem outro. Um fica para ver o que vai dar, daí ele falou: ‘então eu saio’”. Nice

“O pai já está se desgastando, imagina o filho! Duas pessoas em casa trabalhando na mesma empresa que não está dando certo... Então é melhor eu ficar sozinho, sofrendo aqui, ver o que vai dar, se vai dar certo, se vai dar errado, do que ele ficar junto comigo. E se não der certo? Fechar a cooperativa? Eu vou perder e ele vai perder. Então é melhor eu perder do que nós dois perder juntos”. Mariano

Esses fatos acima relatados somente reforçam nosso entendimento de que a razão primordial, senão a única, para o engajamento no empreendimento de Economia Solidária, foi o econômico, a busca da sobrevivência. Outros princípios que dão sustentação ideológica a esse modo de organização do trabalho não são entrevistados por esses trabalhadores. Mesmo porque, podemos supor, ao tomarem a decisão de constituírem a cooperativa, a grande maioria não possuía o conhecimento de quais seriam esses e suas implicações para o funcionamento da nova forma de empreendimento que estavam construindo.

Outro aspecto que parece ter influenciado a maneira de verem a cooperativa foi a expectativa de ajuda externa que viria. Não tinham renda, não tinham crédito, não tinham experiência. A ideia da cooperativa era a possibilidade que vislumbraram que viabilizaria ajuda externa. Isso não ocorreu, pelo menos na medida em que esperavam.

Attie (2007, p. 120) relata situação parecida, quando analisa que

Outro problema apontado no relacionamento com a ADS/CUT foi com relação à proposta cooperativista autogestionária. Os técnicos da CUT fizeram algumas reuniões e palestras sobre cooperativismo para os trabalhadores no momento da constituição da cooperativa. Fizeram uma propaganda fantasiosa e exagerada sobre os inúmeros benefícios do cooperativismo e sobre como a vida dos trabalhadores se tornaria melhor. Entretanto, quando os problemas começaram a aparecer e os trabalhadores descobriram que teriam inúmeros desafios a enfrentar, o apoio da CUT foi pouco consistente de forma que os trabalhadores tiveram que tentar construir, sozinhos, as alternativas possíveis.

Nesse cenário, a idealização inicial transforma-se em decepção, a esperança em desilusão. Chama-nos a atenção o fato de algum tempo já ter se passado entre a pesquisa de Attie (2007) e esta pesquisa e os mesmos sentimentos serem ainda encontrados. A desilusão transita mesmo entre os que permaneceram na cooperativa até a atualidade. Os que ficam se agarram em

experiências consideradas por eles exitosas, que serviriam de exemplo de como esse modelo idealizado pode ser alcançado.

“No começo o pessoal achava que era uma coisa mais fácil, mas o pessoal foi desistindo, o pessoal foi. Imaginavam que o governo fosse ajudar a gente, que a gente fosse ter um capital de giro, coisa que a gente nunca teve. A única coisa que a gente teve foram 5 meses de seguro desemprego, que o governo conseguiu liberar para gente.[...] Hoje estamos há seis anos – sete anos agora em maio, abril de 2011 e a cooperativa está indo aos trancos e barrancos por causa disso. Se ela tivesse uma ajuda para comprar matéria prima.. porque no começo teve que comprar matéria prima tudo à vista. Produzir e já comprar à vista.. produzir.. não teve retorno nenhum. Até hoje não teve retorno nenhum, só tem o salário. Salário X todo mês.. só. [...]Não sobrou nada (risos) só conta para pagar [sobre a distribuição de sobras ao final de cada ano]. Daí isso aí desanimou um pouco as pessoas né! Por isso que a maioria do pessoal foi desanimando e foi saindo. Foi procurar outro emprego, outro trabalho. Olha, nós estamos em trinta e oito ... perto do que tinha!” Nice

“Nenhuma [vantagem sobre o trabalho anterior]. Eu esperava que tinha. Aquela ilusão de você ganhar dinheiro, no final do ano vai sobrar 15 mil, vinte mil para cada sócio. Vou poder comprar minha casa, vou poder comprar meu carro. Ser patrão....a ideia de ter algum lucro, porque trabalhar nós trabalhamos. Eu sou dono da empresa mas eu tenho que meter a mão na massa. Não tenho que chegar aqui numa salinha e ficar mandando trabalhar. Eu tenho que mandar e trabalhar, entendeu.?? A maior dificuldade nossa é essa. No tempo da Empresa D., nossa! Isso aqui era ... foi uma das maiores da América Latina e pode ser ainda, só que falta esse administrativo. [...] A gente imaginava, no começo da cooperativa, foi aquele.... ‘a gente vai ganhar dinheiro, vai ter isso, vai ter aquilo’ só que foi só ilusão. Eu espero futuramente que tenha alguma coisa. Que a previsão nossa era quatro anos sofridos, nós estamos há seis. A Uniforja de São Paulo, que é uma das maiores cooperativas, eles ficaram 4 anos penando. Só que hoje, o capital... hoje a cota-parte deles é R\$ 60.000,00”. Mariano

É comum, quando conversamos com trabalhadores associados à empreendimentos da Economia Solidária no decorrer de pesquisas, supervisão de estágios, projetos de extensão, que já participamos, a citação de algum empreendimento considerado como “modelo ideal”, tomando o sentido de modelo a ser alcançado. É como dissessem para eles mesmos: “se eles conseguiram, nós também podemos”. É a tentativa de viver uma realidade e uma subjetividade que funcione como um modo de resistência, frente aos inúmeros obstáculos.

Mas, por vezes, quando enfrentam dificuldades críticas, desembocando em situações de ameaça à sobrevivência do empreendimento, esse sentido do “modelo ideal” parece se alterar. Nessa situação, quando se referem aos “modelos ideais”, demonstram frustração por não terem conseguido alcançá-lo, gerando sentimento de fracasso e impotência. “Se eles conseguiram, então o que nós fizemos de errado que não conseguimos?” Nesse sentido, ou podem culpabilizar-se ou culpar um outro, que, pode vir a ser qualquer dos atores envolvidos no processo, tanto individuais como coletivos ou institucionais. Exemplificando, já ouvimos, nesse contexto que “a culpa é dos próprios cooperados que não querem ter responsabilidade”, “foi o pessoal [pode ser a incubadora, o sindicato, a prefeitura] que não deu mais apoio” , “são os trabalhadores que não têm

conhecimento/competência para tocar uma empresa”. Muitas vezes aparecem todas em conjunto, simultaneamente.

Nesse sentido é que Bertucci (2010) apresenta a função social dos exemplos modelos, como citado na fala de Mariano acima, referindo-se a outro empreendimento que, ao ser ver, está obtendo sucesso nesse tipo de organização do trabalho.

Bertucci (2010, p. 177-8) argumenta que

A construção simbólica da ES não se sustentaria se não houvesse um conjunto de empreendimentos modelo, experiências aparentemente bem sucedidas, citadas regularmente como a exemplificação de uma economia que *já acontece*. [...] Existem no Brasil diversos exemplos de empreendimentos solidários considerados bem sucedidos, ou exemplares e amplamente reconhecidos. São eles, por exemplo, Catende, Justa trama, Banco Palmas, Univens, etc. Diversos estudos demonstram como, no sentido micro, sua estrutura de organização interna se diferencia das empresas tradicionais, na medida em que há um grau de controle sobre os processos e a própria orientação da atividade da ES – seu caráter de proposta universal. [...] A função latente (não declarada) de tais modelos é a construção de sentido dos indivíduos que nelas se inserem ou que nelas se inspiram a partir do fortalecimento de justificativas para seu engajamento (grifo do autor).

- Significados e sentidos da Economia Solidária

As vivências até agora experimentadas dão suporte para os significados e sentidos que toma a Economia Solidária para eles.

Ao andar pela empresa, nos dias das entrevistas, tínhamos visto diversas pessoas vestindo camisetas com estampas e dizeres sobre Economia Solidária. Na sua página mantida na internet a cooperativa, ao relatar sua história, também traz a informação de inserção na Economia Solidária. **“A C. atua como uma cooperativa, que atualmente está inserida no contexto da economia solidária”**, e como já apontamos, compõem o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Isso nos fez levantar a hipótese de que os entrevistados participavam ou ao menos tivessem conhecimento tanto do seu significado como do movimento que dela deriva. Mas durante as entrevistas, tanto com os pais como com os jovens isso não se confirmou. O sentido dado pelos trabalhadores refere-se à ajuda externa de apoiadores ou, no seu caso, à falta dessa ajuda. Acreditam que se a ajuda inicial externa tivesse se estendido, isso teria resultado em um caminho mais fácil, pois teriam maiores possibilidade de alcançarem o sucesso.

“Alguém vir ajudar, sei lá... ensinar [o que entende por economia solidária]. No começo veio muita gente aí, tentar explicar como é uma cooperativa, como é administrar, como deve fazer uma negociação. Só que curso, teve uns cursos básicos...”, Mariano

“Já, já [dizendo já ter ouvido o termo economia solidária]. No começo aqui, no começo os apoios estavam todos junto com nós. Depois foi se afastando, se afastando... os apoios, sindicato, tudo. E portanto amanhã nessa assembleia nós vamos falar isso, tentar trazer eles de volta. [no dia posterior a entrevista iria ocorrer uma assembleia geral].” Nice

Ao cruzarmos a informação obtida em Attie (2007) referente à participação da cooperativa em órgãos representativos da Economia Solidária com as narrativas acima, podemos supor que o conhecimento e os debates que ocorrem nesses fóruns de discussão não chegam a todos os componentes do empreendimento, restringindo-se aos dirigentes. Ao se estabelecer essa dinâmica, aprofunda-se a distância entre os saberes de uns poucos e o desconhecimento de outros tantos no que concerne ao funcionamento desse modo organização de trabalho, que, em tese, não é possível sem todos os integrantes participarem ativamente. Por participação entendemos aqui não somente a presença e votação nas assembleias, mas prioritariamente o envolvimento de todos nas discussões e debates, com acesso igualitário às informações e saberes. Pela fala dos trabalhadores, não é essa a realidade vivida nessa cooperativa.

Inibe-se a possibilidade de viver novas experiências sociais e, como resultado, a aquisição de novos saberes. Ao nosso ver, esse fato dificulta ou mesmo impede o estabelecimento de relações mais igualitárias, nas quais há uma circulação do poder. A relação saber e poder perpassa a análise proposta por Foucault (1984).

Machado (1984, p. XX) acentua essa característica afirmando que onde há saber há relações de poder. Novos saberes significam novas relações de poder. “Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber”.

Os trabalhadores entrevistados sinalizam por diversas formas o “não saber” como dificuldade para também participarem das negociações com os diversos setores que mantêm relacionamento com a cooperativa. Em contraposição, esse saber necessário está localizado no saber especializado, aquele construído especificamente para gerir uma empresa. É nesse sentido que justificam a necessidade, ora de um consultor externo, ora a volta dos apoiadores, significando que quem detém o saber é que pode levar ao sucesso da cooperativa. Não se vendo possuidores desse saber, se dispõem a se submeterem aos que teoricamente os possuem. Abordaremos novamente esse assunto mais adiante, pois, como dissemos, este perpassou toda a entrevista dos trabalhadores.

Outra face da mesma situação pode ser enfocada sob a ótica da constituição de novas identidades. Esta também depende de movimento. Com o impedimento de novas práticas e novas relações, não é possível a construção, subjetivamente, de novas identidades. Elas só são possíveis atreladas à realidade construída pelos indivíduos. Resgatando Ciampa (1990), identidade é verbo, é atividade, é metamorfose.

Ao se ver como substantivo, ou seja, como produto e não como produtor das relações humanas, ocorre a reificação da realidade social, como bem disse Nestor, pai já citado no primeiro grupo, “**embarrancamos**”. Como já visto, o sentido que atribuímos à metáfora “embarrancar” é a do imobilismo. Embarrancar querendo sinalizar atola-se, encalhar, não sair do lugar.

Frente às dificuldades que estão encontrando no dia-a-dia, são despossuídos do conhecimento sobre os processos que envolvem a gestão do empreendimento, a volta dos apoiadores é vista como uma das possíveis soluções. Acreditam no potencial da cooperativa, embora não acreditem que o possam realizar sem a ajuda externa. Assistimos aqui a um exemplo de reificação da realidade social, isto é, **embarrancaram**.

“Esses apoiadores, para ver o que nós... porque eu falo, nós recebemos isso aqui de mão beijada, foi assim oh, muito rápido, foi.. nossa... zeradinho, sem conta nenhuma.. Era para todos nós termos ganhado dinheiro aí, todos nós estar bem mesmo. Porque a gente fala, ‘trabalha em cooperativa’ e o pessoal ‘nossa! Então você está ganhando dinheiro lá’, porque vê o tamanho a estrutura!”. Nilza

Gaiger (2004) discute a importância e o papel dos apoiadores na empreitada de formação de um empreendimento de Economia Solidária, mas também sinaliza para os desafios e limites. Um dos desafios, segundo ele, é não desenvolver situações de tutela, impedindo o desenvolvimento da autonomia dos trabalhadores. Quijano (2002) é outro autor que aborda a dependência de agentes de apoio externos ao empreendimento, para ele quando esses agentes se afastam muitos dos empreendimentos não sobrevivem, ou tornam-se empresas capitalistas.

Modos de funcionamento

Tratamos aqui do funcionamento do dia-a-dia da cooperativa. Como são feitas as tomadas de decisões, a política salarial, as relações de poder, são aspectos analisados.

Talvez pela proximidade de ocorrência da assembleia, essa foi alvo de grande ênfase por parte dos entrevistados. Ressaltavam o que achavam que estava errado e, portanto, prejudicando o funcionamento da cooperativa. Pelas suas colocações, seria nessa assembleia que iriam questionar a diretoria, exigindo mudanças.

- Administração e tomada de decisões

No processo de formação da cooperativa, nenhum dos trabalhadores da área administrativa da antiga empresa permaneceu. Os entrevistados relatam que a diretoria foi formada por trabalhadores de outros setores da empresa. Segundo informações o estatuto previa eleições de dois em dois anos, alterados para quatro em quatro posteriormente. Apesar disso, segundo os entrevistados, o mesmo grupo se mantém na diretoria desde o início. A não alternância dos cargos é visto pelos entrevistados como um dos problemas enfrentados pela cooperativa.

“Tem o presidente, o vice-presidente, tesoureiro, vice-tesoureiro, primeiro secretário, segundo-secretário. São seis pessoas que administram a empresa.. Era de dois em dois anos, agora passou para quatro [realização de eleições]. Esse pessoal que está no administrativo vai ter que cumprir 4 anos e vai ter que sair para entrar outros. Só que aí vai ser outro problema também. **Porque ninguém sabe. Vai entrar eu, você mais 4 pessoas... é uma preocupação nossa.[...] Eu sei operar máquina, o que mandar fazer eu sei o que eu faço. Só que eu não sei se está sendo vendido no padrão certo, na quantia certa, no valor certo. E é essa a maior dificuldade da cooperativa, hoje**”. Mariano

Mais uma vez ressaltamos a semelhança que encontramos nessa cooperativa com a pesquisada anteriormente (LIBONI, 2002). Nesse aspecto também encontramos uma longa permanência dos mesmos dirigentes na direção da cooperativa, cenário não diverso do encontrado por Vieitez e Dal Ri (2001). Esses autores denominam tal processo como “gestão de quadros”. Segundo Therdorn (1979, apud Vieitez e Dal Ri (2001, p. 141), “seu personagem central [...] [é] o organizador. Seu principal talento é a capacidade para a mobilização ideológica e prática de massas com vistas à realização de metas comuns”. Tem ainda como característica a perpetuação em funções diretivas e são normalmente vindas da classe trabalhadora.

Essa não parece ser dificuldade recente da cooperativa, pois a mesma já é constatada por Attie (2007). O que torna a situação mais preocupante, pois, pelas falas acima, ainda não se consideram aptos para assumirem funções administrativas, ou seja, já percebiam o problema e nenhuma ação que possibilitasse o aprendizado de outros saberes foi implementada.

Porém, como já indicamos, tirar o atual grupo da diretoria não seria a solução suficiente. Alguém externo ao grupo, possuidor dos conhecimentos em administração, é visto como a salvação da cooperativa, visto que assumiria a administração da mesma. Antes essa salvação significava a contratação de uma assessoria externa, conforme relatado em Attie (2007, p. 107): “os demais trabalhadores na tentativa de destituir a atual administração adotam posturas ainda mais contraditórias: à medida que não se veem aptos a substituir os cooperados que exercem funções administrativas, propõem a contratação de uma assessoria externa para administrar a cooperativa.”

Na época de nossa pesquisa a salvação era significada por conseguirem novamente o apoio externo, conforme fala acima citada. Muda-se a figura do “salvador”, mas mantém-se a mesma situação.

Da análise dessa condição podemos perceber a permanência do pressuposto de que se tem um trabalho intelectual, de gestão, e um trabalho manual. Quem tem mais competência de gestão deve permanecer nos cargos administrativos. Encontramos reproduzido, indubitavelmente, o modelo taylorista que existe na maior parte das organizações.

Entendemos esse ponto como fundamental, pois, ao reproduzi-lo objetivamente, o reproduz igualmente subjetivamente, ou seja, em termos subjetivos também não se diferem de uma empresa tradicional.

Na organização de trabalho hegemônica, caracterizada historicamente pelo taylorismo, fordismo e pela burocracia, os trabalhadores eram (ou melhor, ainda o são) submetidos à separação da concepção/execução do trabalho, ao parcelamento das tarefas, à redução do ciclo do trabalho, ou seja, “pedia-se” para não pensarem, mas, sim, executarem as tarefas. O controle hierárquico, a dicotomia trabalho intelectual/trabalho manual, o discurso da necessidade de cooperação entre capital e trabalho criam, segundo Heloani (1996), além do processo de modelização do corpo do trabalhador, a modelização do inconsciente, através da penetração na subjetividade do trabalhador, para reconstruir a sua percepção segundo o interesse do capital.

Castel (1998, p. 441-442) também aponta para essa assimilação da organização científica do trabalho, destacando o aspecto relativo à apropriação da subjetividade do trabalhador:

[...] essa relação de trabalho não é comandada apenas pelas exigências tecnológicas da produção, da divisão das tarefas, da rapidez das cadências... É uma relação social de subordinação e de privação da posse que se instala pela mediação das relações técnicas de trabalho [...] É destinado [o operário] às tarefas de execução. Tudo o que é concepção, reflexão, imaginação lhe escapa. Ora, porque é uma situação social e não

somente uma relação técnica de trabalho, essa condição de dependência não é deixada no vestiário quando se sai da fábrica.

Nesse cenário, acaba-se tendo um desprezo, uma desconsideração por parte das pessoas que têm o mando e consideram que as demais não têm competência administrativa, não devendo, portanto, sequer ter sua opinião considerada quando do processo de decisões.

Conforme nos lembra Heloani (2003), tanto o taylorismo quanto o fordismo e o pós-fordismo apresentaram estratégias de dominação não somente sobre o corpo físico do trabalhador, mas também de sua subjetividade. Se no taylorismo essa estratégia era mais evidente, ela apenas se aprimora, passando agora a ser mais engenhosa e, portanto, mais perigosa.

Diz Heloani (2003, p. 175): “[...] os fundamentos e preceitos do pós-fordismo são, em sua essência, muito semelhantes aos da lógica taylorista. Apenas mais sutis, mais bem maquiados e, portanto, mais perigosos, pois de certa maneira agora o trabalhador *compartilha a própria dominação*”(grifo do autor). O autor faz um alerta que consideramos essencial, pois denuncia a gravidade de tais práticas para um modo de gestão que se pretende participativo, igualitário e solidário.

Versando sobre as estratégias pós-fordistas, diz:

Em meu entender, o pós-fordismo em qualquer de suas versões – oriental ou ocidental – não é a morte do taylorismo. Na verdade, não difere, em muitos aspectos do taylorismo-fordismo nem do stakhanovismo. Faz parte, sim, da ofensiva neoliberal que, tudo leva a crer, é incompatível com as **instituições verdadeiramente democráticas** (HELOANI, 2003, p. 175, grifo nosso).

Fatalmente todo o processo de tomada de decisões é afetado diretamente pelo modo de gestão na cooperativa.

- A participação nas assembleias

A assembleia, que é a instância maior de decisões em uma cooperativa, acaba por não ser o campo de debate e argumentação, o que resultaria em deliberações acordadas por todos os cooperados. Segundo relato dos entrevistados, frequentemente as decisões são tomadas pela diretoria e são somente informadas nas assembleias. Assim, contratações, compras, formas de remuneração, enfim decisões que envolvem toda a empresa, são tomadas pela diretoria e depois

informadas ao demais, nas assembleias. Estas, ao invés de local de debate, se tornam local de convencimento dos argumentos da diretoria acerca das decisões tomadas.

“Tem assembleia... mas o pessoal mais briga do que ajuda. É **poder**, é... as pessoas não tem hombridade de saber que não sabe administrar, reconhecer que aqui é uma cooperativa, uns são donos outros são empregados. Daí tem empregado que trabalha mais que o dono....entendeu? O pessoal não focou ainda. É briga todo dia, todo dia tem discussão, tem briga.. essa é uma dificuldade. Por isso que a maioria do pessoal desanimou”. Mariano

“Não está sendo assim... o pessoal já leva a decisão pronta. [para as assembleias]. Tipo leva pronta ‘é assim, assim, assim’, nós falamos ‘não, nós não concordamos’ – ‘mas está pronto e eu não quero voltar atrás’. Era para decidir todo mundo junto. ‘não quero que compre esse’. [...] Quebra o pau, brigam e brigam mas no final...Agora está tendo uma encrenca aí. Amanhã vai decidir, vai ter assembléia.. Isso é mais difícil, não era para contratar um gerente, foi decidido, nós falamos que não, não, não e o gerente está aí. Falei.. eu mesma falei, ‘agora não é hora de contratar um gerente, olha quanto o gerente vai ganhar!’ – ‘não. Agora é hora’. Daí todo mundo me apoiou e agora está aí, contratou. E eles estão tendo encrenca por causa disso. Que nem ele não entende nada, não sabe nada sobre botão, fica andando para lá e para cá sem fazer nada. A situação nossa não está boa assim, não está sobrando dinheiro”. Nice

As situações retratadas acima são exemplos concretos da desconsideração da opinião dos que supostamente não entendem da administração da cooperativa. A eles é destinado o papel de concordarem com as decisões tomadas por aqueles que, também supostamente, detêm o conhecimento e, conseqüentemente, o poder na cooperativa. Aqui novamente a relação poder-saber está posta.

O exercício de práticas participativas em todos os níveis da organização é o próprio exercício da autogestão. Princípio esse basilar entre as características da Economia Solidária. Ao restringir o papel da assembleia, restringe-se a própria autogestão.

Resgatamos aqui França Filho (2006, p. 298) quando aborda a importância do espaço público de proximidade. Diz o autor: “Em economia solidária, a capacidade de preservar o espaço público de proximidade, isto é, um espaço dedicado à **própria expressão dos participantes que decidem agir para resolver seus problemas comuns**, é, portanto, **importante para o devir da dinâmica coletiva**”(grifo nosso).

Como podemos falar em participação ativa ao nos deparamos com a frase abaixo.

“Não, tem umas pessoas que não é de falar. Tem umas pessoas que é de falar mas aqui na fábrica, em grupinhos, mas chega na hora lá.....Sempre foi assim, sempre foi assim. Porque as pessoas acham que a ideia até é boa mas chega lá e fica com medo de depois ser perseguido”. Nice

“Ser perseguido” significa não ter ganhos financeiros, uma vez que esse tema também é decidido pela diretoria. As retiradas não são igualitárias, sendo, inclusive, possíveis aumentos financeiros individualizados. Ou seja, quando ocorre aumento, o percentual pode ser diferente para cada cooperado. Lembramos que trabalhamos com as informações repassadas pelos entrevistados, não tendo sido verificado o estatuto e regimento do empreendimento. A decisão da forma de pagamento foi tomada em assembleia, seguindo sugestões levadas pela diretoria.

“Não [existência de igualdade nas retiradas financeiras]. O salário é diferente, no começo foi falado ‘é melhor todo mundo ter retirada igual’, mas não aceitaram. ‘não... é porque eu tenho um pouco mais de estudo’, eu tenho uma faculdade’, ‘eu ganhava tanto na D.’. ‘Tá, mas não era hora de abaixar e todos nós ganhar igual e depois ir subindo devagarzinho?’ – ‘Não’. Um quer ter o salário lá em cima....O pessoal aceitou. [...] Ah, tem... tem, bem mais. Que nem o mínimo, R\$650,00 e R\$ 2.200,00. Não, não era para funcionar assim, era para ser igual, se eu pegasse 500,00, todos pegavam 500,00. Ah, vai dar para subir R\$100,00 esse mês... igual. Mas o pessoal [diretoria] não é humilde para isso, não é. [falando sobre as diferenças entre retiradas financeiras mensais entre os cooperados]”. Nice

Aqui vemos uma das formas que a divisão do trabalho intelectual do braçal se expressa concretamente. Pela maior valorização do primeiro frente ao segundo, a diferença se dá objetivamente na forma de diferentes remunerações.

Também aqui cabe o questionamento de outro princípio básico da Economia Solidária - a própria solidariedade. “O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes [...]” (BRASIL, 2004). Na medida que adotam as práticas descritas acima, a exercício da solidariedade é passível de ser desacreditado, pois são contraditórias, ou melhor, incompatíveis com qualquer das dimensões propostas na definição de solidariedade tomada na citação acima.

Durante toda a análise desse item, as relações de poder se destacam e se esgueiram por entre os espaços, sendo vistos nos discursos, nas diferentes valorizações dos saberes, nas assembleias, na definição dos rumos do empreendimento, etc.

Machado (1984) destaca que os poderes, segundo Foucault, não estão localizados em nenhum lugar específico. Não existiriam, portanto, dominados de um lado e dominadores de outro. Todos estão imersos nessas estruturas de poder.

Diz o autor:

Rigorosamente falando, o poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. O que significa dizer que o poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona. E que

funciona como uma maquinaria, como uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas que se dissemina por toda a estrutura social (MACHADO, 1984, p. XIV, grifo do autor).

Consequentemente, a resistência ao poder também ocorre dentro dessa rede relacional. Segundo Machado (1984, p. XIV): “Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder [...]. E como onde há poder há resistência, não existe propriamente o lugar da resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social”.

Um dos momentos de resistência pode ser identificado na atitude e na fala de Nice. A dificuldade em expor publicamente as opiniões na assembleia não é sentida. Segundo ela, fala o que pensa, sem medo das “perseguições” pois é assim que acredita na mudança das relações dentro da cooperativa.

“Porque eu brigo mesmo (risos). Porque tipo assim, que nem, quando acho que tem alguma coisa errada, eu não fico lá na fábrica falando, eu falo para eles lá na sala, quebro o pau lá dentro, ‘é assim, não gosto, é assim, assim assado’. Eles sabem que é com eles que eu falo. Não adianta eu ficar falando para um, para outro, até os contratados ficar escutando coisas que não é para eles, que não devem... Eu falo ‘eu não falo lá em baixo. Eu guardo tudo para falar aqui na hora das reuniões’. Eles querem tipo... ‘não é bem assim...’ – ‘você sabem que estou falando a verdade, que não estou mentindo...’ Então daí quebra o pau, mas depois passa e é a mesma coisa, a amizade é a mesma e pronto.[...] Tem tudo, tem tudo para mais daqui um ano você voltar aqui e ‘nossa!’ eu falar ‘mudou tudo, estamos bem, agora sim!’” Nice

Essa cooperada, por processos de socialização além do trabalho, apresenta uma subjetividade aparentemente diversa, que lhe permite o enfrentamento da situação de debate público, contradizendo as diretrizes impostas pela direção. Mas, pelo menos até o momento, não foi suficiente para alterar a prática da dinâmica da assembleia.

- Conflito de papéis e identidades: entre ser dono/cooperado e ser trabalhador

A dicotomia de papéis dono/trabalhador gera também situações conflituosas e ambíguas nas relações entre os cooperados, melhor dizendo nas relações de hierarquia, que ainda permanecem na empresa. Existem “líderes” que são responsáveis por cada setor. Normalmente são os trabalhadores mais antigos daquele setor. Como “mandar” em alguém que também é dono? Esse aspecto não foi totalmente resolvido na cooperativa. Cooperado, funcionário, dono, contratado, empregado, diretor são muitas as identidades imbricadas na gestão do dia-a-dia do empreendimento. A existência das normas, incluídas no estatuto e regimento, “oficializa” as

providências que tomam em relação aos comportamentos desviantes das mesmas. Mas as contradições permanecem.

“É uma briga todo dia, é complicado. Falam, brigam. Hoje mesmo eu discuti com um **cooperado que é funcionário meu**. Ele chega atrasado todo dia e vai no outro setor atrapalhar o serviço de **um empregado da gente**, e a gente vai chamar a atenção, acha ruim. ‘ah, eu sou dono’. Acha que pode fazer o que quiser, só que tem normas. Toda empresa tem normas. Daí eu falei com ele... conversei a primeira, a segunda e a terceira, na quarta pedi uma advertência para o administrativo dar para ele. [...]Porque antigamente eram os patrões que mandavam você trabalhar e você tinha que trabalhar. ‘oh, você tem que fazer isso aqui, ó’, e você tinha que fazer, se não fizesse... rua, mandava embora. Hoje não. Hoje tenta conversar, amenizar. Contratado mesmo, é a mesma forma, a gente conversa, uma vez, duas vezes, terceira dá uma advertência verbal, vai indo dá a segunda advertência verbal. Vai indo pelo estatuto e pelo regimento interno”. Mariano

O conflito de papéis entre os participantes parece não ser exclusivo dessa cooperativa, uma vez que Albuquerque (1997) aponta a frequência desse conflito, que tem como resultado a reprodução da divisão de trabalho, sendo o papel de “dono” assumido por uns poucos e o de “trabalhadores”, pelos outros, reproduzindo, assim, a estrutura de uma empresa tradicional. Isso é claramente exemplificado nas falas abaixo.

“Essa é uma das nossas dificuldades. Às vezes eles pensam em fazer alguma coisa correta, mas não tem o conhecimento de como administrar. Há uma divisão entre o pessoal da fábrica contra o pessoal do administrativo”. Mariano

“Continuou a mesma divisão. Eu acho que é [pelo] poder, o poder. [falando sobre as relações entre a produção e administração]”. Nice

Quando nos debruçamos sobre os aspectos da organização do trabalho encontrados na cooperativa, somos quase que obrigados a refletir em até que ponto se enquadram nas características daquele que se propõem a fazer parte da Economia Solidária. A divisão trabalho braçal x trabalho intelectual, a separação entre os que planejam e os que executam, com maior atribuição de poder e *status* aos que administram em detrimento daqueles que trabalham no chão de fábrica nos parece permanecer intactas depois de quase sete anos de existência da cooperativa. Essa desigualdade de poder se concretiza nas diferenças salariais, na forma de tomada das decisões, no não conhecimento de todos sobre os acontecimentos que envolvem a empresa, na transformação do espaço que deveria ser para o debate entre iguais, a assembleia, em espaço de silêncio, receio de uns e de imposição de outros.

A divisão que se instaurou entre os cooperados da parte administrativa e os da parte operacional, segundo um entrevistado, foi determinante para que a filha deixasse a cooperativa.

“Eu apoiei [a saída da filha]. Ela chamou eu e disse ‘ah mãe eu vou sair’ – Falei: ‘Faça o que você achar melhor. Acha que deve sair, então saia’. Ela falava. ‘não é justo, chega aí 4:30 e está lá se matando para tirar produção enquanto isso os bonitinhos ficam lá na salinha tomando cafezinho, rindinho, que negócio é esse? Você não é cooperada igual?’. [Isso é] um grande problema. Que nem chega no sábado, precisa vim ... na última lá eu falei para eles ‘não é nós virmos, não é nós ficar escravo dia e noite. Chega no sábado, não tem nada para vocês fazerem aqui, então vocês descem e vão trabalhar na produção’”. Nice

- Vantagens percebidas

Apesar de todos os contratempos e decepções que permeiam a experiência de ‘ser dono’ algumas vantagens são percebidas. Elas se referem essencialmente a maior flexibilidade, melhor ambiente de trabalho e maior estabilidade.

“Ele [filho] tem esperança também, que nem o pai. De que vai melhorar.. porque ele gosta de trabalhar aqui. Todo mundo gosta. O ambiente é bom, isso é uma vantagem [...] Trabalhar aqui é mais gostoso, só que a falta de incentivo é complicado. O governo parece que não está nem aí para as cooperativas.” Mariano

“Teve coisa boas sim..A vantagem é assim. ‘eu preciso ir no médico’ – ‘então está bom, você vai que dia?’, vai mais sossegado, não desconta, se precisar vim sábado eu venho, cobre. Essa é a vantagem, o colégio liga ‘ai, mãe, vem aqui que seu filho... assim, assim’. A gente pode parar tudo e ir ‘oh, estou indo e outra hora explico’, - ‘vai’. Alguém está doente, a gente precisa ir lá. Em uma empresa registrada não é bem assim não. Tem mais liberdade”. Nice

As vantagens aparecem predominantemente ligadas à questão da segurança, proporcionada pelo fato de verem na cooperativa maior estabilidade do trabalho, ou seja, não podem ser despedidos tão facilmente quanto em uma empresa tradicional. Portanto, maior tolerância às faltas e maior domínio sobre o seu tempo de trabalho podem ser exercidos mais livremente e com maior autonomia.

Os dados aqui não diferem dos encontrados por Araújo (2011, p. 99) em pesquisa abrangendo 13 empresas recuperadas do Estado de São Paulo. Em seu levantamento as razões apontadas para continuarem na empresa recuperada assim distribuem-se “a estabilidade obtida na cooperativa, devido a não ameaça de perder o emprego (19%); o fato de gostar do trabalho na fábrica recuperada (15,2%) e o fato de não ter patrão, ter mais liberdade e autonomia (15,2%)”.

Mais uma vez destacamos a presença das questões de segurança/estabilidade, tanto como motivador da instalação da cooperativa, como agora, como vantagem percebida, pois nada aparece além desse aspecto. Vieitez e Dal Ri (2001, p. 37) esclarecem que essa é uma das diferenças entre os trabalhadores assalariados e os que se associam para a formação de uma empresa. Os últimos, segundo os autores, têm “o direito de manter-se como membro da

comunidade de trabalho por todo o tempo de sua vida útil como trabalhador, observadas, evidentemente, a sobrevivência do empreendimento e certas regras coletivamente estabelecidas”. Para os primeiros, essa estabilidade não ocorre, pois estão inseridos no mercado de trabalho, composto por flutuações e mecanismos reguladores de mão-de-obra entre as empresas.

Esperança de futuro

Quando perguntados os motivos de permanecerem na cooperativa, apesar dos problemas que relataram, os entrevistados o sintetizam em um sentimento “esperança”. Baseado na experiência passada, quando a empresa não era cooperativa e obtinha sucesso no ramo de negócios, ele esperam conseguir obter essa condição novamente. Depositam a esperança de conseguirem sanar os problemas administrativos e a falta de ajuda externa, dois dos principais motivos apontados para a falta de sucesso em atingir os resultados que anteriormente eram obtidos pela empresa.

“Tem [futuro]. Eu acredito que sim. Mesmo com todos esses problemas, se nós sentar e resolver, isso aqui tem futuro.. nossa, **dá para ganhar muito dinheiro** ... botão dá dinheiro. (risos) botão dá dinheiro, e como dá. Então falta só se acertarem e sei lá... a administração ser mais humilde, estamos precisando de ajuda nesse negócio, então vamos pedir ajuda”. Nice

“Tem [futuro]. Aqui tem. Porque aqui a qualidade nossa é melhor que o concorrente.. bem melhor. Nós sabemos produzir, fazer o botão. [Falta] Capital de giro...e administrador..é isso, essas duas coisas [...] muita coisa errada, não por incompetência, por não saber administrar. É isso que a gente pecou. A gente poderia estar.. nossa... comprando maquinário novo, poderia estar bem melhor! **Só que a gente não soube administrar e a gente não teve ajuda das pessoas de fora**”. Mariano

Podemos apreender, pelo até agora exposto, que os trabalhadores da cooperativa que se constitui a partir da fábrica recuperada, aqui pesquisada, enfrentam realidades muito semelhantes a outras na mesma situação. Pela história passada, portam uma identidade de trabalho moldada por estratégias de dominação de suas subjetividades desenvolvidas ao longo de sua inserção laboral em empresas tradicionais. Esse ponto se torna mais evidente quando temos alguns indicadores de como eram as relações de trabalho desenvolvidas na empresa originária da cooperativa. Uma empresa em que se “fazia fila para se procurar emprego”, “que valorizava os funcionários”, que “pagava bem e em dia”. Essa estratégia se estendia à família, conforme veremos adiante nos relatos dos jovens. A lembrança das festas e dos brinquedos que ganhavam da empresa em datas comemorativas fez com que muitos deles nutrissem o desejo de serem

futuros trabalhadores da empresa. Podemos supor, então, a existência de uma subjetividade atravessada por tais símbolos. É com essa subjetividade e identidade que comparecem agora como sócio/trabalhadores, donos/funcionários da cooperativa.

Economia Solidária e os filhos

Como dissemos acima, esse grupo vê a cooperativa como um lugar de trabalho para os jovens, desde que seja semelhante ao que era quando empresa tradicional, ou seja, permita bons ganhos financeiros, benefícios similares aos do registro em carteira e que possibilite crescimento profissional. Como possuem o modelo de sucesso anterior como empresa, esse é o objetivo a ser atingido.

“Em teoria é opção [a cooperativa para os jovens] mas tem que funcionar direito. É bem melhor [o ambiente de trabalho].[...] Se fosse desde o começo tudo certinho, daí sim, seria opção para os jovens. Daria para trabalhar totalmente tranquilo... família e tudo. Porque a intenção nossa era essa, colocar familiares, ter sua cota certa para você pegar parente, um, dois, ou três parentes por sócio, seria melhor para todo mundo. No começo a gente imaginava que seria”. Mariano

Quando perguntados o que os filhos pensam sobre sua permanência na cooperativa, dizem que estes também têm esperanças de melhoria da cooperativa. Quando e se isso acontecer acreditam que os filhos podem “herdar” o trabalho dos pais.

“Os filhos.... que nem, tem vez que chego em casa ‘oh, estou saindo, vou ficar em casa, não quero mais...’ daí eles falam ‘você é que sabe, mas eu não daria esse gostinho, você ficou lá tanto tempo, sabe que é só saber trabalhar, é só saber administrar. Então fica’. Eles acham que tenho que ficar, eles também acreditam, eles acham que tenho que ficar e brigar. Mas brigar aqui dentro, pelo certo (risos)”. Nice

Entretanto, mantendo-se as condições atuais da cooperativa, ela não é incluída no projeto de futuro para os filhos.

- A valorização dos estudos

É atribuído ao estudo o fator que vai permitir um futuro melhor para os filhos. É ele que vai permitir “um salário digno”, “um trabalho *light*”, um trabalho que permita a eles obterem o que os pais não conseguiram. Os pais entrevistados apontam a falta de estudo como o fator que

não lhes permitiu uma vida melhor e projetam para os filhos, através do estudo, conseguirem uma melhor condição de vida do que a deles próprios.

“[acabar os estudos] com certeza. E entrar em uma empresa melhor, que ganhe um salário digno. Um salário que dê para ele se manter. [...] Que ele seja digno, trabalhador, como o pai dele sempre foi, e que tenha as coisas dele. **Porque eu nunca tive. Tentei, mas não consegui.** Espero ainda ter, minha casinha própria... Ele tem a motinho dele, graças a Deus, está terminando de pagar. Coisa que o pai dele nunca teve, nem uma bicicleta. Com certeza [uma condição de vida melhor]. **Nunca se envolveu com droga, não bebe, não fuma, é um cara super educado, não tem o que falar mal do meu filho.** Eu, graças a Deus, educação eu dei para os meus filhos, pelo menos isso (risos) porque dinheiro....está meio difícil”. Mariano

“A Maria está estudando ainda. Eu falo para as duas ‘olha, estuda, estuda e mais estuda mesmo. **Porque estudo ninguém tira de vocês, aproveitem**’. Daí a Rafaela é um pouco mais preguiçosa e eu tenho que pegar mais no pé para estudar. Estão lá estudando... vamos ver. [...]Trabalho....que nem eu falo para elas ‘se você quer trabalhar aqui é na administração, você vai trabalhar mas... estuda para você pegar uma coisa mais *light*.[...] ‘Estuda para você ir sabendo, para você fazer as coisas certas’ Isso que espero... Facilitar para elas [...] A R. falou que quer vir trabalhar aqui (risos). Desde os 10 anos.. tive ela na Empresa D., e sempre trazendo, sempre trazendo, pequenininha e ela gosta daqui. E ela fala que quer vir trabalhar aqui e aí eu falo ‘**então você estuda para não ir para a produção.** Você estuda’. Aí ela fala ‘ah mãe, mas eu quero é na produção’. E eu falo ‘ai meu Deus do céu!’ (risos)”. Nice

Aqui vemos a história dos pais sendo referência das expectativas para os filhos. Eles são depositários de esperanças de realizações que não lograram serem obtidas pelos pais. Ciampa (1990), por meio do conceito de identidade pressuposta, esclarece que, mesmo antes de nascer, ao indivíduo, no nosso caso, aos filhos é concedida uma representação. Essa carrega as expectativas que devem ser realizadas pelos filhos que nascem. Nos casos acima, as condições sociais das famílias bem como os valores morais – como, por exemplo, o valor dado ao estudo – já estavam postos quando do nascimento desses filhos. Ao atribuir a eles o objetivo de galgarem melhores condições sociais que podem ser obtidas através de trabalhos considerados melhores que os que possuem, os pais acabam construindo uma representação que irá compor a identidade dos filhos. Nas palavras de Ciampa (1990, p.161):

Antes de nascer, o nascituro já é representado como filho de alguém e essa representação prévia o constitui efetivamente, objetivamente como *filho*, membro de uma determinada família, personagem (preparada para um ator esperado) que entra na história familiar às vezes até mesmo antes da concepção do ator. Posteriormente, essa representação é interiorizada pelo indivíduo, de tal forma que seu processo interno de representação é incorporado na sua objetividade social, como *filho* daquela família.

A fala de Mariano esclarece como sua vida serve como balizador para as expectativas depositadas nos filhos, no que diz respeito à relação entre o estudo e a condição social. Espera

que, ao proporcionar o estudo aos seus filhos, esse seja condição de mudança e ascensão social dos mesmos.

“Muito grande [valor do estudo]! **Eu tiro por mim, que não tive. Aquela vontade de estudar...** eu era preguiçoso para estudar e também não tinha dinheiro. Meu pai e minha mãe também não tinham, era de família pobre. Só minha mãe trabalhava, meu pai só queria saber de farrear. Minha mãe teve cinco filhos. Minha mãe é uma guerreira. Eu perdi um irmão, fez doze ... onze anos agora...O único irmão que ajudava minha mãe em casa. **Ninguém estudou.** Esse meu irmão que morreu foi o que mais estudou.

Tem que estudar! [os filhos].Tenho uma filha, tem dez anos. Foi para a quinta série agora. Graças a Deus ela é mais inteligente que o pai (risos) gosta de estudar, graças a Deus, gosta. [...]O Mauro no começo gostava, mas agora deu...Mas agora estou incentivando ele a voltar. Para arrumar um emprego melhor. **Sem estudo, sem curso a gente não é nada.** Dá para ver aqui... Tudo o quanto é tipo de curso, de área que dê para ter uma renda melhor para ele. **Para ele ter alguma coisa. Porque o pai dele não tem casa própria, não tem nada.** E ele, se Deus quiser, ele vai ter. **Minha filha também, se Deus quiser, vai ter**”. Mariano

6.2 Falam os filhos

Dos cinco jovens entrevistados nesse grupo, quatro trabalhavam na cooperativa à época das entrevistas. Nenhum era cooperado, mas todos eram contratados em regime de CLT. Como já apontamos acima, um ano depois dois já haviam saído.

Entrevistamos os quatro jovens nas dependências da cooperativa, em sala reservada. A quinta jovem, entrevistamos em seu local de trabalho, o setor de classificados de um jornal.

Paula (Pâmela), 23 anos, solteira, trabalha desde os 15 anos, sempre com carteira registrada. Na época da entrevista trabalhava no setor de vendas em grande jornal do Estado. Está cursando Gestão de Negócios e Marketing em instituição privada de ensino superior.

Maria, 23 anos, casada, trabalha desde os 18, trabalha na cooperativa há 3 anos. Cursa o último ano do ensino médio. Parou de estudar quando casou e engravidou, voltando posteriormente.

Mauro, 19 anos, solteiro, trabalha há 3 anos na cooperativa, seu primeiro emprego. Parou de estudar no último ano do ensino médio, não completando-o por não conseguir conciliar trabalho e estudo; optou pelo trabalho.

Mateus, 20 anos, casado, trabalha na cooperativa há 2 anos e meio, sendo seu primeiro emprego. Cursou Ciências Contábeis até o segundo ano, quando parou por desentendimento com professor.

Carina, 20 anos, solteira, trabalha há um ano na cooperativa. Cursava o terceiro ano de Design. Trabalhou durante 2 anos como professora de dança para crianças, sem registro em carteira.

É digno de nota que quatro dos entrevistados disseram que sempre tiveram vontade de trabalhar na empresa pela relação que estabeleceram quando ainda era uma empresa tradicional. Dois fatores parecem contribuir para isso.

O surgimento da cooperativa

A maioria dos pais lá trabalhava há muito tempo, sendo muitas vezes a única empresa que conheciam na qual os pais tinham trabalhado. Outro é o fato que a empresa D. organizava muitas festas frequentadas pelas famílias dos funcionários. Esses fatores parecem ter criado um vínculo entre empresa e as famílias. Recorremos aqui a Habermas (1983) que diz que, no sistema capitalista, o mundo sistêmico vai se infiltrando no mundo da vida, colonizando-o com sua lógica e linguagem. Trazendo o trabalhador e sua família para a convivência nos espaços da empresa, podemos entender que o processo de socialização primária dos jovens, antes primordialmente feita na família, agora, sobre também a influência da socialização, é feita sob os auspícios da empresa, portanto sujeita a seus valores.

“É que na verdade eu sempre tinha vontade [de trabalhar na empresa]. Por causa do meu pai, ele trabalhava aqui, eu conheço a empresa há muito tempo”. Carina

“Eu ia muito na Empresa D. quando era empresa, nas festas. Tinha muita festa, era uma empresa muito boa de se trabalhar. Meu Deus, eu lembro que a gente ganhava no dia das crianças, brinquedo da Estrela. Imagina na época a Estrela era a boneca mais cara que tinha. Para todos os filhos de funcionários... era uma empresa muito assim...”. Paula

No tempo em que a empresa faliu, os pais foram todos despedidos sem receber os direitos trabalhistas de rescisão, e a decisão de assumirem a empresa é recordada pelos filhos como um período difícil, inesperado, incerto.

“Foi isso que aconteceu na minha casa, meu pai tinha uma renda fixa, trabalhava como funcionário, já era, na época, chefe de setor quando a Empresa D. faliu.. não lembro o que ele era, mas tinha um bom salário e aí, quando faliu, meu pai voltou a receber R\$ 400,00- 500,00 – 600,00 por mês. Para sustentar uma casa com 5 pessoas. Então para nós foi muito difícil”. Paula

“Eu vejo as dificuldades que eles passaram e hoje é claro que eles estão melhor. Pelos que eles passaram no começo... a cooperativa no começo. Foi difícil...Passou necessidade.. Eu estava em casa, grávida, nessa época. Meu marido aqui, minha mãe e meu pai! Tudo sem receber... seis meses sem receber.. entendeu.. Foi uma dificuldade bem grande”. Maria

- A inserção dos pais na cooperativa

A versão para a inserção dos pais na cooperativa apresenta os mesmos componentes da versão dos pais, ou seja, a possibilidade de ficar sem emprego. Repete-se aqui as questões de idade avançada e não conseguir outro emprego, comum a maioria dos estudos sobre empresas recuperadas.

“Mas aí o pessoal, na época não foi ficando. A minha mãe ficou firme porque é chão de fábrica. [...] isso.. também...[falta de opção de outro emprego] tem tudo isso. Porque se ela sáísse, na época, abandonasse isso aqui... era a vida dela. Vinte anos aqui, era a vida dela, **não tinha mais nada além disso**”. Maria

“A cooperativa foi, na realidade, uma novidade na nossa vida porque também não era uma coisa que meu pai esperava... **não foi uma opção. Ou ele optava por aquilo.. porque pensa, um cara com 50 anos, na época, acho que ele já tinha quando entrou na cooperativa, ingressar de novo no mercado de trabalho?**” Paula

Relembrando, Lima (2011, p. 24) diz sobre os trabalhadores de empresas recuperadas: “Em grande parte das situações, a média de idade dos trabalhadores é elevada. Em geral, são trabalhadores com bastante tempo de serviço nas fábricas e que permaneceram na cooperativa pelas dificuldades de voltarem ao mercado de trabalho”.

O grau de educação é o fator que analisam como determinante para quem permaneceu ou não na empresa quando ela se transformou em cooperativa. Quem tinha estudo, permanecer significava opção, que não foi adotada por muitos. Quem não tinha, permanecer era a única alternativa, pois não conseguiam outros empregos.

“Na cooperativa não [ficava]. **Quem tinha estudo, na época da Empresa D., não ficava.** Quem tinha conhecimento.. quem tinha assim... como posso explicar... curso, faculdade, não quiseram ficar... a maioria. Acho que ficou.. assim. **Acho que mal e mal tem o 2º grau completo**”. Maria

Significados e sentidos da Economia Solidária

O conhecimento do que seja Economia Solidária é restrito também entre os que trabalham na cooperativa. Sabem dizer sobre o modo de funcionamento do cooperativismo, não o

localizando dentro da Economia Solidária. É interessante notar que o único jovem que não trabalhava na cooperativa parece ter informações mais completas do que os demais.

“Porque também, quando a gente fala ‘economia solidária’ parece que é uma coisa não remunerada, ou é uma participação assim.....mas não é muito que isso, eu vejo assim, do meu ponto de vista, a cooperativa, por exemplo. Eu não tinha muito... aliás eu não tinha nenhuma noção de cooperativa. Quando a Empresa D. faliu, que se tornou a C. que... meu pai sempre foi sindicalista então, qualquer ação sindicalista que fosse do segmento, do setor dele, ele participava. Que eu fui começar a entender um pouco mais. Então o que eu entendo.. eu entendo que a cooperativa é... claro, os funcionários que quiserem ficar e ser voluntários para trabalhar, assumem a empresa, todos se tornam sócios daquela empresa e repartem os lucros. Então, quando a produção cobre os custos e sobra, eles tem salário. Quando a produção não cobre os custos, não tem ou vem uma miséria. Foi isso que aconteceu na minha casa, meu pai tinha uma renda fixa, trabalhava como funcionário, já era, na época, chefe de setor quando a Empresa D. faliu.. não lembro o que ele era, mas tinha um bom salário e aí, quando faliu, meu pai voltou a receber R\$ 400,00- 500,00 – 600,00 por mês. Para sustentar uma casa com 5 pessoas. Então para nós foi muito difícil, porque isso é o ruim do cooperativismo, um dia é certo, outro dia não é, é quase ser um funcionário autônomo. Claro que conforme o mercado vai se estabilizando, que eles foram retomando, vai ficando... mas no começo é ruim. É isso que eu conheço, sei que ela é dirigida pelos funcionários, que é um trabalho democrático, todo mundo tem que decidir, a tomada de decisões é tomada em conjunto, todos participam, é por votação, a maioria vence”. Paula

Os que trabalham diretamente na cooperativa apresentam as seguintes colocações:

“Na verdade entender assim, eu não entendo. Eu só acompanho o que é aqui, a cooperativa mesmo. Só vejo por isso mesmo assim, por como funciona aqui dentro, mas a parte jurídica, que eles vão em audiência eu não sei. Eu acho que é mais esse princípio de ser mais igualitário mesmo, e todas as pessoas poderem colaborar da mesma forma e ainda não tem a lucratividade da mesma forma assim, como é a proposta de dividir tudo e tal, mas...”. Carina

“Aqui dentro já. [ouvido falar de ‘economia solidária’]. [não entendo] nada (risos) nada (risos) são os donos, acho (risos). Nem isso”. Maria

“Para te falar bem a verdade eu não saberia definir isso, mas até onde eu entendo cooperativismo é todo mundo se cooperar, empresas que trabalham em torno de si próprio, esse tipo de coisa”. Mateus

O que leva os que trabalham diretamente na cooperativa e que, em teoria, deveriam estar mais próximos dos princípios que regem esse tipo de empreendimento a não conseguirem reconhecê-los? Podemos levantar aqui dois pontos.

O primeiro refere-se à socialização. A jovem entrevistada que não trabalha na cooperativa é filha de um sindicalista, com história de luta, com papel ativo na transformação da antiga empresa em cooperativa, compondo por um tempo a equipe de administração da cooperativa. A entrevistada relata que existe uma cobrança por parte de seu pai que ela participe mais ativamente do sindicato de sua categoria. Relata conversas na família sobre política e sobre a cooperativa. Percebe-se visão mais otimista e idealizada sobre a Economia Solidária.

Os demais não deixam perceber a existência sistemática dessas discussões em suas famílias.

No segundo ponto podemos inferir que os que participam diretamente do dia-a-dia da cooperativa já possuem uma visão mais realista do funcionamento. Vivenciam as contradições, as divisões entre os subgrupos, as dificuldades. A maioria não manifesta o desejo de se tornar cooperado nessas condições, mas, sim, de permanecer como funcionário, pois só assim teria os benefícios trabalhistas garantidos.

Tomando a fala de um dos cooperados, sociofundador e gerente de produção, relatada por Domingues (2009), em teoria, haveria a preocupação de passar os princípios de funcionamento da cooperativa, compondo a Economia Solidária também para os funcionários, pois eles poderiam vir a serem cooperados. Relata a autora

Eu peço isso de cada líder, não trate como empregado, pois nosso relacionamento é igual. Nós estamos juntos na mesma missão, e **daqui dois anos ele vai virar cooperado também**. Ele tem que ser **doutrinado, como é e como vive uma cooperativa**. Se ele fizer um bom trabalho, com certeza ele será um cooperado. Ele **tem que ser doutrinado a isso, tem que começar a ter conhecimento de cooperativa, o que é uma e como funciona** (fragmento de fala citada por DOMINGUES, 2009, p. 92, grifo nosso).

O prazo de dois anos a que se refere o cooperado é o tempo permitido previsto no regimento interno para uma pessoa ficar contratada, ao término do qual deverá ou ser incorporada à cooperativa como cooperado ou sair da cooperativa. Notamos que entre os jovens entrevistados que trabalhavam na cooperativa, apenas um possuía menos de dois anos de trabalho. Os demais apesar de já terem ultrapassado o limite de tempo imposto pelo regimento continuavam trabalhando como contratados¹⁹.

Chamamos a atenção, na fala reproduzida acima, quando entrevistado diz “tem que ser doutrinado”. Cabe aqui alguns apontamentos. A palavra doutrinar nos remeter tanto ao significado de ensinar como o de catequizar. Supõem, novamente, a existência de duas categorias de saber. As reações de poder estão postas novamente.

Heloani (1997a, p. 149), abordando a necessidade de envolvimento dos trabalhadores nas empresas capitalistas, observa:

¹⁹ Regimento Interno - Artigo 18 – Dos contratados, a cooperativa pode contratar por CLT, prestação de serviço, terceirização, desde que não ultrapasse 06 meses a 02 anos, ficando obrigado a proposta de integração como cooperado, ao termino deste prazo se não houve interesse de uma das partes fica obrigatório à saída da cooperativa.

Se, por um lado, as organizações exigem uma racionalidade quase cartesiana de quem as administra, por outro impõem uma fé quase religiosa por parte dos seus funcionários. Um comportamento típico de seita, de abnegação e identificação total, em que a criatura (trabalhador) se confunde com o criador (empresa), em que o sujeito se mescla com o objeto, a organização e o indivíduo tentam adquirir uma mesma identidade, tentando igualar dois sujeitos intrínseca e historicamente desiguais.

Observar fenômeno parecido nos empreendimentos da Economia Solidária ainda é mais perturbador. Aqui teoricamente não caberia a existência da divisão capital/trabalho. Resultaria desse fato a não necessidade de mecanismos de adesão do trabalhador à cooperativa, pois essa também é de sua propriedade. Porém, vimos que essa relação ainda não se estabeleceu. Mais ainda, vemos outros empreendimentos apresentarem essa mesma contradição. Nakano (2004) observa a mesma palavra sendo utilizada praticamente no mesmo contexto por um dirigente de outra empresa recuperada “Eu acho que no futuro, com o treinamento (Sebrae²⁰, Incubadora e Unisol²¹), **é doutrinando o pessoal**, explicando melhor ao pessoal, dando curso para o pessoal, a gente pode chegar a uma convivência mais fraterna” (J., presidente da T.) (fragmento de fala, grifos nossos.).

A autora apresenta a seguinte análise, com a qual concordamos:

A ideia expressa pelo presidente da T. parece expressar a existência um paradoxo numa empresa solidária, pois, ao esperar que as aprendizagens de uma convivência mais fraterna e da responsabilidade possam acontecer por meio de processos educativos, conduzidos por alguém que sabe mais para alguém que não sabe ou que sabe menos, nos moldes de uma instituição escolar hierarquizada, pode significar a repetição de esquemas que, hoje, estão questionados (NAKANO, 2004, p. 142).

Modos de funcionamento

- Tomada de decisão

Como funcionários contratados os jovens não participam das assembleias ou reuniões. Mas apresentam sua versão de como as decisões são tomadas. Essas são muito próximas às versões apresentadas pelos pais. Relatam que as decisões são tomadas em assembleia, embora muitas vezes já tenham sido tomadas anteriormente pela diretoria e apresentadas apenas para

²⁰ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

²¹ União e Solidariedade das Cooperativas Empreendimentos de Economia Social do Brasil

serem aprovadas pela assembleia. Também percebem a dificuldade das pessoas exporem suas opiniões durante a assembleia, permanecendo em silêncio. Reservam suas opiniões para serem expressas em pequenos grupos. Essa característica já havia sido relatada pelos pais.

“O que vejo eles comentarem, porque na hora do almoço tem bastante comentário. Assim... nos postos, eles dando opinião. Mas na hora da reunião mesmo, na hora de falar, ninguém fala. Aí fica por isso mesmo ‘- ah, tá bom. Então tá bom!’”. Maria

Aqui, novamente, se repete o que observamos em Liboni (2002). A não participação efetiva nas assembleias. Por efetiva entendemos aqui não somente o direito de voto. Cada um, um voto, conforme princípio do cooperativismo. Mas queremos enfatizar o direito a ter voz. A falar e ser ouvido e considerado. Como analisávamos anteriormente:

Perpetua-se aqui a tradição do silêncio, conforme destaca Sennet (apud Pereira 1999), para quem atualmente, a vivência da vida pública se realiza através do silêncio, contrapondo-se com o passado, no qual estar em público associava-se à possibilidade de exposição. Hoje, em público, a atitude é da observação; dar sua opinião em público é substituído por “ficar quieto, esperando o outro falar” ou, então, como observado também nos relatos, falar depois, em particular com o grupo que é considerado íntimo mas preservando-se em público. Destacamos que transparece o sentimento de ser necessário ter “coragem” para falar em público, de expor sua opinião. Então, nessa lógica, muitos, não encontrando coragem, preferem silenciar, que é atitude que não requer investimentos pessoais para a coletividade (LIBONI, 2002, p. 101)

Essa mesma entrevistada apresenta sua não concordância com a situação vivida na cooperativa. Idealiza sua participação na assembleia, com atitude diferente da que observa os demais cooperados adotarem. A atitude idealizada por ela é muito próxima a adotada pela sua mãe, que, como vimos anteriormente, assume atitude ativa nas assembleias, questionando as decisões e demonstra ser apoiada e mesmo cobrada pelos filhos para que mantenha essa postura. A filha, trabalhando na cooperativa, traz as mesmas características subjetivas.

“Eles levam pronto e está decidido! Não está levando para eles decidirem. Está decidido e só está informando: - Ó cooperado vai ser assim, assim, assado. E fica por isso mesmo. Vamos supor... é isso e pronto. Eu acho que se eu fosse cooperada eu já ia falar, eu não ia gostar. ‘- Porque eu 5 e fulano 25. O que ele faz melhor do que eu?’ – ‘O que ele é tão bom quanto eu?’”. Maria

A não participação dos trabalhadores contratados nas assembleias não é problematizada, sendo encarada como natural. Como nos diz o entrevistado abaixo, somente quando tem alguma coisa de “interesse nosso” a participação é requerida.

“Só os cooperados [participam da assembleia ou reuniões]. Só quando tem reunião para nós mesmo, sobre alguma coisa, interesse nosso, aí nós participamos. Mais para informar as coisas”. Mauro

Aos contratados é vetado pelas normas do Regimento Interno a participação em assembleias e reuniões²². Pereira (2011, p 153) relata encontrar situação similar e relaciona esse condicionante com o comprometimento do trabalhador com a cooperativa.

Para a autora:

De fato, a questão do comprometimento com o grupo é contraditória, já que o vínculo que eles possuem com o empreendimento restringe-se à sua função enquanto trabalhador celetista. Cabe ressaltar, neste caso, que o desinteresse do celetista pela cooperativa pode ser explicado na medida em que eles são impedidos, estatutariamente, de participação nos espaços decisórios. Por conseguinte, não há como deduzir se alguns desses celetistas virão a ser incorporados como cooperados e muito menos como será sua relação com a cooperativa, caso isso realmente venha a acontecer.

- As relações hierárquicas

A relação com a hierarquia apresenta aspectos contraditórios. Por um lado, dizem que há chefes, como uma empresa tradicional.

“Tem. Cada setor tem um chefe, um cooperado, que fica cuidando”. Mauro

Por outro lado, dizem que as relações se dão por outros aspectos para além da hierarquia de chefias e funcionários. Ser parente de cooperado ou mesmo ser cooperado é apontado como um diferencial que vai interferir nas consequências a serem impostas a quem faz uma infração.

“Na minha opinião, tem que partir igual dos dois lados. Só que a gente sabe que cooperativa funciona completamente diferente de uma empresa normal. Quando é cooperativa quem manda é quem era funcionário antigamente, então eles tem uma visão completamente diferente do que o cara que tem formação. Que nem aqui, no caso, se acontecer alguma coisa até mesmo comigo, alguma coisa assim do gênero, não vou ser tão punido quanto qualquer outro tipo de funcionário. Eu tenho consciência disso. Eu sou filho dele lá e ele vai me (..) mas tem muitas pessoas aqui dentro que fazem muita coisa errada e não são punidos porque justamente são parentes de alguém...cooperados..... Vamos dizer que isso aqui é igual ao Brasil, todo mundo faz o que quer e não vai ter punição... mais ou menos assim”. Mateus [filho de um cooperado que compõem a diretoria da cooperativa].

²² Artigo 19 - Fica vetada a participação dos contratados nas assembleias e reuniões.

O aspecto positivo ressaltado é dado pelas relações mais igualitárias que os jovens observam na cooperativa. Exemplo disso é dado pela fala a Maria, que já possuía experiência de trabalho anterior ao ingresso na cooperativa, em empresas tradicionais.

“O lado bom de trabalhar em cooperativa... pela minha mãe estar aqui no caso, e ter vários **donos mas ninguém te tratar como dono**. Assim... eu trabalhei na distribuidora e na panificadora e os donos não davam nem bom dia, passavam reto – é empregado, auxiliar e está fazendo o seu serviço e nada mais, é aquilo que é pra você fazer. Aqui não, todos os donos quanto os contratados, os empregados, que somos nós, dão bom dia, tratam normal, todo mundo tem cartão ponto, todo mundo é igual. Se vai usar uniforme, vai usar não importa se é dono ou não. No dia a dia funciona assim. Que nem aqui, se fosse 50 donos mesmo, não cooperados, não cooperativa, vamos dizer que era para usar uniforme azul, que nem na produção eles usam? Não usariam”. Maria

Mas essa não é o único aspecto considerado quando se destacam as relações. Além da divisão entre trabalhadores do chão-de-fábrica e do administrativo, conforme abordado quando da entrevista com os pais, mais uma divisão aparece. A divisão entre cooperados e funcionários contratados. Lembramos que todos os jovens são contratados. Aqui também aparece o fator estudo, ou melhor dizendo, a falta dele, para justificar tal divisão.

Novamente, agora entre os jovens, aparece a maior valorização do trabalho intelectual frente ao braçal, com discutido anteriormente. Mesmo para aqueles que nunca tiveram experiência anterior de trabalho em empresas tradicionais e que, em tese, não foram expostos a essa divisão, aqui a apresentam como justificativa. Podemos supor que esta divisão foi e está sendo vivenciada na cooperativa, o que já tínhamos indicativos pelas entrevistas dos cooperados.

“[...] na verdade quem enche o saco são os cooperados. Não sei o porque. Acho que ... por **baixa escolaridade... não tem.. eu acho, competência para assumir cargo administrativo, gerenciar (...)** daí acho que por isso que fazem esse tipo de coisa. Por exemplo assim....você subiu de cargo.. a fábrica inteira fala. Por exemplo, se aumentou seu salário.. ‘-porque que aumentou o salário? Só porque é filho de cooperado? **Só porque é filho de quem trabalha lá em cima?**’.. esse tipo de comentário”. Mateus [trabalha no setor administrativo da cooperativa, filho de um dos componentes da diretoria]

Repete-se, aqui, agora na fala dos jovens, uma das facetas perversas do modo taylorista da divisão do trabalho, conforme já apontada anteriormente. Na divisão entre os que planejam e os que executam, resulta o desprezo e desconsideração dos últimos pelos primeiros. É imputado uma não consideração pelas suas habilidades e saberes, desqualificando-os quanto à capacidade de tomarem decisões. Solidariedade e coletivo são substituídos por competição e individualismo.

Sendo a cooperativa o primeiro emprego do jovem entrevistado, fica a preocupação e alerta para como os valores do cooperativismo e da Economia Solidária estão sendo transmitidos a esses jovens trabalhadores.

Nardi e Rodrigues (2009), ao analisarem a relação entre competitividade e companheirismo, entre jovens inseridos na nova economia e aqueles inseridos na Economia Solidária apresentam conclusões, a nosso ver, preocupantes. Esses últimos assim como os primeiros, apresentam predominância de valores ligados à competitividade e não ao companheirismo. Para os autores e para nós também isso representa dificuldades para a implantação de princípios básicos da Economia Solidária. Segundo os autores “ideal competitivo se sustenta nos relatos dos/as trabalhadores/as por meio de diferentes justificativas conectadas diretamente ao contexto de trabalho experienciado e a vulnerabilidade social que marcam as trajetórias de vida dos/as participantes dos projetos da economia solidária” (NARDI E RODRIGUES, 2009, p. 62).

Outra contradição é apontada pela seguinte fala:

“Aqui não tem muitos bons trabalhadores não. Eu acho. Mais entre cooperado, que eles ficam.. **só porque é cooperado tem direito de ficar andando... sem fazer nada e deixa os contratados fazerem.** A princípio trabalhariam igual, mas tem uns que não aceitam, que não trabalham, trabalham pouco..Ninguém fala nada. Eu tento falar, mas falo só para minha chefe, que ela é cooperada. **Ela também vê que a pessoa não trabalha, não faz nada e não adianta. [...]** Com os funcionários, não pensavam duas vezes, era demissão. [...]ah... eu acho que é! [é diferente ser cooperado e ser funcionário]. Os **cooperados ficam mais na mordomia...**” Mauro

Ao mesmo tempo que falam que os cooperados têm mais vantagens, ou, nas suas palavras, “mais mordomia” retratada pela maior liberdade que possuem, pelo menor compromisso e cobrança de trabalhos, por outro lado dizem que não gostariam de ser cooperados, pois não veem vantagens. Essa contradição é explicada por eles pela condição de cooperado não possuir registro em carteira. Essa situação é vista como instável e desvantajosa frente aos funcionários.

As diferenças também são sentidas no que se refere ao tipo de consequência para os atos que contradizem as normas da cooperativa. Segundo diz Mauro, há clima de “fofoca” e competição entre os cooperados resultando em desentendimentos. Na sua visão, caso isso ocorresse entre os contratados haveria punição, o que não ocorre quando os envolvidos são cooperados.

“Nós achamos estranho, entre os próprios cooperados brigando entre eles mesmos, discutindo... daí em vez de dar uma punição para eles... Acho que tem medo de dar punição. Eu penso assim, se fosse com nós, discutindo com algum cooperado, era punição, mandava embora. Com eles não, já é diferente”. Mauro

- A política salarial

A permanência da diferenciação salarial é apontada também como um fator de insatisfação do ponto de vista dos jovens, cujos pais trabalham na produção. Conforme apontamos anteriormente, a política salarial é a concretização da divisão entre trabalho braçal e trabalho intelectual, com a maior valorização do último.

“Igual... que poderia ter sido isso. É mil [reais], então é mil para todo mundo. É R\$ 1.500,00, então é 1.500 para todo mundo. Eu acho, no meu ponto de vista, que seria o correto.[...] Não é justo. O presidente no caso, com a moça que fica escolhendo botão. Entendeu?... ela é cooperada.... Nos primeiros 6 meses aqui foi difícil, comeram batata cozida, pousavam na portaria... noites pousando aqui.. entendeu? Todo mundo que hoje em dia é cooperado passou por isso. Então não é justo um ganhar 3 mil e quem está escolhendo botão no chão da fábrica ou limpando o chão da fábrica, ganhar 800 reais. Isso eu acho um pouco errado também. Por exemplo, se eu fosse virar cooperada agora eu não ia virar ganhando mil reais. Eu ia virar cooperada ganhando o que? R\$600,00 – R\$700,00. Então, se for para ganhar isso eu prefiro ficar com minha carteira registrada. É o que eu penso”. Maria

A diferença entre administrativo e produção, bem como entre cooperados e contratados também transparece quando um dos entrevistados justifica por que não considerava a cooperativa um bom lugar para ele trabalhar, pois seu pai e seu tio já trabalhavam nela e essas relações acabavam por interferir no dia-a-dia. Inclusive nas decisões sobre os salários.

“Por exemplo assim....você subiu de cargo.. a fábrica inteira fala. Por exemplo, se aumentou seu salário.. ‘- porque que aumentou o salário? Só porque é filho de cooperado? Só porque é filho de quem trabalha lá em cima?’.. esse tipo de comentário”. Mateus [pai compõem diretoria administrativa]

Parece não haver política salarial definida, nem para os contratados, nem para os cooperados. Essa falta de transparência gera conflitos, tanto entre os cooperados como com os contratados, conforme pode se observado na fala acima e confirmado abaixo.

“Vamos supor, no fim do ano...assim, quando eles tem reajuste no salário deles [cooperados], é diferente, não é dez por cento para todo mundo. Uns é 25, outros é 20, outro é 15, outro é 10, outro é cinco”. Maria

- Vantagens: motivos para permanecer na cooperativa

Dentre as vantagens que consideram em trabalhar na cooperativa aparecem a maior flexibilidade de horário, menor risco de perder seu emprego e relações mais igualitárias entre os trabalhadores.

O aspecto positivo destacado pelos jovens é a maior flexibilidade e apoio encontrado na cooperativa. Quem possui experiência em outras empresas pontua esse ponto como positivo no trabalho na cooperativa, pois não encontraram isso nos trabalhos anteriores. Poder sair mais cedo, ou mesmo faltar quando necessário, sem estarem sujeitos à perda do emprego, é visto como vantagem no trabalho da cooperativa.

“Eles são bem tranquilos nessa área.. e um lado bom é que eu sei que se eu precisar de alguma coisa eles dão a maior força também. Assim.. se você precisar de dinheiro para alguma coisa, ou precisar sair mais cedo, ou precisar de uns dias para resolver alguma coisa, eles entendem bastante. Não é porque você faltou hoje que amanhã eles vão te mandar embora. Que as empresas normal tem muito disso. Porque tá, a minha neném ficou doente hoje.. preciso ir embora... empresa normal fala ‘tá, vai..’, mas amanhã ou depois, na primeira oportunidade vão te mandar embora. Aqui não, aqui eles entendem...perguntam se melhorou e tudo mais. Então é uma diferença assim... boa”. Maria

A estabilidade muitas vezes é vista como o principal motivo da permanência do jovem na cooperativa, apesar dos problemas apontados. É ela que justifica a não busca por outro trabalho representando diferencial positivo frente às empresas tradicionais.

“Eu acho que deve ser bem diferente. Acho que na empresa tradicional, teu chefe pode pegar no seu pé mesmo, pode fazer.... Qualquer coisa que você faz aqui, é diferente... aqui todo mundo olha comenta, fala ‘olha, só fica andando, não sei o que, não sei o que’ e não mandam embora, só falam. Se fosse outro, mandavam para rua logo, falavam que tava enrolando, não sei o que. [...] **Acho que é bem diferente [das empresas tradicionais]. Esse que é o meu medo de me empregar, trabalhar e eles me mandam embora.** ... aqui é todo mundo conhecido”. Mauro

Novamente, o que transparece como motivo não está de modo algum relacionado ao modo de organização do trabalho, envolvendo a solidariedade, maior igualdade, não exploração do trabalhador, fatores que deveria diferenciar uma empresa de autogestão na Economia Solidária. A segurança é o grande mote para justificar a permanência. O medo de ser mandado embora de outra empresa faz com que permaneça na cooperativa, mesmo dizendo que a possibilidade de crescimento profissional é limitada.

Economia Solidária como projeto de futuro

A experiência que já possuem no trabalho junto à cooperativa, mesmo que como contratados, concomitante com a experiência de seus pais como cooperados, compõe um dos cenários a partir do qual respondem à hipótese de ser a cooperativa projeto de trabalho futuro para eles.

Quando perguntados se para esses jovens esse tipo de trabalho seria alternativa de projeto futuro, a resposta fica condicionada à existência dos benefícios que são proporcionados pelo trabalho registrado. A existência ou não de tais benefícios é condicionante para considerarem a cooperativa como possível local de desenvolvimento de sua vida laboral. A Economia Solidária como possibilidade de futuro profissional é dada pela identificação e comparação com o tipo de trabalho que, para eles, é fator de desejo, ou seja, possuir registro em carteira.

“Carteira assinada... (rindo) os cooperados não tem carteira assinada, esse é o lado ruim para os cooperados, eu acho. Porque um dia, se minha mãe precisar, ela não vai ter provar que ela trabalhou aqui. Meu marido quando saiu ele não recebeu e ele era cooperado, entendeu? Essa é desvantagem de cooperado, eu não gostaria de sair daqui, de virar cooperado, por causa disso. Não é o meu desejo [herdar as cotas mãe], por não ter a carteira assinada, porque eu sei que na hora de uma aposentadoria, isso pesa muito, se você precisar de qualquer coisa isso vai contar bastante”. Maria

Essa é a condição que permite poder pensar a longo prazo, tanto em planejamento de sua vida, como em relação à sua aposentadoria. Não tendo tais condições, apesar das vantagens apontadas, como maior estabilidade, melhores relações de trabalho, maior flexibilidade, maior respeito entre as pessoas, não são condições suficientes para suprir o desejo de trabalharem com a carteira assinada. Aqui também a ênfase é dada sobre o aspecto econômico e não sobre as características do trabalho.

“Não, acho que não ser [uma alternativa para os jovens em termos de futuro profissional]. Por causa desses itens. A não ser ... só se eles pagam ISS, tudo certinho. Aí sim. [...] Meu marido saiu daqui, ele não recebeu nada, foi encostado pelo INSS, por causa de problema e constou esse tempo que ele estava parado, que ele não estava trabalhando. Esse período de 3 anos que ele trabalhou aqui, foi mal para ele, pois esse tempo ele não entrou com o FGTS, INSS no caso...[...]. Imagina, minha mãe saiu daqui depois e também não vai ter direito à nada. [...] Isso [pontos ruins da cooperativa] não ter a segurança que tem, que tem a carteira registrada. Se não der assim.....como vou dizer....benefícios ou uma proposta.. não é meu sonho”. Maria

No texto de Domingues (2009) nos deparamos com a fala de uma trabalhadora por ela entrevistada que, pelo que percebemos das características apresentadas, pode vir a ser a mesma

jovem aqui entrevistada. Ambos os nomes são fictícios, mas os demais dados nos permitem tal inferência. Consideramos aqui relevante essa observação pela divergência nas falas apresentadas nas duas entrevistas. Conforme visto na fala acima, a jovem diz não ser seu projeto de futuro o trabalho na cooperativa, como está hoje. Somente se puderem ter as mesmas condições do registro em carteira seria interessante. Na fala apresentada por Domingues (2009, p. 94) aparece o desejo de se tornar cooperada sendo que o apresenta como um sonho de infância, conforme podemos ver:

Eu dou a nota máxima para a cooperativa. Eu quero virar cooperada com certeza. Sonho em virar uma cooperada porque quando eu era criança era um sonho, trabalhar na mesma empresa que minha mãe trabalhava. Eu falava mãe, quero trabalhar na sua empresa, mas nunca imaginei isso acontecer mesmo, e aconteceu comigo. Imagino eu cooperada e um dia minha filha vir trabalhar nessa cooperativa
(Noísa, 22 anos, trabalhadora contratada – assistente de venda).

A autora acima citada apresenta o seguinte comentário sobre a fala: “A possibilidade de se tornar uma cooperada cria perspectivas em relação o próprio futuro, foi o que demonstrou Noísa. Ela também faz uma avaliação positiva da C²³, expressando a afinidade que tem pela história da instituição” (DOMINGUES, 2009, p. 94).

Mais um fato nos chama a atenção na história profissional dessa jovem na cooperativa. É ela que, ao retornarmos para a entrevista com os pais, tinha se demitido da cooperativa conforme relato de sua mãe. E o motivo alegado foi o assistir às diferenças construídas entre os cooperados da administração e os do chão de fábrica, com as quais não concordava. Nas palavras de sua mãe:

“Ela falava. ‘Não, não pode ficar assim’.[...] ‘não é justo, chega aí 4:30 e está lá se matando para tirar produção enquanto isso os bonitinhos ficam lá na salinha tomando cafezinho, rindinho, que negócio é esse? Você não é cooperada igual?’ Ela questionava”. Nice

Ainda, segundo as informações de sua mãe, a jovem estava trabalhando em uma empresa financeira. **“Foi melhor para ela”**.

Ao acompanharmos o desenrolar da trajetória de Maria, por meio dessas entrevistas, podemos sugerir um processo de desencantamento com a experiência na cooperativa. Do desejo inicial de ser cooperada, passando pela expressão de que preferia permanecer como funcionária contratada culminando com a saída da cooperativa.

²³ Omitimos a denominação real da cooperativa da citação uma vez que optamos pelo sigilo nos nomes das empresas dos participantes da pesquisa

O sonho de infância, trabalhar na empresa em que a mãe trabalhava, se concretiza no trabalho da cooperativa. Porém, podemos supor que esse sonho era embasado pela imagem que a empresa anterior carregava. Como vimos anteriormente, ela era vista como uma ótima empresa, proporcionando bons salários, festas familiares, e mesmo, nas palavras dos antigos trabalhadores, “tinha fila na porta para trabalhar aqui”, “dava *status* trabalhar aqui”.

Lembramos aqui o papel do trabalho na constituição da identidade (CIAMPA, 1989, 1990; DUBAR, 1997). Os autores apontam que, embora não exclusivo, o trabalho desempenha quase sempre papel fundamental na constituição da identidade.

Supomos que ser filho/filha de quem trabalhava na empresa também era visto como sinal de *status*, pois, como informou outra entrevistada, nas festas ganhavam “brinquedo da Estrela”, brinquedos considerados por ela os melhores e mais caros, demonstrando que possuí-los era uma informação que os diferenciava das demais crianças que não tinham tais brinquedos, pois os pais não trabalhavam na referida empresa. Para Ciampa (1989, p. 64) “O conhecimento de si é dado pelo reconhecimento recíproco dos indivíduos identificados através de determinado grupo social que existe objetivamente, com sua história, suas tradições, suas normas, seus interesses, etc.”.

É com essa realidade internalizada que Maria se insere na cooperativa como funcionária contratada, mas com a intenção de ser cooperada. Tal como para os pais a realidade não se mostrou tão otimista como supunha. A expectativa de terem as mesmas ou melhores condições de trabalho não se concretiza. Ser funcionária contratada da cooperativa não mais produz uma identidade relacionada a pertencer a um grupo diferenciado pelo *status* conferido. Ao vivenciar objetivamente a realidade de “ser cooperado” não mais se projeta como objetivo a ser alcançado. Prefere permanecer com a identidade de funcionária contratada, pois somente assim mantém “certo *status*”, ou seja, ter os benefícios trabalhistas. A identidade de cooperado é agora pautada, por um lado, por maior liberdade e autonomia, mas, por outro lado, por não ter carteira assinada e, conseqüentemente, férias, décimo-terceiro salário, contribuição para o INSS. Junto a isso vieram os conflitos entre os cooperados dos setores de administração e chão de fábrica, a manutenção das diferenças salariais, o poder de uns cooperados sobre os outros. Ao presenciar essa realidade, Maria opta por deixar a cooperativa.

Em contraponto a isso, outra jovem entrevistada aponta que trabalhar no que é seu é um grande fator que motivaria a pensar na cooperativa como projeto de vida laboral.

“Pretendo na mesma área, já está encaminhada. [Continuar trabalhar na cooperativa depois que se formar] [...] Porque eu acho assim... apesar de todas as dificuldades é uma coisa que te incentiva mais a trabalhar, saber que é uma coisa sua, que pode ser sua, que nem no meu caso aqui, meu pai trabalha aqui, então, quando ele sair, todas as ações dele para mim”. Carina

Registramos que, quando retornamos à cooperativa para a entrevista com os pais, essa jovem também tinha deixado a cooperativa, porém não dispomos de informações sobre a motivação e circunstâncias em que esse fato ocorreu.

Quem não possui essa experiência de convívio no dia-a-dia da cooperativa também forma sua concepção com o conhecimento que possui através da experiência de seu pai, pela experiência de trabalho e pelo projeto que possui para sua vida profissional.

Para essa outra entrevistada o trabalho em empreendimentos de Economia Solidária poder ser uma alternativa para os jovens, porém ressalta que não se inclui nesse meio. A justificativa é possuir um bom emprego em uma empresa de comunicação. Por esse motivo também acredita que o pai não cogitou de convidá-la para trabalhar na cooperativa.

“Eu sempre estive muito bem dentro da G. , então acho que ele nunca me faria uma proposta de risco, por exemplo. **Porque lá é incerto.** É maior, com certeza é maior [o risco]. Então, tipo, ‘não posso tirar minha filha de um algo que ela está certo..’ ele sabe que eu sempre quis fazer carreira em comunicação, então para mim é muito bom estar aqui dentro. **Acho que ele nunca me convidaria.** [...] **Sim, mas não para mim** [possibilidade de trabalho na economia solidária]. Eu acho que é uma possibilidade boa, por isso que eu falo, as pessoas tem que parar de achar, tipo assim, ‘ai meu Deus, não tem trabalho no mercado então vou virar cooperado. Me chamaram para trabalhar lá’, **porque na cooperativa é mais fácil a contratação, o processo é mais fácil.**[...]. Só que as pessoas precisam entender que aí é a mesma coisa que ser **um profissional liberal. Ele é diferente de empregado. Eu sou uma empregada, eu tenho registro, tenho vínculo empregatício**”. Paula [falando sobre a possibilidade de trabalhar em empreendimento de Economia Solidária]

A Economia Solidária aparece novamente como sendo vista como proposta de risco; portanto, quem se arriscaria seriam aqueles que não têm nada a perder. Para o jovem que já conseguiu inserção “numa grande empresa”, “que tem uma carreira”, a troca é uma opção de risco, pela qual não está disposta a “se arriscar”, pois, no seu entendimento, tem muito a perder. Uma subjetividade que não está propensa à rebeldia, como nos aponta Antunes (1995). Um exemplo nos é fornecido por Paula, pois vê a Economia Solidária como possibilidade justamente para aqueles jovens que, por algum motivo, não conseguiram se inserir no mercado de trabalho formal. Ficando expostos ao desemprego, teriam-na como opção.

CAPÍTULO 7

A NEGAÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA

O terceiro grupo é formado por pais e filhos que não veem a Economia Solidária como projeto de futuro.

Falas como **“Acho que não. Por causa do futuro deles, aqui não tem futuro nenhum”** (mãe respondendo se considerava a Economia Solidária opção para os jovens); ou **“ para mim, eu vejo como um ‘não futuro’. Vejo que é um coisa que para mim não tem futuro”** (jovem, respondendo sobre considerar a Economia Solidária como opção de trabalho), são indicativos de a Economia Solidária ser como não viável para os jovens. Aqui também, como no grupo anterior, o fator “não ter carteira assinada” é um dos principais pontos discutidos por eles para justificar sua posição.

Veremos que os pais e filhos que se enquadram nesse rol são basicamente os que pertencem aos ramos de reciclagem, artesanato e alimentos, representados nessa pesquisa pelos empreendimentos A, B, C, E, F e H. Todos estão inseridos em incubadoras ligadas às universidades estaduais ou a órgãos governamentais de incentivo à Economia Solidária.

São empreendimentos que congregam menor número de integrantes, sendo o menor com três e o maior com trinta e cinco. Grande parte ainda são grupos informais, não se constituindo nem em cooperativas, nem associações, em virtude de não possuírem número mínimo de participantes para se constituírem como tal.

A realidade aqui encontrada reflete a vista no mapeamento realizado pelo Senaes (2007) por meio do Atlas da Economia Solidária que apurou que 65% dos empreendimentos eram representados por grupos informais.

Outra característica vista nesse grupo é a forte presença feminina. Aliás, cabe aqui um esclarecimento. No primeiro parágrafo desse item falamos em “pais e filhos”, seguindo o padronizado para a pesquisa. Mas cabe ressaltar que, nesse grupo, todos os entrevistados adultos/pais são mães, mulheres que participam do empreendimento. Apesar de não termos o número exato de homens e mulheres em cada empreendimento, pois não prevíamos o recorte da questão de gênero, nas visitas aos empreendimentos e nas entrevistas foi possível verificar a predominância de mulheres, ao contrário do constatado nos dois grupos anteriormente discutidos.

Araújo e Durães (2010, p. 18) chamam a atenção para esse dado, relacionando a predominância de mulheres em empreendimentos informais. Quanto ao ramo de atividade, esses são assim distribuídos, dentre aqueles informais: 45% de empreendimentos de reciclagem, 71% de costura, 36% de calçados e 73% no de alimentação. Dessa análise concluem os autores:

Isto significa que além de uma segmentação por gênero estar presente na economia solidária, de forma a caracterizar setores predominantemente femininos ou masculinos, as mesmas desigualdades de gênero, presentes no mercado de trabalho se reproduzem nos empreendimentos desse movimento, na medida em que as mulheres estão inseridas nos pequenos grupos informais, com menos de 10 cooperados, com maior dificuldade de sobreviver ou manter-se ao longo do tempo e mesmo de assegurar uma remuneração aos seus membros.

Quanto à distribuição entre homens e mulheres, quando se considera a totalidade de participantes, os homens representam 63% e as mulheres 37%. Contudo, sua presença é maior nos tipos de atividades representados nesse grupo. Na reciclagem a porcentagem de mulheres chega a 59%. Leite (2011a, p. 47) argumenta que, provavelmente, isso se justifica pela característica de serem as mulheres a maior parcela da população pobre e sujeita à vulnerabilidade social, com menor grau de qualificação, sobre quem recai a maior responsabilidade com os trabalhos de reprodução e, conseqüentemente, configura-se em um grupo com grandes dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

No mesmo sentido, Araújo e Durães (2010, p. 18) trazem a seguinte conclusão:

O que vemos, portanto, é que mesmo no movimento da economia solidária persiste para a maioria das trabalhadoras nele envolvidas as condições da informalidade: baixa remuneração, precariedade das condições de trabalho, instabilidade dos vínculos e total ausência de direitos trabalhistas e de proteção social.

É nesse cenário social que se encontram inseridos os empreendimentos desse grupo. Portanto, não causa nenhum estranhamento os pesquisados adultos serem exclusivamente mulheres, com baixos rendimentos, sem proteção previdenciária, vindos de uma realidade social marcada pela vulnerabilidade e exclusão, no qual a baixa escolaridade é quase regra. Esses dados apenas refletem a realidade enfrentada no seu dia-a-dia.

Dentre as contradições e limites da Economia Solidária como opção de trabalho aos jovens, acreditamos que esse grupo explicita o que os dois anteriores somente indicam. Dito de outro modo, é nesse grupo que se escancara o risco da permanência da precariedade do trabalho,

que pode marcar um empreendimento da Economia Solidária, contudo é ao mesmo tempo revelador das possibilidades de desenvolvimento pessoal, de novas vivências e saberes, enfim, de novas identidades.

Veremos que aqui estão expostos sentimentos ambivalentes, que vão da vergonha ao orgulho, da humilhação ao resgate da autoestima. Desvela as possibilidades mas também os limites desse tipo de produção.

Damos voz inicialmente às mães, integrantes dos empreendimentos.

7.1 Falam as mães

A realização das entrevistas com as mulheres que compõem esse grupo foi marcada por momentos de emoção, que não podemos deixar de registrar. Três das entrevistadas, Magali e Nora, e Teodora, no decorrer de suas entrevistas se emocionaram, quando relembavam sua trajetória de vida e de seus filhos. Duas foram as entrevistas mais longas de toda a pesquisa, extrapolando os temas perguntados, mas sem dúvida, importantes naquele momento. Cada uma com a sua história, suas dores e suas vitórias. Cada uma dando um significado diferente à experiência de trabalho no empreendimento da Economia Solidária, mas, em comum, o simples fato de se fazerem ouvidas parece ter significado ao mesmo tempo um desabafo e um sinal de valorização. Achamos importante deixar registrado esse momento.

Histórico de trabalho

Nesse grupo os entrevistados são todas mulheres, aos empreendimentos A, B, E e H. Duas delas possuem em seu histórico trabalho anterior com registro em carteira.

Amélia (Ana), 50 anos, estudou até a 4ª série do ensino fundamental, trabalhou durante oito anos em uma grande cooperativa agropecuária da região. Saiu do emprego em virtude de prática da empresa, de demitir os funcionários e recontratá-los com cargo e salário menor. Ela justifica não ter voltado à empresa por estar cansada de trabalhar no turno noturno.

“Não... na Cocamar é o seguinte, o pessoal que tinha promoção foi mandado tudo embora. Então aí gente pegava 6 meses de seguro desemprego e aí podia voltar porque não foi mandado embora por motivo nenhum, voltava como ajudante geral. A maioria do pessoal voltou. Só que eu aí, com oito anos e meio trabalhando, trabalhava a noite, falei ‘não vou não, por enquanto’ fui ficando....entrei na cooperativa e não voltei mais”. Amélia

O receio apresentado por jovens do segundo grupo, quando justificavam a sua permanência na cooperativa em virtude da estabilidade proporcionada, ou seja, por medo trabalhar em uma empresa tradicional e ser despedido a qualquer momento, encontra respaldo na situação relatada por Amélia. O risco de ser demitido é real e pode acontecer a qualquer momento, enquanto no empreendimento de Economia Solidária esse risco é minimizado.

Amélia foi trabalhar na coleta de materiais no antigo lixão de Maringá, onde ela e seu marido coletavam e vendiam material reciclável. Com o boato de fechamento do lixão e da formação da cooperativa de reciclagem, optou por nela ingressar. Durante nove anos trabalhou no empreendimento A, quando saiu trabalhou por três meses em fábrica de sacolas plásticas. Em virtude do fechamento da empresa, perdeu o emprego e voltou a trabalhar em cooperativa de reciclados.

Magali, 36 anos, é formada em Pedagogia. Trabalha no empreendimento há seis anos. Antes ainda da sua formatura, ingressou na carreira do magistério, ao passar em concurso para professor celetista em cidade do estado de São Paulo, onde trabalhava e estudava, concluindo assim seu curso. Por problemas de saúde na família teve que retornar à cidade de origem. Não conseguiu mais trabalhos na área de formação. É digno de nota que a trajetória de Magali é singular dentro do universo de entrevistados. Enquanto dois possuíam no máximo o ensino médio completo e três nunca haviam frequentado a escola, Magali é a única a possuir ensino superior.

Mas isso não foi condição suficiente para permitir a trajetória sonhada e idealizada. Esta foi vivida por um curto período de tempo, conforme veremos adiante. Diz Magali:

“Eu comecei [o curso de pedagogia], aqui na UEL (Universidade Estadual de Londrina) aí eu passei num concurso lá em Assis e fui trabalhar lá. Mas assim, concurso entre aspas porque foi professora celetista. Como aqui eu não estava tendo oportunidade eu fui para lá. Aí terminei lá, fiz dois anos lá, nesse período eu já estava trabalhando. Aí eu tive um problema grave de família e tive que voltar. Foi onde fiquei desempregada. Aí eu não conseguia mais arrumar emprego. Eu entregava currículo aqui, ou o meu currículo era de mais, ou era de menos ou não tinha tanta experiência quanto precisava, ou... foi assim. Só sei que eu batalhei bastante, onde você imaginar eu entreguei currículo, para professora e até para outras coisas que foram aparecendo eu fui entregando e não deu certo”. Magali

O tempo que obteve êxito em exercer o trabalho de professora é trazido à tona constantemente durante a entrevista. É a referência de sucesso da Magali-guerreira-professora, que, apesar de não ter mais espaço em sua prática diária, é base para todas as demais atividades que se dispõem a fazer e, assim, representa a esperança de futuro, de voltar a “ser professora”.

“Eu mostro minhas fotos quando eu trabalhava em Assis. Eu ganhei até um prêmio de melhor professora do ano, dentro da educação infantil, então para mim é um orgulho grande, dentro de tudo isso, de batalhar mesmo...[...] Então deu certo. Os meus alunos tiveram um prêmio de redação, os cinco prêmios foram os meus alunos, da minha sala. Isso para mim já é uma grande vitória. **Hoje eu estou aqui mas sei que lá eu fiz e quem sabe no futuro eu possa fazer.** [...] Porque eu nunca descartei essa possibilidade [voltar a ensinar], eu sempre falei, desde o primeiro ano que eu estava no grupo. Eu até falei para um repórter que veio fazer um trabalho com o grupo, ‘tudo isso que estou fazendo, é o que pretendo voltar para a sala de aula’. Magali

Ciampa (1990) nos lembra que, ao falarmos de identidade, usamos muitas vezes proposições substantivas ao invés de verbais. Na fala de Magali a personagem professora persiste, mesmo que não mais exerça a atividade de ensinar. É a Magali-professora que se apresenta aos demais e espera ser assim conhecida, dizendo melhor, ser reconhecida. “Pelo fato já mencionado de interiorizarmos o que é predicado, a atividade coisifica-se sob a forma de uma *personagem* que subsiste independente da atividade que a engendrou e que a deveria sustentar (Severino é lavrador, mas já não lavra)” (CIAMPA, 1990, p. 133).

A personagem Magali-artesã-da-economia-solidária não é apresentada, ou melhor, reapresentada por ela, mesmo que seja sua atividade nos últimos seis anos. **“Hoje eu estou aqui, mas sei que lá eu fiz e quem sabe no futuro eu possa fazer”**. Há negação da identidade ligada ao *status* atual. São personagens que não parecem coexistirem ou se sucederem. Há uma conservação da identidade Magali-professora-que-não-mais-ensina. É a referencia da sua história passada, sendo ao mesmo tempo a esperança do futuro. O tempo presente parece suspenso. O que era, o que é, o que vai ser. À pergunta “o que era e ao que vai ser” consegue responder, se reconhecendo por meio da identidade relacionada ao ser professora/ensinar; ao tempo presente não encontra representação que responda à pergunta “o que é?”.

Consideramos Magali como figura emblemática quando analisamos em que condições objetivas e subjetivas estão submetidas essas trabalhadoras. Quando ela sinaliza que “aqui não é o meu lugar” demonstra preconceito com a atividade. Podemos inferir que acha que está sendo desprezada. Embora não admita certos aspectos da ordem mais subjetiva, ela se vê como um potencial desperdiçado. Quando ela assim o faz, ela acaba por colocar numa posição pouco louvável o próprio processo de cooperativa. Porque quando da sua fala podemos subentender “eu não mereço, eu sou um desperdício em relação à cooperativa”, equivale a achar que a cooperativa não está a sua altura.

Constrói-se assim uma hierarquização. Supõe-se a existência de pessoas capazes de se inserirem em uma empresa tradicional, capitalista e outras que, pelas suas deficiências – educacionais, sociais, pessoais – ou pela sua pouca proatividade, encontram um lugar mais protegido, os empreendimentos de economia solidária.

Magali fala com saudades do tempo em que podia exercer sua personagem professora-guerreira, mas também foi tempo de sentir uma das facetas perversas das relações de trabalho. Apresenta o ambiente de competição que permeava as relações entre os colegas de trabalho, muitas vezes sentindo-se “roubada” por aqueles que consideravam amigos.

“E sem orientação, com as pessoas passando a perna, eu fui buscar. ‘filha, às vezes a mãe dava ideias, porque a mãe fala demais, a mãe dava ideia... aquela empolgação... ‘vamos, vamos’, achando que era amigo, porque na minha visão todo mundo era amigo para mim sabe, então passavam a perna na mãe. Quando a mãe foi percebendo sozinha isso, o que que a mãe fez, foi buscando mais fazer as coisas, não escondendo, mas deixar as ideias para a mãe. A mãe não vai morrer com essas ideias mas passava para os alunos’”. Magali [relatando a experiência tendo a filha como interlocutora].

Enquanto Amélia e Magali apresentavam histórico de trabalho formal, as demais nunca haviam trabalhado com registrado em carteira, sendo que as três em algum momento haviam exercido o serviço de empregada doméstica.

Teodora, 40 anos, nunca estudou. Quando da entrevista havia se desligado do empreendimento A, indo para outro, do mesmo ramo em município vizinho. Nele trabalhavam seu marido, dois filhos, ambos casados, e um irmão. Nunca havia exercido trabalho remunerado anteriormente, somente por breve período como empregada doméstica, experiência que não lhe agradou.

“Eu nunca trabalhei para ninguém. Mas assim... quando meu menino era pequeno, tinha dois anos, fui trabalhar em uma casa e tinha uma noção. Chega lá.. ‘você faz isso, faz aquilo’”. Teodora

Trajetória parecida possui Mabel, 43 anos, nunca frequentou a escola. Trabalha no empreendimento G, há aproximadamente cinco anos. Também possui breve experiência de trabalho como doméstica.

“Quando eu mudei para a cidade, aí eu trabalhei um mês de doméstica. Daí não gostei, se eu tivesse ficado, até teria acostumado. Daí eu falava **‘vou fazer o mesmo serviço que eu faço em casa na casa dos outros, e bem mais puxado que na minha casa..’** daí não me habituei não”. Mabel

Nora, 49 anos, estudou até a 6ª série do ensino médio. Sua vida profissional se inicia com o término de seu casamento e a necessidade de sustentar sua casa. Trabalhou como empregada doméstica e vendedora autônoma de lingerie. Está no empreendimento E desde o início, ou seja, quatro anos.

“Eu comecei a trabalhar de diarista, porque meu casamento já estava assim fracassando e eu comecei a notar que o pai dos meus filhos foi se distanciando, já comecei a passar dificuldade, necessidade. Daí eu parti para trabalhar de diarista, mas antes eu já tinha feito curso de pintura em tecido, pintura em tela[...]. E comecei a vender lingerie. Só que o serviço de **diarista ele é muito cansativo e eu comecei a ter dor no braço, no ombro, então eu tive que diminuir minhas diárias e partir para vender lingerie**. Mas mesmo assim eu tinha que andar, porque poucas pessoas vinham até minha casa para comprar, então eu tinha que sair para falar do meu trabalho, que eu estava vendendo, até que, nessa mesma época eu comecei a fazer um curso de pintura em tela aqui no CRAS²⁴ e depois comecei a fazer de biscoit, massa de biscoit, que eu queria fazer artesanato”. Nora

A carga de trabalho, a relação de mando entre a patroa e a empregada, o tipo de trabalho exercido são alguns dos componentes que despontam nesses relatos que levam à uma recusa do trabalho como empregada doméstica, preterindo-o pelo trabalho nos empreendimentos de Economia Solidária.

A Inserção na Economia Solidária

Encontramos aqui basicamente dois tipos de trajetórias que levaram as entrevistadas a se inserirem em empreendimentos da Economia Solidária.

O primeiro se mostra como resultado da falta de opção frente a outras possibilidades de inserção laboral. A falta de estudo é aqui novamente apontada como o principal impeditivo para conseguirem empregos, restando a elas formas alternativas de trabalho.

“Eu trabalhava no lixão. Eu trabalhei 3 anos lá no lixão, só que meu marido tinha um caminhão a gente comprava material reciclado, a gente não catava. Aí falaram que ia formar a cooperativa. Aí eu fui lá para a cooperativa. Meu marido ficou acho que quase um ano ainda lá, sozinho, mas sozinho é complicado. No começo nós éramos em 4, depois meus filhos já saíram porque arrumaram serviço de firma. Eu achei [melhor ir para a cooperativa] porque a conversa era que o lixão ia fechar. Ainda ficou uns dois anos aberto, mas aí falavam que vai fechar e formar a cooperativa.. no começo eles falavam que ia dar muito dinheiro, por causa do meio ambiente. E como a gente precisava trabalhar e precisava do dinheiro falei ‘então vamos juntar os dois e ir’. [...] porque na cooperativa pensa assim ‘ah, é mexer com lixo, não precisa de estudo, é serviço para qualquer um, porque nós começamos foi assim... ah, nós está aqui na cooperativa porque não temos capacidade de entrar numa firma’. Eu mesma achava isso e falava e pensava... Não tem estudo, a pessoa já tem uma certa idade, então.. é difícil arrumar serviço numa firma”. Amélia

²⁴ Centro de Referência de Assistência Social

“Eu estava desempregada, tinha acabado de chegar de São Paulo, foi uma oportunidade. Fui direto para a cooperativa. Eu conhecia as pessoas que trabalhavam lá. Moravam na mesma cidade que eu moro, em Paçandu, fui lá, precisavam de gente e eu comecei a trabalhar lá”. Teodora

Um segundo grupo é formado por aquelas que, a princípio, não viam a atividade como trabalho e, sim, como atividade paralela, um hobby ou passatempo, que visava mais a uma distração do que a um trabalho que gerasse renda. Com o passar do tempo essa atividade passa a ser vista como trabalho e, como tal, passível de gerar renda, embora nem sempre isso ocorra.

“Foi quando surgiu a L., falando que a gente podia fazer papel, ganhava um dinheirinho, distraía um pouco a cabeça, daí eu, sem entender muito.. ‘ah, não estou fazendo nada mesmo’ e comecei a trabalhar com elas. Depois nós fizemos curso e aprendemos mais”. Mabel

“A gente viu o grupo A. fazendo papel e a gente se interessou em saber como fazia. Então, como eu falei para você, que eu vim por problemas de saúde da família, foi onde minha mãe necessitou .. para ela, com teve derrame, foi uma terapia. Foi onde eu entrei, mas eu entrei junto com minha mãe, para ajudar minha mãe. Foi onde a gente gostou.... Foi onde eu entrei, foi mais por curiosidade mesmo e foi pela necessidade de ajudar minha mãe porque ela falou assim ‘ah, fica comigo, fico com vergonha de ficar sozinha!’ Aí eu entrei, aí fui tomando gosto. Aí eu queria sair ‘mãe, chegou a hora de eu sair’, ‘não! Fica comigo’. Nesse ‘fica comigo’ eu fui ficando, fui ficando e também nesse período que eu estava eu não consegui mesmo.. as pessoas perguntavam ‘**ah, acha que você não conseguiu emprego!**?’ eu falo ‘por Deus, eu já corri muito, as amigas que sabem, eu não consigo, não sei o que acontece mas eu não consigo emprego. Não é por discriminação, por nada não. Porque graças a Deus meu currículo é bom, batalhei muito, lutei muito. É porque.. não sei.... não consigo mesmo. E eu estou aqui mesmo por causa da minha mãe”. Magali

“E foi aqui no CRAS, onde o A., que era coordenador do CRAS, ele entrou na sala onde a gente estava fazendo a massa de biscoito e falou sobre o projeto da economia solidária. [...] Daí eu falei ‘nossa, acho que vou entrar nessa, é o que eu quero para mim, alimentos’ [...] Começamos a procurar sobre economia solidária, **daí a gente começou a ter reuniões, mas eram muitas reuniões**, e eu continuei ainda com a minha diária e com a lingerie. Só que aí eu cheguei até a desanimar, porque eu precisava de dinheiro, eu tenho filhos, e antes eram menores ainda e eu tinha que batalhar de qualquer jeito. Mas eu não desisti, cheguei a desanimar um pouco mas eu disse ‘vou continuar’ e **tinha reuniões e reuniões e a gente falava uma para a outra ‘meu Deus, mais reunião de novo!’**. Nós começamos lá na casa da M., que é o caseiro que cuida desse espaço. Começamos lá, eu me lembro que eu tinha R\$ 5,00 para começar, as outras... uma levou um litro de óleo, um pacote de farinha, era o que a gente tinha em casa. A gente falou assim ‘ vamos ficar esperando essas reuniões, reuniões, quando isso...’ Aí começamos. Começamos a produzir, mas dinheiro para levar para casa não tinha. A gente saía porta a porta, com sol. Tinha tarde que nós voltávamos para casa queimada, com o rosto, braços tudo queimado. Até hoje a gente lembra assim... sabe, como uma coisa que era muito boa, era muito sacrificado, muito cansativo, mas quando a gente voltava para casa, ia somar o que a gente tinha vendido, mas não sobrava pagamento para ninguém. Eu acho que só depois de 3, 6 meses que eu fui pegar sabe quanto de pagamento? R\$ 35,00. Eu pequei, eu me lembro até hoje R\$35,00, que era o que podia ser dividido. E foi assim, o pessoal começou a conhecer a gente ali”. Nora

Esse último exemplo nos mostra a urgência demonstrada pela trabalhadora em obter fontes alternativas de renda. Sem dúvida, são tempos diferentes os apresentados pelas trabalhadoras e o tempo da instituição de apoio. Ter “reuniões e reuniões” é apresentado como fator de angústia em um cenário onde a própria sobrevivência é ameaçada. Em face a isso, as

trabalhadoras iniciaram a produção de alimentos antecipando-se à formação oficial do grupo. Utilizaram-se do conhecimento que já possuíam, receitas de família, as habilidades de uma componente em fazer pão. A entrevistada ressalta as dificuldades do início, mas, ao mesmo tempo, como um período que traz lembranças boas.

Não foi a primeira vez que nos deparamos com essa situação de um certo “saudosismo” dos tempos iniciais, mesclando lembranças boas e as dificuldades enfrentadas. Em Liboni (2002, p. 77) também registramos esse sentimento quando recordavam o início do empreendimento. Embora pautado por enormes dificuldades, a lembrança que relataram não as enfatizavam e, sim, o sentimento de união e luta que vivenciaram. Relatávamos então:

Quando ouvimos os entrevistados narrarem tais fatos, a impressão que tivemos foi de falarem com “saudades” e certo orgulho desse tempo, obviamente não com saudades da situação econômica e social absolutamente precária em que se encontravam, na qual a própria sobrevivência estava em risco, mas saudades daquele sentimento de união entre eles.

As expectativas e idealizações iniciais de como seria o trabalho nos empreendimentos da Economia Solidária, confrontados com a realidade enfrentada pelos trabalhadores no curso de funcionamento do empreendimento até o momento, forneceram um panorama sobre esperanças e desesperanças. Esse é um forte componente do modo em que não veem a Economia Solidária como possibilidade de trabalho futuro para os filhos.

- A Idealização defronta-se com a realidade

A idealização de melhorias significativas de renda, traduzidas em melhoria na qualidade de vida, é comum aos entrevistados. “Ser patrão” compõe o ideário de melhores ganhos financeiros, menos trabalho ou, pelo menos, um trabalho menos pesado, e um futuro melhor. A fala da Nora é exemplo de como foi a passagem entre o ideal para o real. A expectativa que encontramos nesse grupo é a mesma observada nos trabalhadores que compõem o empreendimento que se formou a partir da falência da empresa em que trabalhavam, vistos no segundo grupo, demonstrando a força da idealização do “ser patrão”.

“Olha, a gente pensava assim... ‘economia solidária ...a gente esperava muito e rápido’. Vamos lá trabalhar na casa da M. e depois a gente vem aqui e começa a trabalhar aqui ... já vai dar dinheiro... Então gente esperava isso, ganhar dinheiro rápido, mas não é assim”. Nora

Mas não só de decepções foi construída a vivência nos empreendimentos da Economia Solidária. Para essa população, normalmente excluída socialmente e culturalmente, as possibilidades abertas foram também portadoras de aspectos positivos. Três aspectos se destacam. O “trabalhar sem ser mandado”, ou seja, a autonomia, as melhores condições de trabalho e o reconhecimento de se verem capazes de realizar projetos que até então pareciam impossíveis.

O primeiro aspecto, trabalhar sem o controle de outro, é valorizado pelas entrevistadas que tiveram essencialmente experiência de trabalho como doméstica.

“Eu achava que ia ser bom porque, **quando você trabalha na casa de uma pessoa tem gente te mandando, dando ordem ali**. Aqui todo mundo trabalha igual, não tem ninguém mandando em você, você faz seu serviço, no fim do mês é dividido todo mundo igual. Eu gosto por causa disso.. até hoje (risos). Não tem ninguém me mandando.[...]. Aqui não, eu chego, sei qual é o meu serviço, não tem ninguém mandando, eu gosto por isso”. Teodora

O trabalho de empregada doméstica é, historicamente, pautado por relações de desigualdade e poder sobre o outro. No entender de Ferreira (2010, p. 349) “um tema caro às trabalhadoras domésticas é poder desempenhar seu trabalho sem a vigilância constante das patroas”. As relações de poder implicadas nesse trabalho fazem com que:

Mandar e obedecer são pontos tensos da relação entre trabalhadoras domésticas e patroas. Se a patroa manda, a trabalhadora pode sentir como um desconhecimento ou um desrespeito à sua capacidade, ao seu saber-fazer. É preciso considerar as relações de poder presentes no âmbito doméstico, que patroas e trabalhadoras exercem seus poderes, quotidianamente. Assim mandar fazer tanto pode significar a necessidade de uma tarefa, como pode ser um meio da patroa mostrar quem está no comando (FERREIRA, 2010, p. 352)

O trabalho no empreendimento de Economia Solidária, para muitas dessas mulheres, é a primeira oportunidade de experimentarem o mínimo de autonomia, sem a subordinação à uma patroa.

Além do aspecto de maior autonomia, visto acima, valorizado pelas mulheres que vivenciaram o trabalho como domésticas, o fator das condições de trabalho é ressaltado por quem vivenciou o trabalho de coleta no depósito de lixo, dito lixão (ver Anexo 1).

Esta melhoria é valorizada em comparação com a condição anterior de trabalho. Não é de se admirar tal constatação, uma vez que se pense nas adversidades ali enfrentadas. Embora considerando esse aspecto como melhoria, se observa aqui também desilusão quando analisado o

aspecto financeiro. O ganho financeiro é considerado como uma expectativa frustrada, pois a promessa de melhores ganhos não se confirmou para todos, o que resultou na desistência de muitos pela nova forma de trabalho.

“Achava que ia ser melhor [a cooperativa]. Numa parte foi e na outra não. Porque a gente ganhava bem mais lá no lixão. Já na cooperativa...caiu quase uns 90% o salário! A vantagem é que é sombra, almoçava na hora certa, comia comida quente. Lá no lixão você sabe... principalmente a parte de alimentação era difícil para a gente. Mesmo que a gente escondesse, fosse para um lugar bem distante, mas era muita mosca... o cheiro. Quando estava de chuva aquele barro era terrível, quando estava sol... a poeira. Lá era difícil, lá a gente ganhava bem, só que sofria bastante... o sofrimento lá... só quem já trabalhou lá mesmo para ver”. Amélia

Ainda referindo-se ao enfrentamento da realidade, podemos apreender das análises um terceiro aspecto. A descoberta de que eram capazes de realizações e, como consequência, obter o reconhecimento social dos demais.

A demonstração, na prática, que poderiam melhorar os produtos e, por meio disso, a manifestação de capacidade dos trabalhadores em se aprimorar, em aprender novos saberes, é apontada como ponto de comparação com a realidade anterior, na qual não se acreditavam capazes.

“Estou dizendo para você.. começou a ser um trabalho a partir do momento que a gente viu que era capaz de ir além do que a gente estava fazendo. Então, quando eles foram mostrando, a gente ia melhorando, ia fazendo. A gente mesmo ia vendo o que estava...que poderia melhorar.. então foi isso que a incubadora trouxe. A gente poderia ir além daquilo. ‘Nossa, vocês são capazes. Não é só empresa, não é só firma que faz’. Porque se tivesse em uma empresa teria que fazer a mesma coisa. Então foi isso que eles mostraram para a gente. Que a gente é capaz, de ir além, melhorar os produtos, ter um produto de qualidade sem precisar buscar outros meios. Nós mesmos temos a capacidade de ir além”. Magali

“Aí a I. apareceu um dia e nós falamos assim, ‘vamos preparar uma mesa, com tudo o que a gente souber fazer nós vamos preparar e colocar lá’. Era um dia de reunião, e quando ela chegou... Ela não acreditou quando viu o que a gente estava fazendo já, e vendendo. Ela até tirou foto, ela ficou muito feliz mesmo, eu acho que não demorou muito ela conseguiu um fomento, num valor de R\$ 3.000,00”. Nora

“Nossa! Vocês são capazes”; “Ela não acreditou no que viu, tirou até foto!”. Esses fragmentos tirados das falas acima denotam a importância, especialmente para essas mulheres, do reconhecimento do outro como componente constituidor de suas identidades (BERGER e LUKMANN, 1985, GOFFMAN, 1980). Ao submeterem seu trabalho à avaliação do outro, por extensão se submetem também, como sujeitos, à avaliação do outro.

Heloani e Uchida (2007, p. 192) ao abordarem o tema da identidade segundo Dejours, afirmam:

[A identidade] É construída na relação com o outro, no processo de alteridade. O julgamento, nesse sentido, é capital, e diz respeito ao trabalho e não ao sujeito, sobre o fazer e não o ser. O fazer, por seu lado, envia ao ter, isto é, à posse do saber-fazer, do *métier*, das regras, etc. O julgamento sinaliza, somente em um segundo momento, para o reconhecimento do ser.

Vivenciaram a descoberta de um outro eu, agora capaz, ativo. Têm suas ideias aceitas e comparecem diante do outro com algo positivo a ser mostrado e reconhecido. Passam a se reconhecer como sujeitos.

Magali já havia experienciado essa relação quando era a Magali-professora-guerreira e era reconhecida como tal. Quando esse fazer se extingue, é através da atividade na Economia Solidária que consegue recompor esse reconhecimento. Precário ainda, que não a satisfaz frente à identidade que a definia anteriormente e que tanto lutou por obter, mas que, em contrapartida, a livra da identidade de desempregada.

Nora consegue esse reconhecimento público pela primeira vez, após, como ela diz, do “fracasso de seu casamento”. Antes “ser invisível dentro de casa”, agora o reconhecimento como sujeitos, que podem falar e, falando, são ouvidas.

Nesse sentido, a apropriação do espaço público é discutido Jacques (2004, p. 124) citando Arendt (1997) na constituição da “condição humana”:

Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida inteiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ser ouvido por outros, privado da relação ‘objetiva’ com eles (...) o homem privado não se dá a conhecer e portanto é como se não existisse. O que quer que faça permanece sem importância ou consequência para os outros e o que tem importância para ele é desprovido de interesse para os outros.

Existir para os outros - nos parece ser essa a condição proporcionada a essas mulheres quando expressam os sentimentos de capacidade, de orgulho do que conseguiram, mesmo enfrentado todas as adversidades.

Para o entendimento de como esse modo de trabalho pode proporcionar essa mudança na vida dessas mulheres, devemos conhecer como se dão as relações de trabalho e o modo de funcionamento desses empreendimentos, tema que retratamos a seguir.

Modos de Funcionamento

- Tomada de decisões

O modo de tomada de decisões e a participação nas reuniões/assembleias nos parecem serem práticas que permitiram a construção de um espaço público para as entrevistadas. Ter voz e ser ouvida é experimentado nesse espaço.

As decisões são tomadas em assembleias ou reuniões, em três empreendimentos. Provavelmente por serem grupos menores, os relatos demonstram uma maior tranquilidade nesse procedimento. Aqui o espaço para falar, expor sua opinião, ao contrário do empreendimento H, parece acessível a todas.

“A gente chega aqui de manhã, cada um vai fazer uma coisa e depois junta e vai fazer o mesmo serviço. Nós conversamos .. tranquilo, as decisões todo mundo toma junto. Por exemplo, se eu não concordar eu vou falar ‘ah não... isso não vai.. eles concordam’”. Mabel

“Aqui todo mundo [decide]. Tem que se reunir, todo mundo... se tem um pão que foi feito num peso menor, tem que chamar todo mundo para ver por quanto vai ser vendido aquele pão. Se tem uma reunião, tem que tomar decisão quem vai, se a gente concorda, se vai todo mundo e fecha aqui. Tudo, tudo tudo, nas compras, tudo o que a gente compra, tudo”. Nora

Nesses momentos podemos ver a formação de um coletivo, no sentido dado por Dejours, citado por Heloani e Uchida (2007, p. 193):

Para Dejours (1997), o processo de constituição da identidade ao passar pelo julgamento e pelo reconhecimento do outro, implica na construção do coletivo do trabalho. Não se deve confundir o coletivo com o grupo. O coletivo é mais que o grupo, pois o que o define é a construção de regras e ofícios que vão nortear as relações interpessoais e de trabalho.[...] Ora, para a criação desse coletivo é necessário estabelecer relações de confiança sem as quais não haverá possibilidade de uma pessoa se submeter ao julgamento do outro, e, no limite, trabalhar de forma cooperativa. O coletivo depende então de um espaço, um espaço público em que ocorra a livre circulação da palavra. Os atos de linguagem ou as ações comunicativas requerem que haja um espaço democrático para que sua expressão flua livremente.

A concretização desse espaço possível para a fala, ao propiciar a essas mulheres a vivência do julgamento e reconhecimento do outro, além de proporcionar a constituição de novas possíveis identidades, também se estabelece como condição o provimento da relação trabalho e saúde mental. Antevemos, aqui, indícios de uma organização de trabalho que propicia a participação do trabalhador na decisão sobre seu trabalho. O trabalho prescrito fica mais próximo

do trabalho real. Nessas condições de liberdade - liberdade para fazer seu trabalho, liberdade de falar sobre ele - a relação trabalho e prazer é possível.

Reinach e Galeão-Silva (2011, p. 81), ao analisarem uma cooperativa constituída exclusivamente por mulheres que também vivenciam esse espaço no qual a fala é permitida, onde há participação de todas nas decisões, apontam para um espaço de ação comunicativa, pelo qual é possível a superação de reprodução de ocorrência de humilhações.

No que diz respeito às retiradas financeiras, ou as sobras, estas são repartidas igualmente entre os participantes dos empreendimentos desse grupo, com exceção de um, o empreendimento B. Esse ponto não parece gerar muitos conflitos, embora haja constante comparação como as vivências anteriores.

“Eu acho que esse negócio de cooperativa... uns trabalham mais, outros trabalham menos...vendendo material aqui para Maringá... e lá no lixão não. Lá era cada um para si. Tinha gente que ganhava muito dinheiro e tinha gente que ia lá e não fazia nada. E na cooperativa continuaram a mesma coisa, **enquanto um trabalhava bastante, o outro trabalhava menos e chegava no final e todo mês recebia tudo igual**. A parte mais difícil foi essa uma, porque pagamento da gente caiu muito.. essa é a desvantagem”. Amélia

Habitadas ao sistema meritocrático, com diferenciação salarial, seja por diferenças de quantidade ou horas de trabalho despendido, de sexo, de níveis de saberes, etc. ocorre certo estranhamento inicial frente a essa forma de distribuição da remuneração.

Não é observado somente o estranhamento frente à remuneração. Não estão familiarizados também com as novas formas de relações de poder, mais horizontais. Dentre os empreendimentos que seguem os pressupostos ditados pela prática da Economia Solidária - e esses são diferentes da empresa tradicional - a comparação entre os dois tipos de trabalho traz questionamentos. As relações mais igualitárias de poder e hierarquia, traduzidas pela distribuição de poder entre todos os trabalhadores, ainda é visto com estranheza, tanto pelo trabalhador como pelos membros de sua família ou comunidade. Quando aborda a essa característica em sua fala, Nora deixa clara a comparação com as empresas tradicionais.

“A diferença é que aqui todo mundo tem que mandar, já são os princípios da economia solidária, e lá não. Numa empresa tem uma pessoa para mandar, a gente fala mandar, mas hoje dia a gente fala... é mandar mesmo. Mas a diferença que eu vejo é que no nosso grupo não tem esse negócio de uma pessoa só mandar. **Olha, todo mundo fala para a gente que isso não está certo. Que tem que ter uma pessoa para mandar. Ah, as pessoas... até meu filho fala, comenta ‘mãe, tem que ter uma pessoa para mandar nesse negócio’ porque acontece algumas coisas aqui e aí eu conto para ele. E ele fala ‘ah mãe, não dá certo isso, não pode todo mundo mandar’**, porque aqui você tem que aprender a fazer tudo. Porque eu

tenho que aprender e não ficar passando para outra, mas todo mundo fala que tem que ter um ...para mandar”. Nora

Repete-se aqui mais um indicador da naturalização da realidade. As relações de mando, pressupondo hierarquização de diferentes conhecimentos, é posta novamente. Não estamos falando aqui da existência de uma liderança, conforme Veronese (2008). Falamos de hierarquização das relações sociais. Em um mundo hierarquizado como o que vivemos no capitalismo, experienciamos desde nossa socialização primária, passando pela secundária, essa construção social e a apreendemos como legítima nas relações. São normas e valores, tanto pessoais quanto sociais que nos levam a aprendermos a obedecer, primeiramente aos pais, depois aos professores, chefes, ou seja, a qualquer papel que represente uma autoridade. Quando esse papel não se apresenta, ou se apresenta de outra forma que não a instituída, os cooperados ressentem-se dessa lacuna. Os demais que não pertencem ao empreendimento reforçam esse estranhamento, qualificando esse fator como possível causador de fracasso do empreendimento, **“não dá certo isso, não pode todo mundo mandar”**.

Se relações mais horizontais são pressupostos da Economia Solidária, também o é a transparência das decisões e o conhecimento por todos das transações do empreendimento. Quando essa não ocorre, acaba por gerar um sentimento de exclusão. Isso posto, ocorre a instalação de desconfiança entre as pessoas.

Amélia nos fala da diferença entre a época em que a incubadora acompanhava o dia-a-dia do empreendimento, no início de seu funcionamento, em comparação ao período no qual esse acompanhamento já não era tão sistemático.

“Ultimamente também tinha [falta de transparência nas decisões], que no começo a gente tinha muita ajuda da universidade. Então tinha sempre reunião, explicando o que tinha que fazer.. agora no final, a Unitrabalho já tinha se afastado um pouco, mais era o L. Não tinha mais tanta reunião e a gente não já não estava sabendo de mais nada. Você via aquelas cargas de material saindo e chegava no final do mês recebia aquela mixaria de pagamento. Então ultimamente, foi por isso que a gente foi desanimando”. Amélia

Aqui parece não terem sido plenamente desenvolvidas as relações de confiança necessária, segundo Dejours (1997) citado por Heloani e Uchida (2005), para a pessoa se submeter ao julgamento do outro, possibilitando dessa forma, o trabalho coletivo.

Outro aspecto merece ser analisado nesse recorte. Como já foi sinalizado quando abordado o papel dos apoiadores no grupo referente à empresa recuperada, aqui também cabe o

que nos lembra Gaiger (2004). O autor apresenta o desafio de não se desenvolverem situações de tutela dos agentes de apoio aos empreendimentos. Para Qüijano (2002), quando esses agentes se afastam muitos dos empreendimentos estes, ou não sobrevivem, ou tornam-se empresas capitalistas.

Já Holzmann (2009, p. 11) apresenta crítica mais contundente sobre essa relação. Segundo a autora:

Revela-se, no meu entender, uma prática tutelada por agentes externos, intelectuais cuja visão das vantagens do trabalho associativo e da superioridade das relações em que este se assenta sobre as relações construídas no mundo do trabalho heterônomo devem ser repassadas aos trabalhadores e por eles apropriadas. É a ação de agentes externos que tem assegurado a formação e continuidade de empreendimentos solidários, ação desenvolvida em instâncias governamentais ou no âmbito de organizações da sociedade civil, ou até mesmo por alguns indivíduos sem respaldo institucional. No entanto, a ação desses agentes não tem propiciado, até agora, o pleno exercício da autonomia, mantendo muitos dos empreendimentos sob sua tutela.

Voltando aos conflitos constatados, julgamos que a falta do estabelecimento de relações de confiança, conforme preconizados por Dejours (1997), citado por Heloani e Uchida (2007), resultam igualmente em conflitos interpessoais. Esses se expressam concretamente em “fofocas”, em “inveja”, diferenças de aplicações das regras, dentre outros apontados pelas entrevistadas. São Teodora e Amélia que nos dão exemplos dessas situações.

“Igual hoje mesmo, vai ter uma reunião, conversar. Chama e conversa, porque eles não são assim, de chegar e falar. Junta ali numa turminha ‘ti-ti-ti-ti’, junta outra turminha ‘ti-ti-ti-ti’. Aí quando chega aqui vem um, vem o outro... aí você não sabe em quem que acredita, qual que é a verdade. Aí meu irmão fica doido. Aí o A. pega e fala ‘não... deixa, vamos marcar uma reunião e aí cada um fala, o outro fala’ para ver se resolve. Uns dias, fica assim, você chega e fica até contente né! Mas dali a pouco está voltando tudo para trás de novo. Aí falam assim ‘ah, é porque fulano está com inveja de mim’ ‘ah, porque o fulano está fazendo não sei o que’. Não sabe assim pensar... que é para o bem de todos né. Para eles não, já está querendo fazer mal... Tem pessoa que já trabalhou em cooperativa mas... aqueles que já trabalharam é que está dando mais dor de cabeça. Aqueles que não trabalharam está mais sossegado”. Teodora

“Tem a administração, que podia tomar providência, mas tem caso que toma providência, tem caso que não. E aí estraga, porque você chama a atenção de uma pessoa, aí a outra pessoa vai e faz a mesma coisa e já não chama a atenção... Às vezes é mais chegadoinho, às vezes é uma pessoa mais estúpida e já fica meio ... assim para chamar a atenção da pessoa.... cooperativa é complicado (risos). Não é fácil.” Amélia [falando sobre as diferenças nas consequências dos atos de diferentes cooperados]

Seguindo uma visão de que cabe exclusivamente à administração resolver os assuntos, parece ser usual a delegação de responsabilidades para os que representam esse poder. A representação de identidade dono x trabalhador, juntos em um mesmo indivíduo, parece ainda

não ser o mote do relacionamento nos empreendimentos. É uma figura nova, nomeado de cooperado, trabalhador associado, sócio trabalhador, enfim, que na teoria é facilmente descrito. É aquele que é, ao mesmo tempo, trabalhador e dono dos meios de produção. Na prática essa identidade tem se mostrado mais difícil de ser construída e consolidada. Frente a esse fato, não é de se estranhar a dificuldade em repassar esse sentido aos demais, como, por exemplo, aos filhos. Privados de conhecer/reconhecer/viver seu papel, como transmiti-lo aos demais?

Cristoffoli (2010, p. 38-39) esclarece:

Como a evolução tende a se dar com base nas contradições que surgem do próprio processo, os coletivos e dentro deles os indivíduos se obrigam a evoluir quando são colocados *frente ao espelho*. Esse espelho pode ser a crítica e a autocrítica dos companheiros de caminhada, ou dos aliados externos ao grupo, ou mesmo partir dos conflitos que emergem dos processos internos de decisão, de trabalho, dos efeitos da competição econômica, etc. Muitos desses processos se dão de forma enviesada e não estão sendo percebidos. No entanto, apesar do longo tempo de existência das experiências coletivas mais antigas, falta uma análise mais aprofundada que identifique a evolução das estruturas ideológicas do grupo social, o que aponta para interessantes questões de pesquisa na área da psicologia social.

É fato que a construção dessa nova identidade não se dará sem grande investimento subjetivo. Confrontando diferenças e semelhanças, questionando a “natureza das coisas”, julgando e se sendo julgado, se reconhecendo como produtor e produto da realidade, essa constituição será possível. Porém, a força ideológica do capitalismo e a colonização da subjetividade direciona o olhar, direciona o sentir. E assim o fazendo, denota a dificuldade em se romper o que Ciampa (1990) definiu como “má infinidade”.

Outro momento em é possível vislumbrar essa “colonização” é o sentido que o trabalho assalariado assumiu. Aqui também se repete o encontrado nos grupos anteriores quanto às desvantagens sentidas pelos trabalhadores. A principal é a falta do registro em carteira, portador de sentidos de segurança e inclusão social, tanto para os que já o experimentaram no passado, como para quem nunca o vivenciou.

Segundo Castel (1998), estamos vivendo uma época de crise na forma do trabalho que caracterizou o século XX, o emprego assalariado, forma essa que durante muito tempo foi considerada indigna e miserável, condição daquele indivíduo que não possuía mais nada, a não ser a sua força de trabalho, que podia ser vendida a alguém. Hoje, quando a forma de trabalho assalariado se impôs como a forma central de trabalho, ele subitamente diminui e corre o risco de desaparecer, o que é vivido como um drama para grande número de pessoas no mundo todo.

“Ah, lá era bem melhor [no emprego anterior]. Ah, lá a gente era registrado, você vê eu fiquei nove anos lá no empreendimento A, e saí sem nada. Sem registro...hoje em dia estou com problema de saúde, não tem registro, pouco tempo para aposentar e não tem o INSS pago. Lá a cooperativa pagou um ano e parou. Então se eu estivesse numa firma, eu já teria 16-17 anos de INSS pago.[...] Eles [marido e filhos] falam para mim arrumar outro serviço ou então pagar o INSS. Que era o que a gente devia ter feito desde o começo. Só pensa a hora que precisa. Você vê, eu vou fazer uma cirurgia, vou ficar em casa, dependendo do marido e dos filhos que trabalham porque senão... não ia ter como encostar. Porque eu trabalhei na Cocamar, como falei para você, e fiz duas cirurgias e continuei recebendo, o dia que fui trabalhar lá, aí sabiam do meu problema e colocavam em serviço leve e ficava ... fiz a cirurgia e fiquei em apartamento, tudo pelo plano deles. Hoje em dia eu tenho um plano, que graças a Deus meu marido trabalha na Usina, então eu não vou pagar nada, fiz exames tudo pelo plano. **Se meu marido não tivesse saído da cooperativa, porque ele trabalhava lá também, e tivesse ido para lá, hoje eu estava na fila do INSS.** Como ele saiu.. ele ficou um ano só e saiu. Então você vê, a cooperativa é uma coisa muito boa, mas certas partes...”. Amélia

“É importante, porque a gente sabe que está trabalhando hoje aqui, mas e o amanhã? Amanhã a gente não tem nada. Igual a gente, que está a nove anos trabalhando, saiu saiu, não tem direito nenhum para receber. Igual.. tem que pagar alguma coisa... o INSS. Não paga porque não dá. É muito pouco, e tem tudo isso para pagar, tem gás, tem energia, tem água, tem a manutenção que a gente faz no caminhão... tudo. O mês passado deu R\$ 3.000,00 de despesa. Aí já não dá muito dinheiro e a metade quase vai para os gastos. Aí fica difícil”. Teodora

O trabalho, nesse sentido, não garante o acesso à proteção do Estado-Providência em relação à saúde, aposentadoria, etc. O amanhã é vivido com apreensão, sem o vislumbre de condições que permitam um patamar mínimo de inclusão social. Não só o aspecto de proteção social é vivido com preocupação. Agrega-se aqui a insuficiência de ganhos para suprir a própria sobrevivência.

É raro encontrar mais de um membro da mesma família trabalhando no empreendimento como é o caso de Teodora, o marido, o irmão e dois filhos. A realidade mais comum é um membro permanecer no empreendimento. Isso é justificado pela insuficiência de ganhos financeiros, o que não permite a manutenção das necessidades da família.

“Não vivemos disso. Porque a dona E. é pensionista, a Mabel tem o marido que trabalha, minha mãe é pensionista. Então isso aqui é um complemento, mas não é aquele complemento que a gente necessita. No meu caso, eu sou a única desempregada total mesmo (risos). Eu é que dependo do marido, eu tenho 3 filhos, então dependo do marido. Então para **mim é complicado. E uma coisa que eu me sinto assim... ah, humilhada, porque tudo o que eu lutei, tudo o que eu passei...**”. Magali

Aqui resgatamos o argumento de Singer (2002), para quem a Economia Solidária foi concebida para ser uma alternativa superior ao capitalismo, não somente em termos econômicos, mas em qualidade de produtos e serviços e, acima de tudo, proporcionando uma vida melhor para os que dela participam (SINGER, 2002, p. 114).

Ouvindo o relato de Magali, acima citado, bem como a força emocional com que foi dito, e contrapondo o esperado da Economia Solidária, segundo Singer, o resultado produz incômodo e certo mal-estar. É fato que há, ainda, grande distância entre o idealizado pelos teóricos e o vivenciado pelos trabalhadores. A insuficiência de ganho, por exemplo, é realidade para grande parte das pessoas que trabalham nos empreendimentos da Economia Solidária. No mapeamento feito pelo Senaes (BRASIL, 2007) apresenta como dado que 44% foram criados com o objetivo de complemento de renda. Esta, por sua vez, em 38% dos casos ia até meio salário mínimo e 24% entre meio e um salário mínimo. Ou seja, 62% dos participantes obtinham, no máximo, a renda de um salário mínimo.

Se objetivamente o trabalho não garante o sustento econômico, subjetivamente se mostra capaz de gerar reconhecimento, mas também esse reconhecimento não é livre de contradições. Embora em certos momentos Magali relate que “agradece” ter esse trabalho, pois é o que lhe resta, em outros aponta para a fragilidade desse vínculo. Vínculo incapaz produzir relações que a livre de uma identidade estigmatizada e, portanto, deteriorada (GOFFMANN, 1980).

Nessas condições, sempre que possível tentam reproduzir características próximas ao emprego assalariado. Conforme vemos na fala de Nora, nesse empreendimento já é possível uma retirada financeira que permita minimamente o sustento da família, como é o caso da entrevistada.

“Então...tem as desvantagens também.. que a gente não tem registro, não tem décimo-terceiro, não tem INSS, até que a gente está pensando agora em começar a pagar, minha amiga já foi ver isso. Não tem férias, até nas férias a gente está pensando né, e tem duas semanas que começamos a fazer meio período, porque a gente trabalhava direto, e a gente estava muito cansada, cansativo demais. Até que deu uma melhorada, a gente pode ficar um pouco em casa”. Nora

Contudo essa não é a regra. Tendo por universo os empreendimentos aqui enfocados, essa é uma exceção na realidade encontrada nos demais empreendimentos, como podemos perceber nas falas acima, nas quais fica claro que as sobras financeiras não permitem a prática de ações que possibilitem condições similares às obtidas pelo emprego assalariado, como férias, décimo-terceiro salário, contribuição para o INSS, ou até mesmo a regularidade de renda.

Os dois aspectos aqui abordados com relação à remuneração, ou seja. a repartição igualitária dos ganhos e o baixo valor dos mesmos também são relatados por Araújo e Lima (2011, p. 42). Os autores constataram de que em 45% dos empreendimentos por eles pesquisados

não havia diferenciação de ganhos, o que, segundo eles, aponta para o igualitarismo, contudo, ressaltam a existência de “padrão de retiradas muito baixa na maioria desses casos”.

- As vantagens e os motivos de permanência no empreendimento

Como já reiteramos repetidamente, a estabilidade no trabalho, proporcionada pelo empreendimento de Economia Solidária é o grande motivador para os trabalhadores. Mas aqui seus limites ficam claros. É uma estabilidade, ao nosso entender, bastante frágil. Por um lado garante a permanência no trabalho, mas, por outro, não garante uma seguridade social ou uma possibilidade de planejamento da vida. **“Sempre vai ter reciclado”** é repetido como garantia da continuidade do trabalho, **“[...]mas e o amanhã? Amanhã a gente não tem nada”** é o lado perverso dessa suposta estabilidade, conforme já abordamos reiteradamente.

Além da estabilidade, outras vantagens conseguem serem encontradas pelas entrevistadas. E são basicamente as mesmas já encontradas no grupo anterior, ou seja, melhor ambiente de trabalho, flexibilidade nos horários e maior autonomia voltam aqui a aparecer.

“Então essa é a vantagem da gente compartilhar ideias. [falando sobre o ambiente competitivo nas empresas tradicionais] [...] Apesar que com a doença da minha mãe ficou mais complicado ainda. Graças a Deus que eu tenho o artesanato, porque se fosse outro emprego, eu teria que sair e não teria quem cuidasse para mim”. Magali [flexibilidade do horário]

“Prefiro, prefiro sim. [esse trabalho ao invés do de doméstica ou vendedora] Às vezes as pessoas chegam e falam assim, ‘mas tem uma diarista que eu conheço e que ganha muito bem, ganha mil e pouco, tem carro, tem tudo’. Mas eu tenho 49 anos, onde que eu vou trabalhar hoje? Registrado em carteira, com 49 anos, com o estudo que eu tenho, que é pouquíssimo, com filhos, que eu tenho. Alguém me liga ‘mãe, o Rian está passando mal na escola’ eu posso sair daqui. Se tem reunião na escola, amanhã mesmo tem, eu posso sair, é essa vantagem que a gente tem aqui”. Nora

Essa mesma realidade é retratada por Wirth (2011, p. 69). Segundo a autora, é essa maior flexibilidade admitida pelos arranjos no trabalho nos empreendimentos que permite a conciliação entre os papéis de produção e de reprodução. Para muitas é o único espaço possível. Esse é tema sempre presente nos relatos, tanto na pesquisa de Wirth (2011, p. 70) quanto nesta pesquisa. Lá como aqui “os tipos de problemas enfrentados por estas mulheres são de diversas ordens: saúde, educação, drogadição por parte dos filhos, problemas de relacionamento entre os membros da família etc. Eles refletem a situação de vulnerabilidade social à qual parte dessas mulheres está submetida [...]”.

A autonomia, representada pela ausência de patrão e, conseqüentemente, da necessidade de obediência, é um grande diferencial para essa população que historicamente ocupa relações de subordinação.

“É que aqui não tem patrão, não tem ninguém dando ordem... Para nós é bom. Também tem um vínculo de amizade, a Magali mesmo, considero ela como se fosse minha irmã, porque faz muito tempo que a gente está junto. Honestidade também nós temos muita, aqui se vendeu uma agendinha a gente não gasta o dinheiro sem falar uma com a outra”. Mabel

Aqui antevemos um dos potenciais transformadores da Economia Solidária. A possibilidade de se estabelecerem relações sociais diversas das até então vivenciadas. Retomamos Berger e Luckmann (1985, p. 136) para quem, “pela própria natureza da socialização, a identidade subjetiva é uma entidade precária. Depende das relações individuais com os outros significativos que podem mudar ou desaparecer [...] identidade é fundamentalmente legitimada pela colocação dela no contexto do universo simbólico”.

Pelo que entendemos, esse modo de trabalho proporciona às pessoas que o vivenciam a experiência de construir novas identidades, em uma realidade social não mais reificada. Sua história passada era, até então, restrita a situações de obediência, portanto, estando sujeitas à reificação de suas identidades. “Há então uma identificação total do indivíduo com as tipificações que se lhe são socialmente atribuídas. É apreendido como *não sendo nada senão esse tipo*” (BERGER E LUCKMANN, 1985, p. 125-126, grifo dos autores).

Nos empreendimentos de Economia Solidária experienciam novas formas de relações, e, portanto, novas formas de subjetividades, não mais exclusivas do resultado de subordinação, mas também de liberdade, de autonomia, de reconhecimento. É impossível ficarmos alheios ao potencial de transformação que porta essa nova realidade de trabalho, mesmo que, conforme já vimos e veremos ainda, seja realidade portadora de contradições e ambiguidades.

Mabel nos fala também da questão da amizade, do afeto que circula entre essas mulheres. A relação de confiança, da representação do outro como sendo da família. Segundo Barfkenecht, Merlo e Nardi (2006, p. 60), esse tipo de relação é portadora de duas facetas. Por um lado, “as relações próximas e familiares nos empreendimentos de economia solidária podem trazer à tona dimensão da economia da dádiva, expressão da solidariedade que promove a criação e reconstrução de laços sociais. A solidariedade é o laço social que une trabalhadores em torno de

um ideal”. Por outro lado, contudo, “podem se constituir em um fator de limitação do debate e da explicitação do conflito”.

Apesar de todos os problemas apresentados, a maioria das entrevistadas permanece nos empreendimentos a um longo tempo. Esse período varia de quatro a nove anos. Os motivos alegados passam pela opção frente às alternativas que lhes restam, ou seja, o trabalho de empregada doméstica, juntamente com o gostar do que faz.

Outra situação é aquela onde o espaço desse trabalho é o que permite não estar desempregada. Enquanto não consegue colocação no mercado de trabalho na sua área de formação, esse é o espaço no qual pode exercer suas habilidades, mostrar seu conhecimento, conforme já visto acima. O trabalho no empreendimento de Economia Solidária permite que não se identifique, nem seja identificado como desempregado, com todas as implicações sociais dela decorrentes.

Magali nos fala:

“Eu vejo como um trabalho. Infelizmente não é bem remunerado porque a gente sofre aquela concorrência. Porque se a gente não fizer bem feito, não tiver aquela organização, não é um trabalho. É um hobby, um passatempo, que você vem a hora que você quer. Agora aqui não, aqui a gente tem aquele compromisso, aquela organização de deixar um trabalho bem feito, bem acabado [...] Hoje eu estou aqui. Continuo [procurando trabalho na área de formação], **mas no momento eu estou artesã** (risos). [...] Eu não estou só focada dentro de casa, então esse trabalho que estou fazendo dentro da economia solidária, dentro da Incubadora, é onde eu posso usar minha criatividade, tudo que eu já passei, que eu já estudei não morreu, posso colocar minha criatividade. **Perdi muita coisa, que eu lutei mesmo, eu perdi, mas isso não deixa morrer**”. Magali

Na sua história de luta nos parece que o trabalho no empreendimento é mais visto como um último baluarte, em que se agarra para “não morrer”. É o fio de esperança que mantém minimamente a condição de inclusão social pelo trabalho. A alternativa é a total exclusão. Representa para Magali a morte, o fim da batalha pela qual lutou a vida toda. Não deixar morrer a Magali-guerreira parece ser o sentido fundamental do trabalho desenvolvido.

Ciampa (1990, p. 157) nos lembra que, como atores, sempre buscamos nossas personagens “quando novas não são possíveis, repetimos as mesmas; quando se tornam impossíveis tanto novas quanto velhas personagens, o ator caminha para a morte, simbólica ou biológica”. Entendemos que é o trabalho na Economia Solidária que permite à Magali a sobrevivência de sua identidade de trabalhadora.

Ao mesmo tempo em que a fala de Magali nos indica um dos motivos para sua permanência no empreendimento, já esboça um dos sentidos atribuído ao trabalho na Economia

Solidária. É essa tessitura social que dá suporte para as respostas que encontramos quando perguntamos sobre o que vinha a ser Economia Solidária para elas. Os sentidos do termo Economia Solidária são construídos tanto pelo significado literal das palavras como pelos sentidos gerados pelas práticas do dia-a-dia. Aqui aparecem essencialmente dois aspectos, detalhados a seguir.

Construindo um Sentido para a Economia Solidária

Em um primeiro momento dizem desconhecer o termo, para logo em seguida apresentam uma ligação imediata com “ser solidário” nas práticas do dia-a-dia entre os próprios trabalhadores que compõem o empreendimento, como visto nas falas abaixo.

“Já participei de muita reunião, mas não guardo as coisas. Então...acho que economia solidária é isso, um ajudar o outro. Participar... apesar que eles falavam ‘a C. (empreendimento A) é a mais solidária’ porque a gente pagava licença maternidade, teve duas que ficaram 4 meses em casa; atestado a C (empreendimento A) pagava, as outras não. Nessa parte a C. (empreendimento A) era solidária”. Amélia

“Escutava falar na TV, nem sabia o que era isso [sobre economia solidária]. Quando a gente começou, quando a economia solidária [secretaria municipal] passou a trabalhar com a gente. [silêncio] Economia solidária pra mim é... é como eu disse, tem coisa que é solidária e tem coisa que não é bem solidário não. Tem coisa que não entendo e até me irrita! às vezes falam ‘ah, economia solidária, não sei o que, não sei o que’ igual lá no centro público, à vezes a [...] fala que não pode ir, a D. A. também não, eu não posso ir que não tenho estudo. E daí? Não tem ninguém, nenhum grupo se dispõe a ir e muitas vezes, a Magali foi em semanas que não era nossa, porque? Economia solidária, solidariedade...cadê? agora é nossa vez, cadê o povo para ajudar a gente? Isso que me revolta às vezes!”. Mabel

O segundo é dado pelo sentido de valorização. Refere-se à valorização tanto do trabalho quanto do trabalhador que o executa. Um ponto interessante é que esse sentido é dado tanto por Nora, que vê o trabalho no empreendimento de Economia Solidária como alternativa pela sua condição de idade e falta de estudo, quanto para Magali, que possui escolarização elevada, mas essa não se reflete na obtenção do emprego almejado.

“Ah, para mim acho que é tudo [o trabalho no empreendimento de Economia solidária], porque se eu não tivesse esse trabalho hoje aqui, eu teria que estar lá, trabalhando de diarista e **hoje eu até me sinto uma empresária sabe (risos), eu me sinto mesmo uma empresária, porque é um negócio nosso.** Às vezes eu cometo falhas e eu falo ‘gente, mas eu não estou aprendendo o que eu tenho que aprender para que o meu grupo cresça, entendeu? [...] **Mas econômica solidária para mim é assim, é um grupo, tipo uma família, na verdade. É uma família que uma batalha para ajudar a outra, as nossas famílias, no futuro dos nossos filhos também**’”. Nora

“Economia solidária, para mim, significa **a valorização de um trabalho que era tido como passatempo.** A economia solidária veio para valorizar esse trabalho dessas mulheres, muitos, por problema de hobby ou

não, de saúde ou não, essas coisas, então trouxe aquela criatividade, aquele trabalho tudo pronto, proposto, trouxe em questão, para as pessoas verem. Porque muitas pessoas saem de seu local, do seu Estado, para buscar um artesanato. E muitas vezes aqui tem pessoas que fazem até melhor. Então foi **um resgate mesmo, de valores, das artesãs que estavam escondidas por aí e ninguém via**". Magali

Aqui aparece também outra faceta possível de análise em relação à essa forma de trabalho. A relação trabalho e saúde mental, já vista anteriormente, fica explicitada. Para essas mulheres, nas condições de extrema precariedade e exclusão social, o trabalho é visto como espaço possível para o exercício da imaginação, da criatividade, de um sentido superação e acreditar-se capaz. Contrapondo-se ao trabalho tradicional, muitas vezes vivido como inibidor dessas possibilidades, podemos antever uma grande modificação. Nesse sentido é um trabalho que "vale a pena ser vivido". Se esse trabalho, por um lado, não proporciona a renda necessária, por outro é capaz de proporcionar o crescimento e desenvolvimento pessoal, conforme já assinalamos acima. Concede um lugar a essas pessoas, melhor dizendo, proporciona um lugar visível, de reconhecimento, a quem muitas vezes viveu uma vida de invisibilidade social e sem reconhecimento de utilidade social.

Vejamos a delicadeza e força das palavras de Magali:

"Eu recomendo sim [o trabalho nos empreendimentos da economia solidária]. Como eu falei para você, tendo um local bacana, onde você possa estar vendendo todo mês, eu recomendo sim, porque muitas mulheres estão lá em casa, mas elas ficam 'ah, o que que eu vou fazer? O que vou fazer?' Esse tempo, essas 3-4 horas que elas tiram para vir num espaço para trabalhar, elas chegam em casa até renovadas, com um espírito assim, sabe... **'eu fiz alguma coisa, não fiquei só dentro de casa'**. **Porque eu sei como é que é.** [...] Então isso é um começo, é um resgate de valores, a pessoa vem, **coloca sua ideia em prática, trabalha a mente, trabalha a sua criatividade, trabalha a sua vida.** Às vezes não tem com quem conversar, vem conversa.. a gente assim, tira um momento de desabafo. Um conversa com o outro e sai todo mundo renovado. Então eu recomendo sim. Quando tem assim, uma amizade bacana, uma afinidade bacana, eu recomendo sim". Magali

Uma observação. Essa "recomendação" não se estende a todos. É direcionada às pessoas, principalmente mulheres que não têm atividade que lhes permita construir outras identidades que a "ser-dona-de-casa", de "ser invisível, dentro de casa". A possibilidade de "trabalhar a vida" significando "trabalhar a mente", "trabalhar a criatividade" não pode ser menosprezada. A relação trabalho e identidade perpassa todo essa pesquisa. Não nos esqueçamos também da relação trabalho, ou melhor, modos de organização do trabalho e a saúde, não só física, mas especificamente a saúde mental. Inúmeros autores, em diferentes teorias, já estabelecem essa

ligação, tema já consolidado no campo da Psicologia do Trabalho (DEJOURS, 1987, 1994, 2000; HELOANI, 1997 a,b, 2003, SELIGMANN-SILVA, 1994).

O futuro do empreendimento e o seu futuro

Mas, mesmo evidenciando essas vantagens, que dão sentido de positividade ao trabalho executado, a visão de futuro que este grupo projeta está atrelada à possibilidade de sobrevivência econômica, tanto deles como do empreendimento.

Entre acreditar ou não nessa sobrevivência, entre o ficar ou o sair, aparecem as condições de trabalho, ainda bastante precárias, na maioria dos empreendimentos. “Ter apoio maior”, “melhorar a administração”, “ter para quem vender”, “ter uma parceria” são expressões que traduzem as condições almejadas para dar viabilidade econômica aos empreendimentos. Sem essas condições, o descrédito se impõe.

“Falta uma parceria, porque ela fala para vir cedo, mas não vende nada. Às vezes vende, fui em uma feira em um mercado chique, elegante... fui eu e minha filha porque a Magali não podia ir. O que vendemos? Duas agendinhas, daí isso faz com que no dia-a-dia a gente passa a desanimar”. Mabel

Essa mesma entrevistada não tem apoio de seus familiares para o trabalho no empreendimento. Por não ter renda esses não consideram o trabalho um “trabalho de verdade”. Esse sentimento fica claro quando fala sobre isso.

“Só que é que não tem uma renda todo mês, e isso que eles não entendem. Eu até entendo, mas eles não. Tenho uma filha pequena também, bom agora ela tem dez anos, ela também me cobra ‘**mãe, a senhora trabalha, trabalha todo dia e quando peço alguma coisa para a senhora, a senhora fala que não pode me comprar, mãe!**’ Então isso está me deixando meio.... [...] Mas eu fico pensando, o que adianta ter dinheiro se não vou ter sossego. Então eu quero trabalhar eu alguma coisa que não esquenta minha cabeça. Aqui é o lugar ideal, não esquenta a minha cabeça. Gosto de fazer papel, gosto de fazer flor. Sai, distrai, conversa... só falta a renda... para não ficar tanta cobrança na minha cabeça”. Mabel

Nesse empreendimento em específico, segundo informação das entrevistadas, a renda mensal não chega a R\$ 100,00 para cada uma. A fala da filha é sentida como fracasso pela entrevistada, que se manifesta a todo momento dizendo que vai arrumar um emprego, para poder dar o que a filha lhe pede, para ajudar uma amiga que tanto ajudou a ela e agora está doente, para poder comprar suas coisas sem depender do marido.

Magali, apesar de contar com o apoio da família, faz relato parecido. Aqui são os filhos que não a identificam como trabalhadora da Economia Solidária, mas uma professora que eles

querem que volte a ensinar. A experiência de não ter como realizar os pedidos dos filhos é traduzida por sentimento de frustração, simbolizando o fracasso de seu projeto profissional como professora.

“E isso que a minha filha quer, então tipo ‘volta, volta’ [a trabalhar como professora]. É isso que meus filhos querem, tanto a pequeninha, de seis anos, ela também ... É a referência para eles, **aqui eles não consideram, não vêm com trabalho para eles, eles não vem como um trabalho assalariado, que chega no final do mês eu posso pagar as coisas deles, suprir as necessidades deles.** Eles falam ‘mãe, me dá um creme’ eu falo ‘filha, hoje a mãe não pode, pode ser na semana que vem?’ vai ali faz coisa e não tem, **então como professora, para eles, acho que seria uma coisa mais... na visão deles, mais digna**”. Magali

Quando esse ponto foi abordado nas entrevistas, observamos certo constrangimento na forma de respondê-lo. Constrangimento pelo não ganho financeiro em si, mas constrangimento frente aos pedidos dos filhos que ficam sem atendimento. Emergem sentimentos de incapacidade e impotência, tanto para conduzir a vida como para gerir o trabalho. Esses sentimentos nos remetem a um tipo de violência psicológica socialmente construída no contexto do trabalho (ABIB, 2007).

Avisamos no início deste capítulo que esse grupo portava explicitamente grandes contradições e ambiguidades. Acreditamos que acima temos um exemplo claro. Descrevemos o trabalho como portador de potencialidades de transformação social. Propicia o regate de autoestima, a construção de novas identidades sociais e de relações prazerosas que tornam a relação saúde mental e trabalho como vivência positiva. Entretanto, esse mesmo trabalho é marcado por situações que criam constrangimento, sentimentos de incapacidade e de impotência, culminando na vivência de humilhação social.

São duas faces do mesmo trabalho. Contraditórias, sim, mas que elucidam a complexidade dessa realidade.

A Economia Solidária e os Filhos: a educação como passaporte para uma outra vida

Aqui, ao contrário dos grupos anteriores, a visão de futuro do empreendimento não passa pelos filhos. Se no primeiro grupo o futuro da cooperativa estava ligada aos jovens darem continuidade à mesma; no segundo, essa continuidade estava condicionada a conseguirem de volta condições de trabalho similares a que anteriormente possuíam como empregados de uma grande empresa; nesse terceiro grupo os filhos “herdarem” o trabalho no empreendimento não é

cogitado ou, quando cogitado, é visto como uma condição passageira, de transição para um trabalho melhor, mas nunca como projeto de vida laboral para os jovens.

Para esses pais, seus filhos possuindo melhores níveis de estudo garantem chances de conseguirem melhores oportunidades das que eles tiveram, ou seja, um emprego ou trabalho melhor que o deles. Acreditam que a falta de estudo é a condição basilar para sua trajetória social que resultou nesse tipo de trabalho.

Não desejar esse mesmo trabalho para os filhos parece ser recorrente na realidade de trabalhadores em associações de reciclagem, embora não exclusivo delas, conforme veremos adiante. Cunha (2011, p. 169), abordando a discriminação que envolve esse tipo de trabalho diz:

Em se tratando de preconceito, o movimento de consciência dos estudados nos permite ainda perceber que o universo dos catadores não envolve apenas discriminação. Ele também dá lugar à estigmatização, a partir do preconceito interno do próprio catador para consigo mesmo. As entrevistas demonstram que estes agentes não querem que seus filhos sigam seu mesmo caminho. Quando perguntados sobre quais profissões gostariam que seus filhos seguissem, se esperam que eles trilhem os mesmos caminhos deles na catação, **vários foram os entrevistados que demonstraram não desejar que seus filhos sejam catadores. Os argumentos para isso estão relacionados principalmente às dificuldades dadas pelo preconceito. Ao mesmo tempo, dizem querer que os filhos sejam alguém na vida** (grifo nosso).

“Ter um futuro melhor”, que se traduz em “ter um serviço mais digno”, “estudar”, são termos recorrentes quando abordamos o tema sobre as expectativas que tinham para o futuro dos filhos. Em nosso roteiro de entrevista, deixamos essa pergunta em aberto, sem direcionar para o futuro de trabalho, mas a maioria deles apontou nessa direção. A relação virtuosa, estudo – trabalho é aqui tida como a principal esperança de futuro dos jovens.

“O que espero de futuro para eles?....eu espero que eles voltem a estudar e que tenham um futuro melhor. É eles arrumarem um bom emprego, que eles gostem de fazer”. Mabel

Aqui o futuro melhor significa um tempo melhor que o passado e mesmo que o presente. Dos quatro filhos de Mabel, apenas um tem o ensino médio completo e a isso é atribuído ter conseguido um emprego – trabalha como segurança bancário. Esse filho é justamente o que mais impõem restrições ao trabalho da mãe, dizendo ser um trabalho voluntário, pois não tem renda, desse modo desincentivando-a e discriminando-a. Dois pararam de estudar antes de completar o ensino médio e não falam em voltar aos estudos e uma que possui 10 anos está na escola.

“Ele [filho mais velho] é guarda do banco. O mais novo não quis estudar, fez só até a 7ª série, então ele trabalha mais em serviço duro. Não quer [voltar a estudar]. Eu falo para ele voltar a estudar, fazer um curso mas ele não liga. Sem estudo ele não consegue arrumar um emprego. Agora a minha filha J., estudou até o 2º grau, parou também, não terminou. Ela pretendia voltar, mas aí arrumou esse marido, marido ciumento e largou tudo. Aí não estuda mais também”. Mabel

“Ah, **eles estudarem, fazer cursos, trabalharem numa firma mais....**, um **serviço mais digno**. Porque eles falam ‘puxa, material reciclado é um serviço digno, mas para a gente que está aqui trabalhando’ para os de fora eles acham que não. **Que é lixo, que trabalha com lixo**. Não é ... eu acho que até hoje, apesar de ter muita conscientização, acho que ainda é discriminado [dizendo o que espera do futuro dos filhos]. Porque os meus filhos mesmo, hoje em dia, ultimamente teve os dois que trabalhou, um trabalhou uns dois meses e saíram.. eles **tinham vergonha de falar que trabalhavam**. Quando a gente trabalhava no lixão mesmo, eles escondiam de vergonha. Na cooperativa também, no começo **eles tinham vergonha**. Hoje eles não tem mais. Mais tem muita gente que ainda...”Amélia

Discriminação, vergonha, ocultação. Essas características nos remetem fatalmente ao estigma (GOFFMAN,1980). Não são somente os filhos de Amélia (Ana) que relatam vergonha. Teodora também nos informa que seu filho menor não fala na escola que seus pais trabalham na cooperativa de reciclagem. Outro, mais velho, não quer ser visto na coleta de materiais. Omitindo essa informação, manipulam a identidade pessoal, tentando assim esconder uma condição vista como portadora de uma negatividade, passível de preconceito e discriminação, pelo olhar do outro.

Situação similar é encontrada por Reinach e Galeão-Silva (2011, p. 82). Eles analisam que uns produzirem lixo e outros viverem desse lixo, gera sentimento de não pertencimento à sociedade desses últimos. Analisam os autores que “por se tratar de um desconforto causado por uma situação de desigualdade social é possível caracterizar essa como uma situação de humilhação social (Gonçalves Filho, 1998). Assumir o trabalho com o lixo acaba por significar assumir uma posição de inferioridade e, mais do que isso, de exclusão”.

Silva (2007, p. 29) faz a seguinte reflexão sobre o trabalho de quem o exerce com lixo/materiais reciclados:

Assim, o trabalho como elemento que serve de suporte para a inscrição destes sujeitos na estrutura social passa a fornecer elementos negativos que não recomendam os sujeitos à consideração pública. Em outras palavras, essa desconsideração pública diz respeito a um conjunto de signos opacos, mas imediatamente compreensíveis por todos, posto que inscritos no corpo, na forma de falar, de andar, etc., e são imediatamente reconhecidos como sinal de inferioridade.

Ao estudo é creditado o caminho que poderá conduzir os filhos para longe desse trabalho e conseqüentemente do estigma que é portador.

Na fala abaixo vemos como o estudo pode ser acrescentado como uma informação que pode reverter a situação de trabalho na cooperativa, na visão de uma das mães.

“Eles tinham que **estudar, fazer uma faculdade**, para mais para frente... mesmo que for mexer com reciclado, para pelo menos ter uma pessoa.. para você ter iniciativa, para comunicar com as pessoas de fora, fazer uma venda de material, trabalhar com as notas fiscais. Isso tem que trabalhar bem no computador, então acho que para fazer isso tem que ter estudo. [explicando o que é um trabalho digno]”. Amélia

Segundo Paixão (2005 p. 145),

Aos olhos da sociedade, a catação de lixo é uma atividade bastante estigmatizada. O lixão encerra uma dimensão simbólica negativa, objeto de sofrimento por parte das catadoras, emergindo com frequência em seus relatos: “Eles vêem a gente com preconceito. Acho que se eles pudessem, ficavam longe da gente. As pessoas não aceitam mesmo! Eu acho que eles devem pensar que a gente é analfabeta, que a gente não tem capacidade para estar no meio deles” (44 anos, três filhos, 4ª série do ensino fundamental). Outra evita que os colegas dos filhos saibam que ela trabalha ali: “Eu não quero que saibam [os colegas dos filhos adolescentes] para não envergonhar eles [os filhos]. Que os colegas ficam falando: ‘Ah! tão indo pro lixão comer resto de lixo!’ (41 anos, dois filhos, 4ª série do ensino fundamental).

Amélia, quando considera a possibilidade dos filhos trabalharem na cooperativa, vemos que é uma cooperativa reformulada, muito próxima ao que qualifica de serviço digno. Apresenta uma ideia de cooperativa ampliada, comparada à cooperativa agropecuária da qual era funcionária. Nesse cenário idealizado considera o estudo importante para os jovens que trabalhassem na mesma. O papel dos jovens seria na administração da mesma, “onde se precisa de estudo”. Aqui temos novamente introduzida a divisão social do trabalho, com a valorização do trabalho de planejamento.

“Uma cooperativa, para ir para frente, a pessoa também tem que ter estudo, eu acho que falta, essa questão da administração. **Na administração a pessoa tem que ter estudo**, tem que ter comunicação, para procurar... Uma pessoa sai daqui para ir para São Paulo, para Santa Catarina, para vender material, então a pessoa tem que saber o que está fazendo. Poderiam fazer um trabalho e as cooperativas poderiam... **não uma cooperativa mas uma empresa**. E a cooperativa de reciclado, ela pode também, não ser igual essas cooperativas, mas um pouquinho maior e melhor”. Amélia

Apesar de todos os demais entrevistados terem colocado o estudo como centro do futuro de seus filhos, é Magali que mais sublinha essa relação. Mesmo que sua própria história mostre o tão complexa é essa relação, tem esperanças que isso não se repetirá com os filhos, pois agora esses têm sua orientação, aspecto que diz não ter tido. Por seus pais serem analfabetos, ela julga que teve que trilhar seu caminho sozinha, embora credite a eles todo apoio que teve.

“Falei para ela [filha] assim ‘a mãe nunca teve orientação de pai e mãe por ser analfabetos, mas eles nunca deixaram de dar um livro na mão da mãe, como eles não sabiam ler, eles falavam: filha, vai’. O caderno e a borracha sempre estavam na mão da mãe. Então eles não sabiam ler, mas eles sempre falavam assim.. oh, eles sempre deram o caminho’. [...]Minha casa não tinha luz, mas minha mãe ficava segurando a vela para eu estudar. Como ela não sabia ler e escrever, mas ela contava histórias, que minha família é africana, então ela contava histórias assim da época, cantava aquelas músicas, falava da avó, o que aconteceu no engenho... as músicas, ela cantava...”. Magali

O projeto que não conseguiu, agora é repassado aos filhos.

“Meu caminho sempre foi um caminho bom. Então eu quero isso para eles. Eu falei para eles ‘**filho, a tua mãe não conseguiu por completo, então a mãe quer que vocês se encaixem**’. Então eu falei assim ‘o que que você quer para a sua vida?’ agora não é o momento, tem treze anos, então agora não é o momento de você falar ‘ah, mãe quero ser médica’, não! amanhã você pode mudar de idéia quanto tiver em outra situação. Porque eu tive um caminho bom. Graças a Deus tive muitos amigos... Crescer com a mesma cabeça minha.. só isso. Porque eu falei assim.. eu pego muito no pé... **estudar para mim é tudo...** [...] Não importa a profissão que vai seguir..o importante é ela fazer, a profissão que ela seguir, ter conhecimento do que ela está fazendo, ela ir além, buscar sempre, estar melhorando, buscar tudo o que ela puder. **Então esse é o objetivo para os meus filhos, estudar, estudar mesmo**”. Magali

A sua história é por ela contada aos filhos como referência à superação de possíveis obstáculos que possam surgir. Espera que continuem a luta iniciada por ela, mas agora com um final de sucesso, isto é, um bom emprego.

“Quantas vezes a mãe reprovou na primeira série. **Mas só foi um caminho para mãe seguir.** A vida da mãe não foi fácil, a mãe já limpou chão para pagar cadernos, livros, porque os livros da UEL eram muito caros, então a mãe perguntava para as professoras se precisavam de limpar a casa, a mãe ia e limpava, não importa.. **a mãe ficava de joelhos limpando...** não importa....o **importante é que você tenha suas coisas, não dependa de ninguém, que você estude, sabe!** Ler, nem que for gibí, você leia, você pega aqui, procura se informar, procura ir buscar sempre, porque tudo o que a mãe já aprendeu, já está meio.... vencido, **imagina que agora você tem uma caminho pela frente**”. Magali [falando para a filha sobre a importância dos estudos]

Em outro trecho diz:

““Então você estude. Estude! Não sei onde você vai chegar, mas estude. Não sei o caminho que você vai seguir, a profissão que quer seguir, mas estude’ [falando para a filha]. Então estudo para mim é tudo, é tudo. **Então é a única coisa que eu quero para eles.** Eu não sei te definir, o que... do estudo.. só sei que o estudo para mim é tudo, **que ela tem que lutar**”. Magali

Para Magali, o estudo toma o sentido de herança, do legado que vai deixar para seus filhos. É o único caminho possível para se obter independência, de “ser alguém”. E nesse caminho não é percorrido sem obstáculos, conforme relata em sua vida. Porém, é o único que

consegue vislumbrar que possibilite a melhora na vida dos filhos, única referência com indicativo de futuro melhor. Paixão (2005, p. 142) esclarece:

Se a valorização da escola é universal, o seu significado varia nos diferentes grupos sociais, tendo como referência o futuro possível dos filhos, que está estreitamente relacionado ao que dispõem em termos econômicos e culturais. [...] Assim, a escola é vista diferentemente pela família do banqueiro, da professora, do operário e da catadora de papel. O significado da escolarização varia em razão da origem social, mas também de acontecimentos vividos na trajetória de uma classe ou fração de classe, famílias e indivíduos.

Esse ponto nos remete a Segnini (2000, p. 72). A autora apresenta a tese de ser essa relação virtuosa educação-trabalho ideologicamente utilizada para manter a coesão social bem como legitimar e dissimular a ordem social existente. Acrescenta não ser de fácil visualização, pois “parece haver uma névoa que encobre essa relação, ou melhor, não é possível enxergá-la bem porque é portadora de excesso de luminosidade e formava um dos elementos que constroem o consenso, no interior de conflitos e interesses antagônicos”. Concordamos com a expressão “excesso de luminosidade” utilizado pela autora, uma vez que esse argumento é repetido à exaustão por todas as partes envolvidas na relação, conforme já dissemos anteriormente.

Utilizando-se de dados estatísticos, a autora demonstra claramente as contradições desse aparente consenso. Elas aparecem tanto para demonstrar o crescente desemprego de trabalhadores escolarizados, incluindo aí também os setores mais modernos da sociedade. Lembra também que isso acontece em um cenário onde a educação escolar não é nem mesmo direito conquistado por todos em nosso país.

Nossos entrevistados, invariavelmente, apontam o estudo como solução, permitindo identificar aqui também o excesso de luminosidade a que se refere Segnini (2000).

Questionada sobre a possibilidade de empreendimentos da Economia Solidária serem lugares para os jovens trabalharem, Magali reponde negativamente.

Ela justifica sua resposta confrontando as características normalmente presentes no trabalho desejado pelo jovem e que não são encontradas no desenvolvido na Economia Solidária. Diz ser um trabalho muito artesanal, sem possibilidade de crescimento, sem registro em carteira, no qual a maior parte dos participantes já tem idade mais avançada, resultando em dificuldades de relacionamento. Frente a todas essas especificidades, não acredita ser lugar para os jovens.

“Mas por ter tantas senhoras, por ter tantas outras coisas envolvendo, creio que um jovem de hoje em dia não se interessaria. Porque é uma coisa muito fechada e hoje em dia não...eles querem coisa mais aberta, está surgindo muita coisa nova. [...] Porque cooperativa é uma coisa que está no auge mas também pode falir, como qualquer outra empresa. Mas o jovem quer segurança, ele já quer iniciar com uma segurança. Porque a gente já está aqui, no artesanato, muito artesanal, ele quer uma coisa assim mais evolutiva, assim que ele possa ir aqui, ali, andar, e eu acho que isso, no momento, não sei se pode evoluir ou não, não proporciona isso. Essa é minha opinião. É interessante para o jovem vim conhecer, fazer um estágio? É interessante, mas para ele se encaixar ali não. Eu vejo pelo pessoal, os estagiários da incubadora vem, para eles é interessante, mais eles querem ir além. **Porque não é trabalho, então eles pegam tudo o que eles conseguirem aqui e eles jogam lá para expandir. Mas para eles se encaixarem e ficar, não**”. Magali

Nesse sentido, e falando especificamente da filha e da sobrinha. diz:

“A M. que tem 16 anos, tem uma cabeça boa, estuda, faz curso profissionalizante, também porque... **Ninguém vai deixar um curso profissionalizante para vir aqui, uma coisa segura para vir aqui.** Fica meio período na escola, meio período nesse curso, onde ela já vai sair com estágio, com uma profissão, já até com carteira assinada.. quem sabe. Então por isso que eu falei para você, jovem quer uma segurança. E Cândida é uma prova disso... trouxe para ver se ela se encaixava, [...] mas ela não combinava com as pessoas. A Cândida pelas idéias, a M. por querer uma segurança”. Magali

Apresentando uma análise da realidade dos jovens e os perigos que os cercam, a entrevistada aponta que há muitas “más companhias”, “drogas” e perigos que rondam os jovens, submetidos à lógica de consumo. Não podendo obter os bens almejados, podem se inserir em atividades ilícitas ou criminosas para obtê-los. Ela vê que a falta de incentivo aos jovens é fator essencial nesse cenário.

“Então para esses jovens de sala de aula não chegarem aonde esses outros estão [na marginalidade], tem que dar incentivo, porque eles saem do 2º grau para arrumar um serviço. Vai arrumar e não consegue. Como tem aquele amigo torto que consegue as coisas mais fácil então vai para aquele mundo mais fácil. Então já dentro do estudo, já tendo uma profissão, como minha sobrinha, tendo um caminho, dar um leque de opções que vão buscar”. Magali

Magali e Teodora não se conhecem, mas a preocupação de Magali tornou-se um drama real na família de Teodora.

O drama de Teodora e de seu filho Elcio

Como já dissemos anteriormente, Teodora, seu marido, seus dois filhos e seu irmão trabalham na cooperativa de reciclados. Quando entrevistamos Elcio, ele estava recebendo seguro desemprego e estava trabalhando na cooperativa provisoriamente. Ressaltava a todo momento da entrevista que aquele trabalho era por pouco tempo, pois pretendia voltar ao ramo de trabalho

anterior. Quando voltamos para a entrevista com os pais, aproximadamente um ano depois, ele continuava na cooperativa.

No princípio da entrevista Teodora só mencionou que precisou trazê-lo de volta para poder “cuidar dele”. Durante a entrevista, quando abordamos o tema da Economia Solidária ser alternativa de trabalho aos jovens, ela afirmou categoricamente que não.

“Não quero não [que os filhos trabalhem na cooperativa] **Deus me livre.** (risos) Não... porque..sei lá. Eu gosto, porque eu não tenho escolha, se eu tivesse um estudo, tivesse a oportunidade de arrumar um serviço. Porque tem serviço bom! Mas você tem que ter um estudo para você arrumar. Mas igual eu não tenho, eu não tenho escolha. **Ou eu vou limpar chão para os outros ou venho trabalhar aqui. Então eu prefiro trabalhar aqui.** Agora eles não. Igual ele lá, no gás, aprendeu tanta coisa boa. Era para estar bem, mas a cabeça não ajudou. O J. também é muito inteligente, mas ... já tem mais de um ano já que ele está aqui, trabalhando com a gente’. Teodora

Diz acreditar também na importância do estudo para que consigam arrumar trabalhos melhores, incentivando-os nesse sentido, mas ressalva que não consegue fazer com que os dois não abandonassem os estudos, não concluindo o ensino médio. Conta lamentar e ficar preocupada em ver que os filhos não pensam assim, comprometendo o futuro de trabalho.

“Esses dois aí não, pararam [de estudar]. Eu acho [o estudo importante], por mim eles estudavam, mas depois que pegam uma idade, quem que põem eles para estudar. Foi até no primeiro ano, chegou parou. O outro nem adianta falar, que não volta mesmo. Diz que até gosta de estudar, mas é muito difícil. O estudo. É muito difícil as coisas que ensinam para aprender. Aí desistiu. [...]Tem que ter estudo, porque se não tiver estudo, também não tem um bom emprego, porque a maioria dos trabalhos exige que a pessoa tenha 2º grau completo.. eles não tem. Aí é difícil. [Mas eles] não vêm, porque se visse falava ‘não.. vou fazer um esforçinho e vou estudar’. Fala para eles ir estudar para ver !!! ficam bravos”. Teodora

No decorrer da entrevista Teodora diz que o filho Elcio não gosta do trabalho na cooperativa, mas “vem forçado” porque assim permite que fique mais tranquila, cuidando dele. É nesse momento que relata o que ocorreu com o filho nesse intervalo de tempo entre a primeira entrevista com ele.

Conta que o filho se envolveu com drogas e foi preso. Credita isso ao filho querer comprar bens e não conseguir, encontrando na atividade da venda de drogas uma fonte financeira para atender o desejo de consumo. A idealização do filho ter um emprego melhor que o dela, ter mais chances de um futuro melhor, se defronta com outra realidade.

Ela relato fato e o sofrimento por ele causado.

“Ele estava mexendo com droga. Não estava usando, estava vendendo. Sabe aquelas pessoas que querem ser experts e não é nada. Não é nada nada e quer ser esperto! O que aconteceu? A polícia pegou. [...]Mais ou

menos a gente sabia, mas não tinha certeza do que acontecia. Porque não fazia lá para nós ver. E ‘não, não’, sabe aquela pessoa que jura que não está acontecendo.. e ‘não e não’[...]. Aí cheguei lá na delegacia... meu Deus do céu.. quase morri. Ai ele olhou assim para mim, aí ele já começou a chorar porque lembrou do neném [o jovem tem um filho recém nascido]. Falei ‘agora é tarde né’. Fizemos tudo o que podia, pagamos advogado, tiramos. Até agora ele está mais ou menos, mas não está muito certo não. Você tem que ficar cuidando, cuidando para não escapar. **Porque quer as coisas assim, mas não quer as coisas trabalhando, quer as coisas fácil**, ele é assim, ele quer um negócio hoje, se vai lá e não dá certo ele fica doido. Vamos supor, ele quer comprar uma moto. Não deu certo e ele vai embora... ‘**ai é porque não tenho dinheiro!**’ mas tudo o que você tem é com luta. Ninguém tem nada fácil. Foi esse problema aí e a gente não tem aquela certeza, aquela confiança mais, a gente tem medo. Fica com medo. ‘ai meu Deus’, ele sai um pouquinho nós já ficamos apavorados ‘será que está aprontando, será que não está?’. Fica desse jeito. É novo... tem 19 anos. Ele é uma pessoa assim quieto, você não sabe quando ele está aprontando e quando não está, ele não demonstra nada para você perceber. É muito difícil da gente pegar.. [...] **E tinha um emprego bom**, ele mesmo falou esses dias para mim, se ele estivesse lá ele já estava com uns três anos. Aí ele falou, hoje ele tinha o carro dele, tinha moto, tinha tudo, porque chega no fim de ano eles mesmo fazem acerto, lá na firma. Faz de conta que mandou embora, fica recebendo o seguro desemprego e continua trabalhando.... tudo com dinheiro honesto. Hoje não tem nada, porque ele tinha pegado um carro velho, foi para o espaço, não tem nada, nada. Tudo o que tem na casa dele é comprado com o suor dele, porque desse dinheiro sujo não sobrou nada. O que adiantou?”. Teodora

Com dissemos antes, a preocupação de Magali é a realidade de Teodora.

O futuro idealizado para o filho - estudo, bom emprego - se desfaz. Já abordamos anteriormente a noção de identidade pressuposta (CIAMPA, 1990). Ela é imputada ao filho mesmo antes de seu nascimento e irá também compor sua identidade. Nesse caso, ela se rompe. O valor moral do trabalho, de ser digno, honesto, como instrumento para se construir sua realidade objetiva, é colocada em cheque pelas atitudes do filho. Não obtendo o que deseja através do trabalho, o obtém por outras vias, ilegais.

Sob influência do consumismo, o ter invade e substitui o ser. Podemos dizer que aqui a busca do pertencimento, do reconhecimento social é atribuída aos objetos que se possui. Possuir tais objetos torna-se sinal de *status*, passando informações da identidade pessoal aos demais (GOFFMAN, 1980). São símbolos de outro *status*, de outra identidade que nega aquela ligada ao trabalho com o lixo.

7.2 Falam os filhos

Apenas para recordar o leitor lembramos que os jovens que compõem o terceiro grupo é formado por aqueles que não veem a Economia Solidária como projeto de futuro. Lembramos também que os empreendimentos que compõem a realidade neste grupo são basicamente os que pertencem a empreendimentos ligados às cooperativas de reciclagem, artesanato e alimentos.

Esse lembrete se faz necessário uma vez que consideramos importantes as condições concretas de trabalho a que estão submetidos os trabalhadores deste grupo.

Relacionados aos empreendimentos de coleta e reciclagem de materiais temos três jovens.

Elcio, dezoito anos, casado, sendo que a esposa estava grávida do primeiro filho do casal. Cursou até o ensino fundamental, iniciando o primeiro ano do ensino médio, mas não o concluiu pela incompatibilidade de horário entre o estudo e o emprego. Na época da entrevista estava trabalhando na cooperativa (empreendimento A), juntamente com seu pai e sua mãe, enquanto recebia seguro desemprego. Havia trabalhado anteriormente em empresa de comércio e manutenção de equipamentos a gás.

Vanessa, 19 anos, solteira, sem filhos, depois de ter parado de estudar, havia voltado naquele ano, cursando o 2º ano do ensino médio. Nunca havia trabalhado. Seu pai, sua mãe, tias e avô trabalhavam no empreendimento B.

Abel, 23 anos, solteiro. Já havia trabalhado na cooperativa (empreendimento A) durante aproximadamente um ano, período no qual estava desempregado. Quando da entrevista trabalhava em uma usina de beneficiamento de álcool e açúcar da região e tocava em uma banda.

Ligados ao empreendimento C, na atividade de costura temos Jeane e Wilson. Jeane, solteira, possui 16 anos, está cursando o segundo ano do ensino médio. Trabalha como estagiária em um *shopping center* da cidade. Já havia trabalhado sem registro em carteira em locadora de vídeos.

Wilson, 21 anos, casado, possui dois filhos. Estava cursando o último de economia em uma universidade pública quando a empresa na qual trabalhava o transferiu para outra cidade impossibilitando a conclusão do curso. Voltando à cidade de origem, na época da entrevista era funcionário de uma empresa de equipamentos, na área de recursos humanos. Trabalha informalmente desde os 15 e aos 18 obteve seu primeiro trabalho com carteira assinada.

Beatriz, 16 anos, solteira, está cursando o primeiro ano no ensino médio. Nunca trabalhou. Sua mãe trabalha no empreendimento E, no ramo de alimentos.

Relacionados ao empreendimento G, que trabalha com artesanato, os jovens entrevistados foram Cândida e Joana.

Cândida, 20 anos, solteira, cursou até a sexta série do ensino fundamental. Não estuda. Trabalhou por curto período no empreendimento. Atualmente não trabalha.

Joana, 22 anos, casada, possui uma filha. Estudou até o segundo ano do ensino médio, abandonando-o antes do término. Trabalhou durante aproximadamente um ano e meio como empregada doméstica, tendo registro em carteira e em uma panificadora, por três meses, sem registro em carteira. Na época da entrevista não estudava e estava à procura de trabalho.

Leopoldo, 17 anos, solteiro, cursa o primeiro ano de Administração de Empresas em uma instituição de ensino superior privada. Trabalha desde os 15 anos, inicialmente com seu pai em uma loja. Trabalhou como estagiário por um ano e meio em empresa de telecomunicações e atualmente trabalha em uma loja de produtos eletrônicos sem registro em carteira. Sua mãe faz parte do empreendimento F, trabalhando com costura.

Histórico de trabalho: caminhos e descaminhos em busca de trabalho

Conforme pode ser visto acima, apenas Vanessa e Beatriz nunca tiveram experiências de trabalho. Para os demais o trajeto mais comum foi iniciar o trabalho ainda adolescente, em trabalhos informais. Observa-se também a presença da modalidade de estágio, compondo os modos de inserção no trabalho, como no caso de Jeane e Leopoldo. O emprego registrado foi vivenciado em algum momento dessa trajetória por quatro deles, sendo três em empresas e uma como empregada doméstica.

“Formalmente com 18, informalmente com 15 [início de trabalho]. Trabalhei na oficina de motor elétrico, quanto fiz 18 anos, entrei na E., uma fábrica de papel, que tem aqui. Entrei de office-boy, e fui trabalhar no Depto. Pessoal. Quando eu tava com 2 anos de empresa, tinha 20 anos, eles mudaram para Curitiba e eu acompanhei. Ia e voltava todo dia, só que eles fizeram uma proposta para eu ir para Turvo. Por isso que eu larguei a faculdade e fui para lá. Ganhei uma boa experiência e agora voltei embora”. Wilson

“Eu comecei a trabalhar com 15 anos, trabalhava numa lojinha do meu pai. Aí a gente fechou e eu trabalhei um pouco na mesma lojinha, mas para outro cara. Daí eu saí de lá, trabalhei um ano e três meses na S., de auxiliar administrativo, registrado. Hoje estou de novo em uma lojinha de eletrônico, só que sem registro. [...] acabou meu contrato [porque saiu da empresa S.] É que lá é empresa pública e não tem essa de efetivar a pessoa, é por concurso. É estágio, por que eles têm que ter cota para isso, então são obrigados a ter”. Leopoldo

“De carteira registrada foi meu primeiro emprego [como empregada doméstica], mas eu já tinha trabalhado antes, entregando panfleto, mesmo assim eu trabalhei 28 dias. [trabalhei] um ano e dois meses [como doméstica] depois trabalhei 3 meses, recentemente agora, como balconista numa padaria, sem registro. Eu saí porque ele estava me dando os canos. Ele falou para mim, quando eu entrei, na primeira semana, que ele ia me registrar, passaram-se três meses e alguns dias e ele não falou mais nada. Aí eu .. e outra, lá também ele era folgado, fazia a gente passar do horário, combinou um horário e era outro e daí fui me revoltando e resolvi não ir mais ... eu mesmo me despedi (risos)”. Joana

A inserção no trabalho aqui, como para os jovens do primeiro grupo, se realiza ainda antes da idade permitida pela lei. Por volta dos 15 se inserem em trabalhos informais, usualmente precários.

Enquanto nos relavam suas experiências de trabalho, alguns pontos nos chamaram a atenção.

Primeiro, em uma fala de Leopoldo, dizendo sobre o seu trabalho atual, sem registro, ele o encara como um favor do seu empregador a ele. Em nenhum momento encara como uma precarização do trabalho, e agora que ingressou no ensino superior, espera encontrar um estágio, pelo qual seja possível abandonar o atual.

“Na verdade, como ele [o dono da loja] gosta muito de mim, então ele cede o horário para mim. Lá abre às 10:00 e fecha às 8:00 (20:00h), só que como faço faculdade eu saio às 5:00, é mais fácil para mim. Só que trabalha aos sábados e domingos, de uma às seis no sábado e das 9:00 às 1:00 no domingo. Se eu registrar não, ia ser difícil [conciliar os horários de estudo e trabalho]. Mas agora com a faculdade, vai ficar mais fácil, arruma estágio mais fácil, daí, se seu arrumar um estágio, eu saio”. Leopoldo

A fala de Leopoldo nos remete a Segnini (2000, p. 76). A autora analisa a relação nível de escolarização e o desemprego dos jovens em nosso país. Aponta que:

Os jovens no Brasil, assim como em outros países do mundo, constituem o grupo social mais escolarizado e mais desempregado, ou, mesmo, inserido em trabalhos precários. Por exemplo, para os mais escolarizados, observa-se a proliferação do subemprego com a denominação estágio (TANGUY, 1998).

Esses jovens estão percorrendo o caminho descrito por Castel (1998, p. 529), frente a cenário de precarização do emprego e de desemprego. Dentre a população descrita como vulnerável, o autor cita os jovens “à procura de um primeiro emprego e que vagam de estágio em estágio e de um pequeno serviço a um outro [...]”.

Postura distinta é percebida na fala de Joana. Após ter vivenciado o trabalho de empregada doméstica, problematiza-o, decide que não o quer mais para si. Demite-se também do trabalho sem registro, sentindo-se explorada e enganada. Aqui o trabalho não é vivido como “um favor” mas como um direito. Não tendo esse direito reconhecido opta por não vivenciá-lo.

O trabalho doméstico, como já pudemos verificar, faz parte da realidade de tanta dessas mulheres, tanto mães como filhas. Melo (1998, p. 3) observa que ele “herda socialmente o estigma de desvalorização que acompanha essas atividades. Patroas e empregadas domésticas

participam de uma relação de identidade mediada pela lógica de servir aos outros como algo natural”.

Na busca de um trabalho “de verdade”, registrado, vê a possibilidade do trabalho em telemarketing, área que emprega enorme contingente de jovens. Mas, ao tomar contato mais próximo, descarta-o também como um emprego que não merece ser vivido.

“Eu fiz curso de operadora de telemarketing, eu tinha até planos de acabar o curso e trabalhar, mas operadora de telemarketing, até o 2º colegial acho que pega, mas eles preferem mais as pessoas que terminaram. Não, porque eu não pretendo mais trabalhar com isso não! Porque acho que não daria certo, eu não tenho muita paciência ... ficar sentada ouvindo os outros falar coisas na cabeça. A professora que deu o curso para mim disse que as pessoas que trabalham muito com isso, trabalham 3 anos... 3 anos.. alguma coisa assim...depois tipo aposenta a pessoa porque vai ficando meio doida (risos). Sério .. é porque você fala com gente do Brasil inteiro. Então tem uns que liga pra te azucrinar por causa que o aparelho quebra. A minha professora trabalhava na X., daí ela falava que as pessoas ligam te xingando, xingam você de tudo quanto é nome por causa do problema que você não tem nada a ver, com o celular, da operadora.. tudo. Aí... isso não dá para mim”. Joana

A colocação de Joana nos remete a um setor que é difundido como um grande empregador de mão-de-obra jovem. A cidade em que mora Joana é citada em revistas nacionais como um dos pólos de grandes *call centers*. (BRENHA e YAMAOKA, 2011, p. 179). Ao mesmo tempo em que cria postos de trabalho, são imputados a esse trabalho responsabilidades pelo adoecimento de muitos jovens. Venco (2008, p. 14-15) traz um cenário no mínimo alarmante.

Conforme um dirigente sindical da categoria, “o *telemarketing* está criando um exército de jovens doentes” ou, nas palavras de Galasso, uma “juventude dolorida à beira de um ataque de nervos” (2005, p.194) – a incidência de síndrome do pânico e depressão entre esses trabalhadores é alta. Entre os entrevistados, todos mencionam esses males, se não em si mesmos, em algum colega próximo, tomando contato precoce com as doenças psíquicas.[...] O trabalho nas centrais de atendimento é penoso física e nervosamente (uma boa parte da imagem negativa é originada por essas razões). Será mentiroso de se negar. Passar várias horas do dia ao telefone, com clientes exigentes e diferentes, demanda muita atenção e energia. A pressão para resolver um grande número de problemas, mesmo mínimos, em tempo real – isto é, imediatamente – exerce uma pressão psicológica importante sobre os teleoperadores (CAÏAZZO, 2000, p. 126. Tradução livre).

Diante do conhecimento de tais fatos, preservando-se Joana desiste da busca de emprego em tal setor, “isso não é para mim”. Mesmo que o preço a ser pago seja a realidade do desemprego.

Corrochano (2008, p. 268) também encontra o setor de telemarketing sendo grande referência aos jovens, pois é grande a presença desse segmento nesse trabalho. Mas também se

depara com jovens que problematizam esse trabalho ao conhecê-lo melhor, descartando-o, tal como Joana.

Além de ser um trabalho que emprega mão de obra essencialmente jovem também é marcado pela baixa remuneração e pela predileção pelo trabalho feminino. Sobre essa última característica Leite (2011c, p. 90-91), destaca que ela se pauta em duas questões:

(i) a frequente estratégia empresarial de recrutar trabalhadoras que se declaram mães solteiras por sua maior dependência em relação ao emprego (BRAGA, 2009: 76); e (ii) o trabalho realizado nos call centers como resultado do processo de terceirização de muitos bancos, conforme detecta Segnini (1998), ao chamar a atenção para o fato de que eles se constituem em espaços predominantemente femininos em decorrência de atributos pessoais, como a paciência, a maior disponibilidade para ouvir e a suavidade da voz.

Joana, a princípio, se enquadra nessas duas características, é mulher e mãe-solteira, tornando-a, à primeira vista, uma candidata ideal a uma vaga neste tipo de trabalho. Mas os atributos pessoais naturalizados como femininos, como a paciência e suavidade da voz, não são portados por Joana. A todo momento se mostra questionadora das relações de trabalho que até então tinha experienciado ou das que optou por não vivenciar, como é o exemplo do telemarketing.

Dar preferência a um tipo de origem social no processo de seleção de trabalhadores não é exclusividade do setor de telemarketing. Na experiência como supervisora de estágios, a pesquisadora já se deparou com diversas situações similares, sendo uma especialmente ilustrativa. Um empresário justificou a contratação preferencial de mulheres jovens, casadas e de origem rural, que tivessem migrado para cidade há pouco tempo. Considerava que esse grupo tinha menos oportunidades de trabalho e, ao disponibilizar emprego a elas, no seu entendimento elas se mostrariam mais “agradecidas”. Esse “agradecimento” supostamente se reverteria em maior comprometimento com o trabalho, sob o medo de perdê-lo. Acreditava garantir maior produtividade e maior docilidade das trabalhadoras que se enquadravam nessa categoria. Já pontuamos, por diversas vezes, os mecanismos de gestão não somente dos corpos, mas também da subjetividade dos trabalhadores. Aqui nos limitamos a sinalizá-lo.

Trabalho e estudo: a idealização de uma vida melhor ou a possibilidade de escapar do destino dos pais

Abordamos aqui algumas das inúmeras interfaces possíveis da relação educação e trabalho. Da análise das entrevistas dos jovens, apareceram a conciliação entre o estudo e o trabalho, a relação virtuosa educação-trabalho, o desejo por um trabalho “digno”, as exigências cada vez maiores a que estão expostos na busca pelo trabalho e o empreendedorismo se inserindo nas práticas educacionais.

- A conciliação entre o estudo e o trabalho

Com a inserção na vida laboral ainda em período de escolarização, a conciliação entre os dois compõem a preocupação de muitos desses jovens. Aqui temos um panorama diversificado. Alguns consideram que essa conciliação se dá sem problemas, outros a enfrentam por não ter opção, e outros são levados a fazer a opção por um ou por outro.

“Para mim é numa boa, eu não tenho essas coisa de cansaço, entendeu? Já estudei três períodos na verdade. Já estude de manhã, de tarde e de noite. O último ano, como foi a noite, ficou mais fácil, acostuma mais. Dá sim, dá sim[para conciliar trabalho e estudo], porque quando a pessoa gosta de fazer aquilo que ela gosta, sobra disposição para essas coisas”. Leopoldo

Já Jeane diz ser necessário continuar trabalhando para poder suprir algumas necessidades dela que os pais não conseguem oferecer, como roupas, saúde e estudos.

“Eu estava precisando de comprar umas roupas, uns sapatos, daí tipo estou até aqui (mostrando o pescoço, significando que estava cheia de contas). Também meu dentista que já era para ter terminado e até agora nada (usa aparelho nos dentes). Não! (ênfaticamente). [respondendo à pergunta se vai parar de trabalhar quando quitar essas dívidas] Eu vou continuar trabalhando para eu pagar meu curso e estudar também”. Jeane

Para outros, estudar e trabalhar ao mesmo tempo torna-se inviável. Os motivos alegados são a incompatibilidade de horários, o trabalho que produz cansaço, o não conseguir aprender e propostas de trabalho em outras cidades. Ao se verem frente ao dilema de optarem entre um e outro, nos casos aqui vistos, o trabalho foi a opção, abandonando-se os estudos.

“Porque eu estava trabalhando e chegava tarde do serviço, porque eu tinha começado no serviço, aí ia para a escola atrasada, chegava sempre na 2ª aula, assim quase no meio da 2ª aula, e às vezes tinha prova sobre coisa que eu nem tinha visto. Eu cheguei a comentar com a professora ‘ah professora, eu não sei, eu não estava nessa aula’. A professora nem se interessou em explicar. Aí eu fui desanimando, porque eu estava trabalhando, chegava tarde. [...] É complicado para eu voltar... eu estou procurando serviço, provavelmente

o serviço que eu espero, vamos supor, vou trabalhar no período das 7h30- 8h00 até 5h30-6h00 horas da tarde, o colégio começa às 7h00.. então...”. Joana

“Eu comecei a trabalhar, eu estava estudando, e eu moro em Paiçandu, daí saía daqui às 6h00, você não pode sair mais cedo, porque eu conversei com o patrão e não podia sair mais cedo, porque fazemos o serviço pra fora, faz serviço em Marialva, em Água Boa, Londrina, Curitiba, em São Paulo, onde for.. viajar uma semana, um mês, ou às vezes na cidade mesmo, um dia, não dava, eu comecei indo, comecei a faltar 2 dias na semana, 3 dias, e foi só dificultando. Eu tinha um monte de trabalho pra fazer em casa, que a professora passava, pra me ajudar, final de semana eu ficava estudando, daí eu trabalhava no meio da semana, de vez em quando ia para escola, e fazia lição no final de semana. Foi ficando muito forçado, forçado, daí eu vi que não ia ter mais jeito de ficar trabalhando e estudando, aí eu falei: ‘vou ter que trabalhar ou estudar’ daí como eles gostaram de mim ali, eles pagaram tudo para eu fazer curso tudo pra eles, daí eu peguei ‘ vou deixar de estudar pelo menos esse ano, no outro ano eu volto’. Daí passou o ano e eu não voltei até hoje”. Elcio

A realidade da juventude brasileira em conciliar o estudo com o trabalho já foi abordada quando vimos a realidade da juventude rural. Aqui constatamos que se repete a necessidade dessa conciliação, mas quando os jovens se veem na opção de escolha entre um e outro, optam pelo trabalho. Parece ser esse cenário tanto para jovens rurais, como para os que vivem em centros urbanos.

- Maior estudo como sinônimo de melhor trabalho

A relação virtuosa estudo e trabalho é novamente apontada, em conformidade com o que já foi analisado nos dois grupos anteriores.

Nesse grupo essa relação se concretiza como passaporte para um trabalho mais leve, com melhor remuneração, mais limpo, em contraposição ao trabalho pesado e mal remunerado sendo destinado àqueles sem ou com pouco estudo.

Esse fato foi encontrado também nos demais grupos, mas aqui aparece com mais força. A história de trabalho de seus pais é usada muitas vezes como contraponto, representando o que não esperam para si. Estudar aqui representa fugir das duras condições de trabalho de seus pais.

A fala de Wilson é significativa nesse aspecto:

“Ele [estudo] serve, na minha cabeça, para alocar as pessoas. Pessoas de baixo estudo vão ter serviço pesado e vai ganhar pouco, com mais, vai trabalhar não menos, vai pensar... são pagas para pensar e vão ganhar mais... **Então, se a pessoa tiver consciência, ela vai estudar. Até porque não quer ver o que os pais passaram [...].Então, quem necessita já viu a necessidade dos pais, então eles tem que pegar de exemplo e trabalhar**”. Wilson

As expressões “trabalho digno”, “vida digna” se destacam nesse grupo. Seus sentidos variam, mas convergem sempre para um mesmo cenário, ter uma vida sem privações, um trabalho que lhes proporcione segurança, aqui entendida como ter seus direitos reconhecidos, ou seja, um trabalho que lhes conceda reconhecimento social.

“Vocês tem que fazer tal coisa para poder ter um emprego digno, porque hoje, se você não estuda o que você vai ser?” [dizendo o que os professores falam na escola] Não que seja um emprego ruim, mas vão te chamar para ser caixa do mercado, trabalho de doméstica, tipo... Então sempre isso que falavam ‘ah, vocês querem ficar que nem as pessoas de hoje, que ganham pouco, trabalham muito e ganham muito pouco e às vezes é até porque não tem o estudo’. [...] Trabalho digno é aquele emprego, como eu disse no começo, que você se sinte bem, que você goste de fazer aquilo, mas que você também ganhe bem. E também que você tem seus direitos – férias, aí esqueci o nome- é registrado, registro em carteira.. é muito importante isso. Porque depois, como você vai se aposentar?”. Beatriz

Quando esse “trabalho digno” se traduz em tipos de trabalho almejados, temos uma diversificação entre os jovens, indo desde o trabalho como operário em uma empresa até obter o ensino superior e trabalhar na área de formação. Enquanto para uns ser “caixa de supermercado”, como o relato de Beatriz deixa entrever é sinônimo de trabalho não digno, e para Joana conseguir um trabalho de ajudante geral em uma empresa representa esse mesmo “trabalho digno”.

Mas os relatos retratam também a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, nem sempre restrita a se conseguir um “trabalho digno”, como, por exemplo, a dificuldade do primeiro emprego e a defasagem no ensino das escolas que frequentam. Quase a totalidade dos jovens aqui retratados estudam ou estudaram em escolas públicas, com exceção de Leopoldo, que cursa o ensino superior em instituição privada.

“Todos os currículos que eu li até hoje, diz lá rapidez de aprendizado, boa comunicação em grupo, que mais.. experiência também. Mas eu me pergunto, se uma pessoa nunca trabalhou, como é que ela vai ter experiência se ninguém dá emprego para ela! Fico me perguntando. Se você me der um emprego você vai ter uma experiência. Então eu acho que ...é isso, hoje em dia eles vêem também muito curso, informática também, vê curso, estudo, vê experiência no emprego”. [o que é necessário para conseguir um trabalho] Beatriz

Na fala de Beatriz percebemos a grande preocupação com o primeiro emprego. Já sabemos que os jovens são os que mais sofrem com o desemprego, sendo os mais vulneráveis a empregos precários e informais. São os mais atingidos quando uma crise econômica se instala, e os últimos beneficiados quando da retomada do crescimento econômico. Estudos mostram que essa defasagem tem se mantido no decorrer dos anos (POCHMANN, 2007; ARAÚJO et al.,

2010). Nas políticas públicas, reconhecendo essa dificuldade, lançam programas de incentivo ao primeiro emprego.

A situação desses jovens de até 25 anos que estão em busca do primeiro emprego, Pochmann (2007) denomina desemprego de inserção; falta de experiência, baixa escolaridade são algumas das justificativas para esse fenômeno.

- Exigências cada vez maiores e o futuro incerto

Mas, mesmo os que conseguem manter-se nos estudos apresentam uma dificuldade adicional para a concretização do desejo do trabalho digno. A precariedade das escolas que frequentam, frente à exigências apresentadas pelo mercado de trabalho, é problematizada pelos jovens. Nesse sentido, Jeane questiona o papel da escola, tanto na sua função de difundir valores como na de ensinar conteúdos.

“A escola acho que dá educação, mas estudar.. na minha escola, pelo menos, eu acho que dá mais educação do que estudo. Porque assim, no colégio, os professores faltam muito. Eu tenho uma professora de sociologia que Deus me livre, ela é turista no colégio, sabe. Ela vai uma vez por mês, ela dá aula uma vez por semana, mas aparece uma vez por mês, e fala assim ‘ah, hoje vai ter prova’. Joga as provas. Se a gente estudou, estudou, se não estudou... ninguém fala nada. Então acho que os alunos também, hoje em dia, também não andam interessados, no caso assim, os professores também tinham que colaborar. Que nem no caso assim, vestibular, essas coisas assim, eles [professores] não se preocupam assim. Eles passam matéria do ano, bem sossegados, diferente de outros colégios, tipo o M. daqui que é particular, é um colégio bem assim, tanto que é o primeiro lugar da UEPG é M., sempre”. [falando da diferença entre estudar em escola pública e escola particular] Jeane

Para Jeane, estudar em uma escola pública a coloca em desvantagem frente aos que estudam em escola particular. No seu entender, esta tem maior interesse na aprendizagem dos alunos. Em contrapartida, na sua escola o cenário que descreve é de desinteresse, tanto de uma parte dos professores, como dos alunos. Nagano (2004, p. 2002) traz os achados em sua pesquisa, referindo-se a como jovens inseridos em um empreendimento da Economia Solidária veem a educação, a autora relata:

Para todos os jovens entrevistados das empresas solidárias, a escola é fundamental tanto em função do acesso ao conhecimento quanto à aprendizagem do que é a vida, dada a heterogeneidade de relações que podem estabelecer dentro dela. Eles não a vêem mais como lugar da aprendizagem das normas e dos valores, mas do contato com o mundo. Na escola, os jovens testam o seu discernimento entre o que é certo e o que é errado e não se envolvem com o mundo das drogas, da violência. Apesar da importância atribuída à escola, a adesão dos jovens a ela é baixa. A escola desinstitucionalizou-se, não é mais o espaço que, de cima para baixo, ensina os jovens a viverem em sociedade, inculcando normas e valores sociais, onde eles aprendam uma profissão que lhe esteja destinada

(Dubet, 2002). Agora, o discernimento do que ser e de quais regras seguir depende do próprio sujeito.

A exigência cada vez maior de escolarização, de outros conhecimentos, como informática e línguas, obtidos através de cursos normalmente pagos, também é vista como um obstáculo, pois muitos deles não conseguem frequentá-los por não terem condições financeiras. Até mesmo cursos mais básicos, com baixo custo, muitas vezes não lhes é possível. Um exemplo dessa última situação nos é relatada por Joana, quando nos fala: **“Teve um curso lá [na escola] de costura, daí acho que tinha que pagar, uns R\$ 5,00 ou mais e aí eu não tinha [dinheiro], daí eu também não fiz”**.

Outro nos fala das exigências de conhecimento cada vez maiores necessárias aos jovens para serem considerados aptos para entrar no mercado de trabalho. Se antes o ensino médio era considerado suficiente, hoje já não o é mais. A graduação e a pós-graduação no ensino superior entram na lista de requisitos para conseguir um bom trabalho. Nesse grupo de jovens, somente dois cursavam ou tinham cursado o ensino superior.

“Ter currículo é você ter estudo, ter cursos, ter diploma, aquela faculdade, que é muito importante, a graduação. Na verdade, a graduação é igual ao ensino fundamental, que não vale nada ... doutorado também não está valendo mais nada (risos). Agora todo mundo tem”. Leopoldo [falando sobre o que é necessário para se obter um bom trabalho]

Essa colocação nos remete a Paiva (1999, p. 3), quando aborda a relação virtuosa estudo e trabalho. A autora diz ser necessário o abandono de convicções e, entre elas, aponta “a que diz respeito a uma relação positiva entre escolaridade, renda e *status* que caracterizou o período de acumulação fordista, pois novos mixes combinam hoje elevada escolaridade/sofisticação e complexificação da formação com baixos salários e status declinante”. Em texto de 2001 Paiva reforça essa ideia, ressaltando que níveis mais elevados de escolaridade são cada vez mais exigidos, mas, ao mesmo tempo, o diploma, deixando de ser um bem raro, teve diminuído o seu valor, tanto em termos de parâmetro de competição como em termos de correspondência salarial.

Vanessa nos falava do sonho de ingressar em um dos cursos mais concorridos nos vestibulares, o de medicina. Mas é um sonho idealizado, que não encontra eco nas ações feitas pela jovem para atingir seu sonho, ou seja, parar de estudar, faltar às aulas, etc. Não consegue problematizar esse sonho e definir ações que a possibilitem alcançá-lo, mas também não apresenta nenhum outro projeto de vida.

“Eu queria trabalhar.... de ser médica, mas não dá, queria me formar para ser médica, mas para mim não dá..eu sou muito burrinha. Eu sai da escola. Esse ano era para eu ter terminado... eu saí. Já era para eu.... eu saí no segundo. Eu estava estudando e aí parei. No mais fácil [matérias da escola] eu fui muito mal. Eu estava faltando demais.. aí não deu...” Vanessa

Ao dirigir seu projeto para o futuro, o faz desconectada com o presente. Há um descrédito com ela mesma: “sou burrinha”. À época da entrevista não estudava nem trabalhava. Recorremos a Vargas Gil (2011, p. 37), que diz que a parte da juventude hoje em dia, ao se deparar com condições sociais de grande insegurança e risco, não conseguem apresentar projetos de futuro, limitando-se à vivência do presente. Diz a autora:

Parece que o que está em jogo é a esperança que se deposita em algo que ainda não conhecemos. Se a esperança é fraca, o desânimo se instala e o futuro pode ser imaginado como ausente ou utópico; se é forte, faz do presente um tempo de espera ativa e o futuro pode ser imaginado como articulado às escolhas e às possibilidades do presente.

Acreditamos que Vanessa se enquadra no primeiro cenário descrito pela autora. A esperança que tem de ver seu sonho realizado é fraca. Durante toda a entrevista, ante às colocações da pesquisadora, era o silêncio que primeiro aparecia, para depois surgirem expressões como “difícil responder”, “nunca pensei nisso”, “não sei”. Aventuramo-nos a identificar nessa jovem o desânimo com o presente e o futuro utópico ou ausente de que nos fala a autora. Sem ações no presente, sem planos concretos para o futuro.

- A ideologia do empreendedorismo se apresentando na educação

Outra vertente da relação educação e trabalho é apresentada por Wilson, a educação para o empreendedorismo. Ele nos descreve uma experiência da qual fez parte que ilustra bem como essa ideologia se espalha pela área da educação. O estudo sendo visto como capacitação para o indivíduo gerir seu próprio negócio agora é visto também nos primeiros níveis de educação. A experiência é relatada com orgulho pelo jovem. Ele participou na condição de orientador dos jovens para a “montagem de uma empresa”.

“A gente monta uma empresa com eles [os estudantes] mesmo lá. Até a gente montou, interessante, uma fábrica de sabonete, e a gente pega, vende ação, os pais compram, vendem na rua, o pessoal sai vendendo na rua. Trabalha com aquele dinheiro 6 meses – a gente comprou, fez sabonete, vendeu, e entrega o dinheiro para as pessoas. Pra que que serve... **para ensinar o jovem a importância e como funciona dentro de uma empresa.** A Junior não fica com um centavo. Então é um projeto voluntário ensinado em escolas

públicas, sempre. [...] A política da Junior, é mostrar para as pessoas, para os jovens que eles tem que estudar porque eles vão precisar daquilo. O projeto é para formar empreendedores, assim... para ensinar. **Então para que serve a Junior, é para mostrar mesmo para as pessoas, se elas não estudarem não vão ser alguém na vida**”. Wilson

O empreendedorismo é constantemente apresentado como possível solução ao desemprego, incluindo-se aí o relacionado aos jovens. Lembramos que, dentre os programas governamentais federais voltados para os jovens, o Programa Jovem Empreendedor é o único vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego. Arriscamo-nos a dizer que estamos assistindo a um culto ao “empreendedorismo” como solução redentora aos que querem se inserir no mercado de trabalho.

Creio que podemos ver nesse movimento o que Canário (2006) chama de “empresários de si”. Nesse sentido observamos também a responsabilização individual pelo sucesso/fracasso, tão cara à visão liberal do indivíduo. Nesse sentido, reforçamos que aqui a ideia de empreendedorismo é sempre individual e não coletiva.

Para um melhor entendimento das consequências dessa visão nos reportamos à Bock (1997). Para ela, o homem, sob essa ideologia, é visto como possuidor de características e direitos universais que, ao se configurarem de modo singular, determinam o destino de seu lugar social, seus sucessos e fracassos. Nesse sentido e com base nessa visão, é como se “[...] dadas condições adequadas e liberdade aos indivíduos, estes são os únicos responsáveis pelo seu desenvolvimento” (BOCK, 1997, p. 40). Assim, as áreas de conhecimento que tomam essa concepção de homem acabam por transformar problemas de origens sociais em problemas individuais, o que resulta em uma dissimulação da realidade social, uma vez que essa só é passível de ser compreendida pela realidade individual.

Bulgacov et al. (2011, p. 699-700) apresentam interessante investigação sobre jovens empreendedores abordando sob quais condições atuam em nosso país. Impõem-nos questões acerca da relação entre o empreendedorismo e precarização do trabalho quando, por exemplo, perguntam: “Até que ponto a denominada atividade empreendedora do jovem estaria associada à precarização das condições de trabalho, ao aumento do caráter precário das relações de trabalho, pela ampliação do trabalho profissional assalariado sem carteira e do trabalho independente, e aquele por conta própria?”. Analisando dados sobre empreendedorismo do jovem em nosso país, trazem o seguinte quadro:

Os indicadores de renda do jovem empreendedor mostram um cenário desolador revelam perspectivas pouco animadoras. Quase 50% dos jovens empreendedores brasileiros estão em uma faixa de renda de até três salários mínimos; se agregarmos a faixa de até 6 salários mínimos, este índice chega a quase 80%. Esse cenário fica ainda mais desolador quando se analisa o nível de renda dos jovens empreendedores por necessidade²⁵. Entre eles, 73% auferem renda menor que três salários mínimos, o que coloca em questão tanto sua capacidade de sobrevivência com a possibilidade de formação desse empreendedor (BULGACOV et al., 2011, p.710).

No cenário delineado pelos autores não encontramos ressonância com a imagem idealizada de empreendedorismo vislumbrada por Wilson quando diz: **“O projeto é para formar empreendedores, assim... para ensinar. Então para que serve a Junior, é para mostrar mesmo para as pessoas, se elas não estudarem não vão ser alguém na vida”**. A precarização os acompanha inclusive como empreendedores. O “ser alguém na vida” continua como idealização e como ideologia a ser passada aos jovens, sob a visão liberal de homem, denunciada por Bock acima citada.

Em outro ponto do texto, ao diferenciarem as condições em que atuam os jovens que empreendem por necessidade e os que empreendem por oportunidade, trazem outro ponto de reflexão para nossa pesquisa.

Definem o jovem que empreende por oportunidade como aquele que, por suas condições sociais e educacionais “pressupõe aprendizagem, escolha, consciência, reflexão e proação para enfrentar um mundo no qual a competitividade baseada nas novas tecnologias de informação e de comunicação direciona e define o caminho do sucesso dos empreendimentos” (BULGACOV et al., 2011, p. 718).

No outro lado do cenário temos as características do jovem que empreende por necessidade. Sobre eles dizem esses autores (p. 718):

O outro jovem — por necessidade —, embora com ações afirmativas de iniciar uma atividade, vive em um espaço no qual são reduzidas as possibilidades de realização no mundo do trabalho, buscando a fuga da exclusão — o “empreender”. Que “empreender” é esse? O “empreender” desse jovem é movido pela necessidade de sobrevivência em um mundo altamente competitivo que pressupõe escolaridade, formação e capital para enfrentar um negócio empreendedor, o que, como visto, ele não dispõe, restando-lhe apenas sua vontade e sua determinação para agir e criar as condições de fuga da exclusão.

²⁵ Os autores fazem a distinção entre empreendedores por necessidade e os empreendedores por oportunidade tomando por base sua motivação inicial.

Chama-nos a atenção essa distinção, pois os jovens retratados nessa pesquisa não se assemelham aos descritos como empreendedores por oportunidade, para os quais essa ação é uma opção, uma escolha. Estes possuem suporte social que lhes permitem o desenvolvimento tanto objetivo quanto subjetivo para o enfrentamento da realidade de trabalho. Não parece ser o caso da maioria dos jovens aqui retratados. A necessidade de sobrevivência é o que os move, contudo não dispõem de escolaridade, formação ou capital, aspectos considerados pelos autores acima citados como necessários para o empreender no mundo atual.

Entendemos que, tal como a Economia Solidária, o empreendedorismo, nesses casos, estaria cotejado à falta de opções dos jovens frente a um mercado de trabalho que os exclui. Altera-se o cenário mas a identidade constituída sob relações de precariedade social se mantém.

Falando sobre Economia Solidária

- Os sentidos e significados

Nesse grupo de jovens, três deles já haviam trabalhado por algum tempo no empreendimento de Economia Solidária do qual seus pais/tios faziam parte.

Repetindo aqui o resultado encontrado nos demais grupos, o termo “economia solidária” não é conhecido pela maioria, sendo que apenas um deles, que nunca trabalhou nos empreendimentos, mas parece ter uma relação muito próxima à sua mãe, apresentou uma definição. Quando abordamos o termo “cooperativismo” encontramos mais respostas.

Apenas Beatriz respondeu que já conhecia o termo e apresenta sua versão:

“Pelo que eu vi o trabalho da minha mãe, que eu li e eu acho que economia solidária é assim.. não é só uma forma de ajuda. É na verdade, um projeto que envolve muita coisa, tipo a cultura, dá valor assim nas pessoas, no caso as mulheres. Porque hoje em dia é muito difícil encontrar um projeto que apóie as mulheres igual está sendo. Então eu acho que é muito mais que um projeto, é **também mais que uma ajuda**. A economia solidária eu vejo assim, minha visão de economia solidária, eu acho que é isso, é mais para valorizar o trabalho, valorizar as mulheres”. Beatriz

Ela relata ler os informativos trazidos por sua mãe após as reuniões de que participa, formando assim sua ideia do que seria Economia Solidária. Na visão apresentada por Beatriz destaca-se a possibilidade de valorização do trabalho.

Se como forma de geração de renda, ainda não se constitui como realidade para muitos dos trabalhadores nele inseridos, no quesito valorização pessoal nos parece que vem obtendo maior sucesso, conforme já defendido anteriormente. No decorrer dessa pesquisa não foram poucas as ocasiões que deixaram transparecer a valorização das pessoas como um dos ganhos oriundos dessa forma de trabalho. Ainda que perpassado por contradições, como no caso das mulheres desse grupo já abordadas acima, os filhos conseguem perceber uma mudança positiva na vida das mães. A viabilidade de proporcionar esses ganhos sociais e psicológicos é o que define para Beatriz o sentido de Economia Solidária.

Como nos demais grupos, o significado de cooperativismo encontra maior concretude que o significado de Economia Solidária. A relação com os conceitos de ajuda e união é recorrente quando apresentam sua concepção de cooperativa.

“Um lugar onde tem que ter união para tudo! você tem que um ajudar o outro, um dar a mão para o outro senão não vai”. Abel

Outros relatam nunca terem ouvido o termo, mas apresentam uma noção baseados na experiência de sua mãe. O sentido aqui é de ajuda às pessoas carentes.

“Só doméstica (rindo) solidária com meu bolso [quando perguntado o que conhecia de economia solidária]. A minha ideia tirei agora com nossa conversa, que é a questão da própria cooperativa, **que um ajuda o outro para melhorar**. Essa é minha ideia. Mas eu acho que na cabeça dela [mãe], é união de pessoas carentes, é até o que ela fala ‘a gente se ajuda, ninguém ganha nada, mas ninguém passa necessidade’ e assim vai”. Wilson

Modos de funcionamento

Os modos de funcionamento do empreendimento também não é de conhecimento da maioria dos entrevistados. Supúnhamos no início da pesquisa, por terem pessoas próximas a eles vivenciando esse dia-a-dia, os jovens trariam esse conhecimento. Mas esse grupo, ao contrário do primeiro, não sustenta inteiramente o pressuposto que tínhamos no início da pesquisa, baseados em Kraychete (2000, p. 2) “no caso dos empreendimentos populares, é impossível separar as atividades de produção e comercialização de bens e serviços das circunstâncias de reprodução da vida da unidade familiar destas pessoas”.

Nesse grupo somente os que trabalharam nos empreendimentos souberam apontar algumas características do funcionamento de tais empreendimentos. Abordamos abaixo as relações hierárquicas, o modo de divisão dos ganhos e o processo de tomada de decisões.

- Relações de mando e divisão dos recursos financeiros

Nos empreendimentos que compõem esse grupo, a retirada financeira é igualitária, com exceção de uma das cooperativas de reciclagem, o empreendimento B.

Elcio, trabalhando no empreendimento A, que divide o espaço físico com o empreendimento B, questiona tanto a divisão de ganhos como as relações de mando vigente no que trabalha. Argumenta ele que não tendo ninguém para mandar, ocorria uma quantidade diferenciada de trabalho executada por cada um, e, portanto, seria plausível também ganhos diferenciados. Elcio relata que foram esses aspectos que chamaram sua atenção quando ingressou no empreendimento. Não ter ninguém para mandar e cobrar do outro o trabalho é visto com estranhamento por ele. Reproduz-se mais uma vez a situação da naturalização das relações de mando, já discutida.

“O importante aqui na verdade é você trabalhar, você trabalhou o dia inteiro está bom, tem pessoa que trabalha na mesa e separa 20 mesas, durante a manhã. O outro trabalha 3 mesas, 4 mesas... e ninguém fala nada. Se um está carregando peso pra lá e o outro carregando uma garrafa pra cá, não tem ninguém para reclamar. Tem reunião, fala ... ah... faz reunião e decidi ‘fulano não está fazendo isso’, ‘fulano falou isso’ ‘se não está produzindo igual aos outros, se continuar assim, vai ter que marcar, para saber o que você está fazendo, para chegar no final do mês ter um desconto. Todo mundo faz o que quer e ninguém chama a atenção, faz o que bem quiser e pronto. Eu achava que na reunião resolvia daí pronto, porque assim, o presidente não viu, em reunião resolve, mas hoje faz reunião, amanhã está a mesma coisa. No outro mês faz outra reunião... no outro dia está a mesma coisa”. Elcio

Quando compara a prática do outro empreendimento de reciclagem, que funciona no mesmo local, mas sujeito a regras diferentes – ganhos diferenciados, relação de mando – tende a considerar que é esse é o correto e não o modo como seu empreendimento age.

“Se você trabalhar para produzir, igual na outra aqui (na cooperativa que funciona ao lado) eles tiram R\$ 800,00. Mas ali tem a mulher que a ‘bicha’ é ruim. É aleijado, trabalha sentado, é mudo... **Manda...** se aparece caminhão fica fazendo carga, não é moleza não. Mas tira R\$ 800,00 e **ali ela manda mesmo, não tem dessa não**. Se bebeu, é cinco dias de gancho, em casa. **Todo mundo fala que é ruim aí, mas não é ruim, tem que ter um para mandar**”. Elcio

Mais um indicador da força da naturalização das relações de mando. A divisão entre os que mandam, subtendendo-se que têm maior capacidade daqueles que são “os mandados”, é internalizada como natural. Consequentemente, quando não se apresenta, causa estranhamento.

A prática da hierarquização das relações de poder é confirmada pela entrevista de Vanessa, cuja mãe trabalha no empreendimento B. Quando perguntada como as decisões são tomadas, ela disse não saber, porém só sabia de um fato: **“Quem decide é minha mãe e tem outro lá, é ela mais um lá... mas é mais ela”**.

Cabe aqui a observação de Leite (2011a, p. 48)

Outro elemento a ser levado em conta consiste no caráter participativo dessas cooperativas, o qual muitas vezes simplesmente não existe. Em virtude do baixo grau de escolaridade, da longa experiência de exclusão social e da pouca vivência de qualquer forma de trabalho mais organizado, os trabalhadores envolvidos na coleta e reciclagem do lixo têm dificuldade de entender o que é uma cooperativa, assim como de participar da administração do empreendimento, controlando preços de venda e quantidades de material reciclado.

Como se dão as relações de mando, que podem ser hierárquicas ou então mais participativas, está ligado diretamente ao modo adotado para a tomada de decisões.

Os jovens relatam que as decisões são tomadas nas assembleias ou reuniões periódicas.

A característica da decisão ser tomada por todos os trabalhadores é apontada como uma possível dificuldade por Beatriz e condiz com a opinião de sua mãe, Nora. Para elas, conciliar pensamentos diferentes na hora da decisão é uma das principais dificuldades desse modo de trabalhar.

“Eu acho que minha mãe está satisfeita, só que dificuldade assim... trabalhar num grupo, que eu vejo, é muito complicado porque são várias pessoas com ideias diferentes, totalmente diferentes, às vezes um quer fazer isso ‘não! Vamos fazer aquilo’ – às vezes acaba dando aquela confusão.[...] Além do mais ali todas elas mandam, não tem uma só, uma pessoa que tipo ‘ah eu faço isso, eu faço aquilo’ não... todas elas mandam ali. Então, se uma falhar o grupo inteiro já era, então é por isso que eu acho que é mais difícil”.
Beatriz

- As rivalidades entre cooperativas: a prática se distanciando da teoria

Uma outra situação é apresentada pelo entrevistado Elcio, que contradiz as práticas prescritas na Economia Solidária. Ele assinala a rivalidade entre as cooperativas que ocupam o mesmo espaço físico, mas que, segundo ele, têm condições diferentes de trabalho, uma possuindo

esteira para a separação do material e a outra não. Isso faz com que os cooperados dos dois empreendimentos não se entendam.

“Conversam o necessário. Só quando tem reunião com outras cooperativas, quando é assim todo mundo reuni, mas um passar perto do outro, assim.. para conversar... nem pensa nisso. O nosso povo lá é assim... tudo gente boa. O povo aqui [os outros] que é ignorante. Acho que é ignorância. Porque todo mundo trabalha, depende da mesma coisa. Ficam aqui ‘você estão lá em baixo, nós ficamos aqui em cima, então vocês não vem pra cima e nós não vai lá embaixo’. Pra que isso? Se todo mundo podia vir aqui em cima conversar, descia lá embaixo...trabalhar junto. Dava pra todo mundo trabalhar nessa esteira, não era pra ter aquela outra lá embaixo, usava lá pra guardar material”. Elcio

Conforme dissemos anteriormente, quando fomos entrevistar os pais, estes tinham saído do empreendimento, indo para outro. Isso ocorreu após a união das duas cooperativas que até então trabalhavam separados. Os cooperados do empreendimento A não aceitaram as práticas do empreendimento B e se desligaram do empreendimento.

Em um modelo baseado em relações de solidariedade, num primeiro momento pode causar estranheza a situação acima. Rivalidade entre cooperativas, rivalidade entre os trabalhadores. Mas, pela nossa atuação na prática, na vivência do dia a dia de alguns empreendimentos, não nos causa surpresa. O conflito sempre vai existir, em todas as relações sociais. Mas é do conflito aberto, declarado, até mesmo violento, que nos fala Elcio. Não há uma negociação desses conflitos, desembocando em situações como a relatada por Silva (2007, p. 32): “Uma saída aventada pelos que militam no campo da reciclagem é a venda consorciada do material. Contudo, **a dificuldade de diálogo entre os vários empreendimentos** tem surgido como uma barreira a impedir o estabelecimento de uma central de vendas comum” (grifo nosso).

Temos um descolamento entre os pressupostos teóricos e o que se vê na prática. Isso reflete algumas dificuldades no dia-a-dia, nem sempre explicitadas nos estudos sobre o tema.

Entre vantagens e desvantagens: prevalecimento das desvantagens

Quando ainda em nossa fase de elaboração dos dados, visando ao seu ordenamento em categorias, o recorte de “desvantagens do trabalho em economia solidária” foi quase exclusivamente apresentado por integrantes desse grupo. Não que os demais não pontuassem desvantagens, mas aqui elas tomam grande espaço quando abordamos os aspectos que chamam a atenção dos jovens.

Condições de trabalho inadequadas, a falta de registro em carteira, falta de segurança de futuro, falta de renda que seja suficiente para o sustento da família, preconceito são algumas das desvantagens apontadas pelos jovens.

“Você trabalha sujo, tem uma hora de almoço, mas tem que achar um lugar pra você almoçar, tem meia hora de café, tem que achar um lugar par tomar o café. Porque não tem um refeitório certo igual nós tínhamos lá firma, certinho. Tudo que o que você quiser tem que ..improvisar. [...] mas... igual minha mãe já trabalha tem 8 anos [na cooperativa], se ela sair hoje, ela sai com o salário do mês, não tem um acerto, não tem um 13º terceiro, não tem fundo de garantia, não tem nada. Não tem carteira registrada, se uma hora ela ficar doente, ela vai receber um mês em casa. Se ficar mais um mês ela vai ter que se virar do jeito dela, que não é registrado, não é nada. E aí, cada um tem que se virar, porque carteira mesmo não tem”. Elcio

“Mas de ruim assim... Porque eu não vejo dinheiro (risos) .. para começar.. eu não vejo ninguém ganhando nada ... mas eu vejo elas indo. Porque na verdade o dinheiro ajuda o crescimento! Porque se você ficar sempre naquela mesma, vai ficar naquela .. para elas não compensam porque nenhuma delas ganha renda fixa ainda. Nem nada, nada mesmo. Elas trabalham para pagar o que elas tiram do bolso para fazer isso. [...] quero ver se vai ver dinheiro”. Leopoldo

Abordando especificamente as cooperativas de reciclagem, quando comparado às condições de trabalho no lixão, as cooperativas de reciclagem indubitavelmente significam um avanço. Mas não o suficiente para adquirir uma condição salubre de trabalho. Nelas, como nos demais empreendimentos pesquisados, a realidade ainda é de precariedade, sem proteção caso adoeçam, sem ganho suficiente. Consideramos esses aspectos decisivos para a formulação do sentido de trabalho na Economia Solidária que é constituído pelos jovens. “**Quero ver se vai ver dinheiro**” é dito por Leopoldo quase como um desafio à mãe. Não acreditando na viabilidade econômica do empreendimento, o desqualifica como opção de trabalho, inclusive para a mãe.

Quanto às vantagens desse tipo de trabalho, nenhuma das arroladas anteriormente pelos demais grupos, como flexibilidade de horários, maior autonomia, possibilidades de melhora nas condições de vida são apresentadas por este grupo. Não conseguem identificar vantagens para os jovens, somente para os seus pais/tios, isto é, o crescimento pessoal apresentando por eles.

Crescimento é aqui definido tanto pela possibilidade de novos aprendizados como dar um “novo sentido à vida”, conforme podemos ver nos relatos abaixo:

“Eu acho que ela ali, com esse trabalho ela vai adquirindo mais coisas, porque vai dando mais **chances para ela conhecer outras coisas e fazendo outras coisas**. [...] elas estão fazendo curso de informática, cursos de administração e não sei o que lá de alimentos .. . você vai adquirindo assim. Tem aquelas que não tem estudo... até vi casos assim, que apanhavam do marido, ah, vários outros casos que eram complicados, não tinha aquele, aquela harmonia, aquela alegria de viver. Até que daí apareceu esse projeto, daí elas começaram a fazer coisas, fazer artesanato, tem o grupo do artesanato, do doce e tal. Isso deu um.. como posso dizer.. **um sentido para a vida. Porque daí melhorou muitas coisas na vida dessas pessoas, que**

eu vejo. Então eu acho que não é só um trabalho, eu acho que elas procuravam ali, uma coisa para esquecer os problemas, uma solução na verdade, e até que deu certo”. Beatriz

“Ela [mãe] mudou, ela era uma pessoa... a vida dela era aquilo cozinhar e lavar roupa. Hoje ela tem a **profissão dela, hoje ela aprendeu uma profissão.** Ela adora ir lá costurar, fazer algum artesanatinho lá. **Ela mudou da água pra o vinho! Hoje ela tem... como posso dizer... um motivo para ela viver melhor.. ela adora.** Se você conversar com ela você vai ver que a semana dela era, segunda a domingo lavando roupa, e hoje não, ela tem vontade de ir, ela ganha o dinheiro dela, ela não necessita tanto do meu pai, e assim vai. Para ela o mais importante foi isso e talvez para a grande maioria das pessoas. São pessoas ‘não, eu não sirvo para nada, não sirvo para isso’ - agora dizem ‘não! Eu sei’”. Wilson

Já havíamos verificado a força dessa característica nos depoimentos das mães. Aqui ela se confirma segundo a visão dos filhos. A transformação de sua mãe demonstrada na fala de Wilson de **“não, eu não sirvo para nada, não sirvo para isso”** para a “nova mãe” que diz **“agora dizem ‘não! Eu sei’”**, explicita a potencialidade desse modo de organização, conforme ressaltamos anteriormente. Ao permitir a construção de novas identidades, por permitir novas atividades e relações, o trabalho permite a essas mulheres sair da “mesmice”.

Mesmice aqui entendida no sentido de Ciampa (1990). Vivendo somente um papel, muitas vezes designado pela identidade pressuposta, essa vai sendo repostada no dia-a-dia, como sempre permanecesse a mesma, sem caráter histórico. O papel de dona-de-casa, sem outras capacidades, é o vivenciado como a personagem-mito. Frente às novas realidades, novas aprendizagens e desafios, as participantes dos empreendimentos se defrontam com outros “Eus”. “Essa expressão do outro *outro* que também sou eu consiste na metamorfose da minha identidade, na superação da minha identidade pressuposta” (CIAMPA, 1990, p. 180). Se ver “capaz” de trabalhar sem mando, de mostrar sua criatividade, de aprender, de dar um novo sentido à vida, no nosso entendimento é uma enorme contribuição dessa forma de trabalho, uma vez que sabemos o seu papel de grande peso na definição da identidade. E, igualmente importante, essa nova identidade é reconhecida pelos filhos e, podemos supor, por outras pessoas de suas relações sociais.

Leite (2011a, p. 50) chama a atenção para esse potencial quando ressalta:

Vale destacar, contudo, que as experiências não se esgotam na geração de trabalho e renda. Enquanto alternativas de inclusão social em que a participação do coletivo se torna importante seja para a criação do empreendimento, seja para sua manutenção, esses experimentos podem conferir a seus associados um sentimento de orgulho, de elevação da autoestima, de capacidade de resistência às situações adversas enfrentadas. Essa situação, contudo, não é encontrada em todos os empreendimentos, mas apenas naqueles que conseguem um desempenho mais exitoso.

Mas, ao mesmo tempo em que o trabalho nos empreendimentos ligados à Economia Solidária é portador da possibilidade de crescimento pessoal, como visto acima, pode também ser portador de estigmas negativos. Esse aspecto pode ser visto quando os jovens relatam que muitas vezes os pais são alvos de preconceito e mesmo humilhação pelo tipo de trabalho que possuem.

- O outro lado da moeda: Estigma e Preconceito

A imagem estigmatizada de Economia Solidária, como sendo destinada basicamente às pessoas pobres é trazida por Beatriz, quando nos relata o que acha que as pessoas pensam sobre o trabalho na Economia Solidária.

“Eu acho às vezes o povo trata o povo da economia solidária como extraterrestre, nossa!! Ah, eles olham o nome **‘economia solidária’ que vive de doação**, ‘nossa!! **Mas esse povo é o povo que não tem nada**, porque não sei o que....’ **‘vive de doação’** já vi gente falando isso. Mas eu acho que não, eu acho que tanto no empreendimento da economia solidária quanto num emprego normal é tudo igual. Acho que os dois tem que ser iguais, não tem essa de ser diferente. ‘ah, você trabalha em economia solidária você não sabe nada’”. Beatriz

Não só Beatriz, mas Jeane também apresenta a mesma visão, agora reforçada pela escola.

“Na verdade assim, a minha professora de história tinha tocado nesse assunto, anteriormente, do passado assim, que surgiu assim, esses blocos de pessoas fazendo artesanato, assim, para arrecadar dinheiro **para as pessoas que precisavam**. Daí as pessoas mais carentes faziam assim, essas feiras e vendiam para arrecadar uma renda para dentro de casa”. Jeane

Reiteramos aqui a lógica do estigma a que estão expostos esses trabalhadores. A informação repassada pelos outros sobre Economia Solidária é no sentido de doação para despossuídos, para os excluídos e marginalizados. Na relação direta estabelecida nas falas de Beatriz e Jeane entre Economia Solidária e pobreza e a necessidade de Beatriz em reafirmar que não é essa a realidade é revelador. Nesse sentido, retrata a Economia Solidária praticamente igualada à condição da esmola.

Perguntamos: que população precisa de esmola?

É aquela vítima da exclusão. Wanderley (2009, p. 24) acrescenta:

O estigma é definido como cicatriz, aquilo que marca, denota claramente o processo de desqualificação do indivíduo na lógica da exclusão. Nessa direção Vera Telles (1990) afirma que “a estigmatização da pobreza funciona através da lógica que faz os direitos serem transformados em ajuda, em favores”.

Sob essa ótica, não tem lugar o “reconhecimento do outro como portador de interesses válidos e de direitos legítimos” (TELLES, 1994, p. 46). Ao ver o outro como portador legítimo de direitos, não haveria espaço para considerá-lo apenas merecedor de ações muitas vezes fragmentadas e pontuais ou merecedor de pena, que deve se resignar a ficar em seu lugar e receber de bom grado a ajuda dada. É nesse sentido que entendemos a fala de Beatriz.

Joana nos mostra que, mesmo dentro da família, é possível ocorrerem situações em que o trabalho está ligado ao estigma, não aparecendo aqui a faceta que o relaciona à saúde e ao crescimento pessoal. Reforça o que sua mãe (Mabel) relatou como dificuldades em seu marido e alguns filhos a entenderem e reconhecerem seu trabalho. Aqui Joana traz essa situação com um novo tom, mais grave, de sua mãe ser humilhada pelo tipo de trabalho que possui.

“Mas é assim, economia solidária, na área que a minha mãe trabalha é bem difícil porque, elas fazem bastante coisas bonitas, só que não tem comprador, não tem ...é muito difícil.[...] Minha mãe trabalha aqui, **minha mãe passa até por humilhação às vezes**. Por causa do **trabalho que a minha mãe faz**. Meu pai fala assim para ela, meu pai é uma das pessoas que falam ‘-você trabalha, mas você nunca tem dinheiro!’ porque aqui é difícil, eles não retornam quase nenhum. Ela trabalha o mês inteiro, chega no final do mês não pega nenhum dinheiro. Então é bem difícil. Porque as pessoas falam que ela não trabalha, porque não tem dinheiro, porque nunca pega dinheiro”. Joana

O sentido do trabalho aqui é dado apenas pelo seu aspecto econômico, desconsiderando-se outras instâncias socializadoras e promotoras de saúde. Ressaltamos que essa mãe parece ser uma das que maiores benefícios obteve, no sentido de transformação pessoal. Relembremos sua frase: **“Aqui é o lugar ideal, não esquenta a minha cabeça. Gosto de fazer papel, gosto de fazer flor. Sai, distrai, conversa... só falta a renda... para não ficar tanta cobrança na minha cabeça”**. Mabel

Abel nos apresenta outra faceta do estigma, a ligação entre o objeto de trabalho e as pessoas que com ele trabalham. Em outras palavras, mais explícitas, quem mexe com lixo é confundido com ele. Tentando fugir dessa relação, apresenta nova concepção para a função, de lixeiros e catadores passam a agentes ambientais e, dessa forma, contribuem para a preservação do planeta. Uma nova identidade está posta, não mais excludente, mas de valorização, de pertencimento.

“Por trabalhar com reciclagem, pensar que é lixeiro. Quer dizer... é mais por você mexer com o lixo mesmo. Antigamente tinha bastante preconceito, mas agora, hoje em dia assim....Acho que hoje em dia não tem mais tanto preconceito, também por causa do aquecimento global. Eu acho, que hoje em dia está todo mundo reciclando. Hoje em dia eles veem até os agentes ambientais que fala, de outro modo assim”. Abel

Esse aspecto não é vivenciado isoladamente, nesse empreendimento específico. A transformação de “lixeiros” em “agentes ambientais” aparece como forma de resistência desses trabalhadores, segundo apreendemos em Silva (2007, p. 29-30).

Nesse sentido, é relevante resgatarmos as discussões sobre a identidade social e a sua construção contínua, haja vista que, em Goffman (1998), encontramos a hipótese da resistência ao estigma, uma vez que os sujeitos dispõem de uma margem de autonomia na definição de si. Considerando os catadores pesquisados, observou-se que os participantes dos EES desenvolveram estratégias de resistência e superação dos estigmas. [...] As estratégias de resistência foram desenvolvidas a partir do controle das informações relativas às questões ambientais e sociais por parte dos sujeitos. Dessa maneira, fazendo uso da figura do agente ambiental e a partir de um conjunto de atividades desenvolvidas no âmbito social, esses sujeitos dão margem à construção de uma identidade social de resistência que, além de lhes conferir características positivas, serve de base para superação dos processos de desqualificação social. O trabalho como prática social que, num primeiro momento, operava como um processo a desqualificar esses sujeitos e apartá-los do convívio com o restante da sociedade passa a requalificá-los e a servir de elemento de integração social.

Lembramos que a mãe de Abel é uma das que relataram que seus filhos tinham vergonha tanto de trabalharem no empreendimento como de ter pais que trabalhassem nele.

A Economia Solidária como Futuro?

Frente a todos os pontos colocados acima, tanto pelos pais, como pelos filhos, não nos causa estranhamento que esse grupo rejeite a ideia de trabalhar em empreendimentos da Economia Solidária como projeto de futuro. Vejamos o que nos dizem quando perguntados diretamente sobre esse ponto, apresentando dois recortes significativos dessa posição:

“Para mim, no meu caso acho que não [querer trabalhar na cooperativa], porque eu tenho que aproveitar agora, **enquanto eu estou novo**, para trabalhar com registro, enquanto eu aguento trabalhar, porque vai saber o dia de amanhã. [...] Eu não trabalharia lá pelo resto da vida
Não. [respondendo se recomenda esse tipo de trabalho em para os jovens] Abel

“Eu não sei.. porque é muito ideia diferente, às vezes falo alguma coisa e tem outra pessoa que já não gosta. Mas tinha que ser ... não sei.... sei lá. Depende da pessoa entendeu? **Eu sou uma pessoa que gosta de viver, e se tiver lá e não ganhar dinheiro também fica difícil**”. Leopoldo

Acreditamos que a fala de Jeane resume a posição dos jovens deste grupo. Nesse sentido é emblemática:

“Não, não me interesso (pelo trabalho que a mãe faz). Para mim eu vejo como ‘**não futuro**’ sabe. Vejo que é uma coisa que para mim não tem futuro o que ela faz. **Porque a mãe teve estudo mas...** eu pretendo estudar bastante assim...pretendo ter um bom emprego, para **não precisar fazer essas coisas**. Não discriminando mas.... Ter um bom emprego, [explicando o que quer dizer por ‘pensar em futuro’]. Porque se algum dia eu chegar a casar, assim, eu ter um filho, sei lá, **tudo o que eu não tive, poder dar para ele**”. Jeane

Aqui observamos que Jeane não atribui exclusivamente a falta de estudo à condição de sua mãe. O estudo não foi suficiente para retirá-la do grupo que necessita de ajuda dos demais, através da Economia Solidária, colocando-a no grupo de exclusão, do estigma do fracasso.

É a fala que denuncia que não há uma relação direta e virtuosa entre educação e trabalho, como possibilidade de desenvolvimento pessoal e social.

Aqui Jeane culpabiliza sua mãe pela situação social “**porque a mãe teve estudo, mas...**”. Tenta fugir desse destino, desse “não-futuro” não se interessando pelo trabalho de sua mãe. Mais que não se interessar parece querer se manter à distância desse trabalho “**pretendo ter um bom emprego, para não precisar fazer essas coisas. Não discriminando mas...**”

Em contraposição, recorre à mesma ideia de educação como relação virtuosa para o trabalho para fugir desse destino. Estudar e ter um bom emprego é o futuro. Não quer repetir a trajetória da mãe.

Para Jeane, a identidade de trabalhadora-da-economia-solidária é portadora de estigma social e, assim, recusa-a. Sawaia (2009, p. 9) aponta que as subjetividades geradas pelo processo dialético de inclusão/exclusão, “vão desde o sentir-se incluído até o sentir-se discriminado ou revoltado”. E continua: “essas subjetividades não podem ser explicadas unicamente pela determinação econômica, elas determinam e são determinadas por formas diferenciadas de legitimação social e individual, e manifestam-se no cotidiano como identidade, sociabilidade, afetividade, consciência e inconsciência”.

Mas não são somente os jovens que recusam viver o trabalho na Economia Solidária. Seus pais repetem constantemente que não os querem nessa situação.

“**Você que tem que pensar bem para nunca entrar pra trabalhar com nós, lá.** Pensa bem no seu serviço, para continuar...” [relatando o que os seus pais falam para ele] pra não entrar aqui, **porque sou novo**. Igual eles assim, tem mais idade e quer ficar aqui. Acha que não consegue serviço em outro lugar. [para mim dizem que] não, **falam que é serviço que trabalha muito, trabalha sujo, serviço pesado, e no final do mês não é recompensado pelo tanto que você trabalhou [...]** Minha mãe acha ‘ainda bem que você pensa assim, sair daqui, voltar pro serviço que você estava. Você saiu, também você vai voltar agora, vai voltar com carteira já’”. Elcio

“Ela [mãe] nunca quis que eu trabalhasse lá. Trabalhava ... queria que eu fosse mais porque eu estava desempregado. Acho que assim, todas as mães assim também não iam querer que o filho... queriam que estudasse, tivesse um emprego bom, achava que para mim não compensava, fui para lá mesmo por falta de opção mesmo”. Abel

Como a inserção dos pais nos empreendimentos de Economia Solidária se deu principalmente por falta de opção, como já amplamente divulgamos, não querem que os filhos trilhem esses caminhos. Depositam na escolarização esperança de inserção no mercado formal – a almejada carteira assinada. É a expressão da possibilidade de viver em outra temporalidade, na qual o futuro não significa desamparo social.

Aqui a expressão “trabalho digno” é o símbolo desse desejo. Viver com dignidade, ter um trabalho socialmente reconhecido, ter uma seguridade social, representada pela carteira de trabalho assinada. Esses são os aspectos que compõem o ideário do trabalho a ser buscado pelos jovens entrevistados, sendo partilhados também pelos pais.

Porém, o trabalho na Economia Solidária não é visto como portador dessas potencialidades e, portanto, incapaz de sustentar o desejo dos jovens e de seus pais. À visão de futuro dada pelo “trabalho digno” é contraposta à visão de “não futuro” dado pelo trabalho na Economia Solidária.

Nesse grupo, o regime temporal vivido pelos jovens que, em algum momento integraram ou integram os empreendimentos da Economia Solidária, é o tempo da urgência, do imediatismo, da provisoriedade. Só assim justificam neles terem trabalhado.

Quando pensam em tempo de planejamento, de escolha, de definição excluem o trabalho na Economia Solidária e o que vem à tona é a busca pelas formas tradicionais de trabalho, na forma de emprego.

CAPÍTULO 8

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde concepção do projeto desta tese até a chegada deste momento, de quase finalização, o percurso percorrido nos mostrou uma realidade complexa e multifacetada. Frente a essa realidade, ideários foram confirmados e outros abandonados. Nos propomos aqui a trazer considerações que foram elaboradas ao longo desse processo. Não acreditamos que poderemos chegar a uma conclusão, pronta e definitiva, pois a própria realidade não nos permite tal pretensão. Podemos ilustrar esse ponto com a constatação das mudanças ocorridas aos sujeitos desta tese, nesse curto período de tempo abrangido por ela. Nossas informações foram restritas, mas nos permitiram acompanhar algumas dessas mudanças. Muitos trocaram de trabalho (até mais de uma vez), casaram-se, tornaram-se pais, ficaram desempregados, foram presos e isso, inexoravelmente, trouxe-lhes mudanças tanto de ordem objetivas quanto no âmbito da subjetividade e da identidade.

Tomamos essa consideração como importante, à medida que em toda esta tese adotamos a realidade como socialmente construída, na qual o sujeito vai apropriando-se e internalizando a realidade objetiva, que passará a fazer parte de sua constituição psíquica. Processo esse que resulta na possibilidade de ação humana, contribuindo para a construção da realidade social a que pertence. Portanto, é necessário conhecer o cenário econômico, social e político no qual este sujeito está inserido.

Com a finalidade de tecer o contexto em que se inseriu esta pesquisa, tratamos dos temas de Economia Solidária com suas propostas, teorias e limites. Abordando a juventude brasileira, trouxemos componentes que mostraram o quão desigual pode ser vivida a realidade dos jovens brasileiros, dependendo da região de habitação, da classe socioeconômica, do gênero, dentre outras variáveis, que os inserem ou não como possíveis alvos das políticas públicas para o trabalho.

Ao trazermos a experiência dos pais buscávamos entender como esta estava sendo repassada aos filhos e, nesse intuito, os modos de socialização e construção de identidade se mostraram referencial imprescindível.

Quando iniciamos, tínhamos a hipótese de que os jovens, em sua maioria, não considerariam a Economia Solidária como opção definitiva de trabalho, mas nos surpreendeu

pela frequência e força com que essa hipótese foi destacada nas respostas. Ponderávamos, então, que pelas condições de trabalho e estigmas que portam, os sujeitos que tinham no lixo reciclável o objeto de seu trabalho, confirmariam essa hipótese, e esse foi um dos fatores que nos levaram a ampliar o campo de pesquisa para outros tipos de empreendimentos. De fato ocorreu essa confirmação, mas também se estendeu por outros ramos de trabalho, nas diversas cooperativas estudadas, conforme vistos no capítulo anterior.

A exceção é o empreendimento D, localizado na área rural e formado por agricultores familiares, conforme apresentamos no primeiro grupo abordado – aquele que considera a Economia Solidária como alternativa para os jovens. Tanto os pais quanto os jovens expressam estratégias e lógicas de ação que colocam a cooperativa como portador de esperanças. Esperança de crescimento pessoal, esperança de melhoria das condições de vida, esperança de desenvolvimento local, esperança da permanência dos jovens no campo. Nesse caso, o empreendimento da Economia Solidária é o que permitirá a transformação da esperança em realidade.

Acreditamos que alguns pontos devem ser retomados e ressaltados para entendermos tal resultado. Nesse grupo, o trabalho não se faz coletivamente, apenas a operação de venda é feita em conjunto, pela cooperativa, não provocando transformações e estranhamentos que poderiam ser gerados por novos modos de trabalho ou tomada de decisões, tal como nos outros empreendimentos estudados, nos quais o trabalho diário é feito pelo coletivo, nos quais situações geradoras de tensões têm maior probabilidade de ocorrência.

Encontramos uma liderança ativa, a qual é reconhecida como democrática, paciente, que trabalha para o sucesso de todos. Acreditamos encontrar aqui o que Veronese (2008) define como liderança solidária e que, segundo a autora, concede ao empreendimento maior capacidade de enfrentar as dificuldades e obstáculos do trabalho.

A adesão à cooperativa permite também acesso à assistência técnica, captação de recursos e participação em programas governamentais de compras dos seus produtos. Essas são condições que seriam imensamente mais difíceis de serem obtidas, caso continuassem como pequenos agricultores isoladamente.

Para os pais, os filhos são a continuidade de seu projeto e para isso os incentivam a continuarem seus estudos, não mais para ir morar na cidade, mas para permanecer no campo. O êxito da cooperativa, simbolicamente, é o sucesso em deixar algo para os filhos que lhes garanta

a continuidade da vida no local de residência. É possibilitar uma nova identidade, de agricultores familiares bem sucedidos, aos filhos, em um cenário onde imperam grandes cooperativas agroindustriais, das quais foram excluídos. Essa nova identidade buscada se diferencia da portada pelos pais à medida que é composta por agricultores com estudo, que praticam uma agricultura com tecnologia desenvolvida, alinhada com preocupações ambientais, para os quais a permanência no campo é vista como uma opção e não como uma alternativa frente à inexistência de outras perspectivas.

Os filhos, por sua vez, partilham dessa esperança com os pais, embora alguns deles ainda tenham como projeto a mudança para a área urbana.

Ao contrário dos jovens dos outros empreendimentos, ter carteira assinada não é vista como a situação idealizada a ser obtida, pois, historicamente não é essa a realidade do campo. Iniciam na vida de trabalho cedo, ajudando aos pais ou prestando serviços aos vizinhos. Acreditam que, ao se mudarem para a área urbana, o trabalho possível de ser obtido são principalmente aqueles pesados, braçais, que não necessitam de grau de instrução, pois essa é a situação de seus irmão mais velhos ou conhecidos, que percorreram esse caminho.

Do mesmo modo com que se envolvem no trabalho da propriedade rural familiar, agora o fazem na cooperativa. Acreditamos ser esse um dos diferenciais em relação aos outros grupos aqui vistos. Os jovens relatam participar não só do cultivo das frutas, mas também de viagens técnicas, da tomada de decisões, de repasse de conhecimentos que envolvem a cooperativa, sabem as condições de vendas dos produtos, etc., ou seja, não parecem reproduzir aqui a organização taylorista de trabalho. Não nos deparamos com situação semelhante nos demais grupos.

Se, por um lado, os resultados aqui obtidos mostram aspectos positivos, como os ressaltados acima, por outro lado, traz inquietações. Destacamos que é o fator econômico o indicado como principal componente de indicativo de sucesso da cooperativa. Não encontramos aqui, nem nos demais grupos, os princípios preditos pelos intelectuais da Economia Solidária como fator de julgamento do êxito, nem da cooperativa, nem dos cooperados. Não aparecem aqui, como ganhos, fatores emancipatórios do trabalho ou a criação de alternativa ao capitalismo. A transformação da sociedade e superação do sistema capitalista, fortemente demarcados na literatura (SINGER, 1999, 2000, 2001, 2002, 2004, 2005), não se mostram como metas a serem alcançadas; o propósito é permitir geração de trabalho e renda (o que já não é pouco, frente aos

dados sobre renda dos empreendimentos, retratados no Atlas da Economia Solidária no Brasil - BRASIL, 2007).

Essa também é a realidade no segundo grupo, no qual a Economia Solidária é vista como possibilidade de futuro para os jovens, porém, em um futuro onde se restabeleçam as condições de trabalho similares às que eram ofertadas aos trabalhadores quando a cooperativa era uma empresa tradicional. Formada por uma empresa recuperada do ramo de acessórios para vestuário, cuja principal motivação inicial era a preservação dos empregos dos trabalhadores. Nesse grupo o que destacamos, baseados nos resultados, é constatação de que, em termos subjetivos, os trabalhadores cooperados não diferem daqueles das empresas tradicionais, heterogeridas.

O conflito entre as identidades de dono/cooperado x trabalhador/cooperado é claramente percebido. A permanência da divisão social do trabalho entre planejamento e execução é mantida, privilegiando-se o primeiro. Esta face da organização do trabalho se reflete concretamente nas diferenças salariais, nos modos de tomada de decisões, na dinâmica das assembleias. O relato do “medo de ser perseguido” caso expresse opiniões diferentes daquelas manifestadas pela diretoria é o sinalizador das relações de poder dentro da cooperativa.

Acreditamos que presenciamos uma desilusão desses trabalhadores com a realidade encontrada na cooperativa. Da esperança inicial de se tornarem donos da empresa e, conseqüentemente, obterem ganhos financeiros significativos, bem como readquirir o “*status*” que tinham como trabalhadores daquela empresa, é substituída pela decepção.

A “salvação” não é depositada neles mesmos, mas sempre em um agente externo, seja uma consultoria ou a volta dos apoiadores do início do empreendimento.

Defendemos que o modo de organização da cooperativa tolhe a aquisição de novos saberes e experiência por parte de todos os trabalhadores, concentrando-se em um pequeno grupo que compõem as instâncias de decisão. Fato que, por sua vez, inibe o estabelecimento de relações de poder mais igualitárias que permitiriam circulação do poder bem como a construção de novas práticas e novas relações sociais. Essas são imprescindíveis para construção de novas identidades. Elas só são possíveis atreladas à realidade construída pelos indivíduos, de acordo com Ciampa (1990), identidade é verbo, é atividade, é metamorfose.

Deixa-nos preocupados ver se passar uma década desde que fizemos a primeira pesquisa nesse tema, especificamente em empresa recuperada, e os dados encontrados serem tão similares, assim como os mesmos problemas, contradições e dilemas. Na época dizíamos:

Quando comparamos nossos dados com os das pesquisas realizadas por Martins_(1998), Oda (2001) e Vieitez e Dal Ri (2001), encontramos diversas semelhanças, dentre elas a de que a organização do trabalho permaneceu em grande parte inalterada, com funções determinadas e diferenças salariais, separação entre planejamento e execução, delegação de responsabilidade ao dirigente - seja na figura do administrador, de diretores ou de coordenador geral. Concluímos que os trabalhadores do frigorífico que estudamos não estão sozinhos na maneira como organizaram o seu trabalho. [...] [salientamos] A necessidade de criação de um espaço para a reflexão, de discussão das novas práticas e dos sentimentos, de discussão dos novos modos de relações sociais inerentes ao novo modo de gestão, enfim, um espaço que possibilite o início do engendramento de novos sujeitos sociais e também psicológicos, sem os quais os empreendimentos de autogestão podem incorrer em diversos desvios (LIBONI, 2002, p. 119).

Aos filhos, portadores de melhores condições de estudo, os pais reservam a esperança de um futuro diferente, que supere a condição de fracasso que dizem vivenciar. Utilizamos para análise desse ponto o conceito de identidade pressuposta, segundo Ciampa (1990). A cooperativa é vista como alternativa de trabalho para os jovens, mas dentro das condições já analisadas anteriormente; ao estudo é imputado a condição de uma participação diversa na cooperativa. Explicando, possuindo tal estudo os filhos estariam em condições de participar das instâncias administrativas da cooperativa, exercendo um trabalho “mais leve”, melhor remunerado e valorizado do que aqueles exercidos por eles, pais. Estariam também em melhores condições na dinâmica das relações de poder instituídas na cooperativa, pois teriam acesso aos saberes que supostamente embasam as tomadas de decisões.

Chamou-nos a atenção o desejo relatado pelos jovens de trabalharem na mesma empresa que os pais. Mas quando assim se manifestavam era com referência à empresa antecessora da cooperativa, da qual os pais eram funcionários. Agora sob a forma de cooperativa, nas atuais condições, optam por permanecer como funcionários contratados e não como cooperados, pois isso lhes tiraria os benefícios proporcionados pelo regime de contratação – férias, décimo terceiro, etc. Analisamos esse ponto como relevante em nossas considerações, pois, quanto tomamos o ideário teórico da Economia Solidária, a condição de exploração da força de trabalho, ou seja, de assalariados, é situação a ser vencida em prol de condição de sociotrabalhador, de trabalhador-associado, de cooperado, ou seja, esse deveria ser o papel almejado que proporcionaria a emancipação e superação da exploração. Não encontramos em nenhum momento tais reflexões, ou mesmo menções a esse ponto.

Ao contrário do primeiro grupo, o vínculo como contratados não os permite participar das assembleias, das tomadas de decisões, os valores apreendidos são os de competitividade e não de solidariedade, mesmo entre aqueles jovens que têm ou tiveram sua única experiência de trabalho a cooperativa.

A história de Maria, relatada nos resultados, é simbólica e significativa da trajetória percorrida pelo desejo de prosseguir o trabalho dos pais na cooperativa. Começa com a manifestação desse desejo, baseado no histórico passado da empresa; obtém o trabalho e vivencia a realidade e suas contradições, questionando as práticas da cooperativa, como relações de poder e política salarial. Por fim, se desliga da cooperativa, obtendo um emprego em empresa tradicional. Justifica sua saída (pelo depoimento da mãe) por presenciar o que classifica como injustiças nas relações entre os trabalhadores. Temos aqui um percurso que levanta preocupações com o futuro dos empreendimentos da Economia Solidária. Não se constituindo como opção aos jovens, cremos que podemos acrescentar mais uma limitação, ou fragilidade a essa forma de trabalho. As justificativas apontadas pelos jovens para a permanência na cooperativa foi a menor probabilidade de serem despedidos, ao contrário das empresas tradicionais. O receio de sair da cooperativa e não conseguir outro trabalho ou, mesmo conseguindo, ser dispensado, faz com que o trabalho na cooperativa traduza-se em sensação de segurança à esses jovens.

A última informação que temos desse empreendimento foi obtida pelo noticiário de jornal (AUADA, 2011). A reportagem relatava problemas com pagamentos de funcionários e ex-cooperados. Ficamos sabendo então que a cooperativa passou por reestruturação de produtos, estava renegociando dívidas com impostos e que contava, naquela data, com apenas 11 cooperados - eram 65 em 2007 (ATTIE, 2007), 51 em 2009 (DOMINGUES, 2009), e 50 quando das nossas entrevistas no final de 2009.

O terceiro grupo – que não acredita na Economia Solidária como projeto para os jovens - deixa transparecer claramente as contradições vividas pelos participantes dos empreendimentos da Economia Solidária. Nele chamam a atenção as diversas faces possíveis de se antever, que vão desde a possibilidade de um trabalho emancipatório, com crescimento pessoal e contribuição para a saúde mental, até as condições de trabalho absolutamente precárias, sem proteção social, bem como o estigma e humilhação social a que podem estar submetidos. Como dizemos anteriormente e reforçamos aqui, acreditamos que esse grupo explicita o que os outros somente indicaram.

Aqui se localizam os empreendimentos ligados à reciclagem de materiais, costura, artesanato e alimentação, com forte presença feminina e população com histórico de exclusão social, baixa escolaridade, ou analfabetismo (com exceção de uma participante, que possui curso superior).

O mérito da Economia Solidária aqui é vista pela oportunidade de transformação dessas pessoas, antes invisíveis, subalternas, sem crédito em si mesmo, com identidades deterioradas (GOFFMAN, 1980), agora em pessoas que se reconhecem como sujeitos ativos, com novas identidades e novas possibilidades de desenvolvimento. Vislumbramos aqui uma das grandes contribuições da Economia Solidária.

Igualmente, aqui pudemos verificar a existência de uma grande expectativa inicial dos participantes quanto à possibilidade de sucesso e de ganhos advindos dos empreendimentos, seguidos de uma decepção conforme vivenciavam a realidade. Demora para o início das atividades, baixo ganho financeiro, dificuldades na comercialização dos produtos, problemas de relacionamento no grupo foram citados como causa de desânimo e desesperança. Contudo, a maioria das participantes entrevistadas tem um longo tempo de permanência nos mesmos. Uma das razões alegadas é a segurança obtida. Segurança, assim, como a verificada no segundo grupo, relativa à existência de uma atividade na qual obtêm maior estabilidade; sabem que, pela falta de qualificações, grau de escolaridade e idade, teriam dificuldade em se inserir em empresas tradicionais. Não é, portanto, sem fundamento ser nesse grupo que se apresenta menos ênfase quanto às vantagens que porventura existem nesse trabalho.

As expressões “trabalho digno”/“serviço digno”/“vida digna” pontuam e balizam as falas das entrevistadas quando se referem ao futuro almejado para seus filhos e aí se insere novamente o papel atribuído à educação como condição que irá permitir tal objetivo. Não incentivam os filhos a trabalharem no empreendimento, e quando o fazem, é de caráter provisório, enquanto eles não obtêm outro trabalho, ou estão recebendo o seguro-desemprego. Entendemos aqui que é depositado nos filhos obter o sucesso que eles (pais) não lograram conseguir e que a continuidade do trabalho dos filhos nesses empreendimentos da Economia Solidária é sentido como fracasso também deles - filhos. Rechaçam, portanto, a ideia de deixar de “herança” o trabalho na Economia Solidária.

Tal como no segundo grupo, reforçam-se, aqui, face à essa fragilidade, as dúvidas sobre o futuro desse modo de produção. Os jovens desse grupo concordam com seus pais sobre não ser

esse o trabalho que esperam para seu projeto de vida, bem como o papel do estudo para que tal projeto seja viabilizado. Porém, é aqui que encontramos a maioria dos jovens que abandonaram os estudos antes do término do ensino médio, ou que não estudam nem trabalham, indicando, assim, o grande risco à vulnerabilidade social a que estão expostos.

Os jovens que em algum momento trabalharam nos empreendimentos de Economia Solidária de seus pais, o fizeram transitoriamente, já prevendo e mesmo desejando sua saída. Não conseguem apontar nenhuma vantagem nesse tipo de trabalho.

Ressaltamos também a visão dos filhos em relação ao trabalho dos pais. Se por um lado reconhecem a transformação positiva dos mesmos ao mesmo tempo ressaltam as situações de estigma e humilhação a que estão sujeitos os pais, pelo trabalho que desenvolvem. A visão da Economia Solidária “**quase como esmola**” relatada ou destinada àqueles que não conseguem mais nada, ou ainda a classificação como um “**não futuro**” dá o mote à visão objetiva e, portanto, subjetiva que compõe o ideário sobre a Economia Solidária desses jovens. Analisamos esses fatos frente à noção de realidade socialmente construída e, portanto, uma sociabilidade e uma identidade em contínua transformação (BERGER e LUCKMANN, 1980, CIAMPA, 1990).

Novamente aqui, em nenhum momento aparece como integrante desse modo de trabalho os valores de transformação social e superação do capitalismo presente nos conceitos teóricos.

Nesse grupo encontramos as pessoas mais expostas à vulnerabilidade social, sem capital financeiro, sem capital social. Teoricamente, seriam as mais indicadas para verem na Economia Solidária uma alternativa de trabalho. Porém, é exatamente o oposto que nossos resultados indicam, pois foi o grupo que mais a rejeita e que almeja a inserção no mercado de trabalho através do emprego, registrado, protegido pela lei.

Se tomarmos a classificação de Corrochano (2008), eles se enquadrariam no grupo em **busca de um trabalho de verdade**, ou seja, com carteira assinada. No grupo identificado por ela como **para além do trabalho, em busca de novas possibilidades** que era integrado principalmente por jovens que participavam de um empreendimento nos moldes de uma cooperativa de Economia Solidária, consideramos que nenhum dos jovens aqui entrevistados possa ser classificado como pertencente a ele.

Conforme vimos nos resultados, alguns deles já havia vivenciado o processo de trabalho em empreendimento da Economia Solidária e, teoricamente, seriam capazes de problematizar o trabalho registrado e o “sistema” tal como aqueles jovens investigados por Corrochano (2008),

que vislumbravam a possibilidade de transformação social e pessoal, embora sujeita a enormes dificuldades, tensões e dilemas. Contudo, em nenhum momento identificamos tal problematização nos jovens aqui entrevistados. Evidenciam-se as dificuldades, a transitoriedade, as desvantagens frente ao trabalho registrado, mas não conseguem apontar as possíveis potencialidades e capacidade de transformação social que se atribuiu a esse modo de organização do trabalho. Esse fato nos leva a indagar como está se dando o processo de incubação dos empreendimentos, pois, lembramos, todos os aqui investigados fazem ou fizeram parte de incubadoras universitárias ou tiveram o apoio e orientação de entidades de classe. Ao início da pesquisa, pela nossa experiência anterior, não esperávamos que a possibilidade de transformação social compusessem os motivos para os jovens, e também seus pais, trabalharem nos empreendimentos. Contudo, supúnhamos que seria citado em algum momento, mesmo como uma crítica, ou algo potencial, mas distante de ser realizado, ou seja, seria problematizado em algum momento. Não foi o que observamos. Esses pontos não fazem parte do sentido atribuído, tanto pelos jovens como por seus pais, ao trabalho na Economia Solidária. O sentido aqui se limita a uma possibilidade de geração de renda.

Olhando para o quadro obtido nesta pesquisa, acreditamos que, dos três grupos identificados, apenas o primeiro parece em condições de romper o ciclo vicioso diagnosticado por Nardi et al. (2006, p. 327-328), ao proporcionar uma visão de futuro, de estabilidade e melhoria, ele permite maior investimento, tanto objetivo quanto subjetivo no empreendimento, resultando em maior engajamento. Nos outros dois, observa-se a existência do círculo vicioso, no qual é preconizado a necessidade da existência desse engajamento para o sucesso do empreendimento, mas, pela própria precariedade e instabilidade da permanência do empreendimento, os jovens não se arriscam, perpetuando-se assim esse processo.

No segundo grupo, eles esperam que se reestabeleçam as condições anteriores para aí justificar maior engajamento e, no último grupo, não podemos dizer ao menos que acreditam nessas melhorias e, portanto, não se dispõem a qualquer engajamento efetivo. Por que investir em algo que é provisório?

Os resultados aqui encontrados encontram respaldo naqueles encontrados por Nardi e Yates (2005) e Nardi et al. (2006), mesmo sendo realidades e empreendimentos distintos.

Durante o percurso desta tese, o tema da identidade, que antes daria suporte às análises, torna-se essencial, pois o que transparece nas repostas dadas são repostas às perguntas: o que eu

era, o que sou e o que quero ser, não somente em termos laborais mas também como sujeitos sociais. O trabalho, pelo recorte dado à pesquisa, aqui é visto como mediador dessa realidade, pois carrega um valor simbólico que permite ser o fio condutor da história dessas pessoas.

A identidade almejada é a de “trabalhador/empregado registrado”, pois significaria, no imaginário social, estar incluído socialmente. Lembramos aqui que a história dos benefícios sociais no Brasil foi construída tendo por base aqueles que estavam incluídos em trabalhos reconhecidos oficialmente, ou seja, uma cidadania regulada pelo trabalho e emprego (SANTOS, 1979). E essa realidade objetiva ainda parece compor a subjetividade desses jovens constituindo um elemento significativo, tanto para a identidade do eu como para a identidade social (GOFFMAN, 1980).

Esse fato não parece se restringir ao grupo de jovens aqui pesquisados. Basta resgatarmos aqui um recorte dos resultados da pesquisa do IPEA (2011b), reportada no capítulo 2 que, lembrando, nos mostra que essencialmente é o emprego assalariado o buscado como trabalho pelos jovens. Desse fato decorre a recomendação do instituto para possíveis políticas públicas que devem compreender que a geração de postos de trabalho pelas empresas e por estratégias de qualificação e orientação profissional são mais relevantes do que programas que incentivem o empreendedorismo e trabalho por conta própria.

Ao chegarmos ao fim desta tese, vimos que, com exceção de um grupo marcado por condições singulares, aquele que vive na área rural, os demais jovens veem a Economia Solidária restrita a uma alternativa ao **desemprego** e não ao **trabalho/emprego**. Ela adquire o sentido de falta de opção, quando mais nada é possível, e não como uma opção que daria suporte a novos modos de vida, de sociabilidade, de novas identidades.

Aqui retomamos o que demarcamos como possível hipótese inicial desta tese. Afirmamos que não consideramos essa a solução ideal para as dificuldades de inserção no mundo de trabalho, mas, entre as alternativas levantadas, essa, quando implementada e organizada de acordo com os princípios propostos pela autogestão, pode significar avanços nas condições concretas de trabalho, de vida e nas subjetividades e identidades das pessoas nela envolvidas. Contudo, ameaças e perigos são muitos, exigindo uma vigilância e reflexão dos que nela se envolvem.

Aqui se vislumbraram e se confirmaram os enormes riscos e dificuldades para o implemento da autogestão nos empreendimentos analisados. Os esforços despendidos parecem

não terem sido suficientes para superá-los. Encontramos, sim, avanços e melhorias nas condições de vida, nas subjetividades e na constituição de novas identidades, contudo essas se fazem presentes principalmente para os pais desses jovens. Esses mesmos pais, à medida que não incentivam os jovens à continuidade de seu trabalho e ideais, denunciam a fragilidade e o risco para o futuro desses empreendimentos e da própria Economia Solidária como modo de produção que quer ser “inovadora alternativa de geração de trabalho e renda e uma resposta a favor da inclusão social” (BRASIL, 2004).

Para os segundo e terceiro grupos, conforme pudemos constatar, comprovam-se as hipótese de Carretero (2007, p. 186) para o grupo de IDH (índice de desenvolvimento humano) baixo, os pais transmitem aos filhos “a representação do estudo como um meio de aceder a um trabalho (atual ou futuro) podendo suprir as necessidade de sobrevivência; ‘um capital moral’: buscam capacitá-los com valores morais (honestidade, lealdade, respeito, dignidade) como modo de evitar ocupações marginais”. Carretero (2007, p. 184) ainda qualifica como “lado sombrio” o fato dessas famílias lutarem contra a “qualificações suficientes dos filhos, levando a uma inserção insatisfatória ou a não inserção no mercado de trabalho”.

Em concordância, defendemos que, para os segundo e terceiro grupos, o trabalho na Economia Solidária não é capaz de sustentar a representação de projeto que irá suprir as necessidades de sobrevivência, que, eventualmente e provisoriamente, pode ser utilizado como meio de se afastarem de ocupações marginais, mas que representa igualmente ocupação precária, não satisfatória, e não desejada.

Para o primeiro grupo, dada as condições sociais, subjetivas e identitárias singulares, a Economia Solidária, ou melhor, especificamente a cooperativa, supre essa representação, à medida que viabiliza a sobrevivência, melhoria de condições de vida e novas identidades aos jovens.

Tomamos aqui a ideia de projeto no sentido que lhe atribui Enriquez (1994, p. 57), para quem “um projeto comum significa, de início, que o grupo possui um sistema de valores suficientemente interiorizado pelo conjunto de seus membros, o que permite dar ao projeto suas características dinâmicas (fazê-lo passar do estágio de simples plano ao estágio de realização)”. Para o autor esse sistema de valores se assenta em um imaginário social comum que é capaz de nos representar “aquilo que somos, aquilo que queremos vir a ser, aquilo que queremos fazer e em que tipo de sociedade ou organização desejamos intervir” .

O sistema de valores e consequentes representações que emergem das entrevistas com os pais e que inevitavelmente é repassado e apropriado pelos filhos (como processo dialético) nos indicam que a Economia Solidária não se insere no imaginário social comum que indica o que querem ser ou fazer. Em decorrência não acreditam, nem intelectualmente, nem emocionalmente, como uma causa capaz de criar um vínculo grupal que os identifique como futuros trabalhadores da Economia Solidária.

Acreditamos que os resultados obtidos por esta pesquisa auxiliam em avaliarmos como desse tipo de economia – a Economia Solidária – está se concretizando na atualidade, dentro das diferentes realidades dos jovens, aqui retratadas. Reportamos, em diversos momentos desta tese, a inscrição da Economia Solidária como item que passa a compor as estratégias sugeridas para a promoção de trabalho e renda para a juventude (COSTANZI, 2009, BRASIL, 2010c). Vimos também que esta proposta é avaliada positivamente (SANTOS, 2011) como integrante de novas propostas ligadas ao trabalho. Não discordamos inteiramente de tal avaliação, conforme já explicitamos anteriormente. O que apontamos aqui, como crítica propositiva, é o repensar em que medida a Economia Solidária pode ser vista como real opção para os trabalhadores que nela desenvolvem seu cotidiano de trabalho. Considerar as **condições socioeconômicas e subjetivas reais** desses trabalhadores em contraposição às preconizadas como necessárias para o engajamento não só econômico, mas também político pelos teóricos da Economia Solidária é um dos caminhos necessários a serem percorridos.

O “encontro de gerações” que tentamos construir ao decorrer desta tese proporcionou um questionamento sobre a viabilidade, atual e futura, desses empreendimentos, não só para os trabalhadores nele inseridos, mas principalmente para os jovens.

Se para a realidade rural essa realidade se mostrou mais otimista com o engajamento de pais e filhos no empreendimento, mesmo que se mostre restrita aos aspectos econômicos e não como promotores de mudanças políticas, é fato que deve ser considerado nas proposições de estratégias de ação para a juventude rural, pois os resultados alcançados já podem ser preliminarmente considerados positivos. Já as estratégias dirigidas aos jovens urbanos, ponderadas as condições atuais em que se encontravam os empreendimentos aqui retratados, as ações propostas devem ser reavaliadas e formuladas de modo que contemplem uma realidade não auspiciosa, mas verdadeira, na qual a Economia Solidária não é vista nem por pais, nem pelos

jovens como uma alternativa de trabalho que corresponda a uma identidade de trabalhador almejada e pretendida.

Observamos aqui, como em todo trabalho de pesquisa, que se propõe a entender um problema, o surgimento de novas perguntas e novos (ou antigos) problemas. Esta não foi diferente. Acreditamos que o acompanhamento dessas experiências é primordial para a construção de saberes que se revertam em melhorias aos próprios participantes.

Para os jovens do primeiro grupo, o processo de construção da cooperativa ainda é inicial, mas já com a acusação de impactos positivos. Como vai se estabelecer a relação entre os jovens e a cooperativa e que papel terão no fortalecimento do projeto de uma agricultura que fuja do padrão do agronegócio e que permita a formação de uma identidade com identificadores positivos para os pequenos agricultores familiares? Como será o relacionamento desses com o mercado tradicional? Será a cooperativa capaz de proporcionar condições de volta dos jovens que migraram para os centros urbanos? E se voltarem, como será a relação desses com a cooperativa e o trabalho agrícola, frente às experiências vividas nas cidades?

Para o segundo grupo, a dúvida é, primeiramente, se podemos indicar que as práticas que levantamos na cooperativa se inscrevem naquelas prescritas pela autogestão e como será o resultado das mesmas no futuro da cooperativa. Uma vez que, em termos subjetivos, não se diferem das empresas tradicionais, como os jovens dão sentido ao trabalho desenvolvido?

No terceiro grupo, a principal indagação é quanto ao futuro dos empreendimentos, mas, principalmente, o futuro dos jovens aqui representados. Qual é o papel das políticas públicas para a mudança nesse cenário, visando a permitir a igualdade de condições de acesso ao trabalho das diferentes “juventudes” brasileiras?.

Concluindo, ao fim do caminho percorrido, reiteramos as palavras de Lima (2011, p. 34) quando diz:

Em que medida a convivência entre o mercado e a solidariedade é possível, ou se o trabalho associado, cooperativo e autogestionário vai ser tornar, efetivamente, uma alternativa para os trabalhadores, são questões em aberto. Entretanto, a outra economia proposta, plural, não pode ser entendida independente das relações de poder existentes na sociedade, da velha economia e do Estado.

REFERÊNCIAS

ABIB, José Antonio Damásio. Introdução: crítica social, epistemologia e violência. In: MATIAS, Maria Cristina Moreno e ABIB, José Antonio Damásio (Orgs.) **Sociedade em transformação: estudo das relações entre trabalho, saúde e subjetividade**. Londrina, EDUEL, 2007.

ALBUQUERQUE, Francisco J. B. Aspectos Psicossociais das Cooperativas Agrárias. In: TAMAYO, Alvaro; BORGES-ANDRADE, Jairo E. e CODO, Wanderley. **Trabalho, Organizações e Cultura**. Cooperativa de Autores Associados, Coletâneas da ANPEPP: São Paulo, 1997.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro. Introdução - A experiência das fábricas recuperadas. In: LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LIMA, Jacob Carlos. **A crise do trabalho e as experiências de geração de emprego e renda: as distintas faces do trabalho associado e a questão de gênero**. Campinas: Unicamp, 2011. (Relatório Final do projeto).

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro e DURÃES, Bruno José Rodrigues. Informalidade e desproteção social: uma realidade para a maioria das mulheres trabalhadoras. In COSTA, Albertina et al. (Org.). **Divisão sexual do trabalho, Estado e crise do capitalismo**, Recife, SOS Corpo, 2010. Disponível em: <<http://www.soscorpo.org.br/Site/php/index.php?CodPagina=518>>. Acesso em 15 de junho de 2011.

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LIMA, Jacob Carlos. Liderança dos empreendimentos nos cinco setores selecionados. In: LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LIMA, Jacob Carlos. **A crise do trabalho e as experiências de geração de emprego e renda: as distintas faces do trabalho associado e a questão de gênero**. Campinas: Unicamp, 2011. (Relatório Final do projeto).

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; NASCIMENTO, Gabriela Carvalho. **O Caso da Flaskô**. In: LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LIMA, Jacob Carlos. **A crise do trabalho e as experiências de geração de emprego e renda: as distintas faces do trabalho associado e a questão de gênero**. Campinas: Unicamp, 2011. (Relatório Final Pesquisa).

ARAÚJO, Eliane Cristina et al. A condição do jovem no mercado de trabalho brasileiro: uma análise comparativa entre o emprego e o primeiro emprego (1999-2009). **Economia & Tecnologia**. Curitiba, Universidade Federal do Paraná (UFPR), v. 23, p.1501-1505, out./dez. de 2010.

ATTIE, Janaina Pimenta. **Organizações solidárias de produção: subversão ou submissão ao capital? Uma análise sobre as possibilidades da emancipação pelo trabalho**. 2007. P 172. Dissertação. (Mestrado em Administração) - Setor de Ciências Sociais Aplicadas - Universidade Federal do Paraná, 2007.

AUADA, Valéria. C.D. é denunciada por falta de pagamentos na capital. **O Estado do Paraná**, Curitiba, Economia. 22/06 /2011. Disponível em: <http://oestadodoparana.pron.com.br/economia/noticias/27798/>. Acesso em 2 dez. 2011.

BARBOSA, Lia Pinheiro. Significados do Terceiro Setor: de uma nova prática política à despolitização da questão social. **Revista Sociedade e Cultura**, v.9, n.1, jan/jun.2006.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977.

BARFKNECHT, Kátia Salete; MERLO, Álvaro Roberto Crespo; NARDI, Henrique Caetano. Saúde Mental e Economia Solidária: análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre. **Psicologia & Sociedade**, v.18 n.2, p. 54-61; mai./ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/psoc/v18n2/07.pdf>>. Acesso em 26 ago. 2011.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. **A Construção Social da Realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis:Vozes, 1985.

BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **A produção de sentido e a construção social da economia solidária**. 2010. 242 p.Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto de Ciências Sociais- Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

BOCK, Ana Mercês B. Formação do Psicólogo: um debate a partir do significado do fenômeno psicológico. **Psicologia Ciência e Profissão**, n.2, ano 17, p. 37-42, 1997.

BOCK, Ana M.; FURTADO, Odair e TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. **Psicologias**, uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Saraiva, 1997.

BOCK, Silvio Duarte. **A escolha profissional de sujeitos de baixa renda recém egressos do ensino médio**. 2008. 159 pp. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação- Unicamp, Campinas, São Paulo, 2008.

BRANDÃO, Carlos R. Participar-pesquisar. In: BRANDÃO, Carlos R. (Org.) **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. Ministério do Trabalho, Secretaria Nacional de Economia Solidária. **Economia Solidária**. (2004). Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/a-economia-solidaria/>>. Acesso em 30 mai. 2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho, Secretaria Nacional de Economia Solidária. Economia Solidária. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. (2007a). Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/sistemas/atlas/atlases.html>>. Acesso em 16 mar. 2009.

BRASIL. Secretaria-Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional da Juventude. **Projovem Urbano**. (2007b). Disponível em: < www.projevoemurbano.gov.br>. Acesso em 29 nov. 2010

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade. (2010a). Disponível em: <www.portal.mec.gov.br>. Acesso em 29 nov. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. (2010b). Disponível em :<www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/projovem>. Acesso em: 28 nov. 2010.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego e da Secretaria-Geral da Presidência da República. (2010 c). **Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude no Brasil**. Disponível em:<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D2E7318C8012FE53F261E58FB/Agenda%20Nacional%20do%20Trabalho%20Decente%20para%20a%20Juventude>>. Acesso em 23 de set. 2011.

BRENHA, Heloísa e YAMAOKA, Marina. A economia que pulsa no interior do país. **Revista Veja**, ed. 2241, Especial Cidades, 02 de Nov. 2011.

BRUMER, Anita e ANJOS, Gabriele dos. Gênero e reprodução social na agricultura familiar. **Revista NERA**. Presidente Prudente, n. 12, p. 6-17, jan.-jun./2008.

BULGACOV, Yára Lúcia M. et al. Jovem empreendedor no Brasil: a busca do espaço da realização ou a fuga da exclusão? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro. v. 45, n.3, p.695-720, Maio/Jun. 2011.

CANÁRIO, Rui. A Escola e a Abordagem Comparada. Novas realidades e novos olhares. **Sísifo - Revista de Ciências da Educação**, v. 1, p. 27-36, 2006.

CARNEIRO, Maria José. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flavio de Carvalho (Orgs.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campos/Pronex, 1998.

CARRETEIRO, Teresa Cristina. Famílias confrontadas com o trabalho futuro dos filhos – um projeto de pesquisa. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Família e casal: saúde, trabalho e modos de vinculação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHADE, Jamil. Brasil tem desemprego abaixo da média. **O Estado de São Paulo - Caderno Economia**. 24 jan. 2011.

CHANIAL Philippe e LAVILLE Jean Louis. A Economia Social e Solidária na França. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho et al. (Orgs.) **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan. Trabalho associado e mudança social: uma leitura a partir das experiências do MST. In: DAL RI, Neusa Maria (Org.). **Trabalho associado, economia solidária e mudança social na América Latina**. Associação das Universidades Grupo Montevideu. – São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária; Montevideu: Editorial PROCOAS, p.23-42, 2010.

CIAMPA, Antonio da Costa. Identidade in: LANE, Silvia T.M. e CODO, Wanderley (Orgs.). **Psicologia Social: o homem em movimento**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. **A Estória do Severino e a História de Severina**: um ensaio de Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1990.

COSTANZI, Rogério Nagamine. Relatório: **Juventude e Trabalho decente no Brasil**. Organização Internacional do Trabalho (OIT), Brasília, 2009.

CORAGGIO, José Luis. Economia do Trabalho. In: HESPANHA, Pedro et al.(Orgs.) **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

CORROCHANO, Maria Carla. **O trabalho e a sua ausência**: narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo. 2008, 338p. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CUNHA, Marina Roriz Rizzo Lousa. Eu vivo do lixo: a identidade dos catadores de materiais recicláveis de Goiânia. In: **Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina**. Londrina. 2010. Disponível em: < http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt5/16_MarinaRoriz.pdf>. Acesso 13 jun. 2011.

_____. Lixo, identidade e trabalho: a construção da identidade dos catadores de materiais recicláveis associados de Goiânia. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 53-61, jan./jun. 2011.

DEFOURNY, Jacques. Economia Social. In: HESPANHA, Pedro et al.(Orgs.) **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

DEJOURS, C. **A Loucura do Trabalho**: estudo da psicopatologia do trabalho, São Paulo: Cortez, 1987.

_____. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

DOMINGUES, Maria Luiza. **Empresa falida**: resistência dos trabalhadores e autogestão a partir da criação de uma cooperativa. 2009. 165 p. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2009.

DUBAR, Claude. **A socialização**: construção de identidades sociais e profissionais. Porto: Editora Porto, 1997.

ENRIQUEZ, Eugène. O vínculo grupal. In: LEVY, André et al.; MACHADO, Marília et al. **Psicossociologia**: análise social intervenção. Petrópolis: Vozes, 1994.

FERNANDES, Rubens César. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

FERREIRA, Jorgetânia da Silva. Trabalho em domicílio: cotidiano de trabalhadoras domésticas e patroas. **Caderno Espaço Feminino**, v. 23, n. 1/2, p. 339-360, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/12239/7082>>. Acesso em 20 jun. 2011.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise e Dados**, Salvador, SEI, v.12, n.1. p. 9-19, junho 2002.

_____. Teoria e Prática em Economia Solidária. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho et al. (Orgs.) **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

_____. Teoria e Prática em Economia Solidária: Problemática, Desafios e Vocação. **Civitas**, Porto Alegre, v.7, n.1, jan-jun, 2007.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho e LAVILLE, Jean-Louis. **Economia Solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho et al (Orgs.). **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FREITAS, Ismael. 80 mil jovens deixaram o campo no PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 de out. 2011. Disponível em <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1158069>>. Acesso em 16 out. 2011.

GAIGER, Luiz Inácio. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. A Economia Solidária no Brasil: gênese, presença atual e questões de pesquisa. Oficina do CES; Coimbra – Portugal, Julho, 2008. Disponível em: <<http://www.ecosol.org.br>>. Acesso em 12 maio 2009.

_____. Empreendimento Econômico Solidário. In: : HESPANHA, Pedro et al.(Org.) **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Almedina, 2009.

GEORGES, Isabel. **As novas configurações do trabalho:** precarização e “economia solidária” (comparação Brasil-França), mineo, no prelo, 2008.

GOFFMAN, Erving. **Estigma** – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária.** São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HABERMAS, J. **Para a reconstrução do materialismo histórico.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da Mudança Cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

HELOANI, José Roberto. **Organização do Trabalho e administração:** uma visão multidisciplinar. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Organizações qualificantes ou neurotizantes? **Pro-posições.** Campinas, v. 8, n. 3, p. 24, nov., 1997a.

_____. A Revista de Organização Científica do IDORT e o conceito de saúde mental da década de 30. In: OLIVEIRA, E. M.; SCAVONE, L. (Orgs.). **Trabalho, saúde e gênero na era da globalização.** Goiânia: Cultura e Qualidade, p. 69-80, 1997b.

_____. **Gestão e organização no capitalismo globalizado:** história da manipulação psicológica no mundo do trabalho. São Paulo: Atlas, 2003.

HELOANI, José Roberto e UCHIDA, Seiji. Psicodinâmica do Trabalho, Sociologia e Identidade. In: MATIAS, Maria Cristina Moreno e ABIB, José Antonio Damásio (Orgs.) **Sociedade em transformação:** estudo das relações entre trabalho, saúde e subjetividade. Londrina: EDUEL, 2007.

HOLZMANN, Lorena. **Operários sem patrão.** Gestão cooperativa e dilemas da democracia. São Carlos: Editora da UFSCar, 2001.

_____. Empreendimentos solidários. Autonomia ou tutela? In: **Seminário franco-brasileiro sobre Economia Solidária.** Unicamp, IFCH, Campinas. Mesa redonda. agos. de 2009.

IBGE. **Pesquisa Nacional por amostragem domiciliar 2009.** Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em 23 nov. 2010.

_____. Síntese de Indicadores Sociais – Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2010. **Estudos e Pesquisas** – Informação Demográfica e Socioeconômica, n 27, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em 28 mai. 2011.

_____. **Pesquisa mensal de emprego - outubro.** Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em 28 set. 2011.

_____. **Pesquisa mensal de emprego - dezembro.** Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em 27 jan. 2012.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria e TIRIBA, Lia. Economia Popular. In: HESPANHA, Pedro et al. (Org.). **Dicionário internacional da outra economia.** Coimbra: Almedina, 2009.

IPEA. PNAD 2008: Primeiras Análises – Juventude – Desigualdade Racial. **Comunicados da Presidência**, n. 36, 3 de Dezembro de 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/091203_comunicadoipea36.pdf>. Acesso em 20 jun 2011.

_____. Desemprego e desigualdade no Brasil metropolitano. **Comunicados IPEA**, n. 76 – 10 de fevereiro 2011a. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110210_comunicadoipea76.pdf>. Acesso em 20 fev. 2011.

_____. **SIPS - Sistema de Indicadores de Percepção Social:** Trabalho e Renda. 16 de fevereiro de 2011b. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/110216_sips_trabalhoerenda.pdf>. Acesso em 15 jun. 2011.

_____. **Políticas Sociais:** acompanhamento e análise. n. 19, 2011c. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/082/08201002.jsp?ttCD_CHAVE=3403>. Acesso em 15 jun. 2011.

JACQUES, Maria das Graças Correa. Redes solidárias, autogestão e solidariedade: o desafio da mudança social. In: GUARESCHI, Neusa (Org.). **Estratégias de invenção do presente – A Psicologia Social no contemporâneo.** Porto Alegre: Edipucrs, 2004.

KRAYCHETE, Gabriel. Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco e COSTA, Beatriz (Orgs.). **Economia dos setores populares:** entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE:UCSAL, 2000.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. Economia Social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, ano 2, nº1, jun. 2002.

LEITE, Márcia de Paula. **O trabalho e suas reconfigurações:** Conceitos e realidades. Unicamp, 2008, mineo.

LEITE, Márcia de Paula. A Economia Solidária e o Trabalho Associado: Teoria e Realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.24, n.69, fev., p.31-51, 2009.

LEITE, Marcia de Paula. A reciclagem: Um setor em expansão In: LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LIMA, Jacob Carlos. **A crise do trabalho e as experiências de geração de emprego e renda:** as distintas faces do trabalho associado e a questão de gênero. Campinas: Unicamp, 2011a. (Relatório Final do projeto).

LEITE, Marcia de Paula. O exemplo do ABC paulista. In: LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LIMA, Jacob Carlos. **A crise do trabalho e as experiências de geração de emprego e renda:** as distintas faces do trabalho associado e a questão de gênero. Campinas: Unicamp, 2011b. (Relatório Final do projeto).

LEITE, Marcia de Paula. **O trabalho no Brasil dos anos 2000: duas faces de um mesmo processo.** In: LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LIMA, Jacob Carlos. **A crise do trabalho e as experiências de geração de emprego e renda:** as distintas faces do trabalho associado e a questão de gênero. Campinas: Unicamp, 2011c. (Relatório Final do projeto).

LEITE, Marcia de Paula. Cooperativas e trabalho: Um olhar sobre o setor de reciclagem e fábricas recuperadas em São Paulo. In: LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LIMA, Jacob Carlos. **A crise do trabalho e as experiências de geração de emprego e renda:** as distintas faces do trabalho associado e a questão de gênero. Parte III: Análises específicas sobre o setor de reciclagem e fábricas recuperadas: Discussões teóricas, estudos de caso e análises de dados. p. 51-75, Campinas: Unicamp, 2011d. (Relatório Final do projeto).

LEITE, Márcia de Paula e GEORGES, Isabel. **Globalização, Reestruturação e novas configurações do trabalho.** Disciplina do Programa de Pós-graduação em Educação. Anotações e discussões de aula, Campinas, Unicamp, 2008.

LIBONI, Maria Therezinha Loddi. **Trabalho e Identidade** – um estudo do cotidiano dos agentes fiscais. Monografia do curso de especialização em Psicologia Organizacional e do Trabalho, UEL, Londrina, Pr, 1997.

_____. A História da Participação dos Trabalhadores nas empresas: uma revisão crítica. **Anais do XXV EnAnpad.** Campinas, set., 2001

_____. **A empresa de autogestão:** uma visão psicosocial. 2002, 126p. Dissertação (Mestrado em Administração) Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2002.

_____. **O futuro dos empreendimentos autogestionários: concepções, significados e vivências dos jovens inseridos no seu entorno.** Projeto de Doutorado, 2008.

LIMA, Jacob Carlos. Cooperativas, trabalho associado, autogestão e Economia solidária: a constituição do campo de pesquisa no Brasil. In: LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LIMA, Jacob Carlos. **A crise do trabalho e as experiências de geração de emprego e renda:** as distintas faces do trabalho associado e a questão de gênero. Campinas: Unicamp, 2011. (Relatório Final Pesquisa)

LISBOA, Armando de Melo. A empresa cidadã: uma metamorfose do capital? **Outros Valores**, nº 1. Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

MARCUSE, Hebert. **A ideologia da Sociedade Industrial**: o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

MARQUES, Ana Carolina Armelin. **Faces do cooperativismo**. 2010. 149 p. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de pesquisa e pós-graduação em administração, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br:8080/dspace/bitstream/handle/1884/24849/Dissertacao%20Ana%20Carolina%20Marques%20PDF.pdf?sequence=1>>. Acesso em 29 mai. 2011.

MATIAS, Maria Cristina Moreno. **Trabalho, educação e identidade**: problematizando a formação e a prática do médico do Programa de Saúde da Família. 2003, 216p. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, SP, 2003.

MELO, Hildete Pereira de. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. **IPEA - Texto para discussão**, n. 565. Rio de Janeiro, jun. de 1998. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/td/1998/td_0565.pdf>. Acesso em 3 set. 2011.

MENEZES, Leilane. Beleza versus qualificação profissional. In: BARROS, Ana Paula Ferrari Lemos (Org.). **Beleza à venda**: autoestima não tem preço. Brasília: Thesaurus, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento** – Pesquisa Qualitativa em Saúde. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 1996.

NAKANO, Marilena. **Jovens no encontro de gerações** – democracia e laços solidários no mundo do trabalho. 2004. 264 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2004.

NARDI, Henrique C.; YATES, Denise B. Transformações contemporâneas do trabalho e processos de subjetivação: os jovens face à nova economia e a economia solidária. **Estudos de Psicologia**, vol. 10, n.1, p.95-103, 2005.

NARDI, Henrique C. et al. Subjetividade e Solidariedade: A Diversidade das Formas de Implicação dos Jovens na Economia Solidária. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v.19, n.2, p. 320-328, 2006.

NARDI, Henrique Caetano e RODRIGUES, Manoela Carpenedo. Solidariedade, competitividade e reflexão ética nos contextos da nova economia e da economia solidária. **Psico**, Porto Alegre, PUCRS, v. 40, n. 4, p. 458-466, out./dez. 2009.

NOVAES, Henrique Tahan. **Para além da apropriação dos meios de produção? O processo de adequação socio-técnica em fabricas recuperadas**. (2005). Dissertação (Mestrado em Política Científica e Tecnológica) – Instituto de Geociência – Universidade Estadual de

Campinas. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000375370&fd=y>>. Acesso em 23 ago. 2011.

ODA, Nilson Tadashi. **Gestão e trabalho em cooperativas de produção: dilemas e alternativas à participação**. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia) - Escola Politécnica - USP, São Paulo, 2001.

OIT. **Trabajo decente y juventud en América Latina**. Lima: OIT/ Proyecto Promoción del Empleo Juvenil en América Latina (Prejal), 2010. Disponível em <http://prejal.oit.org.pe/prejal/docs/TDJ_AL_2010FINAL.pdf>. Acesso em 28 jun. 2011.

PAIVA, Vanilda. Nova relação entre Educação, Economia e Sociedade. In: **Revista Contemporaneidade e Educação**. v. 6, p.120-132, 1999.

_____. Sobre o conceito de “Capital Humano”. In: **Cadernos de Pesquisa**, v.113, p 185-191, jul. 2001.

PAIXÃO, Lea Pinheiro. Significado da escolarização para um grupo de catadoras de um lixão. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, p. 141-170, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/%0D/cp/v35n124/a0835124.pdf>>. Acesso em 29 jun. 2011.

PEREIRA, Maria Cecília Camargo. **Relações complexas: sindicalismo e autogestão em debate**. 2011. 193p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2011. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000799157>>. Acesso em 28 maio 2011.

POCHMANN, Márcio. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos**. São Paulo, 2007. Disponível em <http://www.emater.mg.gov.br/doc/intranet/upload/TRANSFORMAR_LEITURA/situa%C3%A7%C3%A3o_do_jovem_no_mercado_de_trabalho.pdf>. Acesso em 14 jun. 2010.

POLI, Odilon Luiz. **Economia Solidária e Formação Humana: experiências de trabalho e educação em agroindústrias familiares associativas no Oeste catarinense**. 2006. 336 p. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação - Universidade Estadual de Campinas, 2006. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000399738> >. Acesso em 28 maio 2011.

QÜIJANO, Aníbal. Sistemas Alternativos de Produção? In: SANTOS, Boaventura Souza (Org.). **Produzir para Viver**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2002.

REINACH, Sofia e GALEÃO-SILVA, Luis Guilherme. Gênero e lixo como elementos significativos na experiência da autogestão. **Revista Pensamento & Realidade**. São Paulo: PPGADM-FEA-USP/PUC-SP, v. 26, n.1, p.70-85, 2011.

ROLLI, Cláudia e FRAGA, Érica. Escolarizado é maioria entre desocupados. **Folha de São Paulo**. São Paulo, Caderno Mercado, p. B1. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me2003201102.htm>. Acesso em 20 mar. 2011.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Para uma reinvenção solidária e participativa do Estado. In: PEREIRA, Luiz Carlos B.; WILHEIM J.; SOLA, L. (Orgs.). **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo, Brasília: Unesp, ENAP, 2001.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. **A (s) juventude (s) e a construção das políticas públicas no Brasil**: avanços e perspectivas. 2011. 181p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2011. Disponível em: < <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000784638> >. Acesso em 17 maio 2011.

SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e justiça** – a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SATO, Leny. e ESTEVES, Egeu. **Autogestão**: possibilidades e ambigüidades em um processo organizativos peculiar. ADS-CUT, 2002.

SATO, Leny e SCHMIDT, Maria Luisa S. Psicologia do Trabalho e Psicologia Clínica: um ensaio de articulação focalizando o desemprego. **Estudos de Psicologia**, vol. 9, n.2, p.365-371, 2004.

SAWAIA, Bader B. A crítica ético-epistemológica da psicologia social pela questão do sujeito. **Psicologia e Sociedade**. São Paulo, vol. 10, n. 2, p. 117-136, jul./dez. 1998.

_____. Introdução: exclusão ou inclusão perversa?. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2009.

SEGNINI, Lílían Rolfsen Petrilli. Educação e Trabalho – uma relação tão necessária quanto insuficiente. **São Paulo em Perspectiva**, v.14, n.2, 2000.

SELIGMANN-SILVA, Edith. **Desgaste mental no trabalho dominado**. Rio de Janeiro: Ed. Cortez, 1994.

_____. A interface desemprego prolongado e saúde psicossocial. In: SILVA FILHO, João F. e JARDIM, Sílvia (Orgs.). **A danação do trabalho**: organização do trabalho e sofrimento psíquico. Rio de Janeiro: Te Corá, 1997.

SILIPRANDI, Emma. Agroecologia, Agricultura Familiar e Mulheres Rurais. **Revista Brasileira de Agroecologia**. Cruz Alta, v.2, n.1, p.845-847. fev. 2007. Disponível em: <<http://www.aba->

agroecologia.org.br/ojs2/index.php/rbagroecologia/article/view/6427/4733>. Acesso em 13 jun. 2011.

_____. **Mulheres e agroecologia:** a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar. 2009. 291 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://handle.net/10482/5591>>. Acesso em 14 jun. 2011.

SILVA, A. Pizzio. A qualificação social nos empreendimentos econômicos solidários de reciclagem. **Economia Solidária e Ação Cooperativa**, v. 2, n.1, p. 23-34, 2007.

SINGER, Paul. Autogestão e socialismo: oito hipóteses sobre a implantação do socialismo via autogestão. In: TEMPORAES. **Democracia e Autogestão**. São Paulo: Humanitas/USP, v.1, 1999. Edição Especial.

_____. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: Singer, Paul e Souza, André Ricardo (Org.). **A Economia Solidária no Brasil:** a autogestão com resposta ao desemprego. São Paulo, Contexto, 2000a.

_____. Economia dos setores populares: propostas e desafios. In: KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisco e COSTA, Beatriz (Org.) **Economia dos setores populares:** entre a realidade e a utopia. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro:Capina; Salvador: CESE:UCSAL, 2000b.

_____. Economia Solidária: possibilidades e desafios. **Revista Proposta**, FASE, nº 88/89, mar./ago. 2001.

_____. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Introdução. In: FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho e LAVILLE, Jean-Louis (Orgs). **Economia Solidária:** Uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. Introdução. In: MELLO, Sylvia Leser (Org.). **Economia Solidária e autogestão:** encontros internacionais. São Paulo:Nesol-USP, ITCP, USP, PW, 2005.

SOBRAL, Francisco José Montório. **A formação do técnico em agropecuária no contexto da agricultura familiar do oeste catarinense**. 2005, 211p. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2005.

SPINK, Peter. **Redes Solidárias, Autogestão e Solidariedade**, ABRAPSO, Porto Alegre. 2003.

_____. **Trabalho, Informalidade e Cidadania**. Seminário: Trabalho, Sociabilidade e Geração de Rendimento no espaço Lusófono. Lisboa, 2010, mineo.

SPOSITO, Marília Pontes e CARRANO, Paulo César Rodrigues. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, nº 24, p.16-39, set/out/nov/dez 2003.

SPOSITO, Marília Pontes. Juventude e Educação: interações entre a educação escolar e a educação não-formal. **Educação e Realidade**. v. 33 n.2, p. 83-98, jul/dez 2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/viewFile/7065/4381>>. Acesso em 20 jun. 2011.

SPOSITO, Marília Pontes. Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultural. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 36, p. 93-104, 2010. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=29812343008>. Acesso em 20 jun. 2011.

STROPASOLA, Valmir Luiz. Os desafios da sucessão geracional na agricultura familiar. **Revista Agriculturas: experiências em agroecologia**. Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.26-29, 2011.

TELLES, Vera da Silva. Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos. **Revista Pólis**, Instituto Pólis, São Paulo, n.14, p.43-53,1994.

THIOLLENT, Michel. A captação de informação nos dispositivos de pesquisa social: problemas de distorção e relevância. Texto apresentado no **VIII Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos - CERU-USP**, São Paulo, 1981, mineo.

TIRIBA, Lia e FISCHER, Maria Clara Bueno. Jovens trabalhadores associados na produção da vida: entre o desemprego, a precarização do trabalho e a economia popular solidária. In: BRASIL. Debate: Juventude em redes: jovens produzindo educação, trabalho e cultura. Ministério da Educação, **Salto para o futuro**, Boletim nº 24, nov. 2007.

TOMIZAKI, Kimi. Transmitir e herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 327-346, abr.-jun. 2010. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 10 jun. 2011.

VAINER, Carlos. O presente de um futuro possível. In: GUIMARÃES, Gonçalo. **Sindicalismo e Cooperativismo - A economia solidária em debate**. São Paulo: Unitrabalho, 1999.

VARGAS GIL, Carmem Zeli de. Jovens e juventudes: consensos e desafios. Educação **Revista do Centro de Educação**, Santa Maria, vol. 36, n.1, p.25-42, jan/abr. 2011. Disponível em <<http://www.redalyc.org/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=117118584003>>. Acesso em 14 jun. 2011.

VENCO, Selma. Quando o trabalho adoece: uma análise sobre o teleatendimento. **Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente**. v.3, n.3, p.1-18, ago./ dez 2008. Disponível em: <<http://www.interfacehs.sp.senac.br/index.php/ITF/article/viewFile/125/141>>. Acesso em 29 ago. 2011.

VERONESE, Marília Veríssimo. Liderança em processos autogestionários de trabalho. Identidade, valores e governança das cooperativas. In: **Anais do V Encontro de Pesquisadores Latino-americanos de Cooperativismo**. Ribeirão Preto, 2008. Disponível em: <http://www.fundace.org.br/cooperativismo/arquivos_pesquisa_ica_la_2008/214-veronese.pdf>. Acesso em 20 nov. 2010.

VIEITEZ, Cândido Giraldez. Temas da autogestão dos trabalhadores. In: VIEITZ, Cândido Giraldez (Org.). **A Empresa sem Patrão**. Marília: UNESP, 1997.

VIEITEZ, Cândido G. e DAL RI, Neusa Maria. **Trabalho associado**: cooperativas e empresas de autogestão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

WANDERLEY, Mariângela B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (Org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A valorização da agricultura familiar e a reivindicação da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 2. p. 29- 37, jul-dez. 2000. Curitiba: Editora da UFP. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs-2.2.4/index.php/made/article/view/22105/14471>>. Acesso em 20 ago. 2011.

_____. Editorial. In: **Revista Agriculturas**: experiências em agroecologia. Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.4-7, 2011.

WIRTH, Ioli Gewehr. A divisão sexual do trabalho em cooperativas de reciclagem: um olhar sobre os trabalhos das mulheres. In: LEITE, Márcia de Paula; ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; LIMA, Jacob Carlos. **A crise do trabalho e as experiências de geração de emprego e renda**: as distintas faces do trabalho associado e a questão de gênero. Parte III: Análises específicas sobre o setor de reciclagem e fábricas recuperadas: Discussões teóricas, estudos de caso e análises de dados. p. 51-75, Campinas: Unicamp, 2011. (Relatório Final do projeto).

ZANCHET, Maria Saléte. Características dos empreendimentos econômicos solidários no Paraná. **Análise Conjuntural**, v.30, n.9-10, set./out. 2008. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/ecosolidaria/sies.asp>>. Acesso em 12 fev. 2010.

ANEXOS

ANEXO I – FOTOS

Lixão de Maringá (2004)



Fonte: Incubadora - Unitrabalho - Maringá



Fonte: Incubadora - Unitrabalho – Maringá

Fotos Cooperativas de Reciclagem – Maringá



Fonte: Incubadora - Unitrabalho - Maringá



Fonte: Incubadora - Unitrabalho - Maringá

Cooperativa Rural – Nova Tebas

PLANTAÇÕES DE MARACUJÁ ORGÂNICO - DISTRITO DE POEMA



Fonte: Unitrabalho - Maringá

Empresa Recuperada – Curitiba

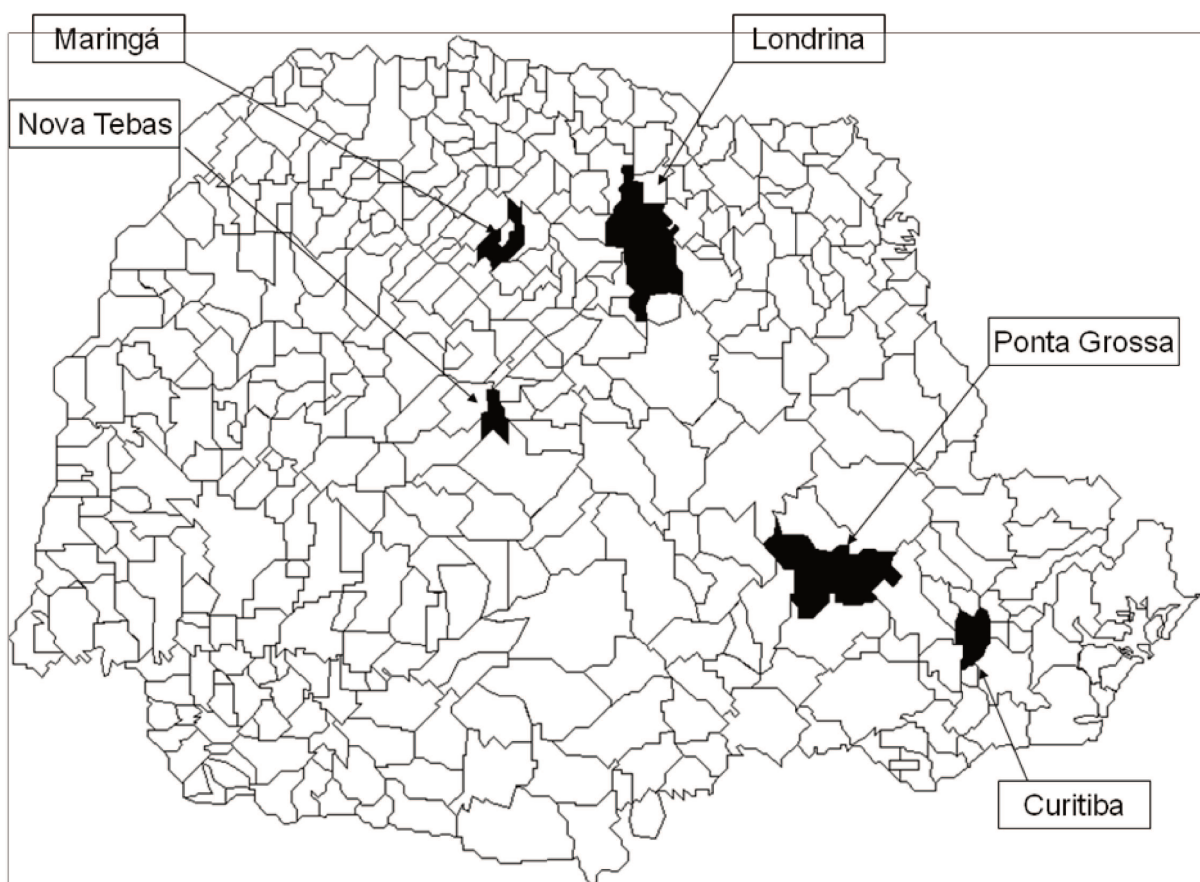


Fonte: Domingues (2009)



Fonte: Domingues (2009)

- ANEXO II -
MAPA DO ESTADO DO PARANÁ COM INDICAÇÃO DAS CIDADES
ABRANGIDAS PELA PESQUISA



ANEXO III

ROTEIRO ENTREVISTA COM JOVENS

Dados: Nome

Idade

Escolaridade

Está estudando? Série

Quem conhece que trabalha com Economia Solidária?

Empreendimento:

Local:

Estado civil:

filhos:

Escolaridade dos pais:

Renda familiar:

Temas:

1) Vida profissional – projetos para o futuro:

Fale sobre sua vida de trabalho:

- Histórico de trabalho (Como começou a trabalhar, trabalhos anteriores/atual)
- O que é um bom trabalho para você?
- O que é preciso para ser considerado um bom trabalhador?
- Características que acha que torna mais fácil arrumar trabalho hoje em dia?
- Onde se encontram bons trabalhos?
- No que pretende trabalhar? É o que deseja ou o que acha possível? Qual o seu projeto de vida para o futuro? A escolarização interfere para isso acontecer, como?
- O que está fazendo para que isso se realize?
- Dificuldades/facilidades que encontra para isso acontecer.
- Economia Solidária : Você vê a Economia Solidária como possibilidade de trabalho futuro? Por quê?
- O que teria que mudar para você considerá-la como possibilidade?

2) Educação – Trabalho

Fale sobre sua vida escolar

- Estuda?
- Acha importante estudar? Por quê?
- Para que serve o estudo, para sua vida profissional? Ajuda/ não – atrapalha?
- Acha que o seu estudo está ajudando sua vida profissional (atual e futura)?
- O que vê na escola sobre o trabalho/ preparação para o trabalho?

(Ex: Tipos de trabalho/ empreendedorismo / desemprego/ profissões do futuro / cooperativismo / alternativas)

1) Conhecimentos/significados da Economia Solidária

- O que significa economia solidária para você?
- O que conhece da Economia Solidária?
- A experiência dos seus “conhecidos”
- Conversam com você a respeito? O que falam?
- Quais as características que te chamam a atenção?
- Quais as dificuldades que percebe?
- Como são as práticas do dia-a-dia dos empreendimentos?
- O que é preciso para ser um trabalhador da Economia Solidária? Tem diferença dos trabalhos mais tradicionais?
- Já participou de atividades desenvolvidas pelos empreendimentos? Quais? O que achou?
- Seus pais vêm como um lugar para você trabalhar? O que falam sobre isso?
- O que acha que os pais esperam para o seu futuro?
- O que acha que as pessoas pensam do trabalho na Economia Solidária?

- ANEXO IV - ROTEIRO ENTREVISTA COM PAIS

Dados: Nome

Idade

Escolaridade

Empreendimento:

Local:

Quanto tempo trabalha na Economia Solidária:

Temas:

Fale sobre sua vida de trabalho:

- Como foi sua inserção no trabalho na Economia Solidária? (motivações/razões)
- O que significa Economia Solidária para você?
- Qual a visão que tinha da Economia Solidária? O que esperava dela?
- E hoje como vê? - Mudou a idéia que tinha antes iniciar o trabalho na Economia Solidária e depois que iniciou?
- Quais as características que chamam a atenção?
- Quais as dificuldades que percebe?
- Quais as vantagens?
- Como são as práticas do dia-a-dia dos empreendimentos?
- Recomendaria para alguém produzisse/trabalhasse dentro desse sistema? E para seus filhos?
- Acha que o empreendimento tem futuro? Quem faria parte dele no futuro?
- Você vê a Economia Solidária como possibilidade de trabalho para seu filho? Porque?
- Se não: O que teria que mudar para você considerá-la como possibilidade?
- Como acha que seus filhos vêem essa experiência sua de trabalho na Economia Solidária?
- O que espera para o seu futuro de seu filho? (trabalho)
- O que estão fazendo para isso?

Estudo:

- Qual a importância do estudo para seu filho?
- No que acha que vai ajudá-lo em termos de futuro?

- ANEXO V -

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidá-lo a participar da pesquisa intitulada “Educação e trabalho: o futuro para os jovens inseridos no entorno de empreendimentos autogestionários na economia solidária”, que faz parte do meu curso de doutorado em Educação da Unicamp é coordenada por mim, Profa. Maria Therezinha Loddi Liboni da Universidade Estadual de Maringá tendo como orientador o Prof. José Roberto Heloani da Universidade Estadual de Campinas. O objetivo da pesquisa é entender como os jovens que conhecem os empreendimentos econômicos solidários, vêem a possibilidade de trabalharem neles no futuro, e como a educação contribui para formar essa opinião. Para isto a sua participação é muito importante, e ela se daria da seguinte forma: conceder entrevista, na qual responderá questões sobre o que sabe sobre economia solidária, a escolha da profissão que deseja para você, sua educação escolar para o trabalho. Poderão ser utilizadas também observações, na qual a pesquisadora irá acompanhar o trabalho nos empreendimentos de economia solidária, que seu familiar participa, para observar como são as relações estabelecidas nesses locais e que podem ajudar a entender o que você pensa sobre o tema da pesquisa – Economia Solidária e os Jovens. Essas observações só serão feitas se autorizadas pelo seu familiar participante do empreendimento da Economia Solidária. Elas serão utilizadas somente em casos de dúvidas sobre o tema da entrevista, que não puderem ser tirada durante a mesma.

Os cuidados de não identificar seu nome visam evitar que tenha qualquer problema em seu ambiente de escola ou de trabalho, por ter participado dessa entrevista.

Gostaríamos de esclarecer que a participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa, e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a identidade do participante. A pesquisadora registrará as informações das entrevistas através do uso de gravador de voz; a entrevista será transcrita sem qualquer alteração do conteúdo que você falou. Depois de transcritas a gravação será apagada; do mesmo modo os dados gerados nas observações.

Os benefícios esperados são produzir conhecimentos que possam contribuir para gerar políticas e estratégias de ações para enfrentar as mudanças que estão ocorrendo em relação ao trabalho, das quais os jovens estão entre as principais vítimas. As conclusões do trabalho serão de domínio público visando colaborar para o desenvolvimento do conhecimento científico sobre o tema.

Caso você tenha mais dúvidas ou necessite maiores esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Eu, declaro que fui devidamente esclarecido e concordo em participar VOLUNTARIAMENTE da pesquisa coordenada pela Profa. Maria Therezinha Loddi Liboni.

Data:.....

Assinatura ou impressão datiloscópica

- NO CASO DE MENORES -

Eu, (responsável pelo menor) declaro que foi devidamente esclarecido e, concordo VOLUNTARIAMENTE, que

o(a) meu(minha) filho(a) participe da pesquisa coordenada pela Prof. Maria Therezinha Loddi Liboni.

Eu, Maria Therezinha Loddi Liboni, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supra-nominado.

_____ Data:.....

Assinatura do pesquisador

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com o pesquisador, conforme o endereço abaixo:

Nome: Maria Therezinha Loddi Liboni

Endereço: Rua das Primavera, 1203 – Maringá - Pr

(telefone/e-mail)9962-1351 – mtlloboni@uem.br

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM

Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.

Bloco da Biblioteca Central (BCE) da UEM.

CEP 87020-900. Maringá-Pr. Tel: (44) 3261-4444

E-mail: copep@uem.br

- ANEXO VI - CORRESPONDÊNCIA ENVIADA À SENAES E RESPOSTA OBTIDA

RES: [Portal MTE - Internet] Secretaria Nacional de Economia Solidária

Entrada x



Wladimir de Andrade Oliveira wladimir.oliveira@mte.gov.br

11/10/11

para mim

Prezada Maria Therezinha,

Respondendo ao seu questionamento sobre os dados do mapeamento da economia solidária entre os anos de 2009 e 2010, informamos que este processo ainda está em andamento e que, provavelmente, os dados deverão ser divulgados apenas no primeiro semestre do próximo ano.

Atenciosamente,

Wladimir de Andrade Oliveira

Departamento de Estudos e Divulgação
Secretaria Nacional de Economia Solidária
Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

De: Maria Therezinha Loddi Liboni [mailto:mtloddi@gmail.com]

Enviada em: quarta-feira, 21 de setembro de 2011 09:30

Para: Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES

Assunto: [Portal MTE - Internet] Secretaria Nacional de Economia Solidária

Prioridade: Alta

Nome: Maria Therezinha Loddi Liboni

E-mail : mtloddi@gmail.com

Mensagem : Bom dia, estou cursando o doutorado em Educação na Unicamp e meu tema é juventude e economia solidária. Gostaria de saber se já estão disponíveis os dados do mapeamento feito no ano de 2009-2010. esses dados me ajudarão imensamente. Atenciosamente Maria Therezinha Loddi Liboni

- ANEXO VII -
APROVAÇÃO DO COMITÊ PERMANENTE EM PESQUISA
ENVOLVENDO SERES HUMANOS – UEM



Universidade Estadual de Maringá

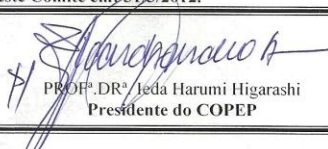
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Comitê Permanente de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos

Registrado na CONEP em 10/02/1998

CAAE Nº. 0189.0.093.000-09

PARECER Nº. 440/2009

Pesquisador (a) Responsável: MARIA THEREZINHA LODDI LIBONI
Centro/Departamento: CCH/Departamento de Psicologia
Título do projeto: Educação e trabalho: o futuro para os jovens inseridos no entorno de empreendimentos autogestionários na economia solidária.
Considerações: O presente projeto foi reapresentado atendendo ao Parecer nº. 387/2009 de 14/08/2009, constando o TCLE reformulado em conformidade com a Resolução 196/96-CNS, bem como o roteiro da entrevista que será aplicada na pesquisa. A pesquisadora esclarece, ainda, quais são os possíveis documentos que eventualmente poderão ser analisados na pesquisa. Diante do exposto, somos de parecer favorável à aprovação do referido projeto.
Situação: APROVADO
CONEP: (X) para registro () para análise e parecer Data: 11/9/2009
O pesquisador deverá apresentar Relatório Final para este Comitê em: 31/3/2012.
O protocolo foi apreciado de acordo com a Resolução nº. 196/96 e complementares do CNS/MS, na 181ª reunião do COPEP em 11/9/2009.
 PROFª.DRª Ieda Harumi Higarashi Presidente do COPEP

Em suas comunicações com esse Comitê cite o número de registro do seu CAAE.
Bloco 10 sala 01 – Avenida Colombo, 5790 – CEP: 87020-900 – Maringá - PR
Fone-Fax: (44) 3261-4444 – e-mail: copep@uem.br